

Somos carrascos e vítimas de um mesmo processo, cuja territorialidade na mente reflui para manter o mundo social em perigosa partida com o inferno de nós mesmos -para lembrar de uma imagem sábia de Jean-Paul Sartre.

Se a morada do ser é a linguagem, como nos ensinou Heidegger, então a nossa morada está a exigir uma profunda visada no que está acontecendo com nós mesmos e com o mundo à nossa volta. Este livro, para além de oferecer uma reflexão abrangente sobre os problemas de nosso tempo, apresenta também vários caminhos de saída dos impasses epistemológicos que acorrentam muitas vezes as disciplinas científicas em sua própria objetividade.

O rigor é imprescindível à ciência e à filosofia, mas é preciso que ele não seja mortal -rigor mortis.

Para trazer a ciência de volta à sabedoria, um chamado constante ao amor, à amizade, à fraternidade e também à luta compartilhada por mais consciência, mais lucidez e mais ruptura com os padrões mentais que nos acorrentam, este é o convite fraterno de Evandro com a Teoria Psicopolítica.

Michel Misse

*Fotografias da Capa e da Orelha
Úrsula Mey de Amorim Ouriques*

Desde las décadas de los 60 y 70 que no es posible encontrar en América Latina una Teoría Social propia y inspiradora. La Teoría Psicopolítica de Evandro Vieira Ouriques, que él enuncia ya en 2004, constituye un hito esperanzador para las Ciencias Sociales y Humanas, un modelo explicativo de las relaciones socioculturales y económico-políticas, a la vez en clave de diagnóstico y propuesta. Cuando tuve la oportunidad de conocer el trabajo de Vieira, hace 9 años, en México, comprendí que se trataba de una perspectiva teórica que resolvía uno de los problemas centrales, a saber, el cisma frecuente y forzado entre un enfoque materialista y otro enfoque simbólico de la comunicación y la cultura.

Carlos Del Valle Rojas

Colección
Teoría Psicopolítica
Vol. I

Teoria Psicopolítica Evandro Vieira Ouriques UFRO, UFRJ, UP, UNLP e UG

Teoria Psicopolítica

A emancipação dos Aparelhos Psicopolíticos da Cultura

Evandro Vieira Ouriques



O retrocesso no Brasil, América Latina e no mundo tornaram inegável que o poder é construído nos Aparelhos Psicopolíticos da Cultura, onde as operações dirigem-se às predisposições dos sujeitos à manipulação, que, assim, suicidam-se ao apoiar o contrário do que lhes interessa. A capacidade de julgar está comprometida: a condição comunicacional do ser humano é violentada pelo dualismo que funda o Ocidente e o deixa à mercê da ameaça do terror e da promessa do paraíso mediante a obediência e o consumo. É assim que o investimento na cultura das periferias, redes sociais, arte-ativismo, sindicatos, partidos, ciência e tecnologia não foi capaz de neutralizar e superar o regime de servidão, pois ainda está assujeitado pelo inconsciente das forças de transformação, o que reforça as psicopatologias nos relacionamentos humanos, como venho demonstrando desde os anos 80. A emancipação depende da gestão psicopolítica em rede do território mental.
www.evandrovieiraouriques.com.br

Teoria Psicopolítica
***A emancipação dos
Aparelhos Psicopolíticos
da Cultura***

Evandro Vieira Ouriques

Teoria Psicopolítica
***A emancipação dos
Aparelhos Psicopolíticos
da Cultura***

Evandro Vieira Ouriques

Prefacio

Carlos Del Valle Rojas

Apresentação

Michel Misse

Co-Edición

Universidad de La Frontera

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Universidad Nacional de La Plata

Universidade do Porto

Universidad de Groningen

2017



La Colección Teoría Psicopolítica

Una Co-edición

Universidad de La Frontera, Chile

Centro Internacional de Estudios de Epistemologías de Frontera y Economía Psicopolítica de la Cultura/ Núcleo Científico Tecnológico en Ciencias Sociales y Humanidades



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Psicopolítica e Consciência/Escola de Comunicação



NÚCLEO DE ESTUDOS
TRANSDISCIPLINARES DE
PSICOPOLÍTICA E CONSCIÊNCIA

Universidad Nacional de La Plata, Argentina

Facultad de Periodismo y Comunicación Social

Universidade do Porto, Portugal

Faculdade de Letras

U. PORTO

FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Universidad de Groningen, Holanda

Chair of European Literature and Culture



FACULTAD DE PERIODISMO
Y COMUNICACION SOCIAL
UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA

Comité Editorial

Armando Malheiro da Silva

Universidade do Porto, Portugal

Carlos Del Valle Rojas

Universidad de La Frontera, Chile

Evandro Vieira Ouriques

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Michel Misse

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Pablo Bilyk

Universidad Nacional de La Plata, Argentina

Pablo Valdivia

Universidad de Groningen, Holanda



university of
 groningen

Comité Científico

Víctor Silva

Universidad de Zaragoza, España

Maira Fróes

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Miguel de Barros

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Guiné-Bissau

*Dedico este livro a Marcio Tavares d'Amaral e à
Escola de Comunicação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro*

La Colección Teoría Psicopolítica

Volumén I

**Teoria Psicopolítica: A Emancipação
dos Aparelhos Psicopolíticos da Cultura**
Evandro Vieira Ouriques

Volumén II

Sobre la Capacidad de Juzgar
Jacques Poulain

Volumén III

**El Crimen como el Ser del Sujeto:
escritos sobre la sujeción criminal**
Michel Misse

Volumén IV

Transculturalidad, Estética y Psicopolítica
Ana Christina Iachan, Aureo Mendonça,
Evandro Vieira Ouriques y Mónica Chiffolleau
(Eds.)

Volumén V

**Elecciones Espectaculares:
como Hugo Chávez conquistó la Venezuela**
Marcelo Serpa

*Teoria Psicopolítica: A Emancipação
dos Aparelhos Psicopolíticos da Cultura*
Evandro Vieira Ouriques

ISBN 978-956-236-328-0

Os direitos deste livro pertencem ao autor.

Agradecimentos

À minha família, em especial à minha esposa Estelita, parceira decisiva, à minha filha Úrsula Mey, com quem eu tanto aprendo, e ao meu filho Gabriel, que se revela a cada dia um amigo.

Ao meu amigo Carlos Del Valle Rojas, mais que um parceiro um visionário de mim mesmo.

À Universidad de La Frontera, Temuco, Chile, e aos amigos e às amigas que lá me recebem sempre amorosamente, já fazem sete anos, sobretudo na Facultad de Educación, Ciencias Sociales y Humanidades e no Núcleo Científico Tecnológico en Ciencias Sociales y Humanidades.

Ao Programa Mundus Lindo/Erasmus Mundus, que me concedeu uma bolsa que foi chave para a Teoria Psicopolítica.



Ao Programa de Doctorado en Comunicación da Universidad de La Frontera e Universidad Austral, Chile, pelas conversações.

Ao Ministerio de Educación de Chile, através do Programa MECESUP de Fortalecimiento das Ciências Sociais, pelos financiamento de minha estadia na Universidad de La Frontera como Professor Visitante em 2016-2017, quando escrevi este livro.



Índice

Prefácio	15
<i>Por Carlos Del Valle Rojas</i>	
Apresentação	19
<i>Por Michel Misse</i>	
Introdução	25
A Psicopolítica e a Teoria Psicopolítica	
<i>Capítulo 1</i>	51
A Condição Comunicacional do Ser Humano	
Terapia Filosófica dos	
Regimes de Servidão e Não-dualismo	
<i>Capítulo 2</i>	187
O Território Mental e o	
Controle da Tentação do Controle	
Sobre a Constituição do	
Campo da Comunicação	

<i>Capítulo 3</i>	<i>237</i>
Os Aparelhos Psicopolíticos da Cultura Emancipação, Economia Psicopolítica e Estudos Culturais Psicopolíticos	
<i>Capítulo 4</i>	<i>273</i>
O Self, o Interlocutor e o Ambiente Renovação Cultural após o Brasil de 2016	
<i>Capítulo 5</i>	<i>297</i>
A Cultura que Lembra a Voz da Mãe Lusofonia e Comunicação Transcultural	
<i>Capítulo 6</i>	<i>335</i>
A Predisposição às Figuras de Felicidade Emancipar os Conceitos de Desenvolvimento, Riqueza e Juventude	
<i>Capítulo 7</i>	<i>359</i>
A Teoria Psicopolítica Renovação em Rede da Teoria Social e da Filosofia	
<i>Bibliografia</i>	<i>423</i>

Prefácio

Carlos Del Valle Rojas

Comienzo el curso sobre Teoría Social en Perspectiva Latinoamericana del Doctorado en Ciencias Sociales de la Universidad de La Frontera sosteniendo con resignación que la perspectiva es en verdad un eufemismo del contexto. América Latina es, en este sentido, un escenario para la Teoría Social, un laboratorio social y cultural.

Desde las décadas de los 60 y 70 que no es posible encontrar en América Latina una Teoría Social propia y inspiradora. Es que nuestro continente es principalmente contexto, territorio fértil para los ensayos teórico-sociales, especialmente desde Europa o Norteamérica. Y no es que la simbiosis *logos-geo* no sea en sí misma altamente productiva. De hecho, ¡cuánto debemos a esta relación! O dicho de otra manera, cuántas teorías sociales europeas han visto en América Latina no sólo la posibilidad de nuevas explicaciones (por tanto, nuevas teorizaciones), sino también la inspiración.

En este contexto, la Teoría Psicopolítica de Evandro Vieira Ouriques constituye un hito esperanzador para las Ciencias Sociales y Humanas, que con tanta frecuencia deben recurrir con cierta desesperación a modelos explicativos para abordar la complejidad social y cultural.

Por lo tanto, las particularidades del continente latinoamericano tendrán un rol crucial en la Teoría Psicopolítica de Vieira. No sólo como referente, sino como experiencia. Lo prehispánico, lo ancestral y lo indígena son fuentes importantes para pensar lo psicopolítico, pero también para pensar la emancipación.

Cuando tuve la oportunidad de conocer el trabajo de Vieira, hace 9 años, en México, comprendí que se trataba de una perspectiva teórica que resolvía uno de los problemas centrales, a saber, el cisma frecuente y forzado entre un enfoque materialista y otro enfoque simbólico de la comunicación y la cultura. O en los términos utilizados por el autor: “Toda experiência humana é a combinação do psíquico com o político”. Sin embargo, no se trata de psicologizar lo político o politizar lo psicológico, sino que “Enquanto “psico” diz respeito à carga vital singular do sujeito, sua identificação psíquica, “político” é o fato de que tal poder vital de estar vivo é experienciado necessariamente com o outro”.

En efecto, hay en la Teoría Psicopolítica, que él enuncia ya en 2004, una recuperación del espíritu del proyecto crítico que integra a Marx y Freud, en una perfecta convergencia; de forma que -como señala Vieira- “toda experiência humana é a mutualidade entre o psíquico e o político, pois a emancipação é realizada sincronicamente no psiquismo e nas instituições”.

Pero quedaba más aún. Porque la Teoría Psicopolítica en Vieira, a diferencia de otros esfuerzos, no sólo agrega un diagnóstico -tan crítico como desesperanzador-, sino también un esfuerzo por reivindicar el compromiso emancipatorio de las ciencias sociales y humanas. Así para

el autor: “Trata-se portanto não apenas de um diagnóstico mas sobretudo de como superar o que é diagnosticado”.

El propósito, por lo tanto, es asumir aquella deuda histórica con las sociedades y las culturas, de modo que éstas tienden a superar su condición histórica de ciencias del estado, para constituirse más en las ciencias de la emancipación del hombre. En tal sentido, sostiene Vieira que “a psicopolítica é a via de dominação, a psicopolítica é a via da emancipação”.

De hecho, en la Teoría Psicopolítica de Vieira el estado es una más de las entidades que realizan operaciones psicológicas con fines políticos, especialmente porque “os Estados-nação foram e são construídos para controlar os seres humanos axiomáticamente percebidos como incapazes”, como plantea el autor.

En definitiva, en la Teoría Psicopolítica de Vieira encontramos un hito esperanzador para la Teoría Social latinoamericana, un modelo explicativo de las relaciones socioculturales y económico-políticas, a la vez en clave de diagnóstico y propuesta. Una explicación de la hegemonía y sus posibilidades contrahegemónicas. América Latina, entonces, ha de ser un espacio para pensar la dominación y la emancipación. Sólo así no será sólo un laboratorio de lo social y lo cultural y la teoría social avanzará en la reivindicación del sujeto.

Dr. Carlos Del Valle Rojas

Profesor Titular, Director del Centro Internacional de Estudios de Epistemologías de Frontera y Economía Psicopolítica de la Cultura, Universidad de La Frontera

Temuco, Chile, Invierno de 2017

Apresentação

Michel Misse

O filósofo francês Gilles Deleuze disse uma vez que só trabalhava ou escrevia com amigos. Talvez ele quisesse dizer que além de trabalhar com amigos, fazia também amigos trabalhando. Mas certamente também quis dizer que o trabalho do conhecimento é parente próximo da amizade, que em vários sentidos conhecer é uma forma de amar – o próximo com quem trabalhamos e o objeto sobre o qual nos debruçamos. Essa imagem do “debruçar” no objeto, esse abraça-lo que a imagem revela, diz muito do antigo sentido com que se fazia filosofia, esse amor ao saber e aos amigos que conosco trilham e partilham as mesmas indagações e as mesmas descobertas.

Para mim é uma honra e uma alegria muito grande poder apresentar este livro aos seus leitores, como que a convida-los também à amizade com o seu autor. Conheço Evandro Ouriques há quase meio século, desde que, saindo da adolescência, nos tornamos amigos nos bancos do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde então, fizemos de nossa

amizade também uma forma de conhecimento -de nós mesmos e do mundo que nos cerca.

Esse entrecruzamento de saberes, experiências, conversas infundáveis e a alegria irrecusável da verdade -mesmo quando não sabíamos se a tínhamos- fortaleceu-se com o tempo e com as entrecortadas distancias que a vida nos proporcionou em vários momentos. Seguimos a partir de uma formação disciplinar comum -as ciências sociais- por caminhos de dedicação especializada diferentes, eu na sociologia, ele na comunicação social. Mas se os caminhos escolares foram diferentes, as questões, as dúvidas e as certezas continuaram partilhadas em grande medida e nos fizeram novamente convergir em torno de uma proposta transdisciplinar que Evandro me ofereceu, a Teoria Psicopolítica.

Este livro apresenta de forma clara, lúcida, os resultados alcançados por Evandro a partir do naquilo que se convencionou chamar -e ele tem sido dos primeiros a chamá-la- de psicopolítica. Há várias maneiras de abordar essa proposta transdisciplinar, naturalmente. O filósofo, o linguista, o semiólogo, o sociólogo, o psicólogo -por falarem línguas escolares próprias- tendem a falar do objeto com trejeitos diferentes.

No entanto, um fundo comum que se encontra em desenvolvimento em várias partes do mundo -resgata e se ocupa com as novas formas de opressão que vem se somar às antigas para produzir o afastamento progressivo e incessante das pessoas, dos seres humanos, do caminho da lucidez, da consciência social, da solidariedade e da felicidade partilhada.

O que poderia ser uma feliz cidade vem se entristecendo a cada dia, dobrada por formas de servidão voluntária e alienação que nós, os sociólogos, procuramos compreender no plano do ambiente social, da objetividade dos processos econômicos e políticos e das reiteraões ritualísticas da interação social. A novidade da abordagem transdisciplinar proposta por Evandro com a Teoria Psicopolítica é compreender, ao contrário do que fazem as demais abordagens da psicopolítica, que se que as formações sociais não se reproduzem por si mesmas pois contam com a participação ativa de todos nós, os atores, os agentes, os sujeitos, a emancipação frente aos regimes de servidão ocorre pela via psicopolítica. Essa participação ativa interliga de forma dinâmica territórios sociais e territórios mentais, um agindo sobre o outro, criando predisposições para formas de pensar, sentir e agir que produzem opressão e emancipação em cadeia, opressão e emancipação entre nós todos.

Somos carrascos e vítimas de um mesmo processo, cuja territorialidade na mente reflui para manter a objetividade do mundo social em perigosa partida com o inferno de nós mesmos -para lembrar de uma imagem sábia de Jean-Paul Sartre. Se a morada do ser é a linguagem, como nos ensinou Heidegger, então a nossa morada está a exigir uma profunda visada no que está acontecendo com nós mesmos e com o mundo à nossa volta.

Ao fracasso da experiência do socialismo real vem se somando a consciência do fracasso do projeto capitalista. Assentado no liberalismo clássico -econômico e político- o capitalismo como forma de vida, modo de produção e formação social nacional atravessou e continua a atraves-

sar suas crises regulares e monstruosamente crescentes, por abarcar cada vez mais nações e pessoas, interligando-as nas mesmas formas de opressão e violência que são denunciadas desde o século dezenove.

Entretanto, após um período de compromisso entre ideais socialistas e a racionalidade do capital, no qual alguns avanços foram conquistados pelas classes trabalhadoras em vários países capitalistas, inclusive na América Latina, vem ocorrendo uma retomada -em novas bases- dos ideais liberais contra o pacto social. Um novo tipo de individualismo e um novo tipo de racionalidade do capital vem invadindo os territórios mentais predispostos a aceitá-los, conformando modos de pensar, sentir e agir que se tornam hegemônicos no mundo contemporâneo. Sob o nome -falsamente identificado ao liberalismo clássico- de “neoliberalismo”, rompe-se com os mínimos diques que – no liberalismo capitalista clássico – impedia a emergência em grande escala do individualismo negativo, cada vez mais egoísta e paranoico.

É da emancipação neste mundo de que se ocupará a Teoria Psicopolítica, um mundo em que o modelo da “empresa” comanda o processo de globalização e pretende dilacerar ainda mais os vínculos sociais transformando cada indivíduo numa agência empresarial competitiva, com seus currículos, sua contabilidade própria, seus cálculos econômicos, sua imersão na guerra pelo contrato terceirizado e na competição de vida e morte com outros indivíduos formatados do mesmo modo. Esta é a forma encontrada pelo capitalismo para sobreviver à sua própria implosão -transformar as pessoas em vampiros e zumbis do capital.

Este livro, para além de oferecer uma reflexão abrangente sobre os problemas de nosso tempo, apresenta também vários caminhos de saída dos impasses epistemológicos que acorrentam muitas vezes as disciplinas científicas em sua própria objetividade.

O rigor é imprescindível à ciência e à filosofia, mas é preciso que ele não seja mortal -*rigor mortis*. Para trazer a ciência de volta à sabedoria, um chamado constante ao amor, à amizade, à fraternidade e também à luta compartilhada por mais consciência, mais lucidez e mais ruptura com os padrões mentais que nos acorrentam, este é o convite da Teoria Psicopolítica. E este é o convite deste livro, o convite do Evandro aos seus amigos -que com ele refletem- e aos que, chegando agora como leitores -podem também partilhar de nossa amizade.

Michel Misse

Professor Titular de Sociologia

Diretor da Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Coordenador do Núcleo de Estudos de Cidadania e

Violência Urbana/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ

Rio de Janeiro, Brasil

Introdução

A Psicopolítica e a Teoria Psicopolítica

A Teoria Psicopolítica, que comecei a enunciar em 2004, distingue-se claramente das demais abordagens que tratam da psicopolítica por pelos menos três diferenças:

1. não é um discurso moralista sobre o mundo;
2. não é um pensamento crítico apenas em relação ao capitalismo avançado, cognitivo ou neoliberal, como se este fosse o mal do mundo em si, mas em relação a todos os regimes de servidão, que são sustentados por opressores e oprimidos e oprime a ambos, pois os sequestram de sua condição comunicacional. É assim que não se recomenda que uma “ética da liberação” ou uma “ética da emancipação” trate da liberação do “oprimido” a partir de sua organização contra um “outro”, pois assim concebidas fazem com que o “oprimido” emerga de sua subjugação subjugando outros, como comprova à exaustão a história;
3. não supõe que as operações psicopolíticas sejam algo recente¹, mas apenas que a reflexão sobre elas, dada a cegueira provocada pelo dualismo, é que são recentes; e

aplica o veneno como vacina, daí ser a via de emancipação frente aos regimes de servidão, que são, todos, operações psicopolíticas, ou sejam, operações mentais, no território mental do psiquismo e das instituições.

É importante lembrar aqui, ecoando a segunda distinção, que a França é marcada por exemplos tétricos de oprimidos que “degolam inimigos” e emergem oprimindo outros, como nos “batismos republicanos”, nos quais Jean-Baptiste Carrier mandou atar prisioneiros dentro de barcos que estavam furados para que eles se afogassem no Loire: “Fabre d’Eglantine realizou um cartel que instava aos habitantes da cidade a fazer com que ‘o sangue dos traidores seja o primeiro holocausto’. Uma exortação de Jacques Roux o converte em precursor de Pol Pot: ‘É momento de consolidar a liberdade do povo com o derramamento de sangue impuro’. (...) Antes da execução de Luis XVI, os guardas rabiscavam, para que ele os visse, desenhos que representavam uma figura pendurada em uma forca com uma legenda: ‘Luis tomando banho no ar’ (...). Do lado contrarrevolucionário, em La Vendée, uma das atrocidades foi a de forçar a cadeias inteiras de prisioneiros a cavarem suas tumbas antes de fuzilá-los sobre elas” (Glover, 2013:560). Este comportamento patológico, pois anti-comunicacional, continua, como se sabe. Cada um pode relacionar incontáveis exemplos.

Em relação à terceira distinção, a da antiguidade das operações psicopolíticas, é o fato de uma das primeiras guerras modernas de informação, quando importantes veículos dos Estados Unidos, interessados em apossar-se de Cuba, desaprovavam o terror espanhol provocado pela política de “reconcentração” levada a cabo pelo general

Valeriano Wyler a partir de 1896, isso, graças às fotos que lhes foram enviadas pelas lideranças cubanas, José Martí e Máximo Gómez.

Neste mesmo sentido temos o caso do censo feito na metade do século XIX para saber quantos seriam quantos Mapuche existiam no Chile, caso estudado por José Bengoa, o que resultou no número descabido de 30 mil, o que reforçou psicopoliticamente a um só tempo tanto a mentalidade de que o Sul daquele país era “desabitado”, “terra de ninguém” (*apud* Veres, 2015:36), como para os próprios Mapuche gerou a sensação de abandono resultante neste ataque contra o seu *self*, pela perda de consciência coletiva (*id.*:35), pois a imagem que foi criada era de que eles, ao contrário do que de fato eram, estariam em decadência, para o que colaborou também o fato de que muitas lideranças Mapuche haviam começado a vender terras de seu povo em benefício próprio, desde o final do século XVIII (*ibid.*).

Se com a síntese feita por Terry Eagleton de que os Estados Unidos são a terra do poder da vontade e a Europa é a casa da vontade de poder de Nietzsche (Eagleton, 2005:252), a Teoria Psicopolítica é o território da vontade da vontade, ou seja, do conhecimento e da compreensão humanas da intencionalidade mental que move a vontade humana, esta expressão do poder vital em sua relação não-dualista com o desejo e a razão.

Por isso a Teoria Psicopolítica emergiu da teoria da comunicação e da cultura -não para o desenho de um futuro utópico, mas para a emancipação na situação presente, que repete o passado-, verificada sua dificuldade de propiciar comunicação, da qual depende a cultura constitucional-

mente. Reitero que esta re-edição dos estados mentais, da capacidade de pensar, querer e julgar, desta disposição mental, jamais é realizada por uma subjetividade autossuficiente, delimitada em relação ao que se experimenta como “exterior”, sejam os pares sociais e os fenômenos em geral.

A reedição psicopolítica do território mental é sempre em rede. O sujeito, a consciência, não está “fora”, mas “dentro”. Dito de outra forma, trata-se da construção de uma consciência não como consciência de um “objeto”, a consciência de um puro ser para si e em-si; de uma consciência representacional face às essências às quais ela deva se adequar. Mas sim como consciência da consciência que se manifesta no conhecimento e na compreensão, na vivência da fronteira que é o “entre” os seres humanos, que como Habermas constatou, são a um só tempo “pessoa em geral” e “indivíduo inconfundível”, dotados das propriedades funcionais comuns a todos os seres humanos e de uma biografia única, singular.

É da comunicação entre as “superfícies de contato” dos seres humanos, como em Merleau-Ponty e Deleuze, da dinâmica de elo e separação que aí ocorre, como proposto por Michel de Certeau, que emerge a possibilidade do sentido, do pensar, do querer e do julgar o sentido; que se constrói, pelo diálogo, na consciência ontológica e epistemológica das estruturas tácitas de conceitos que cada consciência traz.

A comunicação depende, portanto, e por definição, da “consciência de si” ser experimentada psicopoliticamente ao mesmo tempo como “consciência do outro”, consciência que se atualiza na relação, uma espécie de “princípio

da razão durante”, um *complexus*, um tecido em conjunto, *pensamiento-tejido* para os povos originários da Sierra Nevada de Santa Marta, Colômbia, o que implica a internalização da discordância através do exercício de aceitação da diferença de si e do outro, o próprio da condição comunicacional do ser humano.

O sujeito só pode rever, de maneira emancipatória, o seu território mental, ao realizar a sua natureza social e, portanto, interagindo.

Como ocidental, o princípio da autonomia e da criatividade é decisivo para mim. O sofrimento social e psíquico, bem como a insistência, à direita, de pelo menos mitigá-lo e, à esquerda, de querer superá-lo, é a pauta constante e generalizada da história das teorias sociais e da filosofia. O fato é que o ser humano demonstra alegria e júbilo genuínos quando o sofrimento cessa, e ele cessa quando é encontrado o *comum*, dada a condição irrefutável do co-surgimento interdependente da vida e do mundo

Dentre os muitos outros nomes desta cessação estão, por exemplo, as experiências do amor, da amizade, da confiança, da empatia, da ética nas relações, da alta no processo clínico, das políticas públicas sociais, da equidade econômica, da justiça social, da proteção da saúde, do trabalho e da previdência, da integridade dos representantes, dos direitos humanos, da ação equilibrada do Estado, dos direitos da Terra, do respeito pela diversidade, do encontro na diferença, etc.

É assim que a cessação do sofrimento é a verdade para o ser humano. Mesmo aqueles que são cruéis e mentirosos o fazem sob o regime de que a crueldade e a mentira lhes garantirão escapar do sofrimento, que é então extrojetado

na direção de um outro, ao qual se destina a “austeridade” que não se quer por não se considerar merecedor de tal sofrimento.

Neste livro ofereço à conversa fraterna a Teoria Psico-política, sintetizando hoje cerca de 50 anos de reflexão e intervenções sociais de tipos muito variados, todos comprometidos com o vigor de uma cultura de comunicação, vale dizer, da cultura em seu sentido próprio, uma vez que somos seres de linguagem instituídos na experiência da escuta da voz da mãe, na qual o ser humano aprende a fazer o mundo falar de maneira favorável a ele, vale dizer, a superar o sofrimento intrínseco em potencial à condição de feto extra-uterino, fase absolutamente decisiva na qual se está exposto à inanição e à morte dado o hiato entre os aparelhos motores e as necessidades sensoriais e, então, tudo depende da comunicação para que ele constitua-se no estado mental da segurança e da proteção.

É assim que a condição humana é comunicacional, e a figura de felicidade, o sentido, que se vai buscar a vida inteira, é a segurança e a proteção do encontro. A conversa é a reconciliação ontológica e epistemológica com o outro, a experiência de sincronia da singularidade com perspectivas universais (Trías, 1997) que institui o ser humano no estado mental da segurança e proteção em que ele escuta a voz de sua mãe (função-mãe) e aprende a fazer o mundo falar de maneira favorável a ele, na imanência e intimidade de uma comunhão (Nancy, 2000:34).

Para compreender o outro, e assim avaliar com ele sua criatividade teórica e operacionalidade críticas, não basta considerar que o outro pode ter a razão, entendida como integrada ao desejo e corpo que experimenta, mas que ele

a tem, pelo fato de que ele a diz, pois sabemos que não é possível dizer algo, esta é condição da linguagem, sobre o qual não se tenha certeza de que é verdade. Mesmo que se esteja seguro da verdade de que seria necessário, por alguma razão, dizer a mentira, o que, mais cedo ou mais tarde, mostra-se falso por romper a segurança e a proteção constituintes da condição comunicacional de ser humano. Reconhecido então como verdade o dito pelo outro, aí sim, abre-se o segundo momento, que é aquele da continuidade da conversa, quando a argumentação vai proporcionar reconhecer, juntos, se tal verdade, como dito, é verdade ou não, pois ser emancipado, ser livre, é estar entre amigos. Liberdade e amigo têm a mesma raiz indo-européia (Han, 2014:9).

É por isto que o Império consegue operar sua existência ao destroçar por um lado a segurança e a proteção através da produção do terror e, por outro, ao oferecê-la em troca da obediência e do consumo. Para superar esta mentira, o sujeito arde em seu “próprio” fogo; no fogo em que o amante ama aquilo que ama.

Nas longas conversas que mantenho sobre a Teoria Psicológica algumas questões são de certa forma constantes e aqui as procuro responder como introdução ao que argumento ao longo deste livro.

Talvez a primeira destas questões seja *como conseguimos escapar à tendência a cair no status normativista da verdade?*

A questão da verdade, sabemos, é tão complexa quanto indispensável. O cotidiano está marcado por ela de maneira absoluta pelo fato de que a condição do ser humano é a sua capacidade de julgar, pois ultrapassar a referida e dramática condição extra-uterina inicial do ser humano depende de que ele julgue corretamente compreender e estar

sendo compreendo pela voz da mãe e a seguir, pouco a pouco, pela voz do pai e, mais tarde, pela voz fraterna, claro, não de uma maneira estritamente linear. É por isto que o ser humano ressentir-se da mentira e compraz-se da verdade, sendo que, também como acabo de dizer, é condição da linguagem que se fale nela a verdade, mesmo quando se está convencido da verdade de dizer a mentira.

Sabemos que em nome da verdade o Ocidente que ainda predomina promoveu o horror através da figura de Deus e do Soberano. Como justa reação a este descalabro, o pensamento opôs-se à existência da verdade e colocou em seu lugar a perspectiva e a validade das verdades como resultado das formações culturais nas quais emerge.

O ponto cego desta operação filosófica, que tem hoje milênios, é que ela é baseada na tradição dualista pré-socrática, que preteriu a tradição não-dualista lá também presente, no qual o Ocidente constituiu-se ontológica, epistemológica, teórica, metodológica e vivencialmente.

Foi assim que, malgrado até mesmo Nietzsche ter afirmado não negar, certamente, que muitas ações tidas como não éticas tenham de ser evitadas e combatidas, assim como ter afirmado não negar que muitas ações tidas como éticas devam ser cumpridas e perseguidas (*apud* Gori & Stellino, 2014:122), o relativismo foi levado ao pé da letra e a teoria social e a filosofia hegemônicas abriram espaço para a totalização pelo normativismo neoliberal, esta forma dos regimes de servidão presente nas últimas décadas do século XX e nas primeiras do século XXI.

Para a Teoria Psicopolítica a verdade é todo aquele estado mental coerente com a condição comunicacional do ser humano, ou seja, todo estado mental (pensamento e

afeto) capaz de instaurar atitudes amorosas, incluída nesta amorosidade a capacidade de dar limite vigoroso ao arbítrio. É assim que compreender a vida social, e portanto a ciência, a técnica e a arte como produção de afetos, como circulação de afetos, implica que se saiba compreender e vivenciar em primeiro lugar, e de maneira não-platônica, que todo afeto, toda paixão, ao qual se tem atribuído nas últimas décadas o papel de produtor de verdade, de cessação do sofrimento, é intrinsecamente sustentado por um argumento e que, portanto, pensamento é sempre o híbrido do espírito, do desejo e do corpo, este que Spinoza considerou o inconsciente do pensamento. E implica, então, na qualidade da capacidade de julgar o tipo de afeto que abre a possibilidade da emancipação no lugar em que o sujeito foi colocado pelo poder, ou seja, pela história; ou seja, o ser humano depende de sua capacidade de discernir e, assim, de optar por aquela qualidade de estados mentais capaz de acionar a sua potência como sujeito na construção do que Spinoza chama de conhecimento seguro.

Sabemos que a presença dos afetos na construção de tal conhecimento foi rejeitada por muitos pensadores que entenderam que o conhecimento totalmente objetivo, e portanto correto, dependeria de que o sujeito do conhecimento ideal -o puro sujeito do conhecimento, que seria atemporal- silenciasse a vontade e excluísse todas as considerações e interesses de ordem pessoal e, assim, excluísse os afetos e as paixões, pois estes turvariam a vontade e perturbariam a capacidade de percepção original das coisas.

Conhecemos também a postura simetricamente oposta de Nietzsche, para quem a objetividade do conhecimento advém da multiplicidade dos afetos. Em suas palavras,

“De agora em diante, senhores filósofos, guardemo-nos bem contra a antiga, perigosa fábula conceitual que estabelece um ‘puro sujeito do conhecimento, isento de vontade, alheio à dor e ao tempo’, guardemo-nos dos tentáculos de conceitos contraditórios como ‘razão pura’, ‘espiritualidade absoluta’, ‘conhecimento em si’; -tudo isso pede que se imagine um olho que não pode absolutamente ser imaginado, um olho voltado para nenhuma direção, no qual as forças ativas e interpretativas, as que fazem com que ver seja ver-algo, devem estar imobilizadas, ausentes; exige-se do olho, portanto, algo absurdo e sem sentido. Existe apenas uma visão perspectiva, apenas um ‘conhecer’ perspectivo; e quanto mais afetos permitirmos falar sobre uma coisa, quanto mais olhos, diferentes olhos, soubermos utilizar para essa coisa, tanto mais completo será nosso ‘conceito’ dela, nossa ‘objetividade’. Mas eliminar a vontade inteiramente, suspender os afetos todos sem exceção, supondo que o conseguíssemos: como? -não seria castrar o intelecto?...” (Nietzsche, 1998:109).

Trata-se, portanto, de eliminar a vontade movida pelos afetos destrutivos, que são legitimados ontológica, epistemológica, teórica e metodologicamente pelo dualismo, que cria o outro como uma exterioridade absoluta, como um estranho, e cristalizado pelo axioma hobbesiano que nega o princípio da autonomia e da criatividade que nos fundou como Ocidente na Grécia e afirma que tal capacidade de discernir seria impossível, aqueles estados mentais que engendram por exemplo a quarta e presente fase do processo civilizatório, que Norbert Elias designou exatamente de fase descivilizatória, quando as elites do Estado generalizam a corrupção por todo o tecido social e mostram à so-

cidade as consequências deste consenso perverso ao redor da mentira de que não seríamos capazes de controlar nossas tendências agressivas irracionais e optar pelas tendências que nas quais nos instituímos como seres de linguagem.

Elias está criativamente certo quando afirma que dentre os principais critérios para o processo de civilização estão justamente as transformações do *habitus* social dos seres humanos na direção de um modelo de auto-controle que apesar de conviver com as coações exteriores configuram auto-coações com maior autonomia em contraposição àquelas.

Sublinhando que esta questão decisiva é pouco estudada, Elias mostra que no curso do processo civilizatório é que aumenta a capacidade de transformação sublimatória dos impulsos comportamentais mais “prenhes de pulsões” (Elias, 2016:24), portanto da escolha dos estados mentais civilizatórios em meio à constelação dos afetos e pensamentos que emergem em rede no território mental (Ouriques, 2009a). Diz ele: “Em conexão com a crescente autonomização das instâncias individuais de auto-regulação - das quais fazem parte o entendimento e a consciência, o ego e o superego-, amplia-se também manifestadamente o alcance da capacidade de um ser humano de se identificar com outros seres humanos, em relativa independência do grupo a que pertençam, e portanto amplia-se também a sua capacidade de sentir simpatia por eles. Descivilização significa então uma transformação em direção oposta, uma redução do alcance da simpatia” (*id.*:25).

Trago um trecho de Spinoza logo no primeiro parágrafo de seu *Tratado da Reforma do Intelecto e do Caminho pelo qual Melhor se dirige ao Verdadeiro Conhecimento das Coisas*: “as

coisas que ocorrem mais na vida e são tidas pelos homens como o supremo bem resumem-se, ao que se pode deprender de suas obras, nestas três: as riquezas, as honras e a concupiscência [a cobiça de bens materiais, o anelo de prazeres sensuais]. Por elas a mente se vê tão distraída que de modo algum poderá pensar em qualquer outro bem. Realmente, no que tange à concupiscência, o espírito fica por ela de tal maneira possuído como se repousasse num bem, tornando-se de todo impossibilitado de pensar em outra coisa; mas, após a sua fruição, segue-se a maior das tristezas, a qual, se não suspende a mente, pelo menos a perturba e a embota. Também procurando as honras e a riqueza, não pouco a mente se distrai, mormente quando são buscadas apenas por si mesmas, porque então serão tidas como o sumo bem. Pela honra, porém, muito mais ainda fica distraída a mente, pois sempre se supõe ser um bem por si e como que o fim último, ao qual tudo se dirige. Além do mais, nestas últimas coisas não aparece, como na concupiscência, o arrependimento. Pelo contrário, quanto mais qualquer delas se possuir, mais aumentará a alegria e consequentemente sempre mais somos incitados a aumentá-las. Se, porém, nos virmos frustrados alguma vez nessa esperança, surge uma extrema tristeza. Por último, a honra representa um grande impedimento pelo fato de precisarmos, para conseguí-la, adaptar a nossa vida à opinião dos outros, a saber, fugindo do que os homens em geral fogem e buscando o que vulgarmente procuram”.

Trata-se portanto da necessidade de uma reforma do intelecto, de uma terapia da mente que depende diretamente da qualidade emancipatória ou não dos estados

mentais que se autoriza a ser referência para a capacidade de julgar, pois a mente, para instaurar a felicidade ou a infelicidade, depende de sua capacidade de julgar a qualidade, de julgar a natureza dos objetos aos quais adere pelo amor, pela vinculação, pois briga-se, e portanto trata-se do político, apenas pelo que se ama, pelo que comove a alma, frequentemente pela fraqueza humana.

Por isto Spinoza demonstra que tudo que serve para chegar à superação da fraqueza humana, e portanto alcançar à uma natureza distinta desta fraqueza, é o verdadeiro bem, cuja acumulação permite chegar ao *sumo bem*, que é a experiência de gozar com os outros indivíduos. Esta é a verdade.

Uma segunda questão possível é *como diferenciamos o epistêmico do normativo na teoria psicopolítica?* Entendo que é uma característica humana tornar tudo muito complicado e enquanto faz isso aderir de maneira fundamentalista, nesta fase, ou ao capital ou à crítica ferrenha contra ele, o que, convenhamos, é uma maneira bem simplória de ver, compreender e vivenciar a vida e o mundo. Até porque ela não tem resultado na emancipação que se necessita e que durante o século XX tanto o enfoque materialista quanto o enfoque simbólico da comunicação e cultura garantiram efetivar. O que eu quero dizer com isto? Que precisamos trabalhar diretamente no ponto em que a opressão e a emancipação repousam como potência: na condição comunicacional do ser humano, esta ontologia não-metafísica, de um terceiro grupo que fundamenta a Teoria Psicopolítica e escapa da gangorra dualista que leva ou para as ontologias transcendentais ou para as ontologias constitutivas², pois o fato é que não existe um “fora” absoluto, concordo, mas é preciso eliminar também a delusão de

que existiria um “dentro” absoluto: um fora deste “fora”, um “absoluto imanente”, um apenas “humano” que continua a não saber julgar entre o real e o ilusório, emaranhado nas efetuações e efetividades que correspondem à da eficácia, a mesma do capital. Esta é a armadilha em que está presa a teoria social e a filosofia que ainda prevalecem e que faz com que se pense existir uma distinção entre aspectos epistemológicos e princípios e valores que estão na base e funcionam como "norma" ou verdade.

Uma terceira questão pode ser *qual é o papel do individual e do coletivo na proposta da Teoria Psicopolítica?* A tensão entre individual e coletivo é uma invenção ontológica e epistemológica do dualismo. Como a adoção do dualismo pelo Ocidente que ainda prevalece tem mais de dois mil anos de exercício ela está impregnada de tal maneira que os sujeitos colapsam e repetem questões inexistentes, uma vez que a própria condição comunicacional do ser humano, como disse, é não-dualista, como o é a condição de co-surgimento interdependente de todos os fenômenos da vida e do mundo. Esta tensão inventada é a que alimenta a tensão entre capitalismo e socialismo, direita e esquerda, quando o que está em jogo é a espécie humana, e isto sabemos desde o 1º Relatório do Clube de Roma, com o qual ficou provada de maneira inequívoca a necessidade de dar limites ao crescimento, tendo em vista que tal obsessão é suicida por desconsiderar aquele outro outro, a natureza, também inventada na Grécia pelo dualismo. Esta ruptura não encontra nenhum respaldo empírico e produz a tensão dilacerante que é a produção de inimigos, seja a do Império de reduzir insurgentes à condição de inimigos internos e externos e a de insurgentes reduzirem

a classe dominante à condição de inimigo, o que historicamente demonstrou gerar que o padrão de que tal tipo de insurgência resulta em que sujeitos emergjam de situações de opressão oprimindo outros. A superação ontológica e epistemológica do dualismo está na base da Teoria Psicopolítica. O próprio Marx identificou que o ser humano é ao mesmo tempo “um ser comunal individual” e a “totalidade” (*apud* Iasi, 2014:93), mas, digo eu, precisamos superar sua visão de que o que determina a “consciência individual” seria o seu “ser social”, pois com isso retornamos à metafísica de que algo que está fora nos determinaria. Esse “fora” é o lugar de Deus.

Nesse sentido, na Teoria Psicopolítica des-pensamos o dualismo, este obstáculo para compreender e mudar o mundo, este fantasma ontológico e epistemológico, que opera, usando uma expressão de Deleuze, como “repressor do pensamento”, tão presente quanto ao mesmo tempo invisível para quem com ele está impregnado, pensando-sentindo que ele não estaria ali; esta configuração psicopolítica pregnante e transversal, fundamento do Ocidente como máquina-de-fazer-dois (Marcio Tavares d’Amaral) e, por isso, mentalidade dura como granito para perfurar, dissolver e superar: “a subjetividade dificilmente abre mão de seu desejo, mesmo que o preço a pagar por isso seja muito alto” (Birman, 2006:92). Wright Mills estava certo quando disse em 1959 que “nem a vida de um indivíduo nem a história de uma sociedade podem ser entendidas sem que se entenda as duas” (*apud* Calhoun & Wieviorka, 2013:35). É a esta compreensão, e à emancipação que ele permite, que a Teoria Psicopolítica se dedica.

O dualismo é, neste sentido, o Holocausto dos holocaustos: pois produz a impossibilidade da complementari-

dade dos opostos mente-corpo, mente-desejo, mente-co-ração, indivíduo-coletivo, etc., que impede o processo vi-tal. Que dessubstancializa e desfaz no ar a sólida “socie-dade de indivíduos”, identificada por Norbert Elias, e que nada tem de “unidade abstrata onde um pólo acaba por neutralizar o outro” (Iasi, 2014:206). Muito pelo contrário. É apenas assim que o ser humano livra-se do destino de ser zumbi e vampiro (Macnally, 2011), ao qual está desti-nado e auto-destina-se no neoliberalismo, a forma atual dos regimes de servidão, neste caso um exemplo máximo da servidão voluntária assinalada em 1548 por Étienne de La Boétie, quando ele tinha 18 anos, o que fez dele um precursor intelectual dos conceitos de alienação e desobe-diência civil: “Porque as pessoas obedecem?”

Elas obedecem porque estão com a capacidade de pen-sar, querer e, assim, de julgar em rede comprometida por um processo civilizacional que chegou a um acúmulo de evidências que as permitem tomar as providências de de-sistir de seu fundamento dualista e reconhecer a condição comunicacional do ser humano, não como uma essência metafísica e nem como uma imanência auto-referente, pois que cria um “fora”, a “natureza”, e, portanto, uma meia imanência, pois é imanente apenas em relação à cul-tura. É assim que a Teoria Psicopolítica responde à per-gunta feita por Foucault, e endossada por exemplo por Agamben (Agamben, 2006:15) e Hall sobre como eliminar este ponto cego de todas as investigações sobre o poder. É a capacidade de julgar que comunica a servidão volunta-ria dos indivíduos com o poder “objetivo”.

O sujeito é, de fato, um modo de interseção de diferen-tes redes de coordenações de ações ou comportamentos

no conversar: “o ato de escolher não diz respeito apenas a nós”, sublinha Serres (Serres, 2005:252). E ele prossegue, refletindo sobre quem escreveu o livro do qual faço esta citação, e por ela faço a mesma reflexão em relação a este meu livro: “Tenho tendência a creditar que fui eu. Seguramente fomos nós, em virtude das influências que recebi dos subconjuntos de pertencimentos anteriormente evocados, além do conjunto infinito e aberto de minhas ignorâncias”. E prossegue: “O amor -você a quem se dirigem estas páginas, sem o qual jamais alguém as teria escrito-, o trabalho, o conhecimento, os diálogos e a relação social fazem intervir a segunda e a terceira pessoas, o tu, ele, vocês e eles; estes últimos encarregam-se da escritura tanto quanto os primeiros. O círculo se amplia em múltiplas dimensões (*id.*:254).

Uma quarta pergunta poderia ser, talvez, *levando em conta uma impressão de que na Teoria Psicopolítica poderia se observar uma "tendência ao bem" do ser humano, como conciliar esta posição com a evidência histórica que parece falarmos da tendência contrária?* Ao longo da história, sempre que a humanidade se encontra sob ameaça profunda retorna a questão se o ser humano seria anjo ou demônio³. Mais uma vez estamos diante de uma questão equivocada, produzida pelo dualismo. Pois a questão é que o ser humano é potencialmente anjo e demônio. Tudo depende de sua capacidade de pensar, querer e julgar ser ou não emancipatória, ou seja, de quais estados mentais o ser humano autoriza em rede ser a fonte de referência para a sua ação no mundo.

Este “trabalho de si sobre si”, no sentido dos antigos filósofos estoicos, epicuristas e cínicos, que de certa maneira Foucault resgatou no século passado, não tem nada de “individual”, como lembra Marcio Tavares d’Amaral, e

aqui vou aprofundando o argumento da resposta anterior. Mas, sim, do sentido socrático de “cuidar de si”, como um propedêutico para a política, e que demanda o rigoroso trabalho que proponho com a Teoria Psicopolítica: o trabalho da revisão contínua, *full & real time*, portanto em estado de conexão quase absoluta, da qualidade emancipatória ou não de cada um dos estados mentais que emergem sem cessar no território mental, como candidatos a serem escolhidos como a fonte de referência para a capacidade de julgar, e, assim, candidato a determinar a qualidade de cada ação no mundo. Trata-se, portanto, concordando com Marcio, deste trabalho que é o próprio do humano de fazer a pergunta sobre o “cuidar de si”, frente a qual, como ele diz, “ser tirano ou demagogo é tão mais fácil!”. E que talvez “tenha sido a pergunta politicamente perigosa que levou Sócrates à cicuta. E a ocultação dela pode ter estado na raiz da filosofia como a conhecemos”⁴, e, por isso, da teoria social e da filosofia que prevalecem.

Marcio continua: “Foi assim. Do ‘conhece-te a ti mesmo’ decorre a relação de um cidadão, mais tarde chamado ‘sujeito’, consigo mesmo, na qualidade de objeto de conhecimento. O que ele precisa conhecer é ‘si mesmo’. Estão enrolados aí, pertencendo-se reciprocamente, sujeito, objeto e verdade no ato de conhecer. A filosofia veio a andar, assim, pela estrada real do conhecimento. Já do ‘cuida de si’ decorreu outra relação, que Foucault (não se esperava a palavra na sua boca) chamou de ‘espiritualidade’. Acontece assim. O sujeito, a pessoa, não tem nenhum direito originário à verdade. Precisa ralar. Há técnicas para isso. O exame de consciência diário. (...) A abstenção das coisas e ações que afastam o sujeito do cuidado que ele

deve ter consigo mesmo. (...) A filosofia não é uma condutora à verdade abstrata dos platônicos, mas à mais simples e pedestre felicidade. Uma enorme diferença. A primeira vertente venceu”⁵.

A Teoria Psicopolítica, integrante da segunda vertente, não caminha, assim, na abstração do ideal desencarnado, mas na lógica encarnada, não-dualista, que des-oculta a pergunta sobre a disposição amorosa que constitui a condição comunicacional do ser humano, esta verdade que o ser humano, como um Diógenes tecnologizado, procura com o celular nas mãos. Esta lógica encarnada, que emancipa a ciência, a tecnologia e a arte, pois possibilita a superação do "momento cartesiano", como Foucault o chama, no qual se rompeu o vínculo entre o conhecimento de si mesmo e a transformação de si mesmo. É ali que a filosofia, afirma Foucault, sabemos, perde a espiritualidade e o sujeito. Ao deixar de ser o sujeito da experiência e passar a ser o sujeito do conhecimento, ele deixa, mais uma vez com Marcio Tavares d’Amaral, de estar transformado pela verdade. Mas, que verdade? A verdade da condição comunicacional do ser humano, central na Teoria Psicopolítica, pois é esta condição que permite a felicidade individual-coletiva. Por isso a Teoria Psicopolítica experimenta a universidade como um jardim, para o qual vão “todas as tardes os procuradores de felicidade (...), homens e mulheres, conversar. Nada de currículo e ensino formal. Conversa serena. Talvez conseguissem bater papo sobre a Lava Jato sem saírem na mão”, como Marcio lembrou⁶.

A quinta pergunta emerge quase automaticamente diante do meu argumento: *Qual é o lugar do conflito na Teoria Psicopolítica?* Sabemos que o lugar que o conflito na teoria so-

cial ela filosofia hegemônicas é o de ser a essência humana. Não poderia ser de outra forma, pois o dualismo impede reconhecer que a contradição, que na tradição sociológica é a geradora do conflito, se oferece como a possibilidade da construção da complementariedade de opostos, esta sim a condição humana, pois sua condição comunicacional o obriga a fazer continuamente este exercício no fluxo de encontro fortuito de corpos e nas afecções despertadas por estes encontros, como bem demonstrou Spinoza.

É a radicalidade dualista que constrói a impossibilidade da comunicação e da sociedade, esta impossibilidade sustentada por exemplo por Laclau, engendra assim os inimigos dentro do próprio psiquismo e nas instituições da sociedade e possibilita que a violência, que o axioma hobbesiano garante ser impossível de ser controlada através do *cuidado de si em rede*, extinga o conflito na crueldade absoluta, no fim da relação social, este ponto além do qual está o “indizível” (Misse, 2017:232) que organiza exatamente o horror neoliberal.

É evidente que o conflito existe, assim como existe o aspecto dual da realidade. Mas é igualmente evidente que é a complementariedade destes opostos que constitui a vida e o ser humano e, assim, o mundo. Esta é a realidade da constituição do ser humano como ser linguagem, que constitui-se como diferença na experiência de semelhança com sua mãe e seu pai. Debruçar-se com seriedade sobre epistemes na diáspora, como o taoísmo, é a única maneira de parar colóquios e assemelhados “sempre inúteis” (Serres, 2005:303), pois movidos pela reprodução da teoria social e da filosofia ainda hegemônicas, meta-organizadas

pelo conflito entendido como “a natureza humana”, o que faz, com que tais reuniões deixem “implícito, logo de saída, que existe um abismo intransponível entre o indivíduo e a sociedade” (Elias, 1994:15): “Mas se pensarmos calmamente no assunto, logo se evidencia que as duas coisas só são possíveis juntas: só pode haver uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões se todos os indivíduos dentro dela gozarem de satisfação suficiente; e só pode haver uma existência individual mais satisfatória se a estrutura social pertinente for mais livre de tensão, perturbação e conflito. A dificuldade parece estar em que, nas ordens sociais que se nos apresentam, uma das duas coisas leva sempre a pior. (...) Os projetos que hoje nos são oferecidos para pôr termo a essas dificuldades parecem, ante um exame rigoroso, apenas contados para solucionar uma coisa à custa da outra” (*id.*:17), como é o caso das famigeradas “políticas de austeridade”.

Outro exemplo da máquina-de-fazer-dois que é o Ocidente que ainda prevalece assim é que privilegia-se também o entendimento dual do “arbóreo” e do “rizomático”: de que a liberdade dependeria apenas do abandono do eixo vertical (aquele que estabeleceu as bases para os sistemas filosóficos que veem os sujeitos como pensantes e auto-biografáveis frente a objetos que esperam ser desvelados em sua intimidade), em prol do eixo horizontal, que seria o “eixo conectivo”, e que desmontaria o fundamento último das coisas e revelaria o caráter fragmentário, descontínuo e acidental da realidade.

Esta perspectiva é anti-comunicacional, pois o desafio é outro. É a capacidade de tomar decisões rizomatizantes, horizontalizantes, nas posições hierárquicas, verticais, que

os seres humanos sempre estão uns em relação aos outros. A emancipação está justamente no exercício de comunicação, vale dizer no exercício da complementaridade entre opostos, e assim também entre este par arbóreo-rizomático -na desarticulação deste aparelho de captura ontológica e epistemológica que é o dualismo.

Sem dúvida há conflito, claro, mesmo que o pessimismo alemão tenha insistido talvez demasiadamente na contradição como fundamento da realidade, mas o que precisa ser superado é a perspectiva pela qual ele é percebido e tratado, pois as condições naturais de sociabilização demandam a sua constante superação pela capacidade de julgar referenciada pelos estados mentais que possibilitam e sustentam os bons encontros. A qualidade da vida humana depende desta condição.

Uma sexta pergunta poderia ser, quem sabe: *Que lugar tem na Teoria Psicopolítica “o discurso moral”?* Com Deleuze, sabemos que Spinoza, em oposição a Descartes, desqualificou a consciência e valorizou o corpo, afirmando-o como o inconsciente do pensamento. Ao fazer isto, ele foi considerado materialista. Ao mesmo tempo, Spinoza desqualificou o bem e o mal como valores morais, como valores transcendentais, face aos quais Spinoza fala de bons e maus encontros, focando-se portanto nos relacionamentos. Por isto ele foi considerado um imoralista. É assim que a Teoria Psicopolítica posiciona-se frente ao “discurso moral”. Para nós o que interessa é a ética que é a comunicação, que é outra coisa que a moral, pois está centralizada nos *bons encontros*, que ocupam lugar central em Spinoza, portanto na ação referenciada na lógica dos afetos, mas, como insisto, não de qualquer afeto mas, sim, dos afetos

da qualidade da alegria, que é a base do sistema físico de afetos, voltado contra a tristeza, pois esta nega a vida como dádiva, no sentido identificado por Marcel Mauss.

Este sentido a Teoria Psicopolítica pode ser considerada atéia, como Spinoza foi considerado, pois o estado mental da tristeza vigora exatamente no regime de servidão, com suas regras coercitivas e codificadoras da moral, que geram o medo e terror e ao mesmo tempo acenam esperança ao anunciar a “boa nova”. Tais regras são as que superamos através das regras facultativas que permitem o vigor da condição comunicacional do ser humano, que é a de um ser potente que descobre que são os bons momentos que lhe permite fazer vigorar sua potência.

É desta forma que os bons momentos superam a tensão dualista entre visões universais essencialistas e as visões locais da multiplicidade, cuja adoção no primeiro caso gerou o regime de servidão pela Igreja e no segundo caso pela religião do capitalismo.

Neste sentido a Teoria Psicopolítica retoma o caminho apontado por Spinoza (1632/1677) na filosofia política do século XVII, quando o caminho de Hobbes (1588/1679) foi o adotado, com as trágicas consequências presentes no século XXI. Obras de Spinoza como *Ética* e *Tratado Teológico-Político*, e *Do Cidadão* e *Leviatã*, de Hobbes, articuladas com o trabalho de Gilles Deleuze, permitem compreender bem o quanto os dois, apesar de ambos compreenderem a necessidade de um poder soberano que represente seus súditos, e a questão da crise da representação tratarei ao longo deste livro, configuraram opções radicalmente distintas, por exemplo do que seria o político. Enquanto Hobbes o concebe como absoluto, instituído de uma vez para sempre, Spinoza, o compreende como instituinte

nunca completado, em constante processo, na construção de regras facultativas consonantes com a condição comunicacional do ser humano.

E, talvez uma sexta e última pergunta aqui possa ser: *Como saímos do regime de servidão?* Saímos do servidão de servidão através da gestão psicopolítica em rede do território mental, ou seja, da observação crítica e conhecimento profundo da natureza ontológica, epistemológica, teórica, metodológica e vivencial dos estados mentais reativos, das afecções no sentido de Spinoza, que emergem no encontro com outros corpos, vale dizer com sujeitos e situações.

Trata-se portanto em primeiro lugar do *amor fati*, do acolhimento integral da vida e do destino humano mesmo em seus aspectos mais cruéis e dolorosos, que não nega coisa alguma, como querida Nietzsche, quando nada do que seja humano deve ser pecaminoso pois o próprio pecado não existe uma vez que não há transcendência religiosa alguma para julgar nada. Para então, em segundo e decisivo lugar, decidir do que a vida e o mundo oferece o que se quer autorizar a ser a fonte de referência para a capacidade de julgar quando se deseja emancipar-se e ajudar a emancipar, o que depende do vigor dos estados mentais alegres que viabilizam os bons encontros, que permitem a coesão social, pois constituem a potência individuante criadora e permitem que esta potência cresça, pois é o oposto da moral como teoria dos deveres. É desta maneira que a filosofia é o modo mais forte de pensar.

Evandro Vieira Ouriques

Temuco, Chile, Inverno, e Rio de Janeiro, Verão.

Capítulo 1

A Condição Comunicacional do Ser Humano

*Terapia Filosófica dos Regimes
de Servidão e Não-dualismo*

Já faz tempo que se reconhece que o poder da comunicação está no centro da constituição, da dinâmica e do sentido do psiquismo e das instituições e que, por isso, a própria natureza da financeirização é comunicacional. A comunicação precisa ser conhecida e compreendida como a questão central de toda a teoria social e da filosofia comprometidas com a emancipação frente aos regimes de servidão. Constituinte de toda a experiência sua qualidade é a de constituinte da cultura, esta entendida como a totalidade das criações do ser humano em sua relação com seus pares sociais e com o que se nomeou na Grécia como natureza.

O conhecimento e compreensão deste fato, e de seus desdobramentos, demanda a conversa entre aqueles que se dedicam a cada área do conhecimento, às ciências em geral, às humanidades e às artes. Esta conversa, por sua vez, demanda o exercício psicopolítico do não-dualismo, ou seja da capacidade de conhecer, compreender e vivenciar duas ou mais substâncias ou realidades aparentemente distintas como subordináveis e redutíveis entre si, vale dizer, como complementares.

Começemos. A comunicação é o campo de indagação por excelência da realidade, pois é a condição humana, imanente. O domínio no qual e a partir do qual se pode pensar, querer e julgar de uma maneira emancipatória.

Dedico-me, desde 1963, como aluno, ao exercício de comunicação entre as disciplinas, e entre aqueles que as sustentam, graças ao experimentalismo e não-dualismo pedagógicos⁷, em especial de John Dewey, que orientou a minha formação básica no Centro Educacional de Niterói dos anos 60; como semi-profissional desde 1967⁸ e profissional desde 1971, inicialmente como professor, dada a minha graduação em ciências sociais com concentração em ciência política, e, logo a seguir, como jornalista; e, desde 1979, como professor e pesquisador transdisciplinar⁹ na UFRJ, sendo que de 1980 a 2000 atuei simultaneamente como ponte entre a Academia e o Executivo, na qualidade de assessor técnico do Ministério da Cultura. A partir destas posições sempre experimentei agrupamentos humanos, disciplinas e visões de mundo muito distintos.

Este exercício transdisciplinar tem, de acordo com minha experiência, dois perigos:

1. o primeiro, desta comunicação ser somente um recurso retórico para esconder a ausência de rigor, aprofundamento e sistematização do conhecimento, substituídos então pela apropriação cômoda de enunciados, conceitos, metáforas, noções e esquemas na busca de conferir autoridade ao que se está fazendo, o que pode acabar criando um jogo literário-especulativo tão daninho quanto o discurso dogmático, fundamentalista, fragmentado e fracassado da disciplinaridade isolada da conversação.

2. o segundo, desta comunicação ser severamente combatida pela mentalidade que vê as disciplinas e suas teorias como autoridades protegidas pela proibição de questionar e criticar os seus oráculos, como foi e é proibido pelos estados fascistas, pela religião dos deuses soberanos e pelas religiões monoteístas julgar e criticar a verdade revelada por seus deuses, movendo-se assim na pretensão de universalizar uma disciplina e um conhecimento particulares como um conhecimento definitivo que invalida o espírito crítico e criativo de outras perspectivas culturais.

Estes dois perigos têm em comum uma intencionalidade que privilegia o mundo dos pensamentos e afetos “pessoais” com perda substancial da relação com o mundo e com a vida e, assim, são da mesma ordem da competição que fez com que tanto a associação livre de produtores quanto as empresas liberais tenham sido deletadas pela totalização especulativa.

A única maneira de evitar esses perigos é superar a tendência não-comunicacional de sujeitos e disciplinas, ou seja, de culturas, de querer eximirem-se de operar a crítica em relação a si mesmos, optando reiteradamente pelo modelo da experimentação total do ser humano em relação ao mundo, devorando-o em um turbo-consumo, este esforço inútil para não ser devorado pelo mundo-comunicação, no qual ele emerge e, por isso, constitui-se, institui-se e movimenta-se como ser de linguagem. Como sintetizou Clastres, em 1974: “Quando o espelho não nos devolve nossa própria imagem, isso não prova que não haja nada a observar”¹⁰.

A conversa é a reconciliação ontológica e epistemológi-

ca com o outro, a experiência de sincronia da singularidade com perspectivas universais (Trías, 1997) que institui o ser humano no estado mental da segurança e proteção em que ele escuta a voz de sua mãe (função-mãe) e aprende a fazer o mundo falar de maneira favorável a ele, na imanência e intimidade de uma comunhão (Nancy, 2000:34).

Para compreender o outro, e assim avaliar com ele sua criatividade teórica e operacionalidade críticas, não basta considerar que o outro pode ter a razão, entendida como integrada ao desejo e corpo que experimenta, mas que ele a tem, pelo fato de que ele a diz, pois sabemos que não é possível dizer algo, esta é condição da linguagem, sobre o qual não se tenha certeza de que é verdade. Mesmo que se esteja seguro da verdade de que seria necessário, por alguma razão, dizer a mentira, o que, mais cedo ou mais tarde, mostra-se falso por romper a segurança e a proteção constituintes da condição comunicacional de ser humano.

Reconhecido então como verdade o dito pelo outro, aí sim, abre-se o segundo momento, que é aquele da continuidade da conversa, quando a argumentação vai proporcionar reconhecer, juntos, se tal verdade, como dito, é verdade ou não, pois ser emancipado, ser livre, é estar entre amigos. Liberdade e amigo têm a mesma raiz indo-européia (Han, 2014:9).

Trata-se, portanto, da construção do compartilhamento transcultural do julgamento da verdade, pois a verdade está entre os seres humanos, entre as culturas, um pouco em cada cultura, como vem mostrando de maneira sistemática Jacques Poulain (UNESCO, 2006:132).

Para isso é preciso superar o hábito, frequentemente

generalizado, inclusive na academia, de disputar uma guerra contra um adversário ideológico, sem levar em conta a perturbação que isso provoca no psiquismo e nas instituições, até porque é o mesmo estado mental que se quer eliminar na sociedade. Seria muito melhor pensar e sentir que aqueles dos quais se discorda possam talvez estar equivocados ou mostrando algo que não se está percebendo. Talvez aquele que ataca não tenha entendido o que os outros pretendem dizer (Foucault, 1991:181).

Para superar os perigos referidos é necessária, portanto, a disposição mútua de ouvir aquele que está “fora-de-lugar”. Tanto por parte do transdisciplinar em relação ao disciplinar quanto vice-versa, o que demanda priorizar a relação, pois, assim como para Spinoza, conhecer não pressupõe uma faculdade no “interior” do sujeito, mas demanda o regime de afetação recíproca na alegre direção dos bons encontros, no qual não há um centro ou um sujeito de onde origina-se o conhecimento.

Estar fora-do-lugar, ser diferença, propicia “a condição de possibilidade (...) [das] invenções conceituais, que se inscreve então como metáfora pelo imaginário da errância” (*apud* Birman, 2006:407). Como disseram Deleuze e Guattari, é o estar fora-de-lugar que Kafka, por exemplo, soube transformar em criatividade, e construir o seu manejo específico da língua alemã e sua maneira de habitá-la, em uma das maiores ficções literárias do século XX.

Este lugar, que é de fato é o da identificação do ser humano, não é restringido nem por uma teoria do sujeito cognoscente, o sujeito no centro da metafísica ocidental pós-cartesiana, como destaca Stuart Hall, nem por uma teoria da prática discursiva. Pois enquanto a primeira

submete o sujeito à adequação a uma essência, a segunda não possibilita mais o sujeito -que é etimologicamente tanto o autor da ação quanto aquele que à ela se sujeita- discernir entre real, ilusão e delusão.

Ambas neutralizam a capacidade de julgar dado o nível pré-reflexivo que induzem, agravado pelo exercício da pragmática, ou seja, dos atos de fala independentes de sua verdade, o que impossibilita conversar. Destituído assim de sua condição humana o sujeito está imerso em algum tipo de regime de servidão, caracterizado pela transferência do poder vital de um sujeito para outro, o que destitui a ambos da condição comunicacional do ser humano.

O desafio desta condição mantém-se igualmente na cultura das telas digitais, elas que são simultaneamente elétricas, eletrônicas, optoeletrônicas e cada vez mais tácteis. O ser humano é constituído pelo que conhece, e o que conhece determina o que pensa, sente, faz, vive. E por isso nenhum conhecimento pode ser reduzido ao tratamento computacional da informação, uma vez que ele é configurado por processos de identificação coletiva, em articulação com normas públicas, o que forma circuitos de transindividuação em sucessivas bifurcações que criam os campos conceituais, os campos teóricos, os sistemas de pensamento, as revoluções científicas e as quebras epistemológicas que desautomatizam normas certificadas (Stiegler, 2015)¹¹.

O ser humano assim “centrado”, e não um centro em “si mesmo”, pois depende de sua “excentricidade”, tem a capacidade de reflexão sobre o sistema vital. Ele conversa por estar nesse lugar que é “o ponto de encontro, o ponto de “sutura”, entre, por um lado, os discursos e as práticas

que tentam nos ‘interpelar’ (...) e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se ‘pode falar’” (Hall, 2000:11-112).

É nesta dinâmica comunicacional que se inscrevem a transdisciplinaridade e a transculturalidade, pois, como Foucault mostrou, as disciplinas constituem um sistema de controle da produção do discurso, das formas de auto-consciência social que resultaram mais de decisões institucionais da ideologia liberal, que entendia que Estado, mercado, política e economia eram setores separados, do que de questões ontológicas, epistemológicas, teóricas e metodológicas internas ao conhecimento, às quais eu agrego as condições vivenciais nas quais o conhecimento é experimentado e construído pelas ações do ser humano. Estas ações são necessariamente respiratórias, musculares, esqueléticas, alimentares, etc., pois é nelas que o ser humano em rede vive, e assim sustenta, reproduz ou cria, psicopoliticamente, a cultura que legitima.

É por isso que desconstruir modelos de representação e ativar a potência “revolucionária” do desejo implica em mudar de atitude a partir da observação e correspondente mudança contínua do padrão da respiração, este primeiro, incontornável e último ato da vida humana. É neste sentido de instaurar biopoliticamente o não-platonismo que a Teoria Psicopolítica é um pensamento respiratório.

Superar a Neutralização da Capacidade de Julgar do Psiquismo e das Instituições

A separação, e a resultante fragmentação, esta *máquina-*

de-fazer-dois chamada “Ocidente”, assim sintetizado por Marcio Tavares d’Amaral, continua a operar. Jean-Luc Godard a identificou na crise do débito grego. Segundo ele, os reais credores não seriam a Comissão Européia, o Banco Central europeu, o Fundo Monetário Internacional, etc., mas o legado cultural estabelecido pela antiga Grécia. Godard lembrou que a filosofia, a democracia, a tragédia, a tecnologia e a lógica lá inventadas são os poderes usados até hoje, e que Hannah Arendt considerou indutores do autoritarismo. Desta forma todos estariam, neste sentido, devendo dinheiro à Grécia (Catalá-Carrasco, Fuente & Valdivia, 2017).

O problema não é, assim, econômico, mas cultural (Ouriques, 1975; 1992). Vale dizer, *mental*, no sentido pós-platônico. Pois o que são as políticas neoliberais de “austeridade econômica” senão desdobramento da teoria criada pela *Chicago school of economics*? E que, a partir dela, foram sendo legitimadas por expressivos coletivos humanos em todas as áreas, como no Chile quando o programa econômico detalhado feito por eles ficou conhecido como “O Tijolo”, espalhando-se inclusive, claro, através das agências de financiamento, também acadêmico, que deram passagem à virilização desta *plethora*, esta Caixa de Pandora que alimenta as estratégias retóricas de monetarização da vida?

Em 2017 o Banco Mundial defendeu, em relatório que o governo do golpe de 2016 no Brasil lhe “solicitou”¹², a total privatização do ensino superior brasileiro, fazendo tal defesa (assim como igualmente atacou no mesmo período o serviço público e a previdência deste país¹³ em consonância com o que fez em relação a vários outros, como a

Argentina¹⁴) na forma de uma emulação de artigo científico, pois cita acadêmicos, porém com dados considerados por especialistas como distorcidos¹⁵ e sem a democrática avaliação por pares e o indispensável contraditório¹⁶.

Tal posição dos sujeitos articulados em rede neste banco ocorreu exatamente no momento em que já se aprofundava, então de maneira acelerada, o antigo projeto de destruição do ensino superior público no Brasil, para manter a cultura brasileira mais uma vez no silêncio, como Paulo Freire bem identificou conversando com Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, pois o silêncio impede a cultura de participação na solução de problemas comuns (Venício A. de Lima¹⁷).

Fizeram parte desta aceleração, até então nunca vista, por exemplo, (1) o planejado desinvestimento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro¹⁸ (que mesmo assim foi eleita pela Times Higher Education, uma das principais avaliações educacionais do mundo todo, como a 11ª melhor universidade do Brasil em 2017¹⁹); (2) as pressões judiciais envolvidas no suicídio do Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina²⁰ (a sexta melhor instituição federal de ensino superior brasileira em 2016²¹); (3) e condução coercitiva do Reitor e da Vice-Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (a quarta melhor universidade do Brasil em 2017²² e a melhor de 2016²³), por problemas administrativos encontrados exatamente na construção do Memorial da Anistia Política no Brasil²⁴, problemas administrativos que “são transformados em casos policiais, para que infunda o terror nas universidades, último reduto da liberdade de pensamento no país”²⁵.

Aplicadas primeiramente no Chile, com a mentalidade

ditatorial condensada em Pinochet, e a seguir condensada em Margareth Thatcher (1979-1990) e Ronald Reagan (1981-1989), as estratégias desta mentalidade é que geram, como sabemos, uma base “material” marcada pelo ataque à educação e à saúde, às garantias do trabalho e à moradia e à previdência social, etc., bem como à natureza, para a um só tempo gerar mais rendimentos e impedir a emergência da renovação cultural que se faz necessária para superar tal irracionalidade contábil coletiva.

É neste sentido que compreendo a afirmação a seguir de Frantz Fanon, apesar de discordar que a classe dominante estaria em uma posição confortável, na medida em que promover injustiça é incompatível com a condição comunicacional do ser humano e que, assim, a violência de todos os tipos só é possível quando se é violento consigo mesmo. Portanto opor o “burguês” ao “proletário” ou ao “trabalhador” é psicopoliticamente equivocado, uma vez que os estados mentais da ignorância, ódio e ganância não se restringem, como sabemos, aos chamados “capitalistas” e nem mesmo aos “reacionários”, pois a História mostra quantos “revolucionários” e “revoluções” têm sido capturadas pela peste fascista, identificada de maneira brilhante e pioneira por Wilhelm Reich.

Afirma Fanon que o estratégico é “(...) ensinar às massas que tudo depende delas; Que se estagnarmos é responsabilidade delas, e que se avançarmos também é devido à elas, que não existe um demiurgo, que não existe um homem famoso que assumirá a responsabilidade por tudo, mas que o demiurgo são as próprias pessoas e as mãos mágicas são, finalmente, apenas as mãos das pessoas. Para colocar tudo isso em prática, para que realmente encarne

nas pessoas, repetimos que deve haver descentralização ao extremo. O movimento de cima para baixo e de baixo para cima deve ser um princípio fixo, não por preocupação com o formalismo, mas porque simplesmente respeitar esse princípio é a garantia da salvação” (Fanon, 1968:197-198).

Tal “irracionalidade” neutraliza a capacidade de julgar do psiquismo e das instituições, e sua superação teórica implica o exercício do não-dualismo próprio da experiência da comunicação, apesar de que muitos suponham ser possível praticá-lo sem passar por sua complexa, contínua e longa desimpregnação ontológica e epistemológica.

É por isso que quando a Comissão Gulbenkian para o Fortalecimento das Ciências Sociais, liderada por Immanuel Wallerstein, concluiu o seu relatório em 1996, os quatro tipos de desenvolvimento estruturais que recomendou aos administradores universitários, conselhos de investigação para as ciências sociais, ministérios da educação e/ou da investigação científica, fundações para a educação, UNESCO e organizações internacionais do âmbito das ciências sociais, etc., são todos de fundamento transdisciplinar, pois, digo eu, até mesmo as fronteiras tradicionais entre ciência, literatura e arte são ultrapassadas (Wulf, 1999, 2002, 2004): formação de mais equipes de pesquisadores transinstitucionais trabalhando durante o prazo de um ano; estabelecimento de programas integrados transversais às balizas de demarcação tradicionais e dotados de fundos para cinco anos; obrigatoriedade de dupla vinculação departamental para os professores; e trabalho conjunto inter-departamental para alunos de pós-graduação (Gulbenkian, 1996).

A simultânea fragmentação e compartimentalização geradas pela disciplinaridade, este comprometimento da capacidade de julgar, gerou as conhecidas “bolhas acadêmicas” aderidas às formações culturais hegemônicas. Diante disso a complexidade do exercício da transdisciplinaridade e da transculturalidade, face à radicalidade da capacidade de conversa que ela exige ontológica e epistemologicamente -e por isso teórica, metodológica e vivencialmente- dificultaram que a centralidade da comunicação, como transdisciplina, para a teoria social e a filosofia fosse, e ainda seja por muitos, reconhecida nos resultados das investigações e intervenções realizadas pelas múltiplas especialidades.

No entanto, esta centralidade se impôs com a exponenciação, nas primeiras décadas do século XXI, da radicalidade do mal frente a qual teóricos e lideranças sociais hegemônicas reagiram com perplexidade, apatia ou o velho ódio, pois estavam certos de que ela não retornaria. E, muito menos, com tal “vitorioso” furor: o fato é que semearam dragões e colheram rebanhos e manadas de pulgas²⁶ reacionárias.

É preciso reconhecer que a lógica de tal radicalidade distópica é muito antiga, e vem de holocaustos dos séculos anteriores ao século XX, diante da qual o ser humano não se reconhece, pois trata-se de uma desorientação completa oriunda da neutralização da capacidade de julgar que institui o psiquismo e as instituições (UNESCO, 2006:5).

Já em 1832, por exemplo, Goethe diagnosticou sua época: “Tudo (...) agora é ultra, tudo transcende incessantemente, tanto no pensamento como na ação. Ninguém

conhece mais a si mesmo, ninguém compreende o elemento no qual está suspenso e age, ninguém conhece o material que está processando. (...) As pessoas jovens são instigadas muito cedo e então arrastadas pelo redemoinho da época. O que o mundo admira e o que todo mundo busca é riqueza e celeridade. Ferrovias, correios expressos, navios a vapor e todas as facilidades da comunicação é o que todo mundo culto almeja para formar-se além da conta e, desse modo, perseverar na mediocridade”²⁷.

Portanto o problema não é de hoje. Podemos afirmar que quando se diz que se vive hoje uma época “extraordinária”, como nunca “dantes no quartel-general de abran-tes”²⁸, também por seus desafios completamente “nova”, é apenas mais uma manifestação da vaidade humana que formou o antropoceno, sendo que desta vez muito mais perigosa, pois pós-moralista²⁹ (Lipovestky, 2005b).

Exatos 100 anos depois de Goethe, em 1932, Walter Benjamin comentou em detalhes o delírio e a loucura, que, apesar de serem minuciosos, pedem a atenção: “Infelizmente é de conhecimento geral que praticamente não há nada mais contagioso do que o delírio e a loucura. (...) O delírio se assume por imitação, muitas vezes sem se dar por conta, por complacência, pelo simples fato de estar convivendo com o delirante, pela participação em suas restantes boas intenções, por boa-fé. O delírio se transmite do mesmo modo que o bocejo, assim como os traços faciais e estados de ânimo passam de uns para os outros, ou uma corda musical responde harmonicamente a outra. Soma-se a isso ainda a diligência do delirante em confiar-nos as opiniões favoritas de seu ego como se fossem jóias, e ele sabe bem como se comportar para fazer isso; quem para agradar um amigo não começará delirando inocen-

temente com ele, para logo depois chegar a uma boa-fé poderosa e transplantar essa sua fé nos outros com a mesma diligência. (...) O delírio, justamente por ser delírio, gosta tanto de companhia; é nela que ele se revigora, porque se estivesse por conta própria não teria razão de ser nem certeza de nada; tendo essa finalidade, até a pior companhia é a melhor coisa para ele” (Benjamin, 2013:82).

Um exemplo emblemático da perseverança nesse delírio e loucura, é a saída dos Estados Unidos do *Acordo de Paris*, em 2017, com acerto considerada uma “atitude perversa” pelo Papa Francisco: “Devemos evitar quatro atitudes perversas: negação, indiferença, acomodação e confiança em soluções inadequadas, que certamente não ajudam pesquisas sérias e honestas nem um diálogo produtivo sobre a construção do futuro do nosso planeta”³⁰.

articulada com afirmação feita, em 30 de maio do mesmo ano, por H. R. McMaster e Gary Cohn, dois dos mais importantes consultores do então presidente norte-americano, Donald Trump: “O mundo não é uma ‘comunidade global’ mas uma arena na qual nações, atores não-governamentais e negócios se engajam e competem por vantagem”³¹.

Tal explicitação obscena do padrão identificado por Benjamin parece ter deixado bastante preocupados os responsáveis pelo jornal Washington Post -até porque o New York Times o sintetizou no slogan “Se algo é ruim para o resto do mundo provavelmente é bom para os Estados Unidos”³²- que publicou tal declaração de McMaster e Cohn sob o título “América primeiro não significa América sozinha”³³.

A relação de manifestações da brutalidade potencial do ser humano é inesgotável, o sabemos fazem séculos. Ela transformou-se no “sentido” da sociedade mundializada, desprovida do *sentido* que é a condição comunicacional do ser humano, condição que, apesar de não se modificar com o passar do tempo, e portanto de não ser uma essência, mas o modo como a vida e o mundo se dão -o campo em que *imana* o humano.

A recusa da comunicação como *sentido* elimina a experiência emancipatória do *mesmo*, entendido este não no sentido de unidade unificadora e totalizante que exclui o confronto e a valorização da diversidade, mas como o *comum* que deriva da potência da multiplicidade de comunicar-se e agir em rede dada a condição irrefutável do co-surgimento interdependente da vida e do mundo.

As Duas Direções do Ódio e as Auroras que Ainda Não Despontaram

É por isto que tal recusa, gerada pela impossibilidade epistemicida do Ocidente, que ainda prevalece, de abrir-se ontológica e epistemologicamente ao não-dualismo presente na *face do outro* (Levinas) -como por exemplo na do *outro dele mesmo* (em culturas européias ancestrais), no inventado *Oriente* (Said, 1990) e nas epistemologias pré-hispânicas e africanas- construiu a cultura da “comunidade inoperante” (Nancy, 2000), da decepção, indiferença, vingança, cansaço, desorientação, depressão, *burnout*, e etc., capturada e totalizada pelo sentido perverso da irracionalidade contábil. Esta que é sintoma da mentalidade que experimenta o *outro* como uma exterioridade absoluta, o que implica necessariamente no desconforto (equivocada

e frequentemente identificada como “zona de conforto”) que é o isolamento, o estranhamento em relação a tal *outro*, só possível no estado mental do ódio, da in-comunicação, que move a “vontade imobilizadora” apontada por Paulo Freire; e que, para mim, tem esta origem e se manifesta condensada em um dos dois polos criados pela fratura dualista:

1. de um lado, o ódio contra si. O desejo de “justiçamento” de algum aspecto da história psíquica que o sujeito recusa incorporar como parte legítima de sua experiência, entendendo-a como um fracasso, como morte de seu potencial sucesso. Esta tendência manifesta-se, por exemplo, no transtorno mental da depressão pandêmica³⁴, que aumentou em 18% no mundo entre 2005 e 2015, o que aumenta a incidência de transtornos de uso de substâncias e outras doenças como diabetes e cardíacas³⁵ e articula-se com o transtorno de ansiedade, do qual o Brasil tem a maior taxa do mundo de acordo com a OMS, e que gera US\$ 1 trilhão de perdas por ano para a economia global³⁶, enquanto argumenta-se que a “crise” adviria dos “gastos públicos” e os países considerados mais desenvolvidos do mundo, ao contrário, mantêm educação e saúde inteiramente gratuitos;
2. do outro, o ódio e o desejo irracionais de justicamento imediato de alguém ou de algo, a qualquer custo e da maneira que for, para tentar descarregar a insuportável frustração do ser humano de não poder realizar sua condição comunicacional, cuja possibilidade depende, vimos, do fortalecimento crítico da capacidade de julgar, da construção do julgamento compartilhado da verdade através da construção em comum do melhor

argumento que é, a um só tempo, cognitivo e afetivo, e verdadeiro por possibilitar fazer vigorar a comunicação.

É assim que a violência instaura o regime de servidão, exponenciado no *estado de exceção*, pois suspende a comunicação e produz psicopoliticamente “inimigos internos” e/ou “inimigos externos”, através da “certeza moral” (Del Valle, 2017b, 2017e; Del Valle & Gaete, 2017) -portanto uma *certeza mental* gerada pelo comprometimento da capacidade de julgar (Poulain, 2017)- que opera a “sujeição criminal” (Misse, 2010; 2018), tornando o crime o ser do sujeito, e para isto orienta-se pelo “Direito Penal do Inimigo” (Jakobs & Meliá, 2007) de maneira a dirigir um ataque absoluto, que quer definitivo, contra “ele”; que, no entanto, nunca para de ressurgir, em uma obsolescência contínua de inimigos, metaorganizando-se nesse “exorcismo cívico” de série interminável de “judas de plantão”, acompanhada da emergência igualmente contínua de “salvadores da pátria”.

As duas direções do ódio, contra o *outro de si* (a parte que o sujeito censura de seu psiquismo) e o *outro do outro* (a parte que é censurada das instituições sociais) -ambas retro-alimentadas, pois para odiar o *outro* é preciso odiar a *si mesmo*, vale dizer, odiar a própria condição comunicacional- compõem de maneira não-dual o padrão identificado por Foucault, no qual estão articulados, no interior mesmo das estruturas políticas, uma combinação muito complexa de técnicas de individualização com procedimentos totalizantes, dentre os quais as pseudamente “terapêuticas”, uma vez que apenas positivam a “otimização” do sujeito obediente para que ele se imagine no gozo; e portanto, digo eu, de um gozo que será perverso, como o da monetarização da vida e do mundo.

O lado emancipador deste estado obsceno de grande sofrimento é que exponenciado na espetacularização, como dito, ele torna-se claro para muitos, pois o ser humano, dada a sua condição de modo imanente, não consegue submeter-se por completo, enquanto espécie, ao ditame desta “positividade”.

O “grande sofrimento”, sabemos, estimula o heroísmo de muitos, Nietzsche registrou este fato em *A Gaia Ciência*, a abrir ainda mais as velas, enfrentar a tempestade, pescar a dor e assim conservar a espécie por lidarem com a *falta* que se apresenta; por perseverar no conhecimento e compreensão dela e, desta maneira, aproveitar toda a profundidade, mistério, inteligência e argúcia humanas para não se atrofiarem até o fim e desfrutarem, como ele disse em *Aurora*, inspirado na leitura que fez do Rig-Veda, Livro dos Hinos³⁷, as muitas auroras que ainda não despontaram.

O *Hino 113* deste que é o documento mais antigo da literatura hindu e uma das escrituras mais antigas do mundo, escrito por volta de 1.700-1.100 a.C., deixa claro: “Guia brilhante dos faladores da verdade, a aurora de muitos matizes é reconhecida por nós: ela abriu as nossas portas, tendo iluminado o mundo, ela revelou as nossas riquezas. (...) devolve todas as regiões (que foram engolidas pela noite). (...) A opulenta (aurora) desperta para o esforço o homem prostrado no sono (...) Ela habilitou aqueles que eram quase cegos a verem distintamente” (Rg Veda, 2013:334).

A exponenciação do espetáculo que se oferece à capacidade de julgar, que é desafiada a ver de maneira clara, é, como se sabe, proporcional ao investimento realizado nas

tecnologias da informação e da comunicação, como o foi igualmente nos tempos de Goethe, agora sob uma forma muito mais requintada com as *tecnologias psicopolíticas da mente* que, é decisivo conhecer e compreender, sempre estiveram com o ser humano, a determinar suas formas de vida, modos de produção e formações sociais, inclusive as tecnologias políticas do corpo.

A Mente é Incorporada

Ver a comunicação como encontro de corpos permite ver que o encontro, em verdade, é de mentes, pois a mente é incorporada, e é ela que precisa ser desconstruída e reconstruída em termos de formações históricas, genealógicas e discursivas. A mente é o último resíduo ou local de refúgio do ser humano, parafraseando Foucault quando ele, como se sabe, fala do corpo, este que para Spinoza é o inconsciente do pensamento.

A capacidade de pensar, querer e julgar, esta que é própria da condição comunicacional do ser humano, é *incorporada*, ao contrário do que pensaram Platão, Sócrates e Aristóteles, quando afirmaram que a inteligência do homem não poderia ser assimilada ao corpo, nem entendida como uma “realidade física”.

Este fato é demonstrado pelas *teorias da cognição incorporada*, baseadas em resultados de pesquisas científicas experimentais, majoritariamente em neurobiologia da cognição e psicologia cognitiva, e referem-se a um relato específico de como a mente representa e processa a informação.

Pesquisadores trabalhando com questões aparentemente diversas -reconhecimento da expressão facial, para que

a linguagem é usada, a resposta empática e como as metáforas surgem e funcionam- vêm confirmando diferentes aspectos destas teorias que comprovam que os processos mentais são incorporados e, assim, não “abstratos”, não “subjetivos”, como oposição dual ao que seria “objetivo”, “material”: “Nas atualizações recentes de tais teorias, os processos mentais são chamados de ‘incorporados’ porque uma re-experiência incompleta, mas cognitivamente produtiva, é produzida no cérebro como se o indivíduo estivesse lá na própria situação, no próprio estado emocional, ou com o próprio objeto de pensamento (Niedenthal & Maringer, 2009:122).

Ou seja, o pleno processamento neurológico vinculado à cognição e, mais especificamente à linguagem, depende de ativações dos sistemas sensório-motor e afetivo. A informação codificada pelos sentidos é armazenada na memória como símbolos abstratos funcionalmente especializados em relação aos sistemas neurais originais (os da visão, olfato e audição, por exemplo) que os codificaram em primeiro lugar (*id.*). Há portanto uma base perceptual ou experiencial na memória relativa aos eventos externos e internos que o ser humano experimenta, o que dissolve a idéia dualista de um corpo e de uma mente como entidades em separado³⁸.

É nesse sentido que entendo que as três ecologias de Guattari -ambiental, social e mental- são de fato apenas uma, a ecologia mental, no sentido de Gregory Bateson, pois o que a ecosofia reconhece é, a um só tempo, a centralidade da mente e de seu compromisso ecológico (Ouriques & Werner, 1975). Vejamos um pouco mais esta questão.

Deleuze entendeu, com Foucault, que o regime disciplinar se organiza como “corpo”, ao passo que a sociedade de controle se comporta como “alma”: ela “é etérea” (Deleuze, 2006:2). Eu entendo que é na sociedade de controle do regime neoliberal, manifestação dos regimes de servidão, que se torna mais fácil aceitar, conhecer, compreender e vivenciar o papel determinante da mente, o que demanda ir adiante, como disse, da ontologia e epistemologia dualistas, que ainda prevalecem nas teorias sociais e da filosofia, para escapar da dualidade corpo/alma.

Guattari mesmo insistia na superação das oposições dualistas tradicionais. Muito do caminho na direção do não-dualismo já foi percorrido. O trabalho de Foucault mostrou o ser humano encarnado no corpo. A Teoria Psicopolítica mostra como, em verdade, a mente é encarnada no ser humano. Por isso o ser humano é a mente.

Dito de outra forma, agora podemos compreender, pensando nesta aurora que desponta, que o corpo incorpora na mente, se fazem um na perspectiva não-dualista. Da mesma maneira que o ser humano transitou, ao longo de milênios, do animal que vive e que também pode ter uma existência política, como para Aristóteles, para o homem moderno, em cuja política está colocada a sua vida, como compreendeu Foucault, podemos compreender agora que a vida humana está colocada na mente do ser humano. Na sua capacidade de pensar, querer e julgar psicopoliticamente: mesmo o “pós-humano” *Robocop*, filmado por José Padilha, um *cyborg* absolutamente radical, pois do personagem humano havia sobrado apenas a cabeça, pulmões e coração e todo o resto tinha gênese maquínica, tem a sua mente pensando, querendo e julgando com o “corpo biônico” que ele experimenta.

Ou seja, o “pós-humano” continua humano, pois por mais radical que seja a intervenção -que é importante lembrar, tende a servir apenas ao elitismo dados os seus custos aristocráticos- o sujeito na experiência maquínica continua no exercício da capacidade de julgar.

O que Judith Butler compreendeu nos permite avançar e compreender este fundamento da Teoria Psicopolítica: a mente não é sobre-determinada pelo corpo, ela determina o corpo, pois ela determina inclusive o gênero do corpo. Ela não depende portanto da “base material”.

Como bem diz Triz, que canta em gênero neutro, “ser homem ou mulher não está na carcaça, ou seja, no corpo humano, mas na nossa cabeça”³⁹. E detalha tal “elevação mental” (título de seu *rap* de merecido sucesso): “Existem transbinários (que se identificam com homem ou mulher) e trans não binários (que não se identificam com nenhum dos dois gêneros). (...) Minha mente não é a de uma mulher e também não é a de um cara. Embora tenha vagina, nunca me considereei menina. Eu não me reconheço como mulher e muito menos como homem”⁴⁰.

Triz tem razão, porque a mente de fato determina tudo. Determina a maneira como o sujeito reage ao lugar em que emerge na história, seja esse lugar de gênero, de etnia, de raça, de política, de economia, seja o que for, inclusive é através da gestão psicopolítica em rede que o sujeito faça de seu território mental (Ouriques, 2009a) que ele evitará a tendência histórica de emergir de lugares de opressão oprimindo outros. Por isso discordo, neste ponto, de Byung-Chul Han, de que a psicopolítica, como “indústria da consciência” (Han, 2014:37), seria a forma de governo apenas do neoliberalismo. A psicopolítica, por isso ela

precisava de uma teoria, é a forma de governo, de autogoverno, do humano.

A Teoria Psicopolítica Não Tem Fora: A Superação da Corrupção Ontológica e Epistemológica

A dificuldade ontológica e epistemológica causada pela longa tradição dualista, que ainda prevalece, impediu a verificação de que a psicopolítica é, de fato, a forma de todos os governos, porque ela é própria da condição comunicacional do ser humano. O ser humano é psicopolítico, psicopoder.

Por isto a necessidade de uma “sutura” ontológica e epistemológica do psiquismo e das instituições, assim como da natureza e da cultura, que foram seccionados de forma traumática pelo dualismo, esta corrupção ontológica e epistemológica da condição humana, que gera a corrupção sistêmica.

É por isso que a psicopolítica precisava de uma teoria para superar “a inabilidade de pensar o desastre” (Toufic, 2017:109), reconhecido pela comunidade científica, pelo menos, frente ao retorno no século XXI dos demônios do fascismo do século XX. É assim que ofereço a Teoria Psicopolítica à fraterna conversa transdisciplinar e transcultural do seu aprofundamento e sistematização em rede.

A Teoria Psicopolítica retira as narrativas crescentes sobre a psicopolítica da dimensão de:

- (1) serem apenas um diagnóstico sobre o mundo, sem dúvida correto mas moralista, e, ainda por cima limitado, pois afirmam que se trataria apenas, como dito, de

como a opressão ocorre no mundo neoliberal ou capitalista, quando é pela via psicopolítica que a opressão ocorre em todos os regimes de servidão; e, por isto,

(2) conhece e compreende a psicopolítica como a via de emancipação frente a tais regimes como teoria capaz de neutralizar e superar as predisposições dos sujeitos, que são manipuladas pelas operações psicopolíticas que fazem a ortopedia minuciosa de suas operações mentais, tornando-as automáticas; e, assim, dessubstancializam o sujeito como ser humano através de sua desterritorialização em relação ao próprio território mental.

É assim que são controladas as operações do corpo, a partir de suas operações respiratórias, musculares, esqueléticas, alimentares, etc., sujeitando o poder vital, tornando o ser humano ou vampiro ou zumbi, e, assim, tão “útil” quanto “descartável”.

Apenas quando se conhece e compreende a mente desta maneira é que se elimina finalmente o “fora” da metafísica. Pois o foco no “corpo” ainda implica necessariamente em um fora, a mente que o olha e nomeia “de fora do corpo”. É por isto que o foco da Teoria Psicopolítica na mente -incorporada, não-platônica- não tem fora.

Foucault havia esboçado isso de alguma forma, concordo neste ponto com Byung-Chul Han (2014:34), pois ele pensava que na genealogia do sujeito na civilização ocidental é necessário levar em conta dois conjuntos de técnicas: as técnicas de dominação de indivíduos e as técnicas do *self*, em especial de como o *self* gera a dominação em si mesmo. Ele estava interessado na questão a qual a Teoria Psicopolítica se dedica: o ponto de contato entre

estes dois conjuntos de técnicas, onde indivíduos controlados por outros se articulam com indivíduos que se controlam por eles mesmos. Para Foucault esse ponto de contato é o que podemos chamar, segundo ele, de *governo* (Foucault, 1993:203).

É no sentido do entendimento deste *governo* é que a Teoria Psicopolítica expõe a mente marcada por completo pela história, bem como expõe a história que arruína a mente, como a tradição foucaultiana fez em relação ao corpo e acabou transformando-o em uma instância metafísica, como Hall bem percebeu: “Penso que o ‘corpo’ adquiriu na investigação pós-foucaultiana, um valor totêmico, precisamente por causa dessa posição quase mágica. É praticamente o único traço que resta, no trabalho de Foucault, de um ‘significante transcendental’” (Hall, 2000:122).

Apenas quando expomos a mente, ou seja, a temos no foco da teoria social e da filosofia, é que desaparece, de fato, reitero, o “fora” da metafísica. O ser humano é a mente, incorporada, conhecida e compreendida portanto de maneira não-dual: o referente suficientemente estável que serve de base para o auto-reconhecimento na identificação e a compreensão do outro.

Pos este motivo é também um equívoco dualista afirmar, como Byung-Chul Han o faz ecoando Foucault, que “a técnica disciplinar opera não somente sobre o corpo, mas também sobre a mente” e que, por isso, “a psiquê não está no ponto de mira do poder disciplinar” e “não tem nenhum acesso ao pensamento ou às necessidades internas” (Han, 2014:27).

Neste sentido a necessidade não é, como ele defende,

de que Foucault tivesse realizado “o giro à psicopolítica” (*id.*:29), mas a necessidade é que a teoria social e a filosofia que ainda prevalecem realizem o giro para o não-dualismo, pois é apenas assim que se torna possível compreender porque as operações psicopolíticas endereçadas à opressão funcionam: porque são baseadas no não-dualismo para atingir a mente, o que, para fins de emancipação do psiquismo e das instituições, é ocultado ou ignorado.

É muito importante o fato de Foucault ter dito que talvez tenha insistido demasiado no tema da dominação e do poder e que estava, já em sua fase final, cada vez mais interessado nas “tecnologias do eu” (Foucault, 2008), como acabamos de ver: a história de como o sujeito atua sobre si mesmo nas inter-relações, isto é, nos atos mentais em rede nos quais o sujeito se auto-constrói, reconfigura ou não discursos e formações culturais, e é reconhecido pelos outros como um sujeito que enuncia um discurso verdadeiro, esta que é a condição da linguagem.

Por isso a Teoria Psicopolítica está focada em especial nos processos de superação da obediência, de como o sujeito desarma a aderência às formas aletúrgicas⁴¹ (de manifestação de verdades) que ritualizam a “verdade” sobre ele mesmo nas interpelações que lhe são feitas pelas formações culturais, configuradas pelas políticas de cultura que determinam quem tem o poder de definir o que é legítimo ou não de tratar, administrando territórios, hierarquizando sujeitos e consagrando narrativas; vale dizer, gerenciando territórios mentais.

Desarmar pacientemente este processo é a um só tempo uma atividade poética experimental, de bancada, e poé-

tica, esta no sentido de Alex Varella, em seu poema *Nosso mito*⁴²:

*“O mundo estava às escuras.
Tudo era regido então pelo breu da Grande Indistinação.
O dia em que acendem a luz da Poesia
Tudo ficou tão claro,
ainda mais indistinto.
Passou a ser regido então
pela luz da Grande Indistinação.
Poesia é a arte de alcançar de novo a indistinação.
De alcançar a indistinação pela luz,
não pelo breu.”*⁴³

O Encontro Não-moralista da Perspectiva Comum

É consenso que o chamado “sistema”, “capitalismo”, “neoliberalismo”, “estado de exceção”, etc., e, acrescento eu, todo e qualquer regime de servidão, manifesta-se de maneira dual -em uma vertente verifica-se sua capacidade de instaurar a opressão que restringe, ameaça e silencia e em outra sua capacidade de criar um horizonte de salvação, portanto de abrir um horizonte soteriológico. Estes dois eixos são produzidos estrategicamente através das operações psicopolíticas e são assim organizados e efetivados nos *Aparelhos Psicopolíticos da Cultura* (ver *Capítulo 3*):

1. de um lado é construído e instaurado cuidadosamente o medo, o “terror”⁴⁴. Ele é atribuído a um “inimigo externo” e/ou a um “inimigo interno”⁴⁵ -seguindo o padrão “o inferno são os outros” denunciado por Sartre-que são responsabilizados pela sempre eminente e

perpétua ameaça da “catástrofe” (Žižek, 2003) fabricada em todos os aspectos da vida, como as “crises” que nunca acabam. Esta ameaça é identificada também a organização e os protestos dos movimentos sociais e de qualquer outra desobediência logo narrados, em graus que dependem do contexto e do momento, como “terrorismo”;

2. e, do outro, é construído e oferecido um “paraíso” e um “salvador”, ou “salvadora”, para concretizar a esperança de salvação, e ele é atribuído a determinadas figuras públicas e correntes de pensamento, à tecnologia e ao consumo, aprofundando a experimentação total do mundo, no sentido de Humboldt.

Tanto o espetáculo do “terror” quanto o espetáculo do “paraíso” funcionam com grande eficácia pois dirigem-se à predisposição dos seres humanos à segurança e à proteção, esta que é a *figura de felicidade* que o ser humano experimenta em sua constituição como ser de linguagem, instituído justamente no estado mental da segurança e da proteção em que aprende a fazer o mundo falar de maneira favorável a ele ao exercitar a escuta a voz da mãe, da função-mãe, da função-pai, e, aos poucos, da função-fraterna.

Tais operações globais são, assim, possíveis dada a corrupção ontológica e epistemológica que o dualismo provoca ao violentar a condição comunicacional do ser humano. É por isto que os sujeitos facilmente aderem ao espetáculo descrito acima, que lhes é oferecido pelo monopólio das aparências (Debord, 1997).

A ferida provocada pelo trauma do dualismo, ao negar o mundo real da cultura de comunicação, é continuamente

re-traumatizada pelos efeitos do axioma hobbesiano, cristalizado metafisicamente como essência -como verdade absoluta- pelas teorias sociais e a filosofia hegemônicas.

Apesar de que esta não tenha sido a intenção de Nietzsche, pois ele insistia na necessidade de um ordenamento hierárquico dos valores tendo como referência a “vontade de potência” ou, mais ainda, o conceito de “vida”, uma vez que estava consciente de que apesar de que possam existir infinitas perspectivas isso não significa que toda e qualquer perspectiva seja válida (Gori & Stellino, 2014), o perspectivismo moral combinou-se com o axioma hobbesiano e bloqueou o encontro e construção do *comum* durante o século XX.

O fato é que o relativismo acabou por alimentar o egoísmo ético que tornou-se com a perspectiva hobbesiana um axioma e, assim, foi aprofundada a síndrome histórica de destruição do Estado e pelo Estado, uma vez que este “ele salvador” imaginado metafisicamente em 1651 é capturado pelos seres humanos que “fora dele” estão convencidos de serem incapazes de controlar sua agressividade para obter o que necessitam ou pensam necessitar -ou seja, serem incapazes de encontrar uma *perspectiva comum*.

Sabemos que Spinoza desqualificou o bem e o mal como valores morais, transcendentos, como valores em si como o fez Platão, incorrendo neste equívoco que Nietzsche considera que é o mais nocivo. Spinoza trata então dos bons e maus encontros, focando-se desta forma nos relacionamentos, na condição comunicacional do ser humano. Por isto ele foi considerado um imoralista, pois para ele a ética é outra coisa que a moral, e está centralizada nos referidos bons encontros, portanto na ação refe-

renciada na lógica dos afetos, mas não de qualquer afeto mas, sim, dos afetos da qualidade do estado mental da alegria, que é a base do sistema físico de afetos, voltado contra a tristeza.

Não basta, portanto afirmar uma teoria “do afeto”, como eu dizia já em 1992 quando apontava que o vigor da comunicação depende da qualidade dos afetos (Ouriques, 1992). É de nossa responsabilidade o realinhamento de nossos quadros teóricos, de maneira a ajudar a fortalecer o referido descondicionamento psicopolítico em rede do sujeito, em sua relação com seus processos cognitivos, afetivos e volitivos, portanto às paixões, que determinam a sua capacidade argumentativa e, assim, a qualidade emancipadora ou não do afeto que determina a sua ação no mundo.

Pois como se sabe, passamos a remeter o sujeito ao desejo (portanto ao afeto) desde o final do século XIX, e assim o fizemos ao longo de todo o século passado, e o resultado está aí: a totalização pelas paixões capturadas pelo fundamentalismo do “crescimento ilimitado”, segundo o qual o sujeito supõe experimentar a “liberdade”, quando em verdade está submetido ao regime de servidão voluntária, no exercício dos tristes papéis (pois anti-sociais, negação da autopoiese) de “dominador” e “dominado”.

Para Spinoza onde vigora o estado mental da tristeza há relação de servidão, com suas regras coercitivas e codificadoras da moral, que geram a alternância entre medo e esperança, esta ao anunciar a “boa nova”, o horizonte soteriológico das operações psicopolíticas ao qual me referi anteriormente, superáveis apenas pelas regras facultativas que permitem o vigor da natureza do ser humano, que é a

de um ser potente que descobre que são os bons momentos que lhe permite fazer vigorar sua potência. O que é, digo eu, na mesma ordem da instituição do ser humano como ser de linguagem na escuta da voz da mãe.

É desta forma que, de acordo com a Teoria Psicopolítica, os bons momentos, como fonte de referência para a capacidade de julgar que possibilite a construção de uma perspectiva *comum*, superam a tensão dualista entre as visões universais essencialistas e as visões locais da multiplicidade, cuja adoção no primeiro caso gerou, em termos da história do Ocidente, o regime de servidão da Igreja e, no segundo caso, pela religião do capitalismo (Benjamin, 2013), no sentido do autismo neoliberal (Poulain, 2017).

É por isso que é preciso retomar o caminho apontado por Spinoza (1632/1677) na filosofia política do século XVII, quando o caminho de seu contemporâneo Thomas Hobbes (1588/1679) tornou-se hegemônico, com as consequências trágicas presentes no século XXI, que confirmam que o vigor da perspectiva comum depende não do estado mas da cultura.

Ambos partem, como se sabe, da ideia de Direito Natural, ou jusnaturalismo, que fundamenta o Direito na avaliação das opções humanas sob a perspectiva de fortalecer o agir de modo razoável e bom, como bens humanos, como direitos fundamentais.

Para Hobbes, o direito natural aparece como a expressão reativa do que entende como *estado de natureza*, selva-gem, e do qual os seres humanos abdicam, delegando-o a um soberano, na forma do Estado e através do contrato social, em uma tentativa de cooperação que é fundada assim no medo recíproco de uns em relação aos outros pois

todos estariam condenados, por natureza, a julgar baseados em estados mentais reativos movidos por afecções que querem a glória vã, o reconhecimento e a fama proporcionados pelo acúmulo de riqueza e poder.

Para ele, sem a coerção e a correspondente punição, ambas pelo Estado, restaria apenas a degradação provocada pela multidão, que ele entende como a multiplicidade de seres humanos com desejos conflitivos entre si, com cada um insistindo no direito de valer-se de quaisquer meios para obter o que deseja. Ele chegou a esta conclusão em uma época ameaçada por guerras civis e marcada pelo assassinato de Henrique IV, na França, e pela execução de Carlos I, na Inglaterra.

Já Spinoza entende que o direito natural determina o ser humano a perseverar como uma potência de criação, na qual a busca pela conservação é apenas um dos aspectos. Este entendimento, que de alguma forma sincroniza com o de *indivíduo-mais* (ou seja, indivíduo-ambiente) de Vygotsky, choca-se com o de Hobbes, que opera com a oposição dualista entre o estado de natureza e o estado civil.

É assim que enquanto Hobbes centraliza sua filosofia política na obediência civil, Spinoza centraliza a sua ao redor de um conceito novo, o *conatus*, pois ele entende que cada coisa à medida que existe em si esforça-se para perseverar em seu ser, o que ocorre não graças à força da coerção, mas pela potência da multidão, da *potentia multitudo*, orientada pelas afecções alegres para os bons encontros, que permitem, digo eu, a coesão social, pois constituem a potência individuante criadora e permitem que tal coesão cresça, pois é o oposto da moral como teoria dos deveres.

Por isso a *multitudo* jamais pode ser dissolvida, pois ela em verdade não é uma soma das potências mas a potência que emerge da ampliação de cada potência una, esta que se constitui na escuta da voz da mãe, escuta na qual o ser humano se institui neste bom encontro, a figura de felicidade, do qual depende a qualidade emancipatória ou não de sua fundação.

Este bom encontro não é da ordem transcendente e, assim, da ordem do Estado, e nada tem a ver portanto com o medo da punição e com a esperança da redenção divinas as quais me referi anteriormente. Por isso rejeita radicalmente a obediência a um Deus tirano e antropomorfizado que reinaria sobre o mundo dos homens e teria criado a natureza, o que destituiu por completo o bom encontro que institui o ser de linguagem de construções teológicas.

Concordo com Spinoza que Deus não está acima da natureza, pois Deus é natureza e pertence a este mundo aqui, como potência infinitamente infinita, no qual o ser humano é destinado não à monarquia, como em Hobbes, na qual o Rei é o povo e a multidão ameaçadora os súditos, mas à democracia, na qual a multidão é a multiplicidade coesa pela potência de criação, na qual nenhum ser humano cede seu direito natural à vida a um outro ser humano ou à uma assembleia deles, que passa a tomar decisões em seu nome.

Ao expurgar artificialmente as paixões do espaço público Hobbes as recalcou de maneira dual no território do “privado”, do “pessoal”, do “psicológico”, reprimido por este pacto que interiorizou o ressentimento do trauma ontológico e epistemológico do dualismo sem dele tratar, o

que gerou a quarta etapa do processo civilizatório identificada por Norbert Elias (Elias, 2016) -a etapa descivilizatória (voltarei ainda neste capítulo a este tema), na qual a corrupção das elites do Estado contaminam todo o psiquismo e as instituições, pois é uma cultura, uma formação cultural, um modo cultural, uma mentalidade.

Tal certeza hobbesiana orienta, assim, por exemplo, o prêmio Nobel de economia James McGill Buchanan, na esteira do neoliberalismo de Friedrich Hayek e Ludwig von Mises e do “supremacismo dos proprietários”, que sustentado por John C. Calhoun, filósofo político defensor da escravidão⁴⁶ na primeira metade do século XIX (quando chegou por duas vezes a ser vice-presidente dos Estados Unidos, além de ter sido secretário de Estado), ecoa na fala de Donald Trump quando ele defendeu, como presidente, a manutenção dos símbolos confederados, cuja eliminação esteve exatamente no centro da tragédia de Charlottesville⁴⁷.

Buchanan e Calhoun sintetizam esta mentalidade, segundo a qual a liberdade consiste no direito absoluto de usar a propriedade segundo o desejo de cada um, pois qualquer limite seria ir contra os proprietários em nome das “massas desqualificadas”. Foi esta retórica de Calhoun, aplicada à escravidão, que influenciou decisivamente as ameaças sulistas de secessão.

James Buchanan é conhecido por sustentar a “teoria da escolha pública”, aprofundando e irradiando academicamente a tradição⁴⁸, que há quem diga começou com Jean-Charles de Borda e Marquês de Condorcet no último quartel do século XVIII, segundo a qual ninguém deveria ser tributado contra sua vontade, uma vez que os “ricos”

seriam explorados por políticos que usam o voto para reivindicar, por meio de impostos destinados a pagar o bem-estar social, o dinheiro que outros ganharam. Daí as “políticas de austeridade”, que instauram a austeridade dos que não são ricos.

É isso que se tem ouvido no mundo todo, como no Brasil do golpe de 2016 e dos golpes que se seguiram. A corrupção ontológica e epistemológica que o dualismo gerou e gera em relação à condição comunicacional do ser humano é a mesma que surge na forma da corrupção, por exemplo, dos políticos que continuam a representar, em sua maioria, a corrupção sistêmica do modelo mental que ainda prevalece não apenas “neles” mas na sociedade em geral, onde se generalizar as mercadorias políticas (Misse, 2010b). O “outro” deixa de ser complementar e passa a ser experienciado como um “inimigo por princípio e por fim” -aquele que se saqueia.

É assim que esta mentalidade afirma que os trabalhadores formarem sindicatos, existirem impostos progressivos sobre a renda, regulamentação da propriedade dos meios de comunicação e controle social da mídia, etc., seriam ações discriminatórias -no caso da mídia, de “censura” e ataque à “liberdade comercial de expressão”- contra os proprietários do capital. E que qualquer conflito como esses entre a “liberdade” dos ricos fazerem o que quiserem e a democracia deve ser resolvido em favor de tal “liberdade”.

Por isso as “políticas de austeridade” são a densificação máxima dos quarenta anos mais recentes deste tipo de pensamento anti-comunicacional e, por isso, inumano, chamado, de forma falsa, de neoliberalismo, pois ele prati-

camente nada tem a ver com o liberalismo, na medida em que este respeitava pelo menos um conjunto preciso de contenções.

É assim que o terror provocado psicopoliticamente no ser humano e suas sociedades por esta cultura mundializada da indiferença empurra o ser humano na direção do referido “mercado do paraíso”, o que aumenta a concentração de riqueza que, por sua vez, aumenta o horror da indiferença, e assim sucessivamente, até o ponto em que a teoria social e a filosofia dissolvam ontológica e epistemologicamente esta roda de sofrimento. Este é o sentido da Teoria Psicopolítica.

As Teorias da Comunicação da Primeira Metade do Século XX e a Desculpa Para Não Pensar

Desde a primeira metade do século passado sabe-se que a “subjetividade” e sua encarnação em sujeitos, grupos e instituições estão indissolivelmente ligadas, como a teoria da comunicação daquele período codificou a partir dos Estados Unidos, criando por exemplo a potência da propaganda e das relações públicas, que unificam a percepção e oferecem um mundo acabado, que serve como uma “desculpa para não pensar”⁴⁹.

Até 2016 havia um consenso que a interferência do Pentágono, da CIA e da NSA em Hollywood seria relativamente pequena, mas livros então editados como *The CIA in Hollywood*, de Tricia Jenkins, *In Secrecy's Shadow*, de Simon Sillmetts, e *National Security Cinema*, de Tom Secker e Matthew Alford, este em 2017, mostraram melhor a ex-

tensão deste fato que, segundo os autores visa silenciar visões críticas no cinema e obter apoio da opinião pública para o estado de guerra permanente.

Tal extensão surgiu, em especial, do exame de quatro mil páginas de documentos disponibilizadas pelo *Freedom of Information Act*, realizado por Secker e Alford, que comprovaram, como eles reportam, que esta interferência nos roteiros ocorreu em mais de 800 importantes filmes e mais de 1.000 títulos de TV, sendo que filmes como *Fields of Fire*, *Top Gun 2* e *Countermeasures* foram rejeitados “devido a aspectos politicamente controversos dos scripts”⁵⁰.

Da relação documentada de roteiros “adaptados” estão *Jogos do Poder* (*Charlie Wilson's War*), *Entrando numa Fria* (*Meet the Parents*), a série *James Bond*, a franquia *Transformers*, os filmes Marvel Comics (*Homem Aranha*, *Wolverine*, *X-Men*, *Capitão América*), os filmes DC Comics (*Batman*, *Super-homem*, *Mulher Maravilha*), os programas *Hawaii 5-O*, *America's Got Talent*, *Oprah*, *Jay Leno*, *Cupcake Wars*, inúmeros documentários produzidos pela PBS, History Channel e BBC, a aventura *James Bond Thunderball*, o suspense *Tom Clancy Patriot Games*, assim como *Salt*, e um episódio de *Top Chef*, no qual o então diretor da CIA Leon Panetta é mostrado dispensando a sobremesa para atender a um assunto urgente de seu trabalho, sem que fique claro tratar-se de cena real ou de dramatização⁵¹.

Esta intenção de espetacularizar, a partir da referida predisposição constitutiva do ser humano à segurança e proteção, exponencia-se com os *big data* e a *inteligência artificial*⁵², ao ponto que em seu clássico artigo de 2008, Chris Anderson, editor da *Wired*, “vaticina” que toda a teoria do comportamento humano -linguística, sociologia, taxono-

mia, ontologia, psicologia, etc.-, enfim o conhecimento seria substituído pelos *big data*, na medida em que estes saberiam, com fidelidade sem precedentes, monitorar, medir e conhecer porque as pessoas fazem o que fazem⁵³.

Por isso a Teoria Psicopolítica sincroniza com outras teorias e perspectivas comprometidas com o fortalecimento da capacidade de pensar, querer e julgar frente ao fluxo de acontecimentos que se apresente, pois a “moralização” melancólica ou raivosa da realidade de nada adianta para a sua compreensão e superação críticas.

Walter Benjamin alertou em 29 de Junho de 1925, data tão remota quanto próxima por seu conteúdo, em um artigo na edição vespertina do jornal *Vossische Zeitung*, que “a monstruosidade do destino ameaçador se torna um pretexto para a inércia mental” (Benjamin, 2013:71).

No mesmo sentido, o *Manifesto contra o Trabalho*, do Grupo Krisis, afirma que os indivíduos flexibilizados sob a forma de uma cultura empresarial paranóica não são pessoas conscientes nem universais -sublinho eu que isto ocorre com grande parte dos intelectuais e artistas e é um desafio constante de superação em cada um de nós- mas somente pessoas universalmente exploradas, hiper-pressionadas, sem tempo para refletir, não-solidárias, desconfiadas, sentindo-se perseguidas, assediadas e, assim, solitárias, sob um regime de medo que as deixa constantemente inseguras, pois o que está em jogo é a sua própria existência. Ainda mais ameaçada pela flexibilização do trabalho e da correspondente previdência social⁵⁴, que ao invés de solucionar aquilo a que se propõe dá passos largos no absurdo pois desata energias autodestrutivas⁵⁵.

O resultado é a desmotivação, as doenças de todo tipo, o déficit de atenção, a drogadição, e a incompetência generalizada que se comprova no contraste brutal entre o que é prometido pela publicidade e a qualidade do que se consome. Uma preparação verdadeira demanda tempo, que a angustiada mentalidade “mercado” não dispõe.

É assim que a aprendizagem se converte em consumo de pseudo “saberes” e as platéias ansiosas pedem sempre um “manual”, perguntam sempre como colocar “em prática”, pois dispensam o pensar. Esta que é a única tarefa verdadeiramente humana, a única “prática” verdadeiramente humana, e que só pode ser realizada pelo esforço de cada ser humano em sua relação consigo mesmo, que é sempre uma relação com o outro, construída no exercício contínuo da capacidade de pensar, querer e julgar. Vale dizer, no exercício da observação crítica em rede de cada estado mental que emerge no território mental disponibilizando-se como fonte de referência para o julgamento, que o senso comum costuma chamar de discernimento.

Esta situação chegou a tal ponto que furou, com uma sucessão de conhecidos exemplos, muitas bolhas do psiquismo e das instituições, inclusive bolhas disciplinares. Dentre eles os “golpes brandos”, que surpreenderam a muitos, apesar de que a tendência de que o sonho fosse virar um pesadelo já fosse claramente identificada, dado o comprometimento do território mental (Ouriques, 2006a, 2006b, 2006c, 2007, 2008a, 2008b, 2009a, 2009b, 2009c, 2009d, 2010a, 2010b, 2011c, 2012s, 2012b, 2014, 2016a).

A bolha dualista ainda está estourando e ainda vai levar tempo. Assim foram eliminadas psicopoliticamente as experiências de governos mais populares⁵⁶, em especial na

América Latina, em uma espécie de re-edição não-sangrenta do Plano Condor⁵⁷, por isso talvez mais violenta, efetivada por discursos da pós-verdade, como os que mantêm propaganda enganosa nos livros didáticos dos EUA sobre o Governo João Goulart (Kathy, 2017).

Neste quadro os casos do Brasil e da Argentina ocuparam lugares emblemáticos, pois eram neo-desenvolvimentistas. No Brasil, depois de uma década de um projeto político relativamente bem sucedido, emergiu uma sucessão de golpes como se o quinto país do mundo fosse uma “república de bananas”, com todo o respeito às bananas. Em 2017 já se contavam três golpes: o da manutenção, apesar das gravíssimas denúncias de corrupção, do governo que assumiu com o golpe de 2016 (derrubando uma presidenta contra a qual nada se provou em termos de corrupção), e a sua então proposta extemporânea da implantação do parlamentarismo no país.

Tratou-se de uma operação psicopolítica extraordinária para compreender a Teoria Psicopolítica (ver *Capítulo 4*), pois a operação de base mediático-parlamentar-jurídica funcionou perfeitamente, com o apoio maciço da opinião pública, a apatia e desorientação generalizadas de grandes contingentes de indignados e a paralisia dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda, que em alguns casos, corajosamente, reagiam com declarações honestas e históricas, porém incapazes de deter o “rolo compressor” da suposta “austeridade”. Sem dúvida, como preconizado por Harold Lasswell em 1927, um dos fundadores da psicologia política, nos EUA: é “inevitável” as massas deixarem as “correntes de ferro” e assumirem suas “correntes de prata” (Lasswell, 1938:222).

Não é à toa, por isso, que Julian Assange, na qualidade de fundador do WikiLeaks, que interferiu nos interesses das mais poderosos interesses hobbesianos articulados nesta fase do processo civilizatório -e por isso é “um homem sem um país”⁵⁸- tenha encontrado asilo apenas na embaixada do Equador, em Londres, este simbólico este lugar.

O quadro de retrocesso é muito amplo, apesar de que a utopia tecnológica decantada no século XX realizaria o projeto iluminista, inclusive com a produção técnica da vida humana que obtida obteve ao mesmo tempo a possibilidade de acabar várias vezes com a humanidade, exponenciando o medo que o esclarecimento prometia eliminar: temos a vitória do Brexit⁵⁹, a xenofobia contra os imigrantes⁶⁰, o racismo, como emblemático no final de semana referido em Charlottesville⁶¹, a volta da escravidão⁶², a onda fascista em todo o mundo e o fracasso da social-democracia na Europa.

Também a entronização da barbárie neoliberal condensada em Donald Trump, que horrorizou até o *establishment* conservador; a contradição entre as esperanças nas ciências e nas técnicas e a descrença nelas frente aos perigos para a democracia por parte dos referidos *big data* e inteligência artificial⁶³; a concentração crescente expressa na propriedade das corporações⁶⁴ (“40% das 500 corporações top de hoje vão desaparecer em uma década”, de acordo com a *Scientific American* em 2017⁶⁵), renda e de propriedade, inclusive da propriedade horizontal, vertical e cruzada dos meios de comunicação convergentes; assim como o etnocentrismo teórico.

Ao mesmo tempo, o ataque às conquistas do mundo do

trabalho⁶⁶ (com sua “flexibilização”, vale dizer precarização), da previdência social, da educação, da ciência e da tecnologia; a apropriação e privatização do conhecimento científico pelos agentes difusores⁶⁷; a sincronia da mesma insistência das esquerdas e das direitas no “progresso”, no “crescimento” e no “desenvolvimento” comprovadamente insustentáveis; a disciplinarização através do crédito; a explicitação da corrupção, inclusive na forma das mercadorias políticas⁶⁸, como se ela fosse nova, e não sistêmica na economia que se entende como da escassez na qual se investiga inclusive Trump⁶⁹, seguindo o mito fundacional freudiano da horda primitiva e do assassinato do Pai.

É neste quadro que se fala cada vez mais do “pós-humano”, uma vez que continua-se a acreditar que a solução viria da tecnologia, uma vez que o humano não teria mais solução e que os desqualificados devem mesmo morrer pois a tecnologia de gênese maquínica tem custos, como dito, aristocráticos: crise do internacionalismo altermundialista e desorientação das “esquerdas” (como *Podemos* e *Ciudadanos*, em Espanha; *UKIP*, no Reino Unido; *Syriza*, na Grécia; *Frente Nacional*, França, *Partido da Liberdade*, na Holanda, *Partido dos Trabalhadores*, no Brasil, por exemplo) frente à aderência ao capitalismo por grandes contingentes dos “trabalhadores”, do “precariado”, de partidos, de movimentos e de organizações, o que contraria o horizonte da livre associação de produtores e da superação da sociedade-mercadoria.

Nasce uma geopolítica apocalíptica⁷⁰, criticada até pelo Papa, nega-se as consequências do antropoceno⁷¹ e volta-se a afirmar oficialmente que Deus criou o ser humano como superior a tudo o mais, o que alimenta o aumento

da violência contra os povos originários, a exposição à fome, à dependência produzida pela psicopolítica dos alimentos⁷²; enfim, o aprofundamento de uma sociedade drogada⁷³, traumatizada e intoxicada por seu fundamento ontológico e epistemológico dualista.

A este quadro, infundável, alia-se a insistência em reafirmar -muitas vezes por boa-fé e por outras por “cinismo difuso” (oposto ao dos cínicos gregos), este identificado por Sloterdijk⁷⁴- velhas teorias já experimentadas, muitas delas movidas pelas “reservas de ódio” que, ao se confundirem com a indignação, acabam retroalimentando este quadro que dissolve o tecido social e aumenta a distância entre o governo e a população, entre o psiquismo e as instituições, num processo de crescente investimento na construção de uma “ingovernabilidade do mundo”.

Se tal “ingovernabilidade” do mundo é disseminada por Hollywood, com os mundos que só “super-heróis” podem salvar e um conceito de justiça que só vingadores conseguem fazer, Mark Fischer, em 2009, no conjunto do esforço da época feito pelas esquerdas, surpreendidas pelo recrudescimento do que afirmavam terem vencido, o que na década seguinte continuou a se agravar, perguntou se existiriam de fato alternativas a este “realismo capitalista”.

Existem, digo eu, mas elas dependem da renovação da cultura através da renovação não-dualista da teoria social e da filosofia que permite superar este “tipo de paralisia mental”⁷⁵ gerada pelas tensões devastadoras entre “subjetivo” e “objetivo”, ao passo que as operações psicopolíticas, que prometem trazer o mundo inteiro para dentro do sujeito neoliberal, já sabem que esta dualidade inexistente, como dito anteriormente.

Política, o “Comum” da Comunicação, Ciências Sociais e Filosofia

Não basta voltarmos a Marx e a Freud. Mas se voltarmos, por exemplo, a *Totem e tabú*, que escreveu entre 1912 e 1913, Freud estabelece o mito fundacional da civilização, que teria gerado a proibição do incesto, como sendo o de um Pai violento que guardava todas as fêmeas para si, e diante do que os filhos, todos dele e portanto irmãos, realizaram o que sozinhos não teriam sido capazes de fazer: mataram o Pai e o comeram, cada irmão um pedaço, realizando assim sua identificação com ele. Esta situação gerou um sentimento de culpa, e o assassinado tornou-se ainda mais poderoso do que quando vivo.

Morto o Pai original, continua Freud, a “necessidade sexual”, longe de unir os irmãos, os dividiu, pois haviam logrado unir-se apenas para o assassinato (como as esquerdas, digo eu, o fazem diante apenas de um perigo maior, para logo no momento seguinte se desunirem, e tornaram-se a seguir rivais), pois tratava-se de apossar-se das mulheres, desejando estar no lugar em que estava o Pai, querendo-as todas para si (hoje, vendo Freud deste primeiro quartel do século XXI, é possível acrescentar que este padrão devorador passou também a ser exercido, em muitos casos, por mulheres “liberadas”).

Como esta mentalidade descrita por Freud geraria a ruína da sociedade, pela disputa infinda, os irmãos, para viver juntos, instituíram a interdição do incesto, pela qual todos renunciaram à posse das mulheres cobiçadas. Mas como tinham assassinado o Pai justamente pela posse das mulheres, permaneceram perseguidos por esta contradi-

ção, pois, como diz a psicanálise freudiana, todo objeto idealizado é persecutório ao extremo.

Neste trecho de Freud, que vale ser lido, ele diz: “Odiavam o pai, que representava um obstáculo tão formidável ao seu anseio de poder e aos desejos sexuais; mas amavam-no e admiravam-no também. Após terem-se livrado dele, satisfeito o ódio e posto em prática os desejos de identificarem-se com ele, a afeição que todo esse tempo tinha sido recalcada estava fadada a fazer-se sentir e assim o fez sob a forma de remorso. Um sentimento de culpa surgiu, o qual, nesse caso, coincidia com o remorso sentido por todo o grupo. O pai morto tornou-se mais forte do que o fora vivo -pois os acontecimentos tomaram o curso que com tanta freqüência os vemos tomar nos assuntos humanos ainda hoje. O que até então fora interdito por sua existência real foi doravante proibido pelos próprios filhos, de acordo com o procedimento psicológico que nos é tão familiar nas psicanálises, sob o nome de ‘obediência adiada’. Anularam o próprio ato proibindo a morte do totem, o substituto do pai; e renunciaram aos seus frutos abrindo mão da reivindicação às mulheres que agora tinham sido libertadas. Criaram assim, do sentimento de culpa filial, os dois tabus fundamentais do totemismo, que, por essa própria razão, corresponderam inevitavelmente aos dois desejos reprimidos [desejar a mãe e matar o pai] do complexo de Édipo. Quem quer que infrigisse esses tabus tornava-se culpado dos dois únicos crimes pelos quais a sociedade primitiva se interessava” (Freud, 1913-1914:92).

Há portanto uma inominável insatisfação invejosa e parricida no complexo de Édipo (projetada como sombra na melancolia), que para muitos é o eixo estruturante da

concepção freudiana do humano, que é um mal estar na base da civilização ocidental, pois nega frontalmente a condição comunicacional do ser humano, a ponto de relegar as mulheres ao lugar de um “rebanho” destinado à cópula, ignorando por completo que o ser humano se funda como ser de linguagem na escuta da voz da mãe. Por mais carinho que eu tenha, é difícil deixar de dizer que isso, sim, é uma catástrofe, que fez com que Deleuze e Guattari, como se sabe, propusessem a esquizoanálise.

Esta negação da comunicação e da sociedade cristalizou-se de maneira emblemática na Europa com o extermínio realizado pelos nazistas. O fato de tal extermínio ter sido realizado em nome de um povo, de uma raça auto-constituída, de uma humanidade auto-trabalhada, fez com que a teoria social e a filosofia européia, e que ainda prevalece na academia, tenham posto fim a toda possibilidade de pensar um *ser comum* de acordo com qualquer modelo de um “ser” em geral, seja a partir do “sangue, substância, filiação, essência, origem, natureza, consagração, eleição, identidade orgânica ou mística” (Nancy, 2000).

A condição comunicacional humana como ser de linguagem é outra coisa muito distinta, pois é o bom encontro onde, de maneira não-dualista, fusionam-se, de maneira imanente, as experiências da comunidade da existência e a essência da comunidade. A comunicação é a posição real da existência: é o “em comum”, o sentido “em comum”.

Comunicação, filosofia e humanidade têm em comum a política -que precede todas as outras atividades. Pois é onde, através do exercício emancipatório da capacidade psicopolítica de julgar, não se renuncia ao sentido “em

comum”, o *sentido*, como dito, da segurança e da proteção, esta que é a figura de felicidade na qual o ser humano se institui como humano na escuta do outro que, ao mesmo tempo, é ele mesmo. Caso contrário é o que se experimenta na violência, sempre um ciclo de horror, pois como interrupção da linguagem, da argumentação, “a violência originária, para cada um dos contentores, é sempre a do outro” (Bobbio, 2001:169).

A Disposição Afetiva Amorosa Da Sociabilidade Instituída no Bom Encontro com a Voz da Mãe

Alfred Tomatis tratou da familiarização pré-natal do ser humano com a disposição afetiva amorosa da palavra da mãe e a reação do recém-nascido à voz dela, com a qual aprende, como dito, a fazer o mundo falar de maneira favorável a ele através de figuras de felicidade, da qualidade desta felicidade na qual constituiu-se, da “carne que lhe dá a harmonia” (Bergós i Llimargas, 1999:95), como Gaudí entendia a arte da arquitetura⁷⁶. Neste exercício de harmonia consentida, de convivialidade, de arte, no qual a razão e o desejo integrados são o poder vital, o que só foi reconhecido tardiamente, pois o feto era considerado um girino⁷⁷ sem consciência, apesar dos trabalhos de Freud, Otto Rank, Wilhelm Reich e Winnicott terem de uma maneira ou de outra tratado deste tema decisivo.

Essa sociabilidade instituinte, portanto, é a relação na qual o ser humano está imerso e na qual ele emerge, desde a fecundação, como no “horizonte de eventos” dos buracos negros, mantendo-se, por esta condição, sempre neste aí, que é a relação; na felicidade que experimenta por

permitir-lhe constituir-se como ser humano no encontro não-dualista com a diferença. Por isso, a felicidade é, assim, política.

Esta é a razão pela qual as populações ficam chocadas quando colocadas frente à corrupção de governantes, e são capazes de qualquer coisa para eliminá-la de uma só vez e para sempre, como se isso fosse possível, inclusive de adotar o fascismo que lhes for oferecido pela manipulação de sua referida predisposição à segurança e à proteção.

Exatamente porque o que se espera é que o governante governe em prol do vigor de figuras de felicidade -que o governante tenha as virtudes que lhe permitem instaurar a ordem política, pois comunicacional e assim filosófica, que visa a possibilidade da convivência feliz como a que foi na escuta da voz da mãe e seus sentimentos conexos: “O sentimento não se equivoca nunca porque é a vida (se pudesse equivocar-se seria a morte). Por isso, não se pode matar um povo. Se pode afogar vozes, fechar válvulas, mas então a pressão aumenta, e cresce o perigo da explosão. E se tantas válvulas se fecham, a explosão é inevitável” (Gaudí, *apud* Bergós i Llimargas, 1999:173).

É assim que é da qualidade da instituição do ser humano como ser de linguagem que ele é mais ou menos saudável, democrático, livre, emancipado. Nesta instituição estão articulados, e portanto para toda a vida do sujeito e da sociedade, assim compreendo, o que Guattari e Deleuze chamaram, em *Capitalismo e Esquizofrenia*, de “subjetividade pré-pessoal” e de “subjetividade supra-pessoal”, que sincronizam de certa forma com o “indivíduo-mais” (indivíduo-ambiente) de Vygotsky.

Christoph Wulf, ao analisar a questão da convivialidade e da felicidade⁷⁸, mostra que no pensamento de Al Fārābī⁷⁹, filósofo muçulmano da Idade de Ouro Islâmica (Turquistão, *circa* 872-Damasco, 950), a ciência política é aquela que possibilita a felicidade de cada cidadão e da comunidade inteira, pois a primeira é impossível sem o reagrupamento solidário. E que no pensamento de Ibn Khaldûn⁸⁰, a política não está definida segundo o esquema grego, como principalmente a do homem da cidade, do cidadão, mas como a do ser natural que é um ser político.

É por isso que o ser humano choca-se, radicalmente, com a corrupção do governante, pois ele está no lugar da autoridade no qual a mãe esteve, e como dela espera que ele faça justiça e controle a injustiça. Para isso é que a teoria social e filosofia precisam superar a insistência metafísica no axioma hobbesiano, como já tratei, pois ele o desespera e o deixa, assim, altamente manipulável.

Se concordamos com a periodização do processo civilizatório feita por Gina Zabludowsky (*apud* Elias, 2016:22), a partir de Elias, é possível compreender mais um pouco a Teoria Psicopolítica: (1) primeiramente o ser humano experimentou a fase na qual a violência organizada se tornou monopólio dos homens, com a exclusão das mulheres; (2) a seguir a fase em que a violência organizada se tornou monopólio de uma elite de guerreiros; (3) veio então a fase em que esta elite é forçada a renunciar ao exercício da violência em favor do monopólio da violência pelas elites do Estado, quando se forma o Estado moderno na Europa; e (4) a fase descivilizatória, na qual a violência se dissemina no psiquismo e nas instituições -indivíduos, grupos sociais, comunidades, estados-nação, etc.-, o que debilita a estabilidade e a consistência das relações sociais.

A Quinta Fase do Processo Civilizatório

O que eu argumento? Que a quarta fase, a descivilizatória, é resultante do dualismo ontológico e epistemológico, e assim teórico, metodológico e vivencial, que endereçou metafisicamente a capacidade de pensar, querer e julgar, para um Estado “abstrato”, desencarnado, que, contraditoriamente é ocupado por seres humanos.

Supõe-se então que esta elite ao entrar “lá”, no Estado, desfaça-se, em um ato mágico de “purificação”, da incapacidade hobbesiana de controlar a violência, esta incapacidade conceituada e consensuada desde 1651, o ano de publicação do *Leviatã*, que continua a ser seguido de maneira fundamentalista, e em defesa da qual qualquer outro argumento é desqualificado, por vezes de forma violenta.

Esta contradição entre a condição comunicacional do ser humano, condição que emerge na luta pelos direitos humanos, pois é uma luta empática pelo direito do outro, é irreduzível ao pensamento hegemônico, de maneira semelhante ao que aconteceu com a sociologia, antropologia, história geral e psicologia (Stiegler, 1998:2) no final do século XIX frente à imensa documentação sobre a sofisticação técnica dos povos originários, reunida pela etnologia, exatamente naquele momento em que historiadores da Revolução Industrial, como Marx, começavam a examinar as novas formas de técnicas.

O argumento portanto, em relação a este ponto central, é que o reconhecimento da imensa e crescente documentação sobre as operações psicopolíticas, vitoriosas de maneira cristalina na passagem do século XX para o XXI,

abrem a oportunidade e o desafio de uma quinta fase do processo civilizatório, caracterizada pelo vigor da capacidade de pensar, querer e julgar a respeito do uso ou não da violência, que deixa de ser monopolizado pelos homens, pela elite de guerreiros e pelo Estado e passa a ser conhecido, compreendido e vivenciado como o exercício próprio da condição comunicacional do ser humano.

Desde o início do século passado, com a criação dos estudos sistemáticos da propaganda e das relações públicas, foi ignorado pelas teorias sociais e filosofia hegemônicas o fato que a despeito das predisposições a manipulação não prospera (Serpa, 2013:19). Uma vez que o ser humano institui-se no estado mental da segurança e da proteção esta é a predisposição a qual se dirigem as operações psicopolíticas, como as do fascismo, como vimos.

Compreender e vivenciar este fato implica na renovação ontológica e epistemológica da teoria social e da filosofia dada à dificuldade dualista delas de reconhecer que algo pode ser constante, portanto universal, arbóreo, e, ao mesmo tempo, mutável, portanto múltiplo, rizomático, como a condição comunicacional do ser humano, na qual o vital e o social são simultaneamente apenas um e apenas muitos, nesta condição não-dualista que constitui tanto o intra-psiquismo e o inter-psiquismo, quanto a vinculação cultura-natureza. De certa forma, o que Gaudí disse: “Todos os estilos são organismos aparentados com a natureza (...) Todos confluem no suporte mínimo, ou seja, a coluna e as partes horizontais suportadas; em conjunto é a árvore; e suas proporções são similares à figura humana, de maneira a que não é a árvore-árvore (já que uma construção tem funções diferentes que um bosque) mas a árvore-homem” (*apud* Bergós i Llimargas, 1999:168).

Este fato fez Marx apresentar a natureza como o “corpo não orgânico do homem”, e que, juntamente com Engels, tenha afirmado que a “consciência é, antes de mais nada, apenas a consciência do meio sensível mais próximo”⁸¹. Neste mesmo sentido, Arnold Gehlen recusou a antropologia dualista, afirmando que o ser humano não é dotado de um espírito que o distinguiria dos outros animais.

A articulação entre a rejeição visceral da corrupção e da democracia representativa, a tal ponto do ser humano optar mais uma vez pelo fascismo por imaginar, contra todas as evidências históricas, que seria possível livrar-se desta situação de uma vez e para sempre, sem ter o imenso trabalho da gestão de si, que é sempre em rede, é construída pela desidentificação dos seres humanos com o axioma hobbesiano, que ele vê movendo-se na intencionalidade de seus governantes. A rejeição da corrupção e da representação é a rejeição do axioma hobbesiano, que o ser humano experimenta, quase sempre inconscientemente, ser o contrário do que constitui a sua condição comunicacional.

Esta condição determina a demanda por governantes e por lideranças, em rigor por todo aquele que está no lugar da autoridade, e sempre todos os seres humanos estão no lugar da autoridade a começar pela função-mãe e a função-pai, que sejam felizes em suas vivências por exercitarem em rede, vale dizer “publicamente”, referenciar a capacidade de pensar, querer e julgar nas virtudes que permitem gerar figuras de felicidade através de seus mandatos, de seus planos de governo e das políticas públicas sociais que instaurem medidas que visem o vigor do estado mental da segurança e da proteção.

É apenas por esta razão que o estado-de-exceção e a experimentação total do mundo são as duas faces com as quais se simulam a segurança e a proteção, no caso da primeira simula-se a ameaça à ela, e no caso da segunda, simula-se a garantia dela, como dito, na forma de consumir o corpo de si, o corpo do outro e o corpo da Terra.

Para superar esta mentira, o sujeito arde em seu “próprio” fogo; no fogo em que o amante ama aquilo que ama. Vejamos um pouco esta radicalidade. Por meio de numerosas divisões mitóticas, o zigoto forma um embrião que viaja pela tuba uterina e, entre três a quatro dias após, penetra no útero. Ou seja, mais uma vez o princípio constituinte do penetrado e do penetrante, do que fala e do que escuta. O embrião, nessa fase denominado mórula, um *quantum* de energia inicial, flutua livremente no útero, alimentado por secreções uterinas até que converte-se em um blastocisto (uma forma de bexiga) com dois conjuntos de células: uma camada externa que o reveste, o trofoblasto, e a massa interna, o embrioblasto. E o trofoblasto emite então prolongamentos para fixar-se no endométrio uterino iniciando sua segunda fase, a trofo-umbilical, conectado então de maneira mais permanente, com o campo-mãe. Essa conexão não é previamente dada. Sua efetivação depende da comunicação específica entre o embrião (este *si*) e o objeto parcial útero (o *outro*) (Ferri & Cimini, 2011:47). O sujeito depara-se com uma questão, organiza-se como agência e a soluciona.

Produzir, portanto, uma “história dos corpos”, como foi o projeto de Foucault, faz emergir a condição comunicacional que funda o mais material, o mais vivo. Por isso a análise da sexualidade como “dispositivo político” não implica para ele, necessariamente, na elisão do corpo, da

anatomia e do biológico: “longe do corpo ter de ser apagado, trata-se de fazê-lo aparecer numa análise em que o biológico e o histórico não constituam sequência, como no evolucionismo dos antigos sociólogos” (Foucault, 1999:142). Neste sentido não procede que Marx e Engels afirmem que o tomar consciência da natureza é vê-la se erguer “primeiro em face dos homens como uma força fundamentalmente estranha, onipotente e inatacável”⁸².

Este argumento é um sintoma da fase civilizatória. Porque “a natureza” se “ergue”? Apenas se permanece um fundo metafísico no argumento, pois quem se “ergue” diante do ser humano, que assim se percebe menor do que o Outro, aqui com maiúscula, é o Deus que ele inventou. E porque “onipotente” e “inatacável” se o que mais o ser humano faz é exatamente atacá-la com sua onipotência de produção compulsiva “lavada” por iniciativas de “justiça social”, “responsabilidade”, “verdes” de “sustentabilidade”, movidas pelo por esta “ética indolor” (Lipovetsky, 2005b)?

O mais sintomático dessa afirmação de Marx e Engels é que a força seria “estranha”. Como “estranha”? Se o ser humano, sem “ela”, e apenas com a “cultura”, ou com o “conhecimento”, não existiria? E não existiria, nos próprios termos de Marx (Iasi, 2014:160), o “campo vivo” onde ocorrem “as ações concretas dos seres humanos”. De onde vem, então, esta “estranheza”? De onde vem este “conhecimento” que “a” define como “onipotente” e “inatacável”?

Da repotente recusa da finitude, da falta e da morte, que gera o estado mental *timor mortis conturbat me* (“o medo da morte me perturba”), produzido pela recusa dualista

que destina assim o Ocidente ao transe doloroso e supremo da tortura de uma vida inteira movida pelo medo ao perigo mortal imprevisto, que se torna o terror dos terrores, identificando a consciência comum com a origem da Lei e do Estado, estas formas expressivas do desejo de auto-conservação que acabou por constituir o engrandecimento do Estado ao ponto “dele” ter sido absorvido pela mentalidade mercado, que ameaça com o terror e o anestesia com o consumo.

Um dos mais importantes sociólogos da Índia, Ashis Nandy fala do resultado da aplicação desta mentalidade ao seu país: “Esse colonialismo coloniza as mentes, além dos corpos, e libera forças dentro das sociedades colonizadas para alterar suas prioridades culturais de uma vez por todas. No processo, ajuda a generalizar o conceito do Oeste moderno não como uma entidade histórica e geográfica mas como uma categoria psicológica. O Ocidente está agora em todos os lugares” (Nandy, 2011:XI).

O medo da morte faz o ser humano querer a paz a qualquer custo e por ela sente uma paixão incontável pela ordem a tal ponto que considera justa qualquer manifestação de força que seja necessária para mantê-la. Esta recusa da morte se aprofunda ao longo da história do Ocidente com o perspectivismo ontológico que ajudou a precipitar o ser humano na barbárie neoliberal, que se também se expressa nas barbáries nacionalistas e terroristas, como colocado por Jacques Poulain: este estado mental bárbaro configura um estado de agnosia, apraxia e anorexia social -por crise de motivação, uma vez que o entusiasmo foi sufocado-, ao projetar na vida social a denegação da palavra, que já estava na origem do Estado moderno e, assim, é absolutamente indiferente, praticando uma atara-

xia social, a todo aquele que é eliminado da “disputa”, pois rejeita aquele que fala em toda palavra, rejeita o julgamento por meio do qual nós julgamos nossos julgamentos e o dos outros como ouvintes de nós mesmos e dos outros.

O neoliberalismo é a experimentação social do consenso econômico em uma imitação da experimentação científica que garantiria a sua objetividade ele é o Leviatã homicida da fusão maquiavélica entre Estado e mercado (Del Valle, in Ossa, 2016:12), entre a *mentalidade Estado* e a *mentalidade Mercado*, que são sustentadas em rede não apenas pelas elites, mas pelo imenso coletivo dos que trabalham para isso, inclusive trabalhando para elas. Como também já havia deixado claro naquele ano de 1927 Harold Lasswell, e, não foi escutado pelas forças empenhadas na emancipação, “se não amará, honrará e obedecerá, não deve esperar-se que escape à sedução” (Lasswell, 1938:222).

É por isso que a base da Teoria Psicopolítica, que emergiu inicialmente de um longo processo de busca de um estatuto para a teoria da comunicação que permita a comunicação vigorar como tal, emancipatória frente aos regimes de servidão, é a referida passagem do dualismo para o não-dualismo, a única garantia ontológica e epistemológica que permite o exercício da condição comunicacional do ser humano, esta, sim, a base real da história.

Como o dualismo está infiltrado em todas as boas-intenções este comprometimento ontológico e epistemológico acaba por gerar sacrifícios de gerações e gerações que supõem que o mal, este outro nome da suspensão da experiência de comunicação, seja uma exterioridade absoluta

e acabam inconscientemente e subconscientemente comportando-se da mesma maneira que querem eliminar no plano experienciado sob esta perspectiva dual como “social”.

O dualismo é, neste sentido, o Holocausto dos holocaustos: pois produz a impossibilidade da complementaridade dos opostos mente-corpo, mente-desejo, mente-corção, indivíduo-coletivo, etc., que impede o processo vital. Que dessubstancializa e desfaz no ar a sólida “sociedade de indivíduos”, identificada por Norbert Elias, e que nada tem de “unidade abstrata onde um pólo acaba por neutralizar o outro” (Iasi, 2014:206). Muito pelo contrário. É apenas assim que o ser humano livra-se do destino de ser zumbi e vampiro (Macnally, 2011), ao qual está destinado e auto-destina-se no neoliberalismo, a forma atual dos regimes de servidão, neste caso um exemplo máximo da servidão voluntária assinalada em 1548 por Étienne de La Boétie, quando ele tinha 18 anos, o que fez dele um precursor intelectual dos conceitos de alienação e desobediência civil: “Porque as pessoas obedecem?”

Elas obedecem porque estão com a capacidade de pensar, querer e, assim, de julgar comprometida por um processo civilizacional que chegou a um acúmulo de evidências que as permitem tomar as providências de desistir de seu fundamento dualista e reconhecer a condição comunicacional do ser humano, não como uma essência metafísica e nem como uma imanência auto-referente, pois que cria um “fora”, a “natureza”, e, portanto, uma meia imanência, pois é imanente apenas em relação à cultura. É assim que a Teoria Psicopolítica responde à pergunta feita por Foucault, e endossada por exemplo por Agamben (Agamben, 2006:15) e Hall sobre como eliminar este pon-

to cego de todas as investigações sobre o poder. É a capacidade de julgar que comunica a servidão voluntária dos indivíduos com o poder “objetivo”.

Como Diógenes, com o Celular nas Mãos, à Procura da Verdade

Há um comprometimento grave em pensar, querer e julgar que algo seria indiferente, alteridade absoluta. E que poderia ser adquirida por um preço, pois “a natureza e a intenção dos contratantes, a natureza da coisa dada, são indivisíveis” (Mauss, 2013:104). Supor-se que uma coisa seria indiferente é possível apenas por um não-sujeito, pois ele perdeu sua condição ao tornar-se ele mesmo uma “coisa”, tal como ele pensa que as coisas seriam. Quando na verdade o ser humano é, como em Kant, um fim em si mesmo, pois é fundamento objetivo de sua autodeterminação; não “coisa”, que nem as “coisas” o são: os seres humanos e as coisas não podem ser usados meramente como meios pois são objetos de respeito e fins objetivos, ou coisas cuja existência é um fim que não se pode substituir por nenhum outro.

É por isso que os sujeitos continuam a andar, cada um a sua maneira, como o filósofo Diógenes fazia no século IV AEC, com uma lâmpada acesa, ou um celular ligado nas mãos, procurando a verdade, e a sofrerem quando não a encontram no psiquismo de seus relacionamentos e nas instituições da democracia representativa, pois “foi estabelecendo a vontade de paz contra loucuras bruscas (...), que os povos conseguiram substituir a guerra, o isolamen-

to e a estagnação pela aliança, pela dádiva e pelo comércio” (*id.*:139), na dinâmica da apreensão e revitalização das instituições como recursos que consolidam as ações dos sujeitos e os resultados destas ações. Portanto, no exercício comunicacional da vida em comum, “cuja direção consciente é a arte suprema, a Política, no sentido socrático da palavra” (*id.*:141), estabelecido na sociabilidade instituinte da escuta da voz da mãe.

Esta “sociabilidade primária” funda o ser humano com uma antropogênese “geneticamente social” e jamais apenas o movimento especular de uma tabula rasa face ao que rodeia o ser humano. Ela não é um *a priori* kantiano, porque é encarnada, imanente e empírica, dependente dos sentidos e, nesta condição, é universal⁸³. É neste encontro entre raízes pré-intelectuais e a cultura que emerge o pensamento, o conhecimento, que assim não pode ser ontologizado nem historicizado por completo.

O pensamento, mostrou Arnold Gehlen, emerge na intenção, digo eu, na intenção do bebê de viver, que não pode ser substituída por nenhuma outra intenção. É uma opção dele. De seu entusiasmo. Daí o caráter absolutamente decisivo da relação entre o bebê e o estado mental que a mãe autoriza tonalizar sua voz, a voz da mãe, pois sua intenção nesta experiência instituinte de comunicação, como as mães testemunham, não é a de querer mudar nada, mas a de procurar comunicar-se, movida pela intenção de viver do ser humano que acabou de “sair” dela.

Estudos neurocientíficos recentes com bebês e suas mães comprovam o “contágio emocional”, esta condição precursora da empatia que já está presente nos bebês (Singer, Tania et al., 2014), que faz com o que o bebê incorpo-

re diretamente, sem qualquer filtragem e envolvendo o sistema de neurônios-espelho, o estado mental de sua mãe (Waters, West and Mendes, 2014⁸⁴; S. Waters *et al.*, 2014; C. Fawcett *et al.*, 2016): “(...) nossas descobertas demonstram que os bebês absorvem o estresse fisiológico reativo das mães através das interações com suas mães, sem exposição ao próprio estressor. Esses efeitos têm implicações para a compreensão da saúde transgeracional e do bem-estar” (Waters *et al.*, 2014). Estas pesquisas demonstram que o mundo social influencia diretamente as crianças através da interação delas com seus cuidadores próximos. E mais: “De forma consistente com a noção de contágio de afecção, descobrimos que as regiões do sistema espelho-neurônio que são ativadas quando os indivíduos observam a ação são semelhantes às regiões que são ativadas quando indivíduos realizam a mesma ação (Iacoboni *et al.*, 1999). Além disso, a sincronia foi observada na convergência da frequência de voz dos membros da díada (Gregory & Webster, 1996) e no mimetismo comportamental do rosto e da postura (Chartrand & Bargh, 1999; Neumann & Strack, 2000)” (*id.*).

A sociabilidade “primária” é, portanto, a sociabilidade fundacional, não no sentido metafísico de que estaria “lá atrás” na origem, mas no sentido não-dualista de constituir a condição humana. Esse fato está exaustivamente comprovado, teórica e empiricamente, por exemplo pelas análises de discurso sobre o poder de dominação dos meios de comunicação e dos sistemas jurídico e parlamentar, articulados no conjunto das operações psicopolíticas que finalmente, como venho apontando desde os anos 70, quando Althusser levanta a questão da “autonomia relati-

va” da superestrutura e dos aparelhos ideológicos de Estado, apesar de que, outra vez, Lasswell já havia deixado claro que “mais pode ser conquistado pela ilusão do que pela coerção” (Lasswell, 1938:222).

A sociabilidade fundacional é, desta forma, constituída por uma biogênese, uma psicogênese e uma sociogênese, sendo estas duas últimas já reconhecidas por Norbert Elias. Este fato precisa ser mais investigado em profundidade, o que implica o apoio sistemático à investigação transdisciplinar e ao exercício de revisão ontológica, epistemológica, teórica, metodológica e vivencial que exige, como dito.

A superação dos regimes de servidão demanda que se restabeleçam políticas de cultura em todos os níveis da vida social, focadas no fortalecimento do exercício do julgamento compartilhado da verdade nas interações no psiquismo e nas instituições, e aí a universidade tem papel determinante.

Este é o caminho, fortalecer a capacidade psicopolítica de pensar, querer e julgar, pois como bem compartilhou Walter Benjamim, “agora vou falar da coisa mais triste de todas. Nós, que com Nietzsche quisemos ser aristocráticos, diferentes, verdadeiros, belos, não dispúnhamos de qualquer ordem embasada na verdade, de nenhuma “escola” da verdade. Muito menos temos um lugar da beleza” (Benjamim, 2013:55).

O resultado desta opção foi, como sabemos, a simulação fundamentalista de verdade (exatamente o que se quis evitar dando fim às essências) na forma da mentalidade “mercado”, em uma co-extensividade entre vida e capital, a tal ponto que a “peça-chave dentro da máquina desejam-

te da esquerda libertária” (Castro, 2011:310), o fim do “capitalismo”, evaporou-se neste essencialismo identitário que pode ser sintetizado por uma frase atribuída a Fredric Jameson e Slavoj Žižek: “hoje em dia parece ser mais fácil pensar o fim do mundo que o fim do capitalismo”⁸⁵.

A confusão mental é tão profunda que associa-se o capitalismo ao materialismo, quando em verdade “o capitalismo (...), com todo o seu crasso materialismo, é secretamente alérgico à matéria. Nenhum objeto específico pode satisfazer seu voraz apetite, enquanto procura sem descanso, passando de um para o outro, reduzindo cada um a nada na busca ruínosa de seu desejo último. Apesar de ser caso de amor com a matéria, sob a forma de vilas toscanas e conhaques duplos, a sociedade capitalista abriga um ódio secreto a tudo que é material. É uma cultura injetada de fantasia, idealista até o cerne, potenciada por uma vontade desencarnada que sonha em fazer a natureza em pedaços. Faz da matéria um ídolo, mas não consegue engolir a resistência que ela oferece aos seus esquemas grandiosos” (Eagleton, 2003:223).

Por isso o “capitalismo”, a rigor, não é “materialista”, pois tal mentalidade odeia o que chama de “matéria”, pois existe na depredação do corpo de si e do corpo do outro. Apenas a superação da base dualista que assim reiterou e reitera o “crescimento ilimitado”, por acabar sendo reforço dos estados mentais “neoliberalismo” e “neodesenvolvimentismo” (em suas funções de construtores do Palácio de Cristal do mundo moderno, no sentido de Dostoievski⁸⁶, com seu interior controlado⁸⁷), demanda conhecer em profundidade a impregnação e incorporação do fundamento ontológico e epistemológico que permite que

forças emocionais sejam capturadas de maneira inconsciente, também pelas esquerdas⁸⁸, e à direita⁸⁹, por esta mentalidade, há muito criticada por exemplo por Walter Benjamin⁹⁰, do capitalismo como religião.

Portanto não poderemos superar este resultado com as mesmas teorias sociais e filosofia que os criaram. Desta forma a Teoria Psicopolítica trata de como enfraquece e como se fortalece o compartilhamento do julgamento da verdade na justiça das trocas, portanto da capacidade de co-extensividade vida, comunicação e cultura.

No desenvolvimento morfo-funcional do bebê na fase da amamentação, quando as zonas cerebrais que regem as funções sociais, como das referidas percepção do rosto e da voz humana, experimentam um amadurecimento genético extremamente delicado, precoce e acelerado, no qual a linguagem vai se constituindo como a organização psíquica do bebê e da constituição de suas funções mentais mais complexas, como as da atenção voluntária, memória lógica, pensamento verbal e conceitual, emoções complexas, etc.; vale dizer, o comportamento compreendido como “social” está indissolivelmente articulado com a organização compreendida como psicológica “individual”, pois ambos são operações e conteúdos mentais, no sentido não-platônico; o que está demonstrado de maneira cada vez mais abundante, como Ivan Ivic revisou e relatou para a UNESCO (Ivic, 1999).

A co-extensividade vida e comunicação é esta dinâmica relacional continuamente construída, matriz simbólico-afetiva, que demanda o exercício psicopolítico da “hermenêutica do desejo”⁹¹ e do pensamento que “forra o berço da criança com pressupostos antropológicos”⁹² de manei-

ra não-essencialista nem imanente no sentido estritamente cultural mas, talvez, como uma “paisagem interior” (Hall, 2000:125), na qual o ser humano constitui-se, sem ser, apenas, uma presa “do ‘behaviorismo’ e do objetivismo que ameaçam certas partes de Vigiar e punir” (*id.*); mas como um acordo com o outro dentro do discurso a partir de suas condições cognoscentes pré-culturais de auto-reconhecimento.

O que nada tem a ver, reitero, com a concepção unificada de identidade dos essencialismos de base biológica e natural. E não se trata também aqui da “consciência pura”, desencarnada. Muito pelo contrário. Trata-se da consciência geneticamente encarnada, aberta, pois de natureza comunicacional. O que exige que ao lado das categorias “verdade”, “história”, “razão” e “poder”, sem as quais não se pode tratar do tema da capacidade de julgar que constitui a consciência, sejam incluídas as categorias “mente” e “natureza”.

Quando a divisão social do trabalho o separa em manual e intelectual agrava-se a inconsciência como fragmentação entre o sujeito e sua ação no mundo, entre o sujeito e sua vontade de viver, pois a consciência é sempre a consciência da prática existente e, neste sentido, não é representação, se por representação se entende o deslizamento semiótico do signo, deslizamento que parece metafísico por compreender a existência da dualidade entre significado e significante como separados em absoluto, o que permite o deslizamento da pragmática entre ato de fala e a sua verdade, o que exponencia a força e a fraude constituintes da persuasão em detrimento da comunicação, este deslizamento paradigmático que gera consequências tre-

mendas, dentre as quais as anteriormente relacionadas, como o deslizamento entre o trabalho e a justiça, tanto em relação às condições nas quais ele é realizado quanto em relação à destinação de seus frutos e à recompensa por eles.

Imanência da Complementação de Opostos

O ser humano não é uma *tabula rasa* que só passaria a existir depois da Lei, mas que existe na relação com a Lei; e a intenção de sua volição, escolha e intencionalidade nada têm necessariamente de metafísicas; mas, muito pelo contrário, de absolutamente políticas, pois são imanência psicopolítica, como a linguagem é geneticamente social. O bebê precisa querer respirar. Querer mamar. Escolher mamar. Intencionar viver. Querer levantar a cada queda. Reagir a cada abatimento. Aprender com a incompletude. Trata-se do regime do *conatus* (Spinoza, 2007:173), ou seja, do esforço de perseverança identificado tanto por Spinoza quanto por Reich em relação aos processos de autorregulação da vida. Da *vontade de potência*, a lei originária sustentada por Nietzsche, que advém da própria realidade das coisas, e que não foi criada. Este esforço sem objeto, o trabalho resiliente e sem finalidade, fundamento de todos os outros trabalhos, o esforço realizado por seres ou modos finitos para evitar que sua dimensão formal seja dominada por processos entrópicos que decomponham suas partes e a destrua. Neste sentido, como registrado pelo New York Times, “em todo o mundo, os cientistas estão construindo repositórios de tudo, desde sementes até gelo

e leite de mamíferos -para preservar uma ordem natural que está desaparecendo rapidamente”⁹³.

Esta qualidade não pode ser de forma alguma reduzida a “instinto”, pois é muito mais complexa do que isso: configura o atributo do ser humano de querer viver e de querer a justiça ao longo de sua vida com o objetivo de que a vida possa ser vivida em toda a sua potência.

Portanto, o que se defende, o que defendem os movimentos sociais, as instituições não totalitárias, não é a “cultura”, mas a “vida”, aqui entre aspas pois encontram-se aqui separadas pela perspectiva dualista. O que se quer é uma “cultura” vital, o que depende de conhecimento transcultural, comunicacional, um discurso transparticular⁹⁴, em nada transcendental, que permita a “vida”. Que não foi a “cultura” que inventou; mas que tem a responsabilidade de oferecer, através de teorias e políticas públicas apropriadas, as condições de gozo dessa dádiva.

É o fortalecimento ontológico, epistemológico, teórico, metodológico e vivencial desta qualidade, em relação a qual o ser humano não é autônomo, mas que produz, na interação histórica com as formações culturais em que ele nasce e cresce, o poder reiterativo ou não do discurso, no sentido foucaultiano, pois o problema não é fazer o poder aparecer e feri-lo, mas legitimar culturalmente o poder que possibilita auto-regular ou auto-constranger fenômenos, pela articulação não-dualista entre o discursivo, o psíquico e o biológico. Inclusive o fenômeno de “assumir”, no sentido defendido por Judith Butler, o sexo que o sujeito deseja-pensa, malgrado sua “formação corporal” e as operações de foraclosões, essas operações dualistas que destroem o ser humano dada a sua dinâmica não-comunica-

cional, e o aprisionam nos “particularismos” das “pretenções de verdade”.

A exigência para que o ser humano exerça a sua condição é a de incluir permanentemente em sua completude-incompleta, por dela co-depender, a diferença. Que o complementa, que o torna completo, por ser constituinte dele próprio. “Ela” é a presença que já está nele como ausência. No caso das dinâmicas de todas as sexualidades, elas envolvem uma condição biológica, a de ser penetrado e a de penetrar, a de envolver e a de ser envolvido; a de abraçar e a de ser abraçado, a de mamar e a de ser mamado; a de roçar e de ser roçado, a de abrir e a de ser aberto; a de molhar, a de molhar-se e a de ser molhado.

Durham Peters lembra que o sentido do tato é o mais arcaico dos sentidos e o mais difícil de ser *fake* (Peters, 2012:270). A possibilidade do complementar é um dado biogenético. O que move todas as sexualidades é o contato, a fricção, o encontro, ou seja, a comunicação da diferença. É o estar junto. O ser um em paciente movimento contínuo. Esta condição é que é interpretada de formas distintas pelas culturas. Assim ocorre em relação ao par prazer-dor, condições constitutivas da vida e que, portanto, não foram inventadas pela “cultura” no sentido culturalista do termo.

É a relação cultural com esta possibilidade de complementação de opostos, portanto de comunicar-se, que constrói a consciência, que constrói a emancipação frente aos regimes de servidão através da capacidade de pensar, querer e julgar da razão encarnada, na qual o “outro” do ser humano, a “natureza”, torna-se o mesmo que “ele”, no sentido da ecologia mental de Bateson, do ser ecológico,

linhagem filosófica sucedida pela *ecosofia*⁹⁵, cunhada por Arne Næss como *ecologia profunda* e amplamente disseminada com a proposta de Guattari.

Esta experiência de comunicação cultura-natureza é radicalmente distinta do que queria o discurso da modernidade, quando o que se entendia como razão era o caminho de retorno à uma essência. Como ainda se faz contraditoriamente em grande parte da teoria social e da filosofia hegemônicas com o eterno retorno à essência do axioma hobbesiano, malgrado o trabalho que foi feito para “destruir sistematicamente” toda pretensão do ser humano de apreender a história como “totalidade”, mas sim de aceitá-la como o referido “paciente movimento contínuo” (Iasi, 2014:147), esta característica determinada pela linguagem. Que não é o esqueleto hegeliano mas define o devir humano, não como uma série aleatória de interpretações ao acaso dos acontecimentos, fortuitas, mas como a possibilidade de fazer vigorar o estado mental constitutivo da segurança e da proteção através do não-dualismo, que possibilita articular os múltiplos modos culturais da diferença em sua potência emancipatória, que defende a vida, frente aos regimes de servidão.

Este estado mental foi identificado por exemplo por Ivana Bentes sob a forma do “acolhimento e pertencimento”, em sua larga experiência com a periferia, quando reflete a respeito da presença maciça da igreja neopentecostal na periferia do Rio de Janeiro: “questão importante é a constatação que ‘o voto religioso não é necessariamente conservador’. (...) Mas, (...) a periferia migra, muda de igreja numa alta rotatividade, mudam de pauta, mudam de pastores, mesclam religiões. Ou seja, o que importa é certa

‘religião de resultados’ e principalmente o acolhimento e pertencimento a uma comunidade de proteção”⁹⁶.

Deixar de levar em conta o fato de que é o não-dualismo que permite superar o axioma hobbesiano, e por consequência fazer vigorar a condição comunicacional do ser humano e sua correspondente capacidade de pensar, querer e julgar é a história de um erro que tem o nome da verdade que a teoria social e a filosofia hegemônicas insistiram e ainda insistem ser absoluta: a impossibilidade da comunicação e da sociedade, dada à essencialização deste axioma, que garante que a segurança e proteção seriam impossíveis ou que dependeria do Estado.

Esta maneira de pensar, querer e julgar compromete a construção da indispensável unidade dos movimentos de mudança, pois a arquitetura da sociedade se sustenta nos capitéis da sociabilidade, e o capitel, como demonstrou Gaudí, “resolve a pluralidade dos elementos em unidade; se não há pluralidade a reduzir não é capitel” (*apud* Bergís i Llimargas, 1999:128), não é sociedade no sentido próprio, pois capturada por uma unidade perversa.

É como Marcio Tavares d’Amaral registrou em relação ao Brasil dos anos Lula: “A esquerda se opôs à esquerda sem cerimônia. Temos esse gosto antropofágico por essas bandas: a esquerda é sempre a maior inimiga da esquerda. (...) Cada formação sabe mais do que as outras o que é melhor para o povo. O povo não é consultado, mas isso não abala as certezas. E assim vai. Há muita tolice nessas divisões, uma espécie de iluminismo de luz apagada. Mas há, no fundo, boa fé. Triste boa fé”⁹⁷.

Desta situação decorre que Jeremy Corbyn, líder do Labour Party, tenha afirmado em entrevista à Naomi

Klein, três semanas após o Labour ter ganho aquela eleição histórica em 2017: “A mensagem mais forte - na verdade. (...) ‘Olhe ao redor a multidão. Olhem um para o outro. Vocês são todos diferentes. Vocês são todos únicos. Vocês são todos indivíduos. Você tem diferentes origens, idiomas. Diferentes comunidades étnicas. Mas vocês estão todos unidos. Você está unido no que você realmente quer no sentido de um coletivo na sociedade’”⁹⁸.

É por isso que a mentalidade do estado de exceção oferece simulações contínuas da segurança e proteção que catalisam a atenção, e assim encontra de um lado apoio ativo em largos contingentes fundamentalistas, e de outro apatia, desorientação ou, dentre os mais conscientes, o ódio, que ao ser assumido como o “sentido” capaz que alimentar a mudança, ou a “revolução”, garante, aos contrário, como mostra a história, o retorno cíclico da opressão.

É impossível escapar do “sentido”. Ele é a condição humana: o sentido constitutivo do ser humano, que ele vai buscar durante toda a sua vida; a comunicação. E a comunicação é o oposto do ódio, pois este é exatamente a ausência da comunicação. Por isso não faz sentido falar de “comunicação não-violenta”, malgrado a intensa efetividade das técnicas reunidas sob esta denominação, pois a comunicação é sempre não-violenta, assim como a razão, como para Kant, entendida, sublinho eu, da maneira não-platônica, é não-violenta, uma vez que a violência é a interrupção da experiência de comunicação.

Se a teoria social e a filosofia hegemônicas o recusaram, e o continuam a fazer, sob os argumentos mais sofisticados e os financiamentos mais robustos, ele retorna da ma-

neira possível: o da perversão. Pois há sempre uma “voz mestra” que o sujeito reconhece como tal. Uma voz-mãe que informa a capacidade de julgar, portanto a voz-mãe de toda ação. No caso da teoria social e da filosofia, assim como das ciências e das artes em geral, o seu fundamento ontológico e epistemológico. Como disse em 1938 Lasswell, “todos os homens volúveis do dia -escritores, repórteres, editores, pastores, palestras, professores, políticos- são atraídos ao serviço da propaganda para amplificar uma voz mestra” (Lasswell, 1938:221).

A Conspiração da “Voz Mestra”

Pode-se tocar em estados mentais, os seres humanos os encarnam todo o tempo em suas atitudes; e assim, tocando-os, pode-se mudá-los pelo fortalecimento, através de políticas públicas, como as da educação, de sua capacidade de julgar. Vejamos mais de perto o caso do “capitalismo financeiro”. Proponho tratá-lo não como uma categoria abstrata, metafísica, mas como ele é na realidade. Suas “bases materiais” são as “bases mentais” que são autorizadas pelos sujeitos em rede a referenciar a capacidade de julgar.

Por isso os sujeitos organizados como coletivos sob a denominação, por exemplo, “meios de comunicação” e sob todas as outras denominações dos *Aparelhos Psicopolíticos da Cultura-APC's* (ver *Capítulo 3*), inventam a existência de uma “crise financeira” que na verdade não existe.

O que de fato existe é a violência das operações psicopolíticas legitimadas pelas predisposições criadas pelo trauma ontológico e epistemológico na condição comuni-

cacional do ser humano que resultam em acumulação de riqueza e poder. Este trauma instaura os estados mentais da ignorância (de que o ser humano é comunicação), do ódio (a ausência da comunicação) e da ganância (com a qual o sujeito, em sua fraqueza extrema gerada pela ignorância, interpõe objetos entre si e a “lacuna sinistra”, a forma aterrorizante como a ignorância percebe o fluxo vital do aparecimento e desaparecimento, no qual a condição humana, submetida à condição atávica de medo frente à besta que habita em cada ser humano, recusa-se à coragem frente ao tempo e à finitude, no sentido nietzscheano).

É assim que se estabelece o que se chama de “capitalismo financeiro”, esta vontade de poder que nada mais é do que o sujeito em rede desesperado, pela negação de sua condição comunicacional, tentando acumular cada vez mais poder para poder fugir do medo através da ciência e da tecnologia que permitem produzir e comprar mais e mais “segurança e proteção” e descarregar o ódio, que dada a ignorância é interminável, na direção dos “perdedores”.

Os sujeitos organizados em redes, em coletivos que legitimam tais estados mentais como fonte de referência para a capacidade de julgar, repetem o que considerarem necessário (ver por exemplo a série *White Gold*), inclusive que há uma “crise”, que na verdade é para colocar os “outros” em crise, e que por isso não acaba nunca, porque a opção ontológica e epistemológica consolidada a partir da Grécia é o fundamento de todas as crises.

Cada hora é inventada uma “crise” que justifique o poder sob sua forma perversa. Se para acumular em uma de-

terminada fase histórica é necessário um Estado do Bem Estar Social, ótimo. Se a desesperança de experimentar a comunicação aumentou, por vários motivos e com a ajuda do perspectivismo ontológico, por exemplo, a “crise” passa a ser o “endividamento estatal”, a “falta de competitividade e de produtividade”, em especial dos Estados e países do hemisfério sul, que teriam consumido “além de suas possibilidades”, que teriam “gasto ao invés de poupar”, etc. A tal ponto que os próprios sujeitos prejudicados defendem as medidas que os prejudicam. Tais “pecados” devem ser expiados através da punição trabalhista, previdenciária, educacional, industrial, enfim, devem ser imolados em praça pública, quase como se fossem países contaminados por um tipo específico de “terrorismo”, digamos assim, “econômico”.

Esta pseudo racionalidade discursiva é adotada pelos sujeitos em rede nos APC's, que decidem retro-alimentar esta acumulação pela despossessão do outro, pois tais sujeitos julgam querer ser “ricos”. Querem se “desenvolver”, querem “progredir”, querem “crescer”, orientados pela naturalização de uma certeza moral de que esta seria a única maneira de ser feliz. Toda a questão é uma questão de felicidade. Da *figura de felicidade* que é a segurança e a proteção que permitiram a constituição do sujeito como ser humano, na experiência da escuta da voz da mãe, sem a qual ele teria sido incapaz de superar o hiato entre seus aparelhos sensoriais e seus aparelhos motores.

Por isso a questão das bolhas imobiliárias, dos *subprimes*, da desregulação dos mercados e derivas bancárias, os investimentos tóxicos, os *hedge funds*, as desigualdades econômicas e as discriminações sociais, etc., não aparecem na fala destes sujeitos. Eles estão culturalmente convenci-

dos de que vida “seria assim mesmo”. Convencidos de mitos. Reproduzidos pela voz da mãe perversa desde quando o feto está em seu ventre: “o ser humano não presta”; “o ser humano é violento, sempre foi violento e sempre será violento”; “o ser humano não muda”, e por aí vai. A afirmação “a vida é dura” é feita inclusive pela WWF Internacional e pela União Mundial para a Natureza (WWF, 1998:150).

Em grande parte a responsabilidade por este fenômeno é mais uma vez das teorias sociais e da filosofia que ainda prevalecem pois descartaram a questão da “religião” antes de tê-la resolvido, supondo que o perspectivismo a teria eliminado de uma vez para sempre. Por isso elas ressurgiram com uma força tremenda, a partir da sede do Império e daqueles que são contra "Ele", na sua pior forma, a dos fundamentalismos, sejam eles das religiões propriamente ditas, seja na forma da religião do capital, como Walter Benjamin já diagnosticou faz tempo. E porque isso aconteceu? Por que a religião trata exatamente da possibilidade do “encontro”, da "comunhão", ou seja, da comunicação, da condição comunicacional do ser humano, que determina que a felicidade seja o encontro com o outro.

A emancipação depende, portanto, da qualidade psicopolítica da revisão, da re-edição, que se faça em rede do território mental, pois aí se define a qualidade emancipatória ou não das interações entre os sujeitos. Pois, como Ladislau Dowbor comenta, apesar de ser “caótico na busca da maximização dos lucros e de emissão de papéis cada vez mais frágeis, (...) [mantém] reação sistêmica poderosa frente a qualquer tentativa de regulação externa (...)”⁹⁹:

“As interações entre os agentes são o que importa” (Haldane, 2011:28).

Vale lembrar o destino dos trilhões de dólares de dinheiro público transferidos do Tesouro dos EUA para os bancos em 2008/2009 a título de evitar a alegada “crise” de então, a “bancarrota” do sistema econômico. Esta é a conclusão a que chegaram Paul Krugman e Robin Wells sobre tal “operação salva-pátria”: “Apesar de certas reivindicações acadêmicas (originadas em sua maioria nas escolas de negócios), as enormes somas de dinheiro canalizadas através de Wall Street não produziram uma melhoria na capacidade produtiva dos Estados Unidos mediante a ‘alocação eficiente de capital para seu melhor aproveitamento’. Pelo contrário, a produtividade do país diminuiu ao deixar o capital liberado à argúcia financeira, os pacotes de compensação absurdos e as avaliações do mercado de ações infectadas pela bolha”¹⁰⁰.

O “capitalismo financeiro” é, portanto, a interação de sujeitos que legitimam tais estados mentais, tal qualidade de julgamento. Neste sentido, aqui estão os resultados da pesquisa realizada pelo Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica-EHT sobre o poder do que chamo de *estado mental capital*, na qual foi identificada a rede de poder que as pessoas formam nas corporações em todo o mundo, mostrada pela primeira vez na história neste trabalho¹⁰¹ de 2011.

É decisivo sublinhar que em termos ideológicos, este estudo está acima de qualquer suspeita, pois além do ETH, de Zurique, fazer parte da nata da pesquisa tecnológica no mundo, em geral colocado em segundo lugar depois do MIT dos Estados Unidos, seus detêm 31 prêmios

Nobel, a começar por Albert Einstein, e a equipe que trabalhou nela entende do que há de mais avançado em mapeamento de redes e da arquitetura que delas resulta. Stefano Battiston, um dos autores, assina pesquisas com J. Stiglitz, ex-economista chefe do Banco Mundial. A pesquisa selecionou 43 mil corporações no banco de dados Orbis 2007 referentes à 30 milhões de empresas, e investigaram como se relacionam, o peso econômico de cada uma, a sua “rede de conexões, os fluxos financeiros, e em que empresas têm participações que permitem controle indireto. Em termos estatísticos, resulta um sistema em forma de *bow-tie*, ou “gravata borboleta”, onde temos um grupo de corporações no “nó”, e ramificações para um lado que apontam para corporações que o “nó” controla, e ramificações para outro que apontam para as empresas que têm participações no ‘nó’”¹⁰².

A pesquisa provou que 4/10 do controle sobre o valor econômico das empresas transnacionais está nas mãos de 147 delas, e que 3/4 destas são do setor financeiro. Vejamos em detalhes, é longo, mas merece a atenção: “Este mapeamento leva por sua vez à análise da concentração do controle. A primeira vista, sendo firmas abertas com ações no mercado, imagina-se um grau relativamente distribuído também do poder de controle. O estudo buscou ‘quão concentrado é este controle, e quem são os que detêm maior controle no topo’. Isto é uma inovação relativamente aos numerosos estudos anteriores que mediram a concentração de riqueza e de renda. Segundo os autores, não há estimativas quantitativas anteriores sobre o controle. O cálculo consistiu em identificar qual a fração de atores no topo que detém mais de 80% do controle de toda a

rede. Os resultados são fortes: ‘Encontramos que apenas 737 dos principais atores (*top-holders*) acumulam 80% do controle sobre o valor de todas as empresas transnacionais (ETN)... Isto significa que o controle em rede (*network control*) é distribuído de maneira muito mais desigual do que a riqueza. Em particular, os atores no topo detêm um controle dez vezes maior do que o que poderia se esperar baseado na sua riqueza.’ ‘(...) Combinando o poder de controle dos atores no topo (*top ranked actors*) com as suas interconexões, “encontramos que, apesar de sua pequena dimensão, o núcleo detém coletivamente uma ampla fração do controle total da rede. No detalhe, quase 4/10 do controle sobre o valor econômico das ETNs do mundo, através de uma teia complicada de relações de propriedade, está nas mãos de um grupo de 147 ETNs do núcleo, que detêm quase pleno controle sobre si mesmo. Os atores do topo dentro do núcleo podem assim ser considerados como uma “super-entidade” na rede global das corporações. Um fato adicional relevante neste ponto é que $\frac{3}{4}$ do núcleo são intermediários financeiros” (*id.*).

A *New Scientist* publicou o comentário de um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo, James Glattfelder, que resume a questão: “Com efeito, menos de 1% das empresas consegue controlar 40% de toda a rede”¹⁰³. Neste 1% estão por exemplo Barclays Bank, JPMorgan Chase&Co e Goldman Sachs, etc.

É assim que tal coletivo é muito, mas muito pequeno, e sua existência contradiz frontalmente o que supunham as teorias ensurdecedoras das décadas passadas, que garantiam que a “complexidade humana” não permitiria “centros de decisão”, pois tudo seria “múltiplo”, “diverso” e “acidental”.

Esta perspectiva teórica, da qual sempre discordei, contribuiu de maneira decisiva para afastar o foco do fato real, e por isso foi surpreendida pela “vitória” do neoliberalismo e o retorno do fascismo nas primeiras décadas do século XXI. O fato é que os sujeitos que têm o *estado mental capital* como referência para a capacidade de pensar, querer e julgar cabem, se reunirmos os respectivos ceo's das 147 ETN's identificadas pelo EHT com as 90 que produziram sozinhas dois terços da poluição por combustíveis fósseis em toda a história (sendo que várias se encontram nas duas listas), cabem em cerca de seis ônibus: “As crises do clima do século 21 têm sido causadas em sua maioria por apenas 90 empresas, que produzem quase dois terços das emissões de gases com efeito de estufa gerados desde o início da era industrial (...). As empresas variam desde empresas de propriedade de investidores -nomes como a Chevron, Exxon e BP, até empresas estatais e administradas pelos governos. (...) ‘Há milhares de produtores de petróleo, gás e carvão no mundo’, disse o pesquisador do clima e escritor Richard Heed, do Climate Accountability Institute, Colorado. ‘Mas os tomadores de decisão, os CEOs ou os Ministros do carvão e do petróleo, se você reduzi-los a apenas uma pessoa [por empresa e entidade] todos eles podem caber em um ônibus ou dois’”¹⁰⁴. Como bem diz Ladislau Dowbor, é natural e saudável estar atento para não inventar “conspirações diabólicas”, “maquinações maldosas”. “Mas ao vermos como nos principais setores as atividades se reduziram no topo a poucas empresas extremamente poderosas (...) nenhuma conspiração é necessária. Ao estarem articulados em rede, e com um número tão diminuto de pessoas no topo, não há nada que não se resolva no campo de golfe no fim de

semana. Esta rede de contatos pessoais é de enorme relevância. Mas sobretudo, sempre que os interesses convergem, não é necessária nenhuma conspiração para que os defendam solidariamente, como na batalha (...) para se reduzir os impostos que pagam os muito ricos, ou para se evitar taxaço sobre transações financeiras, ou ainda para evitar o controle dos paraísos fiscais. (...) O caos financeiro planetário, em última instância, tem uma origem bastante clara, de poucos atores. No pânico mundial gerado pela crise, debatem-se as políticas de austeridade, as dívidas públicas, a irresponsabilidade dos governos, deixando na sombra o ator principal, as instituições de intermediação financeira”¹⁰⁵.

Frente a esta conspiração finalmente comprovada, cabe lembrar que este grupo detém este poder porque conta com a servidão voluntária de milhões de pessoas que trabalham para ele. Enquanto isso são históricos os muitas vezes violentos desacordos entre as teorias sociais e entre os movimentos sociais empenhados em superar tal fato.

A disputa ferrenha entre teorias e metodologias está ocorrendo também neste momento em que nos encontramos aqui, “tanto sobre objetivos de longo prazo quanto sobre táticas a curto prazo (...) [e assim] pouco progresso tem sido feito para superar essas divisões” (Wallerstein, 2012), o que impossibilita a unidade necessária para mitigar, neutralizar e superar o fato que é a unidade poderosa dos que sustentam o *estado mental capital* frente a qualquer tentativa de regulação externa.

A emancipação depende da escuta do não-dualismo, que foi silenciado ontológica e epistemologicamente: “Tendemos a pensar o subjetivo como pertencendo ao *self*,

e o objetivo ao mundo. O subjetivo é uma questão de valor, enquanto o mundo é uma questão de fato. E como esses dois se juntam é, muitas vezes, um tanto misterioso. Ainda assim, uma das maneiras como convergem é no ato da auto-reflexão. Ou se prefere, nesse curioso salto mortal ou cambalhota para trás em que o *self* toma a si mesmo como objeto de conhecimento. A objetividade não é apenas uma condição fora do *self*. Na forma do autoconhecimento, é a pré-condição de todo viver bem sucedido. Autoconhecimento, fato e valor são questões inseparáveis” (Eagleton, 2005:187).

É por isso que setores conservadores dos Estados Unidos mantêm parcerias com a National Academy of Science-NAS daquele país para “medir as capacidades humanas e “a combinação das capacidades individuais para criar uma capacidade coletiva de realização”. Tais parcerias foram denunciadas pelo antropólogo da Universidade de Chicago Marshall Sahlins, que renunciou à sua cadeira, naquela que é a mais importante academia norte-americana no campo, em protesto contra elas e também contra a eleição como membro da NAS do antropólogo Napoleon Chagnon, que ataca os povos originários e defende a hipermasculinidade como ápice da “evolução humana”¹⁰⁶.

O Poder Não Existe Fora da Cultura

A verdade não existe fora do poder, concordo; mas o poder também existe “fora” da “cultura”. Escutar a história, como para Nietzsche e Foucault, inclui escutar o que a história criou como um “fora”, a “natureza”; sem a qual não há “história”, não há “poder” e não há “verdade”.

Afirmar isso não é metafísico nem de longe, pois “ela”, como demonstrado, não é um “fora”. Apenas assim passa, de fato, repito, a não existir um “fora”. E se escapa de amplificar a “*master voice*”.

Para Arnold Gehlen, a filosofia da linguagem que o precede é demasiadamente intelectual, considerando a linguagem somente a partir do ponto de vista do conhecimento, digo eu, da “cultura”, deixando de levar em conta que as manifestações linguísticas são antes de tudo movimentos transformáveis em outros movimentos, que definem a espessura que se imagina de maneira dual como “absolutamente material”, o que contradiz inclusive a mecânica quântica. A consciência, que se constrói na linguagem, sutura “natureza” e “cultura”, seccionados pelo bisturi ontológico e epistemológico do dualismo.

Por isso o ser humano fala do que independente da situação de fala na qual ele está, o que é o contrário do que permite a estrutura da linguagem dos outros animais. Este fato é que fez com que Ernst Tugendhat tenha considerado extraordinária a ideia aristotélica de que a consciência do bom funda-se na estrutura predicativa-proposicional¹⁰⁷ da linguagem; ou seja, de que é a estrutura da linguagem humana que o permite falar do bom e consequentemente do justo. Estes outros nomes da segurança e da proteção, o *estado mental*, portanto *estado cultural*, que permite o equilíbrio psicopolítico do ser humano por ele estar “no interior de uma continuidade portadora de sentido¹⁰⁸ -ou seja, que articula a situação presente com o passado (origem) e o futuro projetado (pré-visto). Aquele que rompe este equilíbrio enlouquece, porque o futuro se apresenta como algo vazio, e o indivíduo não mais espera algo (...) ele ‘des-espera’” (Iasi, 2014:49). Na compulsão do trânsito

empreendedor que ele absolutiza entre ele mesmo e seu projeto, mesmo quando “larga tudo” e vai viver uma “vida exótica”, ganhando mais dinheiro em algum lugar remoto e, mais uma vez, “paradisíaco”, através da implementação naquele lugar da mesma mentalidade, ampliando o “turismo” em sua forma de experimentação total do mundo, como se isso fosse emancipação frente aos regimes de servidão.

Stuart Hall faz uma leitura importante de Freud e de Lacan: “ (...) de acordo com Freud, para que se possa estabelecer qualquer relação com um mundo externo, a catexia básica das zonas de atividade corporal e o aparato da sensação, do prazer e da dor devem já estar ‘em ação’, mesmo que uma forma embrionária. Existe, já, uma relação com uma fonte de prazer (a relação com a Mãe no Imaginário), de forma que deve existir já algo que é capaz de ‘reconhecer’ o que é prazer. O próprio Lacan observou, em seu ensaio sobre o estágio do espelho, que o ‘filhote do homem, numa idade em que, por um curto espaço de tempo, mas ainda assim por algum tempo, é superado em inteligência instrumental pelo chimpanzé, já reconhece não obstante como tal sua imagem no espelho” (Hall, 2000:117).

Na fase oral a mãe continua o processo de ser literalmente “ingerida” pelo filho como o foi durante toda a gestação de maneira trofo-umbilical, ou seja, através da zona umbilical (diafragmática-abdominal, ou visceral), esta primeira grande boca. É consensual o reconhecimento da necessidade de contato profundo entre a mãe e recém-nascido, cuja dependência em relação à ela ainda é tão radical que há quem considere que a rigor o ser humano

nesta fase deveria ser chamado de “feto extra-uterino” ou “organismo humano extra-uterino”.

Tanto Anna Freud quanto Reich descreveram que qualquer breve período afastado de sua mãe gera no bebê uma sintomatologia clara de “desintegração do eu” aliada a sinais autistas, em um processo com três fases: primeiro o bebê reclama aos gritos; a seguir se desespera e por fim, sem esperanças de realizar a vontade de viver que ele é, ele renuncia à vida, o que é trágica e equivocadamente percebido como ele tendo “se acostumado à ausência da mãe”.

Para que seja possível conhecer e compreender o fato de que o ser humano é constitucionalmente comunicação e, portanto, sua condição é gerar continuamente a experiência não-dualista, e não a experiência do “sujeito cindido”, é necessária a mudança ontológica e epistemológica radical. Pois o que é a concentração da riqueza e de todas as outras injustiças senão cindir o ser humano, cindir os seres humanos?

A recusa do exercício do não-dualismo, que o dualismo da realidade oferece como o desafio e a oportunidade da comunicação que a constitui, produz a captura por questões como “o que ‘é’ o ‘animalzinho’ individual que ainda não é sujeito” (Hall, 2000:119); ou, como em Freud, experimenta-se a vida como se ela fosse “difícil de suportar” (Freud, 1978:96); ou, como em Lacan, vê-se a existência de um sujeito clivado, movido por um desejo inalcançável, o *Objeto a*, de retornar à unidade-com-a-mãe, que seria seu “objeto de desejo primeiro”, e do qual teria sido separado pela Lei, compreendida então não como um desdobramento amoroso da experiência de comunicação na qual se instituiu, e que precisa permanecer toda a vida,

como o ser humano busca na função-pai e na função-fraterna e, ainda, no Estado Moderno de Direito.

A condição comunicacional do ser humano demanda políticas públicas de cultura que produzam formações culturais que sejam suporte e estímulo ao desejo instituinte do ser humano que é o de experimentar a vida, sua unidade-com-o-mundo. O que é radicalmente distinto de compreender esta experiência como a de “cindir” (esta palavra é um sintoma) tanto o/a filho/a quanto a mãe -ele/ela até então visto/a e compreendido/a como narcísico/a e a mãe vista e compreendida como fálica- e destinar-lhes serem “fantasmas”; a serem uma fantasia criada em torno do *Objeto alfa*, a reminiscência inconsciente do *Objeto a*, desta “falta” que o impulsionaria, de maneira compulsiva, a sempre que alcançar um objeto desejado se veja compelido na direção de outro objeto, de maneira assintótica, ou seja, de uma maneira infinita.

De fato é compreensível, frente a esta maneira dualista e hegemônica de julgar, ou seja, de pensar-sentir integrados, porque é tão difícil dar limites à mentalidade suicida do “crescimento econômico” e à obsolescência programada que o alimenta. Mas, sem dúvida, Lacan está apontando algo primordial quando percebeu que o problema do sujeito é quando lhe falta a “falta”; é aí que ele se angustia, na dolorosa incapacidade de suportar, muitas vezes por vaidade, o fato de que ele e sua realidade não é, não foi e não será, e que frequentemente o outro e a da outro o são, aquilo que o sujeito ou gostaria ou não gostaria que pertencesse a sua história. Mas isso não implica em que a “falta” seja a constituinte absoluta do ser humano. A falta

é parte da condição instituinte da comunicação, pois comunicar é buscar superar a falta e assim completar-se.

O sujeito se sustenta, se completa, quando ele aceita, como em Nietzsche, que é um animal ainda não determinado, não concluído, incompleto, em processo: é assim que o ser humano assume sua identificação única, re-confirmada por exemplo na singularidade digital da íris e da retina, fora da qual ou é vampiro ou é zumbi. A completude do ser humano é a dele não ser completo e ao comunicar-se ir completando-se continuamente.

É isso que é preciso conhecer, compreender e vivenciar. Sair da gangorra dualista que leva ou para as ontologias transcendentais ou para as ontologias constitutivas¹⁰⁹. Pois o fato é que não existe um “fora” absoluto, concordo, mas é preciso eliminar também a delusão de que existiria um “dentro” absoluto: um fora deste “fora”, um “absoluto imanente”, um apenas “humano” que continua a não saber julgar entre o real e o ilusório, emaranhado nas efetuações e efetividades que correspondem à da eficácia, a mesma do capital. Esta é a armadilha em que está presa a teoria social e a filosofia que ainda prevalecem.

Nem o Grande Mito da Interioridade nem a Radical Historização do Sujeito

A jovem teoria da comunicação, que nasceu na década de 1940 como uma teoria matemática dos sinais, sendo que a própria categoria *comunicação* surge como uma questão explícita nos anos 1880 e 1890 (Peters, 2012:10), reconhece que a empatia é o componente crucial da experiência humana emocional e da interação social, pois é a habilidade que permite que o ser humano compartilhe estados

mentais (formações cognitivo-afetivas) com os seus pares sociais, próximos e distantes, permitindo-lhe perceber, avaliar e compreender a intenção deles, vale dizer, seus sentimentos, seus pensamentos, enfim, suas ações.

Este é um ponto em que há consenso científico a respeito. Pesquisas recentes no campo da neurociência social revistas pelo Max-Planck Institute of Human Cognitive and Brain Sciences comprovam que a empatia é uma experiência que envolve uma base neural, o que permite reafirmar aqui, no sentido que sustento na Teoria Psicopolítica, que a mente é *consciência incorporada*¹⁰, a um só tempo abstrata e concreta, natural e cultural. Vale acompanhar os resultados minuciosos desta revisão da neurociência social: “Estendendo o trabalho anterior da filosofia e da psicologia comportamental (Bateson 2009, de Vignemont & Singer 2006, Eisenberg 2000, Hoffman 2000), os avanços na neurociência social proporcionaram novos *insights* importantes sobre o cérebro baseados na empatia. (...) Usando principalmente a ressonância magnética funcional (fMRI), a maioria dos estudos sugerem que a observação de estados afetivos em outros [seres humanos] ativa redes cerebrais também envolvidas na experiência de primeira-mão desses estados, confirmando a noção de que a empatia é, em parte, baseada em redes compartilhadas (de Vignemont & Singer 2006, Keysers & Gazzola 2007, Preston & de Waal 2002). Em particular, a insula anterior (AI) e o córtex dorsal-anterior/anterior-midcingulate (dACC/aMCC) desempenham papéis centrais nas respostas vicárias no domínio do desgosto, gostos agradáveis ou desagradáveis, dor física e emocional e outras emoções sociais como embaraço ou admiração (...). Estudos anteriores de

imagem humana com foco em empatia pela dor dos outros demonstraram consistentemente ativações em regiões também envolvidas na experiência direta da dor, particularmente a ínsula anterior e o córtex anterior e intermediário.(...) A empatia frequentemente envolve coativações em outras redes associadas à cognição social, dependendo da situação específica e da informação disponível no meio ambiente. A atividade insular e cingulada relacionada à empatia pode refletir cálculos de domínio-geral que representam e predizem estados de sentimento no *self* e em outros, provavelmente orientando respostas homeostáticas adaptativas e comportamento orientado por objetivos em contextos sociais dinâmicos” (Bernhardt & Singer, 2012).

Trata-se portanto de um *continuum* relacional, uma rede, necessariamente não-dualista, e não de um “antes e depois da cultura”. Não se trata nem do “grande mito da interioridade”, que Foucault e tantos outros atacaram com toda razão, nem a “radical historização do sujeito”, pois esta inverte a metafísica, transformando o sujeito em um “‘efeito’ do discurso e no discurso, preso no interior de formações discursivas específicas, não tendo qualquer existência própria, o que contradiz o conhecimento como amor à sabedoria, como filosofia, esta condição que imana no ser humano como processo, como evento e como aventura (Levinas, 1998:XI-XII).

A interrupção da comunicação é, assim, a experiência da violência, como dito, pois suspende a condição de *continuum*, de rede, o que faz com que o ser humano colapse na ausência da linguagem e do estado mental da segurança e da proteção que o instituiu e constitui. É por isso que os regimes de servidão se instauram e perpetuam produzindo ontológica, epistemológica, metodológica e vivencialmen-

te esta ausência, pois é ela o terror do ser humano, porque o des-referencia. É assim que a violência tornou-se o tema em todos os discursos, em todas as teorias sociais e filosofias, em toda a gama do psiquismo e das instituições. Mas sem saber porque ela está aí.

As redes sociais acompanham esse padrão. Imaginadas metafisicamente como emancipadoras por “si mesmas”, apesar dos avisos em relação ao que tendia a acontecer, dentre os quais os meus desde os anos 80, precipitaram-se deste sonho para o pesadelo do ódio e da perda da privacidade, claro, não de uma maneira absoluta.

Tal energia patológica move-se em um amoralismo intra-pessoal, interpessoal, intra-grupal e inter-grupal imerso no tsunami informacional persuasivo cada vez mais “célebre”, como vimos Goethe definir, uma vez que apenas no ano de 2016 a humanidade produziu mais dados do que produziu durante toda a sua história até 2015¹¹¹.

Esta energia patológica é espelho e produtora da globalizada “pós-verdade”¹¹², que destrói a possibilidade da comunicação, pois enquanto esta depende do exame transcultural e transparticular da verdade do argumento, tal mentalidade discursiva desconsidera por completo as réplicas fáticas por a-fundar-se nas emoções e crenças, sendo a manifestação no senso comum do perspectivismo ontológico das teorias sociais e da filosofia hegemônicas.

Tal pós-“grande narrativa” talvez seja o clímax da radicalidade do mal nesta segunda década do século XXI. Marcio Tavares d’Amaral diagnostica esta síndrome como “Taxa de Ódio Circulante”¹¹³: “a TOC não deixa pensar. Não deseja pensar”¹¹⁴ e aprofunda o modelo econômico-

político por insistir na estrutura mental que o objetiva. Ele prossegue em outro momento: “(...) eu penso mesmo é nos cultores do desprezo, nos que têm pelos intelectuais um ódio mais ou menos bem comportado. Pergunto-me se eles têm a mais pálida desconfiança de que sem Homero e Abraão, sem os cantadores das origens, sem os contadores de histórias e os enfeitiçadores de palavras, sem os filósofos, astrônomos, cientistas que arriscaram suas vidas por hipóteses inúteis, que depois puseram o mundo rodando macio, sem os inventores de mitos -sem esses todos, intelectuais de cada tempo, os orgulhosos donos do mundo estariam muito além da fase de coletores-caçadores. Sem os mitos do fogo os apressados ainda comeriam cru. É verdade que continuamos caçando os outros, coletamos na terra dos outros, fazemos guerras carniceiras. Mas temos memórias, que os intelectuais puseram no nosso passado. Temos passado, história. Podemos avaliar que andamos melhorando pelo tempo afora. E se estamos engasgados com o presente, o passado cheio de som e fúria nos estimula a fazer futuros. Francamente, se isso não é útil, deixemos para lá. E vamos para a praia pegar uma cor”¹¹⁵.

Sem dúvida Charles Melman estava certo quando diagnosticou a tendência da economia psíquica pós-moderna de ir não na direção de uma desapareição do inconsciente, no sentido freudiano do termo, mas na do sujeito do inconsciente. Ou seja, passa-se a lidar com um inconsciente que não tem mais interlocutor, que não tem mais vontade de se fazer reconhecer, nem enunciação a título de sujeito. “Teremos um singular, um estranho retorno ao que era a situação pré-cartesiana, de antes da aparição do ‘eu do *cogito*

to'. Haverá vozes das profundezas, vozes diabólicas que o sujeito não reconhecerá como suas" (Melman, 2003).

Algo da ordem das psicoses, da esquizofrenia. Watzlawick, Bevin e Jackson, no clássico *Pragmática da Comunicação Humana*, compartilham que uma jovem esquizofrênica foi ao consultório do psiquiatria pela primeira vez e anunciou jovialmente: "A minha mãe teve que casar e agora aqui estou". Foram semanas para elucidar o que estava condensado naquela frase: "(1) ela era fruto de uma gravidez ilegítima; (2) esse fato causara, fosse como fosse, a sua psicose; 'teve que casar-se', referindo-se à natureza precipitada do casamento de sua mãe, tanto podia significar que a mãe não era a culpada, porque a pressão social a forçara a aceitar o casamento, ou que mãe tinha se ressentido da natureza forçada da situação e atribuía a culpa à existência dessa filha; (4) 'aqui' significava tanto o gabinete do psiquiatra como a existência da paciente no mundo; e, assim, subentendia-se que, por um lado, a mãe acabara fazendo dela uma 'louca', enquanto que, por outro lado, ela tinha que ser eternamente grata a sua mãe, que pecara e sofrera tanto para pô-la no mundo" (Watzlawick *et alli*, 1981:67).

A violência é da ordem da fala desta jovem esquizofrênica. Com a violência o ser humano quer dizer que foi ofendido, que foi violentado ontológica e epistemologicamente em sua condição comunicacional. O "ódio circulante" deste "homem sem qualidades" (Charles Melman), pois "sem fundamentos" (Marcio Tavares d'Amaral), é desta ordem. Este "equivalente geral" elevado à segunda potência¹¹⁶, o ódio (que emerge da ignorância de que o ser humano é um ser de linguagem), no qual o ser humano

afunda-se e se apraz no turbilhão alucinado das paixões, das quais nascem as “opiniões” que a “preguiça de espírito” produz (cristalizada, segundo Nietzsche, nos homens em convicções e nas mulheres em fé); e inundam o “corpo” social com tal preguiça de colocar cada objeto sob a melhor luz para examiná-lo em todos os seus aspectos pela perspectiva do que realmente interessa: o amor à verdade da comunicação, para que não seja ofendido o “gênio da justiça” que habita cada ser humano, este gênio que sem dúvida alguma tem a mesma estatura do gênio filosófico, político ou artístico¹¹⁷. O amor, lembra Marcio Tavares d’Amaral, “é o que fica no meio do grande e do pequeno. É um bom lugar para pensar sem esquecer”¹¹⁸.

É neste sentido que a transdisciplinaridade e a transculturalidade são decisivas, pois ao constituir o que Fathi Triki sustenta em sua obra como a conexão entre a razão e a *aisthesis* sob o conceito de “*raisonnabilité*”, fazem “apelar à razão como a abertura e a sensibilidade como o acesso direto e não mediatizado ao humano” (UNESCO, 2006:83); ou seja, à uma disposição afetuosa para o viver-junto, à disposição fraterna, que se pede, inclusive, aos “fiscais alfandegários das rígidas fronteiras do conhecimento especializado” (Iasi, 2014:47). Pois tanto os transdisciplinares precisam da compaixão em relação às suas incompletudes em cada uma das disciplinas com as quais conversam, como eles precisam igualmente de exercitá-la em relação à incompletude de seus colegas disciplinares.

Apesar da centralidade inequívoca da comunicação para o ser humano, conhecemos a dificuldade persistente da teoria da comunicação de constituir-se epistemologicamente, como “área científica própria, legitimada ou ao menos reconhecida como tal pelos autores mais conspi-

cuos das outras disciplinas do pensamento social” (Sodré, 2012:26). Para Navarro, este campo “parece estar se ‘desvanecendo’ quando mais se espera dele” (Navarro, 2003:19) e o conceito comunicação é infestado, como vimos, pela *doxa* dos lugares comuns experienciados perversamente como verdadeiros sob a forma da pós-verdade.

Esta dificuldade é a síndrome cultural decisiva, cuja superação demanda as condições teóricas capazes de gerar a superação das operações psicopolíticas que configuram tal aprofundamento da radicalidade do mal, e que são concretizadas a partir do que precisa deixar, reitero, de ser entendido, de maneira dualista, tanto quanto “material” e “infra-estrutura”, como “espiritual”, “supra-estrutura”, “subjetivo”, e, mais recentemente, como “imaterial” ou “cognitivo”.

Vale lembrar aqui que o “capitalismo”, sob a perspectiva da Teoria Psicopolítica, não se tornou “cognitivo”, pois o que ocorreu com o nomeado “deslocamento da própria função produtiva para as atividades imateriais” foi que a ênfase radical (e dualista) nos “conhecimentos” desequilibrou, mais do que as teorias do valor, tanto a marxista quanto a neoclássica, o próprio fundamento ontológico e epistemológico do pensamento social, uma vez que provou a centralidade que “eles” -os “conhecimentos”- sempre tiveram; e que não era percebida pelo uso da episteme dualista, fragmentada entre “materiais” e “imateriais”, entre “infra” e “super” estruturas.

Maurício Lazzarato reconhece isso com clareza. Pois, digo eu, no conceito “cognitivo”, neste caso, está contida a afirmação não de que o capitalismo teria só então se tornado “cognitivo”, mas que a mentalidade que o move

radicalizou sua capacidade de fabricar o desejo e a crença. Como diz Lazzarato, o “capitalismo sempre foi a relação entre a tecnologia, o saber e o próprio capital. O que muda é o tipo de tecnologia e de saber envolvidos na relação. São tecnologias novas, que concernem à mente, tecnologias biológicas. E o saber mudou porque diz respeito a essas relações”¹¹⁹.

Minhas pesquisas desde os anos 70 com a arte, o mito, a religião e a filosofia para compreender a comunicação, a base de toda experiência, sincronizam com o entendimento de John Durham Peters quando ele afirma que a comunicação, muito mais do que um problema semântico, é um problema político e ético.

A constituição epistêmica da teoria da comunicação depende, portanto, que o pensamento crítico nas ciências sociais, às quais ela está vinculada e nas quais fiz minha formação de base, compreendam que a emancipação frente aos regimes de servidão depende da superação do trauma epistêmico do dualismo, que tornou-se fundamento de um conhecimento eminentemente político e não de um conhecimento científico.

O que, então, implica no desaprendizado deste “modo dominativo inerente”¹²⁰, como o designou Raymond Williams, que precisa ser des-dogmatizado, uma vez que é uma *doxosofia*, no sentido de Bourdieu, por tratar-se de um conhecimento aparentemente científico quando, de fato, é uma ciência da aparência.

Esta superação é a condição primeira da Teoria Psico-política, pois este trauma tende a estar embebido e incorporado de maneira hegemônica no território mental do cientista social, do comunicólogo, do filósofo, do artista,

do espiritualista, do ativista, e assim impregnado nas ciências, nas técnicas e nas artes das sociedades centrais da globalização, e mesmo naquelas sociedades tradicionais quando igualmente fixadas no dualismo.

A questão do “corpo”, como dito, é sintomática deste dualismo. O signo mais evidente de nossa existência, e por isso central na teoria social e filosofia, não é o que mais se diz dele: “meu corpo”. Pois “ter” um corpo não é, Eagleton tem razão, como estar dentro de um veículo. Experimentar um corpo é como estar na linguagem, é a maneira do ser humano de estar no mundo. Fora dela/dele não se está no mundo.

O “corpo” não pertence ao ser humano, esta é a razão de tanto ódio contra o “outro” produzido pelo dualismo, a “natureza”, pois “ela” que lhe oferece e lhe retira esta experiência do “corpo”. O sujeito pertence ao mundo; pertence à vida. O sujeito é um dos muitos limites da vida.

Outro destes entendimentos dualistas é Marx pensar que as “massas” dependem dos intelectuais e Foucault por sua vez afirmar que as “massas” já sabem. A consequência da primeira posição é bem conhecida. Gostaria de tratar da segunda. A posição foucaultiana orientou as políticas públicas sociais na área da cultura no Brasil dos Governos do Partido dos Trabalhadores, com prioridade em relação às redes sociais e às periferias, inclusive no tocante ao direito à comunicação, supondo que instrumentá-las com as TIC's e todos os outros recursos e metodologias disponíveis e, assim, “escutá-las” resultaria na amplificação da voz da emancipação.

Os resultados publicados a partir de 2006 de minhas investigações sobre a questão mostravam o perigoso equívoco desta orientação, que ignorava os efeitos mentais da colonização, pós-colonização e neo-colonização na população brasileira e, desta forma, comprometiam a qualidade emancipatória de sua ação.

Supunha-se que o sujeito brasileiro era democrático por nascimento, injustiçado historicamente, o que é verdade, claro, mas ignorava-se as consequências no sujeito tanto do trauma nele instaurado pela história ontológica e epistemológica do Ocidente no qual o Brasil foi produzido, bem como a história teórica, metodológica e vivencial deste país submetido, inclusive do ponto de vista da produção de um pensamento próprio.

Foi neste quadro que tive a oportunidade de criar em 2007, em convênio com a ANDI-Comunicação e Direitos, o curso de extensão e disciplina Jornalismo de Políticas Públicas Sociais, do qual realizamos dez edições semestrais, que se encerraram em 2011/2, em relação às quais tive liberdade absoluta de desenhar.

Tendo em vista a tradição de excelência da ANDI, o curso teve uma imensa repercussão nacional e a ele compareceram mais de 300 organizações e movimentos sociais de todo o país e todos os setores envolvidos com intervenções nos territórios, com cerca de 800 alunos, a maior parte profissionais renomados, alguns deles responsáveis diretos por estas intervenções feitas por corporações como a Petrobras, a Vale e o Itaú.

Conversamos detalhadamente sobre o que cada uma e cada um estava fazendo e qual a orientação que estava sendo seguida, quadro no qual destacava-se a pauta da es-

tética da desumanidade expressa na urbanização militarizada das cidades, a partir do experimentado por exemplo na “guerra às drogas” ou no Haiti¹²¹. Este curso gerou-me muitos convites e viajei bastante pelo Brasil conhecendo boa parte da multiplicidade das políticas públicas sociais que estavam sendo realizadas em parcerias de todos os tipos entre organizações da sociedade civil, o Estado e empresas.

O que verifiquei naqueles cinco anos confirmou o que eu vinha verificando ao longo de todo o percurso de minha vida até então, inclusive a partir do meu próprio caso pessoal. A tendência histórica do sujeito de ser capturado pelos mesmos valores que ele diz querer superar no plano que ele nomeia de maneira dualista como sendo “social”, tornando-se assim “gatilho de aluguel”, consciente ou inconscientemente¹²².

Por isso cunhei no início de 2009 o conceito *território mental* (ver *Capítulo 2*). Para chamar a atenção que a qualidade emancipatória das intervenções depende da intervenção simultânea que se faça no território mental, re-editando continuamente a capacidade de julgar os estados mentais que se está autorizando a ser a fonte de referência para o ato decisório, expressão que eu utilizava desde os anos 80.

O Ponto Cego do Intelectual “Disparador de Ações”

Sabemos que com o surgimento das novas tecnologias da informação, da cultura digital, das possibilidades da comunicação distribuída e das culturas das periferias, no

quadro da ação política rizomática, improvisada, anônima e híbrida defendida por Deleuze, Guattari, Rolnik, Lazzarato, Negri e outros, o intelectual configura-se hoje como midiático, condição na qual está dissolvido o monopólio discursivo da *intelligentsia*, como dito, em um pluralismo midiático: nesta vertente, o intelectual se transforma em um “intelectual-operador” como comentado por Marcus Vinicius Faustini¹²³; ou seja, naquele que ao invés de produzir grandes discursos de síntese de ação, “dispara ações”.

Desta forma, os sentidos do conceito intelectual dados por exemplo por Gramsci sobre o intelectual orgânico [e de suas vinculações com a ironia exaltada, como prefere Renato Ortiz (2008)] e por Sartre de intelectual engajado, têm estado abalados ou retraídos frente a sua compreensão, o que em certos ambientes é dado como consensual, como função intelectual presente em toda a sociedade.

Sem dúvida isso é muito importante. É da condição humana a capacidade de pensar, querer e julgar. Mas o ponto cego desta perspectiva é que os territórios mentais de grande parte dos seres humanos estão colonizados ontológica, epistemológica, teórica, metodológica e vivencialmente, e isso, como dito, há séculos, pelo dualismo e pelo axioma hobbesiano, por exemplo, que formam um grande discurso de síntese que é “disparado” junto nas atitudes que não consideram a revisão psicopolítica do território mental e, assim, reificam o que pretendem eliminar.

O ponto cego desta perspectiva e, portanto, das políticas públicas sociais de cultura que no caso brasileiro foram realizadas pelos governos do Partido dos Trabalhado-

res no quadro do neo-desenvolvimentismo, esta opção completamente insustentável que acaba por facilitar a totalização pelo neoliberalismo pois não altera o padrão de produção e consumo, é não priorizar a superação das atitudes anti-comunicacionais que se manifestam nas atitudes cotidianas e estratégicas sob a forma, digamos assim, do “fascismo de baixa intensidade” (Rubio, 2015:23), que, nas palavras de Pasolini sobre os anos 70, já configurava o tecno-fascismo que homologa o centralismo fascista¹²⁴.

Existem portanto problemas tanto no território mental das massas, da multidão, do precariado, dos agrupamentos, etc., quanto no território mental dos intelectuais. Por isso a necessidade da compaixão com as próprias incompletudes como seres de linguagem, as quais foram acrescentadas as traumáticas criadas pelo dualismo, e com as incompletudes do outro, de maneira a que se possa comunicar, a que se possa conversar, inclusive sobre a capacidade de julgamento da verdade que se exerce em sua relação com os sistemas de pensamento.

É decisivo lembrar que a mente “transfigura-se continuamente nas formas dos objetos que percebe”¹²⁵ e que, portanto, a impregnação ontológica e epistemológica, de origem colonial, no inconsciente e no subconsciente não é superada apenas pela revolta. A revolta é uma fala muito importante que emerge na camada consciente do sujeito porque ela está falando da dor da injustiça que ele experimenta continuamente nos regimes de servidão e que re-traumatiza o corte ontológico e epistemológico que negou a sua condição comunicacional. Mas transformar esta revolta em uma fonte segura de emancipação é um processo psicopolítico tão complexo quanto urgente.

Cabe, então, lembrar que se os seres humanos não são, de acordo com Marx, livres árbitros de suas forças produtivas, que seriam a base de toda a sua história, quem criou estas bases? Deus? A classe dominante? E por que os que não faziam parte desta “classe dominante” não se organizaram para desobedecer a esta formação cultural? E preferiram, inclusive, morrer?

Há um equívoco grave. Como bem disse Goethe, “Somente o homem/Pode o impossível:/Só ele distingue,/Escolhe e julga;/E pode ao instante/Dar duração”¹²⁶. Este é o caminho da mudança segura. É preciso avançar os estudos de recepção sob uma perspectiva ontológica e epistemológica distinta. Não basta a maneira que se tentou fortalecer a autonomia frente à tese emissionista do funcionalismo sociológico norte-americano, tipo a “teoria hipodérmica”, e mesmo a superstição da eficácia do poder nas sociedades disciplinares e de controle e vigilância. É preciso mover-se ontológica e epistemologicamente do dualismo para o não-dualismo. Caso contrário muda-se apenas o cenário.

Mudança de Cenário e o Habitante Ontológico e Epistemológico

Entre 1902 e 1906, o Prefeito Pereira Passos, com poderes quase ditatoriais, alinhou o urbanismo e a arquitetura do Rio de Janeiro, então capital da República brasileira, à mentalidade francesa, então centro do mundo, como imaginado psicopoliticamente por Luís XIV ao construir, contra a vontade de sua corte, o Palácio de Versailles, este equipamento etológico-arquitetônico (Guattari, 2015:156) no qual e com o qual se centralizam as realidades nacionais.

Seiscentos edifícios e casas onde moravam pessoas de baixa renda desapareceram, pois estavam localizados em áreas valorizadas e estratégicas para a modernidade. Regiões centrais foram gentrificadas -corroborando para um déficit habitacional persistente na cidade do Rio de Janeiro até os dias atuais-, e no lugar de moradias foram abertas avenidas, ruas e praças e construídos alguns prédios emblemáticos da colonialidade, como o Teatro Municipal, o Museu Nacional de Belas Artes e a Biblioteca Nacional.

Em 2015, o Prefeito Eduardo Paes quem, apesar de eleito governou com poderes quase ditatoriais, deu prosseguimento e em escala inédita à política pública antissocial do “Bota Abaixo”, como a oposição de outrora denominou a política de Pereira Passos. Se Passos, por exemplo, abriu o símbolo que é a Avenida Rio Branco -a mais importante da cidade-, foi a partir de sua metade longitudinal que Paes instalou um veículo leve sobre trilhos-VLT, para que ninguém se esqueça “dele”.

Este ato é o emblema de uma estratégia anti-social de política pública, implantada em todas as principais vias do Rio de Janeiro, que não só demoliu edifícios que se constituíam como referências históricas da memória coletiva da cidade como contou com a abertura de novos acessos e a modificação de todo o transporte urbano, inclusive eliminando as linhas de ônibus que levavam os moradores da Baixada Fluminense diretamente às praias, resultando na feroz gentrificação de regiões habitadas e frequentadas diariamente por milhares de pessoas, diante da qual os movimentos sociais não conseguiram organizar-se o suficiente para impedir.

O Brasil ocupou nesta fase o 20º lugar entre os países que mais despejaram moradores para construir obras de infraestrutura no lugar de suas habitações. Apenas para os Jogos Olímpicos de 2016 aproximadamente 100 mil pessoas (Lena & Faulhaber, 2015) foram impactadas pelos processos de gentrificação colocados em marcha pela administração municipal do Rio de Janeiro, entretanto e, infelizmente, este é um padrão que atinge todo o mundo globalizado. Tal padrão vai da referida gentrificação nas cidades à expulsão sistemática de populações rurais e indígenas para instalar os megaprojetos de exploração de *commodities* e de energia, bem como para a indústria florestal e qualquer outra motivação de acumulação de riqueza e destruição da natureza, sob as diversas leis antiterroristas que se espalham pelo mundo, restringindo desta maneira o direito à livre manifestação, inclusive de oposições alternativas e disrupções alterativas (Rivera, Velasquez & Del Valle Rojas, 2015) às operações geopolíticas continentais.

O fato é que esta mentalidade sistêmica de opressão sócio-político-econômica tem se mantido como tendência em todo o mundo, malgrado os esforços teóricos e metodológicos para a sua superação, engolfados assim ciclicamente nesse tsunami, formado por um lado pelos retrocessos em quase todos os campos, e, por outro, pelos insucessos em universalizar as muitas experiências pontuais comprovadamente emancipatórias.

Terminado o seu mandato, a herança para a cidade foi o absoluto descontrole exatamente da segurança e da proteção, ao ponto de que no evento “Brasil de Ideias”, que reuniu em 01 de Agosto de 2017 ministros e autoridades e uma plateia de empresários ao redor a questão da segurança no país, não foi apresentado nenhum diagnóstico

das razões pelas quais a situação chegou a esse ponto¹²⁷ nem nenhum planejamento estratégico ou investimentos correlatos à operação das Forças Armadas no Rio de Janeiro, que, segundo o ministro da Defesa, Raul Jungmann, perduraria até 2018, ou seja, a cidade permaneceria militarizada¹²⁸.

No áudio da palestra do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sérgio Westphalen Etchegoyen, neste evento, pode-se ouvir que em sua perspectiva existem dois fatores críticos para o sucesso da operação das Forças Armadas no Rio: “a adesão da sociedade e ‘a compreensão que a mídia terá do que tem sido feito’. Isto porque, de acordo com o ministro, haverá ‘insucessos’ e ‘incidentes’. ‘Nós estamos numa guerra. Vai acontecer. É previsível que aconteçam coisas indesejáveis, inclusive injustiças. Ou a sociedade quer ou não quer. Os ismos que interpretaram a realidade, integrados com o politicamente correto, é que nos impede de discutir qualquer coisa’”¹²⁹.

De acordo com Íbis Silva Pereira, coronel da Reserva Remunerada da Polícia Militar do Rio de Janeiro, onde foi chefe de gabinete do Comando Geral e, por dois meses, Comandante da própria corporação, “isso é alarmante. É uma perspectiva bélica, que entende que política de segurança se faz sob a perspectiva militarizada e que desconsidera que a própria vocação do Exército não está ligada ao enfrentamento do próprio cidadão brasileiro. As Forças Armadas não estão destinadas a fazer guerra contra seus nacionais. Aliás, as Forças de nenhum país do mundo estão. Isso é um patamar mais alto da incompreensão da segurança pública brasileira. É verdadeiramente assustador”¹³⁰.

O adjetivo “assustador” tem sido utilizado com muita frequência frente ao neoliberalismo e suas manifestações através do estado de exceção. O ser humano sente-se “assustado” justamente porque tais manifestações atacam a segurança e a proteção nas quais ele se instituiu como humano, na escuta da voz da mãe, mesmo quando estas manifestações dizem querer protegê-lo através da eliminação, se necessário “injusta”, do “inimigo”. A solução não é fácil. O problema é que o pensamento está comprometido desde a sua base ontológica e epistemológica.

Vejamos. Ao terminar seu mandato em 1906, Pereira Passos partiu sintomática e imediatamente para uma viagem de três anos, claro, a partir da Europa. Em 1908, ele chega com a esposa e a filha à Varsóvia, e por isso trago este exemplo, pelo meu amor à Polônia e por que sou carioca. Os inúmeros palácios daquela cidade, apesar de vazios, eram mantidos prontos para serem habitados.

Passos pergunta a um polonês o porquê de mantê-los como se a realeza ainda existisse naquele país. O diálogo que se segue é surpreendente: ‘Temos a esperança de ver a Polônia erigida em reino independente’. Mas lhe disse eu, apesar de repartida entre três grandes potências [Rússia, Império Austro-Húngaro e Alemanha]? Ao que me replicou o interlocutor: ‘também o império de Napoleão era muito forte, entretanto caiu’” (Lenzi, 2000:83).

Façamos por gentileza então o exercício de fazer corresponder ao habitante de tais palácios -despidos naturalmente de qualquer sentido aristocrático- o fundamento ontológico e epistemológico do que compreendemos como comunicação, aquele com o qual construímos nossas teorias e nossas metodologias da comunicação e, as-

sim, a realidade na qual vivemos. Qual habitante colocaremos lá? Qual a relação entre tal fundamento ontológico e epistemológico e a realidade na qual se vive e que muitos querem modificar?

Aí está a dificuldade da constituição epistêmica deste campo. A especificidade da comunicação demanda que o saber comunicacional tenha a complexa especificidade transdisciplinar, que, por sua vez, como estamos tratando, demanda a complexidade da passagem ontológica e epistemológica para o não-dualismo, como venho demonstrando desde 1984.

Esta passagem é muito complexa pois o epistemicídio (Santos, 2010) que faz o Ocidente é o epistemicídio do não-dualismo, pois ele define-se como uma “máquina de fazer dois”, como bem sintetiza Marcio Tavares d’Amaral. Fala-se sobre o não-dualismo, sobre a superação do binário, das dicotomias, mas o axioma hobbesiano continua intacto, o corpo um objeto e a natureza morta: o “mal” seria sempre -à direita, ao centro, ou à esquerda- a característica exclusiva do outro e a persuasão¹³¹, em detrimento da comunicação, é usada de maneira compulsiva na “disputa” pelas “versões”.

Como disse uma vez Wilson Gomes, “gostaria mesmo que os pesquisadores disputassem algumas de suas convicções de fundo, ao invés de gastar tantas energias com a mesquinha disputa por fundos para pesquisa e distinção nas áreas de conhecimento” (*id.*:319). Esta mesquinha e suicida disputa contra um “outro”, seja ele nomeado como for: de “alienado”, “sonhador”, utópico”, “místico”; de “primitivo”, de “índios maus em terra boa” (Casanueva, 1998:84), de “terrorista” (Del Valle,

2013 & 2014; CIDH, 2014), de “corrupto”, etc.; ou mesmo, lamentavelmente para tantos que sacrificam com sinceridade suas vidas a esta visão, de “capitalistas”, de “patrões”, etc.; ou seja ao conceito dualista que o sujeito queira usar na ocasião em que reserva a exclusividade do bem para si e supõe exorcizar o mal encapsulando-o ontológica e epistemologicamente em um “outro”.

Este processo acaba por comprometer a sinceridade e coerência dos discursos, e assim as tentativas de mudança resultam em mudanças apenas de cenário, como a velha mentalidade fascista ao ressurgir nas décadas iniciais do século XXI, pois a ação baseada no dualismo é o mesmo que criou as corporações exatamente para externalizar a responsabilidade de quem as cria na direção metafísica da “companhia”. Que inclusive externaliza de seus balanços as consequências sociais e ambientais e contabilizam como “resultados” apenas a relação entre o custo dos “insumos” de produção e a venda dos produtos e serviços derivados. O mesmo fazem os “consumidores”: externalizam a responsabilidade sobre seus hábitos de consumo (meta-organizados pelo padrão burguês em direção ao aristocrático) e as correspondentes pegadas ecológicas.

O Pré-histórico Neoliberal na Caverna da Publicidade e o Estatuto da Comunicação

O encapsulamento no consumo vem sendo experimentado pela mentalidade que ainda prevalece no Ocidente faz tempo. De uma maneira esquemática, primeiro o sujeito se viu descentrado em relação ao mundo por razões divinas; depois com Galileu Galilei descentrado em relação

ao universo; com Marx ele se viu descentrado pela economia e pela política; com Freud descentrado pela sexualidade e pelas pulsões, ou seja, pelo inconsciente; e com Nietzsche o sujeito se encontrou descentrado pela submissão da verdade às relações de forças entre os seres humanos¹³².

O único centramento que restou é a “novidade”, que se articula como fetiche, para evitar a morte. A hiperatividade, compulsão, ansiedade e angústia, estas excitações mental-corpóreas que manifestam o “excesso” que és este fetiche, comprometem a ação do sujeito, uma vez que ao invés desta “ação” ser, do ponto de vista da psicanálise, da psicologia social e da psicologia política uma “atuação”, ela é apenas uma “passagem ao ato”.

Ou seja, uma descarga sem simbolização, sem exercício da capacidade de julgar. Trata-se de uma “atuação” que o sujeito imagina que está lhe abrindo horizontes. Reterritorializado na vida mediática, como Christopher Isherwood percebeu bem, o sujeito isola-se “para viver no interior da (...) propaganda, tal como o ermitão que se isola em uma caverna para meditar” (*apud* Žižek, 2003: 28).

É aí, exatamente onde ele é presa fácil, tornando-se vampiro ou zumbi, pois, como Norbert Elias mostrou, “assim como a tendência do grande comerciante em engrandecer sua empresa se origina em última instância na pressão da rede humana que o rodeia, e em primeira instância no risco de diminuição do seu âmbito de possibilidades e na perda de autonomia que sofrerá se tolera que as empresas rivais se façam maiores do que a sua; do mesmo modo os Estados rivais se empurram mútua e

inevitavelmente no torvelinho da competição” (Elias, 2016:619-620).

Esta captura resulta nas variações de humor intensas e repentinas das distimias, estas formas crônicas de depressão geradas por tal estado de “desposseção de si”, pois fundado na acumulação pela desposseção do outro, identificada por David Harvey, os poderes dos seres humanos escapam a estes mesmos poderes, e os atingem “diretamente na carne, naquilo que o corpo protegeia” (Tucherman, 1999:17).

Esta situação des-espera o sujeito, pois ele deixa de esperar, de ter esperança, e isto de maneira crescente, experimentando um ódio cada vez maior e mais irracional que precisa ser descarregado de alguma maneira: ou é introjetado em direção a um outro de si mesmo, aquela parte de si que o sujeito responsabiliza por seu fracasso; ou é extrojetado na direção dos pares sociais, que igualmente são responsabilizados por seu sofrimento. Este complexo de estados mentais forma as predisposições às quais se dirigem as manipulações, minuciosamente desenhadas a partir de sistemáticas e contínuas pesquisas quantitativas, qualitativas e quali-quantitativas da opinião pública.

O ódio gera este “excesso” na tentativa de suprir a ausência do encontro comunicacional com o outro, e este mesmo “excesso” aprofunda a sensação de vazio que o sujeito já experimentava de se perder no abismo vazio do mundo, dualisticamente experienciado como sem sentido, ou como tendo como sentido o caos.

Esta sensação é-lhe cada vez maior, globalizando o aparelho psíquico e as instituições e delas recebendo reificação destes estados mentais. Por isso é que o discurso mi-

diático opera sobretudo através das instituições do judiciário e do legislativo, para dificultar o processo de simbolização, ou seja, o da condição humana do pensar, do querer e do julgar (Arendt, 2000).

Isso é feito por exemplo através do desaparecimento do jornalismo investigativo, da colagem repetitiva de fragmentos cada vez mais acelerados e descontextualizados de notícias, do destaque monocórdico dos mesmos sintomas, etc. Enfim, da ênfase nas ameaças aterrorizantes exatamente contra a segurança e proteção, instaurando a incerteza e a exposição ao perigo.

Não é à toa, portanto, que a barbárie neoliberal organiza-se, como dito, na luta contra o terror, e o faz imergindo o sujeito neste caldo não da “angústia-sinal” que antecipa o perigo mas de “angústia traumática”, que corrompe, de maneira mortal.

Por isso é que superar tal situação demanda uma revisão ontológica e epistemológica radical (no sentido etimológico de raiz, não de sectarismo), pois implica superar a aposta de que a natureza, no sentido de vida, seria morta; e de que não haveriam significados imanentes não-essentialistas na vida, mas que todos eles seriam atribuídos, construídos, semioticamente pela cultura.

Ou seja, de que da mesma maneira que o ser humano seria uma *tabula rasa* antes da cultura, como dito anteriormente, o universo seria uma *tabula rasa* para ele, a ser escrita pela “genialidade do espírito humano”. A tal ponto que Flusser sintetiza esta perspectiva afirmando que o ser humano é um animal não-natural e de que a comunicação nada teria de natural mas apenas de artificial, que nos faria

esquecer nossa primeira natureza, sem significado e sem sentido.

Os desafios que o ser humano vive são sempre sintomas da falta da comunicação. Por isso Marcio Tavares d'Amaral mostra que “[...] há comunicação, isto sim, no núcleo mesmo da estruturação da ciência, vista numa perspectiva transdisciplinar – que não é uma aventura do espírito, mas uma radical exigência da crise. O modelo do trabalho transdisciplinar é um modelo-comunicação. [...] cada ciência particular, como parte modernamente reprodutora do paradigma Ciência, se organiza a partir de uma questão-comunicação: um tema, um problema, uma estratégia, um método – que faz presente a multiplicidade complexa do real, ainda que sob a forma redutora própria da especialidade. Seria possível indicá-lo com alguns exemplos: a verdade como questão-comunicação da filosofia; a informação e o código genético como questão-comunicação da biologia; a cultura como questão-comunicação da antropologia; a relação social como a questão-comunicação da sociologia; a troca como questão-comunicação da economia” (Amaral, 1995:92).

Exercitar Epistemes na Diáspora

O fundamento dualista impede a constituição epistêmica da teoria da comunicação, pois a comunicação é justamente a possibilidade da construção do encontro. Da construção da ponte não-dualista entre os opostos, que permite experienciá-los como conflitivos, mas também como potencialmente complementares, como o taoísmo, na qualidade de episteme na diáspora, demonstra com clareza e de forma segura. Pois a especificidade do saber co-

municacional é o do fazer *um* onde há *dois*; de fazer *um* onde há *muitos*. Caso contrário quem faz o *um* é o capital. Por isso emergiu o Consenso de Washington e os fundamentalismos a ele articulados, uma vez que o sentido do humano é justamente a sua natureza comunicacional.

Ou o ser humano opta por seguir com Baudrillard e dizer que diante de um mundo ininteligível e problemático nossa tarefa seria a de tornar este mundo ainda mais ininteligível, ainda mais enigmático” (Baudrillard, 2001:89) ou opta por agir, agora concordando com Flusser, consciente de que é um “animal político” não pelo fato de ser um animal social, mas pelo fato de ser “incapaz de viver na solidão” (Flusser, 2007:91).

A realidade é que “as pessoas sentem falta de relações humanas constantes e objetivos duráveis” (Sennet, 2005:117), de quando “não há lugar honroso para o serviço -a própria palavra invoca o último refúgio do conformista” (*id.*:166). Para isso precisamos do “conhecimento de nós mesmos e do objeto que produz em nós a afecção da qual temos a ideia” (Deleuze, 1968:133), a alegria spinoziana; o que demanda a transculturalidade e a transdisciplinaridade que são da ordem da natureza comunicacional do ser humano.

Como diagnostica Jacques Poulain, “confrontadas com este erro, com esta incapacidade e suas descobertas, as artes, a literatura, as filosofias e de maneira mais geral as culturas de comunicação, portanto, desenvolveram uma cultura distinta à desejada para produzir a modernidade. Esta é a dinâmica desta cultura que contém as únicas reservas futuras com as quais o homem pode se construir, analisando esta mesa-redonda sob uma perspectiva transcultural

e transdisciplinar, apta a situar uns em relação aos outros, os aportes das diversas culturas e disciplinas universitárias que reflexionam a evolução e o destino” (UNESCO, 2006:9-10).

É preciso, pois, levar a sério que o “descentramento do sujeito não significa a destruição do sujeito” (Hall, 2000:126), pois as identificações, como Butler também o reconhece, são a “sedimentação do ‘nós’ na constituição de qualquer eu” (Butler, 2012:159). Esta sedimentação é onde ocorre o pensar, o querer e o julgar. A capacidade que permite, frente ao canibalismo do Ocidente hegemônico (Sartori, 2013) que caracteriza a experimentação total do mundo, fazer vigorar a lógica da suficiência e do correspondente ócio criativo que pulsam por baixo de todo o moralismo necessitarista da economia e da pretensa insaciabilidade pós-edênica do desejo humano, como sintetizou por Viveiros de Castro, ecoando um trabalho de Marshall Sahlins de 1972, justo o ano do 1º Relatório de Clube de Roma que, como se sabe, foi intitulado sintomaticamente “Limites ao crescimento”.

Este devorar o mundo, esta “liberdade negativa” (Poulain, 2009 & 2012), está diretamente vinculado ao natalismo, esta corrida de crescimento também populacional, que é apoiado frequentemente também pelas esquerdas. Quando, no final dos anos 60, eu defendia que esta era uma questão central cheguei a ouvir que assim era melhor pois com mais “proletariado” a “revolução” aconteceria mais rápido.

O ser humano tem muito a aprender com determinados aspectos das epistemes indígenas, estas reservas filosóficas da humanidade, pois, como Clastres mostrou, “a

multiplicidade primitiva é subtrativa, antes que aditiva, é molecular antes que mola, é minoritária nos sentido quantitativo e qualitativo: o múltiplo só se faz com poucos, e com pouco” (Castro, 2011:315).

É assim que a Teoria Psicopolítica nasceu no ventre da teoria da comunicação e da cultura. A Teoria Psicopolítica é uma teoria dos “mecanismos pelos quais os indivíduos considerados como sujeitos se identificam (ou não se identificam) com as ‘posições’ para as quais são convocados; que descreva de que forma eles moldam, estilizam, produzem e ‘exercem’ essas posições; que explique por que ele não o fazem completamente, de uma só vez e por todo o tempo, e porque alguns nunca o fazem, ou estão em um processo constante agonístico, de luta com as regras normativas ou regulativas com as quais se defrontam e pela quais regulam a si mesmos” (Hall, 2000:126).

A Teoria Psicopolítica não trata daquele “universal” que portava o intelectual criticado por Foucault. Christoph Wolf (UNESCO, 2006:16) lembra bem de Rousseau, quando ele defendia a necessidade de uma “educação negativa”, uma vez que os educadores e as crianças não sabem o que vai acontecer no futuro; não se sabe os acontecimentos, pois é impossível totalizar, e explicar o mundo de uma vez por todas. Porém apenas uma coisa vai acontecer seguramente: a necessidade de pensar, querer e julgar frente ao desconhecido rumo do devir de acontecimentos, inclusive quando ele traz a gênese maquínica, frente também a qual a mesmo desafio e oportunidade permanecerá, como visto. Como julgar de maneira emancipatória?

Ecoando Durham Peters, lembro que Derrida está certo ao combater o princípio filosófico de que atrás de cada

palavra e atrás de cada voz há uma “alma” intencionada. O que há é a expressão imanente de uma capacidade de julgamento. Mas pensar que o desejo da presença do outro, de estar-com-o-outro seria necessariamente uma espécie de equívoco metafísico é, esse sim, um sintoma do comprometimento da capacidade de julgar¹³³. Sem dúvida a rebelião estudantil de 68 continua acertada em relação aquele grafite à Rue des Fossés-Saint-Jacques, Paris: “une pensée qui stagne est une pensée qui pourrit [Um pensamento que estagna é um pensamento que apodrece]”¹³⁴.

A oportunidade está aberta pelos acontecimentos para que se vire a página da história ontológica e epistemológica. Não é preciso, de forma alguma, continuar a seguir a profecia de Nietzsche no final do século XIX, uma profecia européia, de que também a história do século XXI seria nihilista: “O que conto é a história dos próximos dois séculos” (Nietzsche, 2000b:31).

Que relação há entre o dualismo que recusou a verdade em prol das “interpretações” e a pós-verdade da barbárie neoliberal, essa forma dos regimes de servidão que se metamorfoseiam ao longo da história? Disse Nietzsche na introdução de *A vontade do poder*, que o niilismo é, para ele, uma necessidade, um “destino”, uma vez que “toda nossa cultura européia se agita já faz tempo, com uma tensão torturadora, sob uma angústia que aumenta de década para década, como se encaminhasse para uma catástrofe; intranquila, violenta, atropelada, semelhante a uma torrente que quer chegar o quanto antes ao seu fim, que já não reflexiona, que teme reflexionar” (*id.*).

Mas o fato é que a catástrofe já aconteceu. Está acontecendo. A catástrofe produzida por esta cultura. A Teoria

Psicopolítica, que construímos em rede transdisciplinar, pois maior do que qualquer sujeito, é um *ethos*, uma maneira de estar no mundo, uma maneira de estar-com-o-outro, mais do que uma maneira de ver o mundo. Por isso não agregamos indefinidamente verificações para nos expor à falseabilidade apontada por Popper. Experimentamos juntos a comunicação, para aprendê-la, o que constitui a inteireza da experiência de estar vivo.

NOTAS

¹ Em termos dos estudos midiológicos, de acordo com José Marques de Mello, eles começaram no mundo em 1690 “na Universidade de Leipzig, quando Tobias Peucer defende sua tese de doutorado (*De relationibus novellis*) e outros pesquisadores como Fritsch, Wiese e von Stieler desenvolvem estudos sobre a natureza do jornal diário e seu impacto” na Alemanha; e, no Brasil, em 1859, quando da publicação “pelo publicista carioca Fernandes Pinheiro do primeiro estudo especulativo sobre a mítica tipografia holandesa do século XVII” (Mello, 2003:112-116).

² Há que se tratar em outro lugar do trabalho de Philipe Descola.

³ Ver por exemplo as investigações do *Disaster Research Centre*, da Delaware University, que verificaram que frente aos desastres os seres humanos têm a tendência, em termos gerais, de ajudarem-se mutuamente.

⁴ Coluna de Marcio Tavares d’Amaral em O Globo de 22 de julho de 2017. Cf. <https://oglobo.globo.com/cultura/marcio-tavares-damaral/>

⁵ *id.*

⁶ *ibid.*

⁷ De acordo com o projeto pedagógico de tempo integral do Centro Educacional de Niterói, referido em detalhe na nota seguinte, quando ocorria um fato importante no país ou no mundo, ou então queria se analisar um fato histórico decisivo, muitas vezes todas ou quase todas as disciplinas o abordavam simultaneamente desde suas perspectivas. Assim, por exemplo, as disciplinas de História, Geografia, Português, Apreciação Estética em Música, Apreciação Estética em Artes Plásticas o examinam sob perspectivas que se complementavam, o que fortaleceu a maneira com a qual eu experimentava viver, para a qual não fazia sentido algum afirmações absolutistas como “o ser humano sempre foi violento e sempre vai ser”, o “ser humano nunca ‘prestou’ nem nunca vai prestar”. Segui neste caminho, inicialmente com formação em ciências sociais, em especial ciência política, e atuação profissional em jornalismo e arte e forte compromisso com epistemes na diáspora, em especial o taoísmo e outras que emergiram com a contra-cultura, referidos na nota anterior.

⁸ Este marco é o ano de 1967, quando coordenei no Centro Educacional de Niterói, então seu aluno do 2º Ano do Curso de Letras Artes (atual 2º Ano Ensino Médio), a 1ª Exposição de Arte, assim como montei na Maison de France a exposição da querida Andrea Rudge Karp, que já fez sua passagem. Foi um colégio extraordinário, sob a direção da Profa. Myrthes de Lucas Wenzel e vice-dirigido pela Profa. Nícia Pereira Muniz, sem o qual eu não seria o que sou, oportunidade que tive de 1963 a 1968 (portanto do 2º Ano do então Ginásio até a conclusão do Ensino Médio tendo sido aprovado diretamente no vestibular para o amado Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, sem fazer o clássico “pré-vestibular”, rito de passagem famoso durante décadas), pela qual agradeço ao meu pai e a minha mãe a dedicação que exerceram para que isso fosse possível. O Centro Educacional de Niterói faz parte de um conjunto de iniciativas que expressa “talvez o período mais fértil da história da educação no Brasil” (Pedrosa, 2002:42). Entre essas iniciativas da década de 50 e dos anos iniciais da década de 60, destacam-se: a inauguração do Centro Popular de Educação por Anísio Teixeira, dando início à sua ideia de escola-classe e escola-parque; a elaboração, por Lauro de Oliveira Lima, de uma didática baseada nas teorias científicas de Jean Piaget: o Método Psicogenético; a campanha de alfabetização “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, a didática alfabetizadora criada por Paulo Freire; e a criação do Plano Nacional de Educação e do Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirados no Método Paulo Freire. A presença de Anísio Teixeira à frente do INEP, órgão que teve enorme influência na educação daquele período foi, ainda segundo o autor, outro motivo pelo qual iniciativas experimentais na educação ocorreram, como a do Centro Educacional de Niterói. O INEP se mostrava abertamente favorável ao chamado “experimentalismo pedagógico”, especialmente aquele ligado às ideias de John Dewey. Vários pesquisadores concordam que tal apoio se devia também pelo fato de que: [...] “a escola progressiva”, experimental e não-dualista, era percebida como a única capaz de se constituir em um agente de mudança cultural e, consequentemente, contribuir para a formação de uma consciência comum favorável

⁹ Cf. http://www.basarab-nicolescu.fr/Docs_Notice/TJESNo_1_12_2010.pdf

¹⁰ *apud* Castro, 2011:303.

¹¹ Stiegler, Bernard (2015). The writing screen. Mexico City, September 2015.

¹² Cf. <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>

¹³ Cf. <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/11/30/as-favas-com-o-banco-mundial/>

¹⁴ Cf. <http://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/economia/8/macri-implementa-la-peor-de-las-politicas-dice-exministro-de-economia-argentina>

¹⁵ Cf. <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/11/30/relatorio-do-banco-mundial-distorce-dados-e-ignora-realidade-do-pais-alertam>

¹⁶ Peter Schulz analisa e contesta conteúdo de relatório que propõe o fim do ensino superior gratuito: “O relatório completo do Banco Mundial (...) é um relatório de consultoria, cujos autores apresentam credenciais acadêmicas e que mostra tabelas e gráficos, apresentando um conjunto de fontes de dados e referências bibliográficas. Ou seja, emula um artigo científico, o que lhe confere um manto de autoridade adicional. No entanto, no âmbito dos campos científicos, esse trabalho passaria pelo julgamento de outros especialistas, fomentando uma real discussão, podendo ter suas conclusões modificadas ou mesmo rejeitadas. O problema aqui é que as conclusões e sugestões do relatório alcançam e se propagam diretamente no âmbito da opinião pública, muitas vezes alheia à necessária discussão, e algumas matérias da imprensa, que enunciam o relatório sem o oferecimento simultâneo do contraditório, ajudam a repetir ideias que acabam sendo tomadas como verdade, legitimando uma possível catástrofe”. Cf. <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/11/27/o-banco-mundial-contra-ataca>

¹⁷ Cf. <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Sobre-a-cultura-do-silencio-1-/6/38974>

¹⁸ Cf. <https://oglobo.globo.com/rio/e-estarecedor-diz-reitor-da-uerj-apos-polemica-sobre-privatizacao-21792524>

¹⁹ Cf. <https://oglobo.globo.com/rio/2017/09/06/2272-apesar-da-crise-uerj-eleita-13-melhor-universidade-do-brasil>

²⁰ Cf. <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,suicidio-de-reitor-poe-pf-sob-suspeita,70002105813>

²¹ Cf. <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/10/ultima-carta-do-reitor-da-ufsc-morto.html>

²² Cf. <http://ruf.folha.uol.com.br/2017/perfil/universidade-federal-de-minas-gerais-ufmg-575.shtml>

²³ Cf. <http://hojeemdia.com.br/horizontes/ufmg-tem-o-melhor-ensino-do-brasil-segundo-ranking-da-folha-1.415122>

²⁴ Cf. <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/professores-e-entidades-reagem-a-operacao-da-pf-na-ufmg/>

²⁵ Cf. <https://jornalggn.com.br/noticia/a-ditadura-ataca-agora-a-ufmg-por-luis-nassif>

²⁶ Engels, em carta a Paul Lafargue em 27 de Outubro de 1890, avalia a invasão do Partido Social-Democrata da Alemanha por vários estudantes e professores e, “além de lembrar as palavras de Marx sobre o fato de que se aquilo era marxismo ele próprio não o seria, termina dizendo que seu companheiro, ‘provavelmente, diria aqueles senhores o que Heine [poeta romântico] disse dos seus imitadores: semeei dragões e colhi pulgas’” (Iasi, 2014:152). Rebanhos e manadas é uma referência a Nietzsche.

²⁷ Correspondência entre Goethe e Zelter. *apud* Benjamin, 2013:113.

²⁸ “Em 1805, o general Jean-Andoche Junot foi enviado por Napoleão Bonaparte para invadir Portugal. Chegando a Abrantes, conquista o castelo, lugar militarmente estratégico, e lá se instala, para preparar a tomada de Lisboa. Durante essa espera, por cinco dias, um emissário de Dom João VI lhe relata dia após dia ‘Tudo como dantes, no quartel-general de Abrantes’, indicando não haver novidades. Mais tarde, pela bem sucedida campanha, Napoleão concedeu a Junot o título de duque de Abrantes”. *in* Cavalcanti, José Paulo (2012), Fernando Pessoa - uma quase autobiografia, Rio de Janeiro: Ed. Record. pp. 595-596. Ver Wikipedia: Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_express%C3%B5es_idiom%C3%A1ticas_de_origem_hist%C3%B3rica_ou_mitol%C3%B3gica#cite_note-64

²⁹ “Pela primeira vez estamos em presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação mediante o estímulo sistemático à satisfação das aspirações imediatas, à paixão pelo ego, à felicidade intimista e materialista. Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas. E como a cultura do cotidiano não é mais embebida pelos imperativos hiperbóreos do dever, mas sim pelo bem-estar e pela dinâmica dos direitos subjetivos, deixamos de reconhecer a necessidade e uma dependência de qualquer coisa que seja extrínseca a nós” (Lipovestky, 2005b:xxx).

³⁰ Cf. <http://www.dw.com/pt-br/papa-diz-que-negar-mudancas-climaticas-e-atitude-perversa/a-41414896>

³¹ “The world is not a ‘global community’ but an arena where nations, nongovernmental actors and businesses engage and compete for advantage”. Cf. <https://www.washingtonpost.com/posteverything/wp/2017/06/01/the-most-extraordinary-op-ed-of-2017/>

³² “If something is bad for the rest of the world, it’s probably good for America”. Cf. <https://www.nytimes.com/2017/06/01/opinion/paris-climate-agreement-donald-trump.html>

³³ “America first doesn’t mean America alone”. Cf. <https://www.washingtonpost.com/posteverything/wp/2017/06/01/the-most-extraordinary-op-ed-of-2017/>

³⁴ Cf. <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/254610/1/WHO-MSD-MER-2017.2-eng.pdf>

³⁵ Cf. http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5385:com-depressao-no-topo-da-lista-de-cause-de-problemas-de-saude-oms-lanca-a-campanha-vamos-conversar&Itemid=839

³⁶ Cf. <http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-maior-taxa-de-transtorno-de-ansiedade-do-mundo-diz-oms,70001677247>

³⁷ Existe uma tradução integral em português: https://www.academia.edu/29545268/O_Rig_Veda_Livro_1_em_Português

³⁸ “The general terms ‘embodiment theories’ and ‘theories of embodied cognition’ refer to a particular account of how the mind represents and processes information [...]. Some researchers working on problems as seemingly diverse as the recognition of facial expression, what language is used for, empathic responding, and how metaphors arise and function, rely on theories of embodied cognition. In recent instantiations of such theories, mental processes are called “embodied” because an incomplete but cognitively productive reexperience is produced in the brain as if the individual were there in the very situation, the very emotional state, or with the very object of thought [...]. In other words, from these accounts, thought and language rely on partial reactivations of neutral states in sensory-motor and affective systems to perform their tasks. Such a view has arisen in contrast to models of mental processing that hold that external and internal events that an individual encounters retain no perceptual or experiential basis in memory. According to those models, information that is encoded by the sense modalities is stored in memory as abstract symbols that are functionally separated from the original neural systems -those involved in vision, olfaction, and audition, for example- that encoded them in the first place” (Niedenthal & Maringer, 2009:122).

³⁹ Cf. <http://cultura.estadao.com.br/noticias/musica,ser-homem-ou-mulher-nao-esta-na-carcaca-ou-seja-no-corpo-humano-mas-na-nossa-cabeca-diz-triz,70001942295>

⁴⁰ *id.*

⁴¹ Cf. Michel Foucault, em *Du gouvernement des vivants*, Aulas no Collège de France de 23 e 30 de janeiro de 1980. Na Aula do dia 23 disse Foucault: "al forjar a partir de *alethbourges* la palabra ficticia *alethbourgia*, podríamos llamar '*aleturgia*' al conjunto de los procedimientos posibles, verbales o no, mediante los cuales se saca a la luz lo que se plantea como verdadero, en oposición a lo falso, a lo oculto, a lo indecible, a lo imprevisible. al olvido. Podríamos denominar '*aleturgia*' a ese conjunto de procedimientos y decir que no hay ejercicio del poder sin algo que se asemeje a ella” (Foucault, 2010:19).

⁴² Cf. <http://antonioicicero.blogspot.com.br/2013/08/alex-varella-nosso-mito.html>

⁴³ Varella, Alex (2012). Céu em cima/Mar em baixo. Topbooks: Rio de Janeiro. Agradeço a Antonio Cícero a lembrança deste poema, integrante de sua apresentação em 08 de Novembro de 2017 na Mesa de Abertura do X Scientarium Historia, o congresso anual do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia-HCTE/CCMN/UFRJ.

⁴⁴ É pedagógico o primeiro capítulo da quinta temporada da série *House of Cards*, que mostra com todos os detalhes de uma eleição presidencial da sede do Império é manipulada com sucesso pelo próprio presidente, através de operações psicopolíticas que simulam uma onda terrorista e que por articularem-se com a predisposição fundacional do ser humano de segurança e proteção mobilizam o apoio a ele. É o que diagnostica com precisão Slavoj Žižek. “O estado em que vivemos hoje, da “guerra ao terror”, é o estado da ameaça terrorista eternamente suspensa: a Catástrofe (o novo ataque terrorista) é considerada certa, mas ela é infinitamente adiada -o que vier a acontecer, ainda que seja um ataque ainda mais horrível do que o de 11 de setembro, não será “aquele”. E aqui é crucial que se entenda que a verdadeira catástrofe já é esta vida sob a sombra permanente de uma catástrofe” (Žižek, 2003). Cabe observar outro aspecto subliminarmente pedagógico da série, de imensa penetração mundial: ela restringe a corrupção ao mundo político. Apesar da série tratar todo o tempo do que acontece na Casa Branca e em suas relações com o Congresso norte-americano, não há em nenhum momento articulação do Executivo e do Legislativo com banqueiros, empresários, comerciantes, enfim, com o “mercado”. Reforça-se assim a desvalorização do político e o fortalecimento da imaginação do mundo como governável.

⁴⁵ Ao analisar o filme *Tropa de Elite I*, Ivana Bentes sublinha tal produção de inimigos: “o dualismo e o pragmatismo do personagem do capitão se repetem em cenas catárticas. Ele, por exemplo, esculacha e sufoca com um saco plástico gosmento de sangue um garoto do tráfico, que é chutado, espancado, torturado, para passar mais informações. O filme justifica a tortura da “boa” polícia, parte de sua *expertise* e eficiência. A tortura é apenas mais uma “tecnologia”, totalmente justificada, moral e cinematograficamente, como num institucional da polícia” (Bentes, 2015:120).

⁴⁶ Ver por exemplo Calhoun, John C. (1837). Slavery a Positive Good. Cf. https://en.wikisource.org/wiki/Slavery_a_Positive_Good

⁴⁷ Cf. <https://www.theguardian.com/us-news/2017/aug/19/tracking-trump-charlottesville-bannon-worst-week>

⁴⁸ Reitero que pensar que o que está sendo feito seria é a favor do “capitalismo” é um equívoco grave, pois o que feito é a favor dos regimes de servidão, mas como o Ocidente é epistemicida até neste ponto, ele sempre é auto-referente, e portanto como o regime de servidão do Ocidente é o capitalismo ele o combate como sendo o mal, mas o mal é o regime de servidão no sentido específico do regime que suspende o regime comunicacional que é a condição do ser humano. Compreendido isso vale ler: <http://outraspalavras.net/destaques/o-programa-secreto-do-capitalismo-totalitario>

⁴⁹ Esta expressão foi usada por Weatherby a respeito do patriotismo pós-guerra nos Estados Unidos, consolidado pelo Macarthismo e pela Guerra Fria. Weatherby, William J. (1976). *Conversations with Marilyn*. Robson Books: London.

⁵⁰ Cf. <http://www.greenvillepost.com/2017/07/05/exclusive-documents-expose-how-hollywood-promotes-war-on-behalf-of-the-pentagon-cia-and-nsa/>

⁵¹ *id.*

⁵² Um exemplo é a implantação de chips nos empregados, feito pela primeira vez nos EUA em 2017. Cf. <http://kstp.com/news/wisconsin-company-to-implant-microchips-in-employees-three-square-market/4549459/>

⁵³ Cf. <https://www.wired.com/2008/06/pb-theory/>

⁵⁴ Um exemplo disso é a tentativa do governo brasileiro que assumiu o poder através do golpe de 2016 intencionar aumentar a alíquota da contribuição previdenciária do servidor público federal de 11% para 14%. A Justiça Federal do Distrito Federal discordou em sentença de dezembro de 2017 uma vez que “a norma de finalidade fiscal não encontra correlação com a norma de repartição do encargo, uma vez que o Governo Federal, concomitantemente, editou a Medida Provisória nº 795/2017, com texto-base aprovado no dia 29/11/2017, concedendo isenções fiscais a petrolíferas estrangeiras, parcelando dívidas milionárias de 2012 a 2014, e deixando de cobrar multas elevadíssimas, o que configura renúncia fiscal estimada, em média, no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um trilhão de reais), nos próximos 25 anos, e com vigência a partir de janeiro de 2018, conforme amplamente vem sendo divulgado”. Cf. <http://portal.trf1.jus.br/sjdf/comunicacao-social/imprensa/noticias/justica-federal-do-df-suspende-aumento-da-aliquota-da-contribuicao-previdenciaria-do-servidor-publico-federal.htm>

⁵⁵ Cf. <http://www.krisis.org/1999/manifiesto-contr-el-trabajo/>

⁵⁶ Cf. <http://www.independent.co.uk/news/world/americas/cia-venezuela-crisis-government-mike-pompeo-helping-install-new-remarks-a7859771.html>

⁵⁷ Por exemplo, Rafael Correa, presidente do Equador, alertou em 2015 que estava em curso operações de desestabilização de governos populares na América Latina: “¿Usted cree que eso es casualidad? Es el nuevo plan Cóndor contra los gobiernos progresistas (...) Ya no se necesitan dictaduras militares, se necesitan jueces sumisos, se necesita una prensa corrupta que incluso se atreva a publicar conversaciones privadas, lo cual es absolutamente ilegal”, dijo Correa. Hoy la intranquilidad en la región crece ante el golpe suave de Brasil. Cf. <http://www.telesurtv.net/news/Nuevo-Plan-Condor-busca-restituir-gobiernos-neoliberales-en-Latinoamerica-20160517-0023.html> Esta tendência continuou de maneira a inviabilizar a candidatura de Lula em 2018.

⁵⁸ Raffi Khatchadourian, do *The New Yorker*: “During my last visit to London, I stayed with Assange until midnight. As I got ready to leave, he stood to see me to the door, but before taking a step he stopped and became lost in thought. He whispered something I could not fully hear. Then, speaking as if he were observing the fall of Rome, he explained that he thought America’s empire might finally be collapsing. With a long gaze and a faint smile, he again whispered what he had said: “This could be the beginning.” Cf. <https://www.newyorker.com/magazine/2017/08/21/julian-assange-a-man-without-a-country>

⁵⁹ Refiro-me, claro, à saída, pelo referendo de 23 de Junho de 2016, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte da União Européia, palavra que fusiona Britain (Grã-Bretanha) e exit (saída). O termo Brexit é análogo a Grexit, para designar possível saída da Grécia da zona do euro, assim como termos semelhantes foram criados para defender a fragmentação desta experiência de união.

⁶⁰ “President Trump embraced a proposal on Wednesday [Aug. 2, 2017] to slash legal immigration to the United States in half within a decade by sharply curtailing the ability of American citizens and legal residents to bring family members into the country. The plan would enact the most far-reaching changes to the system of legal immigration in decades and represents the president’s latest effort to stem the flow of newcomers to the United States. Since taking office, he has barred many visitors from select Muslim-majority countries, limited the influx of refugees, increased immigration arrests and pressed to build a wall along the southern border.” Cf. https://www.nytimes.com/2017/08/02/us/politics/trump-immigration.html?emc=edit_th_20170803&nl=todaysheadlines&lid=74732453

⁶¹ Com reações muito fortes, como a dos três ceo’s (Merck, Under Armour e Intel) que se retiraram, já na segunda-feira seguinte (14.08.2017) ao ocorrido, do conselho presidencial de negócios em protesto à dubiedade da atitude de Donald Trump em relação ao ocorrido. Cf. <https://www.nytimes.com/2017/08/14/business/merck-ceo-trump-charlottesville.html?hp&action=click&pgtype=Homepage&clickSource=story-heading&module=b-lede-package-region®ion=top-news&WT.nav=top-news>

⁶² Cf. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/aug/11/we-need-to-abolish-slavery-again-heres-what-australia-can-do>

⁶³ Cf. <https://www.scientificamerican.com/article/will-democracy-survive-big-data-and-artificial-intelligence/>

⁶⁴ Cf. <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2017/07/g20-desperately-save-failed-world-order-170708082115603.html>

⁶⁵ id.

⁶⁶ Cf. <http://www.krisis.org/1999/manifiesto-contr-a-el-trabajo/>

⁶⁷ “Las universidades se convierten en el centro político fundamental: administrar la venta de saberes y validarlos para la industria biogenética, medial, farmacéutica, artística, etc. fomenta la creación de centros universitarios orientados -exclusivamente- a satisfacer demandas de grupos económicos, holdings y corporaciones globales: es la edu-neocolonidad” (Ossa, 2016:17).

⁶⁸ Exemplo: “Acusados de manter um esquema criminoso de recebimento de propinas, policiais militares do 7º BPM (São Gonçalo [Rio de Janeiro]) chegavam a acusar usuários de drogas de serem traficantes, mesmo sabendo que não eram, apenas para atingirem a meta de prisões da unidade. A prática foi descoberta pela Delegacia de Homicídios de Niterói e São Gonçalo (DHNSG), durante investigação que culminou na prisão de 82 PMs acusados de receberem dinheiro de traficantes para não coibirem o tráfico de drogas. De acordo com informações da especializada, os PMs faziam apreensões de drogas após combinação com os traficantes, que deixavam os entorpecentes em endereços já acertados. Os policiais, então, abordavam usuários no morro e os levavam para a delegacia, alegando que eles eram os responsáveis pela droga encontrada. Na unidade, os usuários acabavam sendo autuados por tráfico de drogas. A prática dos policiais desagradava os verdadeiros traficantes das comunidades, que reclamavam da prisão dos usuários.” Cf. https://extra.globo.com/casos-de-policia/pms-prendiam-usuarios-de-drogas-como-trafficantes-para-alcancar-meta-do-batalhao-21542860.html?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar

⁶⁹ The New Yorker: “Pawneet Abramowski, a former F.B.I. intelligence analyst, told me that Sekulow’s assertion is nonsensical. “You must follow the clues,” she said. When investigating a businessperson like Trump, “you have to follow the money and go wherever it leads—you must follow the clues all the way to the end.” Cf. goo.gl/GMzrW5

⁷⁰ “An explosive article written by two close associates of Pope Francis has accused Steve Bannon, the chief White House strategist, of espousing an “apocalyptic geopolitics” whose roots are “not too far apart” from that of Islamist extremism”. Cf. <https://www.theguardian.com/world/2017/jul/13/pope-associates-criticize-american-evangelicals-extremism>

⁷¹ “A growing consensus among scientists holds that we now live in the Anthropocene, an epoch defined by humanity’s impact on planetary ecosystems. We are responsible for the current die-off of species, not some asteroid or volcanic eruption. The changes go far beyond animal disappearance: We’ve altered the composition of the atmosphere, shifted the chemistry of the oceans. In mere decades we’ve managed to distort a biological, chemical and physical reality that was relatively constant for millennia. And now, in the face of these unfathomable transformations, we are trying desperately to hang onto and preserve what remains. Academics have even taken to studying the psychology of this human response -one such book, for example, is titled “The Anthropology of Extinction: Essays on Culture and Species Death.” In certain ways, our environmental banks are cabinets of curiosity for the Anthropocene age, tributes to the fantastical magnificence of the world in this geologic moment just as that moment is passing.” Cf. <https://www.nytimes.com/2017/07/13/magazine/seed-vault-extinction-banks-arks-of-the-apocalypse.html?hp&action=click&pgtype=Homepage&clickSource=wide-thumb&module=mini-moth®ion=top-stories-below&WT.nav=top-stories-below>

⁷² Ver o trabalho de Mónica Chiffoleau e Juliana Dias. Cf. <https://conhecerparacomer.com.br/2017/02/07/psicopolitica-dos-alimentos/>. Mónica Chiffoleau tem um capítulo sobre este tema no Volume IV desta Colección Teoría Psicopolítica.

⁷³ “Uma comissão nacional criada por Donald Trump quer que o presidente declare emergência nacional para combater a epidemia de drogas que assola o país. (...) Com em média 142 americanos morrendo por dia, os Estados Unidos estão enfrentando um número de fatalidades igual a um 11 de Setembro a cada três semanas”, escreveram os autores do texto. A comissão descobriu que um terço dos americanos recebeu prescrição de opioides em 2015. Os opioides são drogas quimicamente semelhantes que interagem com os receptores opioides de células nervosas no corpo e no cérebros. Podem ser substâncias proibidas, como heroína, ou analgésicos prescritos, como morfina, codeína, fentanil e oxicodona. O relatório também recomenda que médicos restrinjam a prescrição de medicamentos opioides e aumentem o acesso a técnicas alternativas de tratamento da dor.” Aqui a íntegra do Relatório: <https://www.whitehouse.gov/sites/whitehouse.gov/files/ondcp/commission-interim-report.pdf> Cf. <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-40800881#>

⁷⁴ Cf. <http://www.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/12.-Peter-Sloterdijk.-Un-pensamiento-punzante-N%C2%B026.pdf>

⁷⁵ Fischer, Mark (2009). Capitalism realism: is there no alternative? Zero Books. p. 78. Cf. https://libcom.org/files/Capitalist%20Realism_%20Is%20There%20No%20Alternat%20-%20Mark%20Fisher.pdf

⁷⁶ “La arquitectura no es estabilidad. Ésta es una parte de aquella, no el todo. Un puente de hierro es mecánico, no es bello. La arquitectura es arte; la mecánica es el esqueleto, pero le falta la carne que le da armonía, o sea, la forma que la envuelve, y una vez obtenida la armonía tendrá arte” (Gaudí, apud Brega i Llimargas, 1999:95).

⁷⁷ Nome dado à larva de anuros (como as rãs e sapos), caudados e ápodes.

⁷⁸ Ver Capítulo *Convivialidade e Felicidade*, no Volume IV desta Colección Teoría Psicopolítica.

⁷⁹ Também conhecido como Alfarábi ou Farabi, do seu nome veio o termo português "alfarrábio".

⁸⁰ Considerado o maior historiador árabe: Abu Zayd 'Abd al-Rahman ibn Muhammad ibn Khaldun al-Hadrami.

⁸¹ Mark, K. e Engels, F. (2001). A ideologia alemã. Martins Fontes: São Paulo. p. 25.

⁸² *id.*

⁸³ Refiro-me à passagem na qual Kant diz: “Há pois, pelo menos, uma questão que carece de um estudo mais atento e que não se resolve à primeira vista; vem a ser esta: se haverá um conhecimento assim, independente da experiência e de todas as impressões dos sentidos. Denomina-se a priori esse conhecimento e distingue-se do empírico, cuja origem é a posteriori, ou seja, na experiência. Esta expressão não é, contudo, ainda suficientemente definida para designar de um modo conveniente todo o sentido da questão apresentada”. *in* Kant, Immanuel (2001). Crítica da razão pura. Fundação Calouste Gulbenkian: Portugal. Introdução B, B2.

⁸⁴ “Three notable findings were obtained: First, infants’ physiological reactivity mirrored mothers’ reactivity engendered by the stress manipulation. Second, infants whose mothers experienced social evaluation showed more avoidance toward strangers compared with infants whose mothers were in the control condition. Third, the negative-evaluation condition, compared with the other conditions, generated greater physiological covariation in the dyads, and this covariation increased over time. These findings suggest that mothers’ stressful experiences are contagious to their infants and that members of close pairs, like mothers and infants, can reciprocally influence each other’s dynamic physiological reactivity” (Singer, Tania et al., 2014).

⁸⁵ Fischer, Mark (2009). Capitalism realist: is there no alternative? Zero Books. p. 2. Cf. https://libcom.org/files/Capitalist%20Realism_%20Is%20There%20No%20Alternat%20-%20Mark%20Fisher.pdf

⁸⁶ O Palácio de Cristal -*The Crystal Palace*- recebeu a Grande Exposição de 1851, em Londres, Hyde Park, com mais de 14 mil expositores de todo o mundo com o up-to-date das tecnologias da Revolução Industrial. Dostoiévski o utilizou como metáfora para falar do mundo moderno, aquele que fica dentro do “Palácio”, planejado e controlado. A construção original, em ferro fundido e vidro, tinha 564m de comprimento e 33m de altura. Posteriormente foi desmontada e remontada em outro bairro. Seu uso social nunca deu certo, até que um incêndio em 1936 destruiu-a quase completamente, e o que sobrou, umas torres d’água para alimentar o esquema de jardins, fontes, terraços e cascatas, foi derrubado durante a Segunda Guerra para evitar que os nazistas as usassem como ponto de referência para os bombardeios. Este tipo de arquitetura inspirou vários outros palácios semelhantes, como em Madri, Porto e em Petrópolis, Brasil.

⁸⁷ Chama atenção a sincronia desta construção com o movimento organizado desde 2003 para reconstruir outro palácio muito significativo, apenas menos significativo do que a intenção de reconstruí-lo: o Palácio das Tulherias, incendiado exatamente pela Comuna de Paris. Como se sabe, a Comuna de Paris foi o primeiro governo operário da história (que durou de 26 de março a 28 de maio de 1871). Este palácio foi um dos principais símbolos do Segundo Império Francês, com 266m de fachada que fechavam as duas pontas do atual Museu do Louvre voltadas, claro, para o Jardim das Tulherias. Calcula-se que os participantes da Comuna executaram cerca de cem pessoas e mataram outras novecentas durante as lutas. Foram vencidos pelas tropas de Louis Adolphe Thiers, que executaram 20 mil pessoas dentre um total estimado de 80 mil mortos.

⁸⁸ Importante lembrar, com Maurizio Lazzarato que: “A esquerda [pelo menos na Europa] permanece com o conceito de produção individual, continua a defendê-lo. É a mesma coisa ao que diz respeito ao emprego. É claro que, se a produtividade ultrapassa o trabalho individual, há mais de produção excedente, que deveria, aliás, ser distribuída. Deveríamos pensar a distribuição dessa riqueza não apenas através do acesso ao emprego. O que é esquisito é que o que acontece na Europa é exatamente os setores do Capitalismo Cognitivo terem excedente de mão-de-obra com necessidade de valorização. Então, há pesquisadores demais, artistas demais, gente demais precarizada. E a única coisa que a esquerda propõe é um trabalho para todos estes “demais”, quando seria necessário propor uma Renda Universal. É por isso que lutamos! A lógica da precarização e pauperização não tem como causa apenas as políticas liberais mas essa postura da esquerda” (*apud* Carvalho, 2006a).

⁸⁹ Para Sloterdijk há uma semelhança entre os movimentos comunistas - apesar destes terem uma perspectiva universalista- e os movimentos fascistas, com sua perspectiva localizada, uma vez que ambos são bancos de ira, e por isso por trás do movimento comunista se esconde um fascismo de esquerda.

⁹⁰ Para ele o materialismo histórico se diferencia rigorosamente dos hábitos de pensamento burgueses por ter como seu conceito fundamental não o progresso, mas sim a atualização.

⁹¹ Refiro-me a Foucault na introdução crítica ao seu livro *O uso dos prazeres*.

⁹² Refiro-me à afirmação de Hirst, em seu famoso livro *On law and ideology* (1979), em relação aos atributos de sujeitos cognoscentes que teriam as crianças independentemente de sua formação e treinamento como sujeitos sociais.

⁹³ Cf. <https://www.nytimes.com/2017/07/13/magazine/seed-vault-extinction-banks-arks-of-the-apocalypse.html>

⁹⁴ Estou conversando aqui com a concepção foucaultiana de que o conhecimento seria determinado pela dinâmica do poder que se insere na emergência de cada discurso particular.

⁹⁵ Do grego οἶκος (oikos), casa, + σοφία (sofia).

⁹⁶ Cf. <http://midianinja.org/ivanabentes/nao-seu-estupido-a-periferia-nao-e-de-direita/>

⁹⁷ Cf. <https://oglobo.globo.com/cultura/o-desprezo-dos-intelectuais-21594531>

⁹⁸ Cf. <https://theintercept.com/2017/07/13/video-naomi-klein-and-jeremy-corbyn-discuss-how-to-get-the-world-we-want/>

⁹⁹ Cf. <http://dowbor.org/2012/02/a-rede-do-poder-corporativo-mundial-7.html/>

¹⁰⁰ Krugman, Paul & Wells, Robin. Nueva Sociedad, nº 236, noviembre-diciembre de 2011. Cf. www.nuso.org

¹⁰¹ S. Vitali, J.B Glattfelder & S. Battiston. The Network, of Global Corporate Control. Chair of Systems Design, ETH Zurich. Como sublinha Ladislau Dowbor, o texto completo foi disponibilizado em arXiv em pré-publicação, e publicado pelo PloS One em 26 de outubro de 2011 e a ampla discussão internacional gerada, com respostas dos auto-res da pesquisa, pode ser acompanhada: Cf. <http://j-node.blogspot.com/2011/10/network-of-global-corporate-control.html>

¹⁰² Cf. <http://dowbor.org/2012/02/a-rede-do-poder-corporativo-mundial-7.html/>

¹⁰³ Cf. <http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=rede-capitalista-domina-mundo&id=010150111022&mid=50>

¹⁰⁴ Cf. <http://www.theguardian.com/environment/2013/nov/20/90-companies-man-made-global-warming-emissions-climate-change>

¹⁰⁵ Cf. <http://dowbor.org/2012/02/a-rede-do-poder-corporativo-mundial-7.html/> Ver também os filmes Requiem for the American Dream e The Corporation.

¹⁰⁶ Cf. <http://advivo.com.br/blog/ricardo-cavalcanti-schiel/a-renuncia-em-protesto-do-antropologo-marshall-sahlins>

¹⁰⁷ De acordo com a síntese proposta por David Sobrevilla, “las características de la proposicionalidad del lenguaje humano son: primero, que las unidades significativas elementales de este lenguaje son oraciones predicativas que constan de un predicado (un “término general”) y de uno o más términos singulares; segundo, que estas oraciones -y también las oraciones más complejas- aparecen en varios modos, fundamentalmente en el modo asintótico (son oraciones en que predicamos la verdad y la falsedad) y en el modo práctico (en el que predicamos imperativos, deseos e intereses); y tercero, que son oraciones que pueden ser negadas, lo que significa que los interlocutores pueden comportarse frente a ellas afirmándolas (con un “sí”) o negándolas (con un “no”), y conducirse así con respecto al otro.” Cf. http://dianoia.filosoficas.unam.mx/files/7613/6019/6008/DIA56_-Sobrevilla.pdf

¹⁰⁸ Em agosto de 2017 a NASA, pela primeira vez na história, contrata um responsável para evitar contaminação advinda do espaço: Cf. <http://edition.cnn.com/2017/08/03/health/nasa-planetary-position-trnd/index.html?sr=fbCNN080317nasa-planetary-position-trnd1250PMStory>

¹⁰⁹ Há que se tratar em outro lugar do trabalho de Philippe Descola.

¹¹⁰ Um exemplo deste fato são as pesquisas de Ivan de Araujo, professor associado dos departamentos de Psiquiatria e Fisiologia Celular e Molecular da Yale School of Medicine, e sua equipe sobre como o sistema nervoso controla a partir de estímulos vindos do trato gastrointestinal o comportamento alimentar, o que configura a habilidade do ser humano de formar preferências por um alimento em função muito mais de seu valor nutricional do que da palatabilidade. “Foi a primeira indicação para nós de que deveria existir uma espécie de codificação no sistema nervoso por meio da qual o cérebro consegue dissociar um estímulo sensorial, vindo da cavidade oral, de um estímulo nutricional, vindo do trato gastrointestinal”. Cf. http://agencia.fapesp.br/como_o_sistema_nervoso_controlo_comportamento_alimentar/26388/

¹¹¹ *ibid.*

¹¹² “Segundo a Oxford Dictionaries, a palavra vem sendo empregada em análises sobre dois importantes acontecimentos políticos: a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos e o referendo que decidiu pela saída da Grã-Bretanha da União Europeia, apelidada de ‘Brexit’ [o mesmo com o golpe e o golpe dentro do golpe no Brasil, no período 2014-2017]. Ambas as campanhas fizeram uso indiscriminado de mentiras, como a de que a permanência na União Europeia custava à Grã Bretanha US\$ 470 milhões por semana no caso do Brexit, ou de que Barack Obama é fundador do Estado Islâmico no caso da eleição de Trump. Em um artigo publicado em setembro de 2016, a influente revista britânica ‘The Economist’ destaca que políticos sempre mentiram, mas Donald Trump atingiu um outro patamar.” Cf. <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/11/16/O-que-%C3%A9-%E2%80%98p%C3%B3s-verdade%E2%80%99-a-palavra-do-ano-segundo-a-Universidade-de-Oxford> Ver também https://www.nytimes.com/2017/08/03/opinion/donald-trump-russia-lies.html?em_pos=small&emc=edit_ty_20170803&nl=opinion-today&nl_art=1&nlid=74732453&ref=headline&te=1

¹¹³ Sobre este tema da dominação da “mente moralista” em relação à “mente moral”, que deve as famílias, os agrupamentos, as redes, os movimentos, e as instituições, assim como países inteiros, como é o caso dos Estados Unidos e do Brasil, é importante conhecer o trabalho de Gunnar Myrdal em seu célebre livro *An American dilemma: the negro problem and modern democracy*, publicado pela Harpe & Brothers, New York-London, publicado em 1944; e, do mesmo modo, o livro de Jonathan Haidt, *The righteous mind: why good people are divided by politics and religion*, publicado pela Pantheon Books, New York, em 2012.

¹¹⁴ Cf. http://historiafilosofiareligiao.com/conteudo_avulso.php?p=302

¹¹⁵ Cf. <https://oglobo.globo.com/cultura/o-desprezo-dos-intelectuais-21594531>

¹¹⁶ Em relação ao lugar que ocupa o dinheiro no argumento de Marx.

¹¹⁷ Nietzsche, 2000, Parte 636.

¹¹⁸ Cf. http://historiafilosofiareligiao.com/conteudo_avulso.php?p=315

¹¹⁹ Cf. <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Capitalismo-cognitivo-e-trabalho-imaterial/12/12131>

¹²⁰ Williams, Raymond (1960). *Culture and Society*. Anchor Books: New York. p. 356.

¹²¹ Cf. <http://sfbayview.com/2011/12/what-happens-in-haiti-doesn't-stay-in-haiti/>

¹²² Incorporo a expressão utilizada por Aguinaldo Silva: Cf. <https://telepadi.folha.uol.com.br/exclusivo-decisao-foi-da-globo-eu-nao-queria-diz-aguinaldo-silva-sobre-novela/>

¹²³ Refiro-me aqui à palestra *A linguagem e a vida são um: estratégias estéticas de circulação na cidade*, que Marcus Vinicius Faustini, cineasta, diretor de teatro e naquela ocasião Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Nova Iguaçu-RJ, fez no dia 30 de abril de 2009 na Reunião Mensal de Programa de Pós-doutorado em Estudos Culturais do PACC-Programa Avançado de Cultura Contemporânea/Faculdade de Letras/UFRJ.

¹²⁴ Cf. <https://mienmiuaif.wordpress.com/2016/02/15/collage-pasolini-sul-nuovo-fascismo/>

¹²⁵ Zimmer, Heinrich (2008). *Filosofias da Índia*. Palas Athena Editora. p. 210. Trata-se de comentário de Zimmer sobre o início dos Yoga-Sûtra, de Patañjali, cujos quatro livros junto a seu antigo comentário “devem ser considerados entre as mais notáveis obras filosóficas em prosa, da literatura universal”. O referido início é o seguinte: “O Yoga consiste na detenção (intencional) das atividades espontâneas da substância mental”.

¹²⁶ Cf. <https://viciodapoesia.com/tag/goethe/>

¹²⁷ “Também não foi dita uma única palavra sobre os motivos da “crise” no estado: a corrupção generalizada perpetrada pelo PMDB’ que deixou o Rio numa miséria política e institucional como poucas vezes vista país afora, e a total falta de planejamento. Nenhuma palavra sobre um ex-governador preso, um governador que se equilibra no cargo para não perder o foro privilegiado e um vice que aparece nas listas da Odebrecht.” Cf. <https://theintercept.com/2017/08/04/verdadeiramente-assustador-ex-comandante-da-pmerj-critica-visao-de-general-para-a-ocupacao-militar-no-rio/>

¹²⁸ Cf. <https://oglobo.globo.com/rio/estado-do-rio-tem-843-areas-dominadas-por-faccoes-criminosas-21710854>

¹²⁹ *id.*

¹³⁰ *ibid.*

¹³¹ Para Wilson Gomes “formamos, sobretudo, campos intelectuais, onde as redes de relações principais são de tipo pessoal e o reconhecimento se dá, sobretudo, pelo bem falar, pelo domínio de platéias não-especializadas, pelos ensaios de leitura fácil e interessante. Nessa mentalidade, o ‘interessante’ em geral nos bastaria” (Gomes, 2003:325).

¹³² Ver *Capítulo 2* do livro de Birman (2006).

¹³³ (Peters, 2012:270).

¹³⁴ Cf. http://www.hebdo.ch/geacuteneacuteration_laquonique_4893_.html

Capítulo 2

O Território Mental e o controle da tentação do controle Sobre a Constituição do Campo da Comunicação

*“As entidades do candomblé, para permanecerem ativas, devem
ser cultuadas e, para isso, têm de comer.
Disso depende o axé, a força que as mantêm vivas.
Caso não seja nutrido, ele declina, desfalece.
Os fiéis são, portanto, obrigados a “dar de comer à cabeça”
(o que nos rituais de iniciação é obedecido ao pé da letra).
A inquietação intelectual tem algo de semelhante,
ela exige que se “alimente a cabeça”,
cultive-se uma atitude de insatisfação
em relação ao peso do senso comum acadêmico”.*

Renato Ortiz¹

Encontrei a necessidade da renovação cultural através de minha dedicação contínua, hoje com cerca de 50 anos, a grupos, movimentos e organizações de naturezas muitas delas consideradas radicalmente opostas, como “imprensa de esquerda” e “comunidades alternativas”, “artistas de vanguarda” e “gestores corporativos”, “espiritualistas” e “ativistas sociais”, “cientistas sociais” e “psicólogos”, “cientistas de bancada” e “humanitários”, “jornalistas profissionais” e “midialivristas”, etc.

O que verifiquei de maneira sistemática, e continuo a verificar, é a presença frequente na qualidade da atitude dos sujeitos dos mesmos valores que eles dizem querer superar no plano que percebem dualisticamente como “social”, como “político”, como “econômico-político”. No caso específico da esquerda, por exemplo, pois não é apenas com ela que este padrão ocorre, Manuel Castells reconheceu recentemente que “o grande erro da esquerda é pensar que movimentos sociais são sempre bons, porque não são (...)”².

Este padrão histórico emerge na maneira como conver-

sam internamente, articulam suas ações e procuram mobilizar os segmentos sociais e demais *stakeholders* com os quais trabalham a favor dos valores a que se propõem, que variam em gama que vai desde a “revolução” até a “iluminação”, através de suas práticas, como as políticas públicas sociais e as intervenções nos territórios. Dito de outro modo, em resumo, da segurança ambiental, da justiça social e da equidade econômica, estes outros nomes da segurança e da proteção que instituem o ser humano como ser de linguagem.

O fato é que quando verificamos ao longo da história, e do presente, a extensão das perdas causadas por essas atitudes mentais para os movimentos de mudança social, podemos afirmar que se trata de uma alarmante pandemia no território mental, que pode ser superada unicamente pela conexão transdisciplinar dos saberes sobre a sociedade, ou seja, as instituições, com aqueles sobre a economia psíquica dos indivíduos, ou seja, o psiquismo.

A desconexão disciplinária entre estas dimensões é que torna tão frequente, na ação pela mudança social, o oposto dela: a traição, o oportunismo, o cinismo, a inveja, o autoritarismo, o roubo de projetos, a concentração de poder, a manipulação de assembleias, audiências públicas e reuniões, o fluxo hierarquizado e cristalizado de informações, a não-escuta, a mentira descarada, a distorção do que é dito, a supressão de informações privilegiadas, a competição antiética por patrocínios, a perseguição e menosprezo dos “diferentes” e dos “derrotados” em geral, etc.

Mesmo quando pouco destes comportamentos emerge permanece a resistência a tratar dos efeitos do trauma ontológico e epistemológico na capacidade de pensar, querer

e julgar dos sujeitos, que tratei no capítulo anterior. É como se os sujeitos estivessem já emancipados, necessitando apenas ser instrumentados, apoiados, financiados. Há uma certeza de que a voz que adviria então deles seria a voz da emancipação.

Este descompasso entre comportamento e realidade é emblemático no futebol, pois a inexistência efetiva de times, que deveria ser a razão de ser das torcidas, é esquecida: todos os times são na atualidade apenas empresas, e por eles nenhum dos jogadores que neles atuam torcem. Estão ali cuidando apenas dos interesses de suas carreiras individuais.

No entanto, em uma “vontade de nada”, no sentido nietzschiano, os sujeitos, à direita e à esquerda, torcem, berram, amarguram-se, alegram-se, dançam como aqueles que eles mesmos em outros contextos classificariam de “primitivos”, e agredem e até mutilam e matam, em nome de algo que na realidade não existe.

Frequentemente trata-se de uma delusão, que engana a experiência e impede qualquer outro pensamento, pois sustentada por sujeitos des-esperados por experimentarem a incontornável necessidade humana de pertencer, mas que o dualismo permite apenas que tal pertencimento seja a um dos lados que está em eterno e irreconciliável conflito com o outro lado, na direção do qual se exterioriza o mal e se quer eliminar.

É assim que o futebol foi transformado em uma pedagogia social do regime de servidão (sob a forma da competição) no qual um sujeito transfere sua potência para um outro, transfere para “ele” sua capacidade heróica de ser humano, sendo que esta perda da potência da vida é iluso-

riamente compensada no ritual da eliminação simbólica ou física do “diferente” e do “perdedor”, o que é o contrário da relação social.

Pois, “como se sabe, a competição se distingue do conflito, na tradição sociológica, por não almejar superar a contradição (geradora do conflito) na assimilação do perdedor, conservando-o, ao contrário, na acomodação para as novas disputas e negociações, sem qualquer alteração radical do quadro social que gerou o conflito. Em seu excesso, a violência também pode ultrapassar o conflito numa direção limite, que o extingue na crueldade absoluta e dele nada mais conserva, a não ser a experiência do fim da relação social. Este é o ponto também limítrofe em que violência pode ser objetivo das ciências sociais e pode ganhar a condição de conceito. Além desse ponto, apenas o indizível” (Misse, 2017:232).

Esse excesso que elimina o outro de maneira cruel absoluta é o que ocorre na suspensão da experiência de comunicação. Pouco a pouco ficou clara para mim a necessidade de uma mudança de cultura, de uma renovação cultural, inclusive pelo reconhecimento de que diversas destas contradições de suspensão do outro emergiam no meu próprio comportamento.

A mudança ocorreu a princípio através de uma metodologia capaz de potencializar as equipes, grupos e projetos com os quais me envolvi, e que começou a emergir da observação participante sistemática da estética dos movimentos nos anos 70, em especial daqueles que se opunham à ditadura militar e dos que avançaram a então chamada contra-cultura, e da ética em que ela se inscrevia e determinava a qualidade dos relacionamentos por meio

da capacidade de pensar, querer e julgar que os construía.

À medida em que fui elaborando uma metodologia de leitura estética do mundo, a partir do simbolismo geométrico das páginas de jornal em sua relação com os paradigmas dos diversos níveis de organização estética dos fenômenos, capaz de dar conta de uma capacidade de julgar coerente com os “ideais” transversais destes agrupamentos -processo que ocorre neste espaço entre os seres humanos que é a esfera classicamente considerada “política”, como assinalou Hannah Arendt-, sistematizei uma metodologia de alfabetização visual nos anos 80, quando ficou claro para mim que tudo depende, como argumentava à época, da fonte de referência que se utiliza para o ato decisório, princípio que aprofundei nos anos 90 com uma metodologia de tomada de decisão em situações extremas.

O objetivo era que a comunicação, com suas implicações diretas com a mídia, a arte, a psicologia, a economia, a política, a sociologia, a espiritualidade, a antropologia e a filosofia, deixasse de provocar, pela sua ausência, a dor do desencontro, decepção, perda de recursos, re-trabalho, fragmentação e, no limite, da dissolução e desorientação dos movimentos e daqueles que os compunham, o que, como disse, testemunha-se muitas e muitas vezes, a tal ponto que a maioria considera axiomáticamente que a vida seria assim.

Em 2005, já com o andamento de um processo psicoterápico intenso de compreensão e conhecimento das camadas inconsciente e subconsciente de minha atuação, realizado sob a perspectiva reichiana do inconsciente como a memória dos traumas provocados pelo choque entre o

“cerne biológico” e as formações culturais, anunciei a metodologia *Gestão Mental*, posteriormente reconhecida internacionalmente, que constrói a mudança psicopolítica da cultura necessária para sincronizar mais palavras de cunho emancipatório com ações correspondentes, o que constitui os processos de identificação que ocorrem sempre em rede, pois se instauram e legitimam de maneira intersubjetiva, uma vez que os sujeitos não são isolados e as instituições não são entidades metafísicas, mas redes de sujeitos que falam em nome delas e, frequentemente, como dito, o fazem de maneira contraditória em relação ao que falam.

O aprofundamento destas investigações e metodologia vinha implicando desde 1979, quando tornei-me professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em ressonâncias, a princípio na teoria da comunicação e da cultura, o que me fez propor em 2002 uma *teoria sustentável da comunicação* e, em 2006, a *economia psicopolítica da comunicação e da cultura*.

Alguns anos depois este aprofundamento do trabalho no sentido da compreensão da origem da violência³ que impede as necessárias lucidez e unidade quando se quer renovação cultural, gerou repercussões na teoria social, na qual, como se sabe, as ciências da comunicação estão inseridas, e, mais recentemente, na filosofia.

A capacidade do sujeito de julgar a qualidade emancipatória ou não do estado mental que ele autoriza a ser a fonte de referência para sua capacidade de pensar, querer e julgar é o sentido que não o aprisiona nem em um conjunto de princípios que resolveria a vida dele para sempre, nem na certeza absoluta de que a verdade seria a das contingências, pois ambas as possibilidades o desreferenciam

como ser de linguagem, tornando-o presa da barbárie neoliberal, seja no papel de zumbi, seja no papel de vampiro.

A questão é tão complexa quanto indispensável, e é pois determinante considerá-la com a gratidão, alegria, paciência, seriedade e celebração que são próprias da condição comunicacional do ser humano.

A opressão, seja ela da ordem que for, como a da colonização, pós-colonização e neocolonização, é uma realidade incorporada, e por isso também de maneira subconsciente e inconsciente. Este fato demanda frequentemente a revisão crítica profissional de camadas muito profundas e complexas, tanto no sentido sincrônico quanto diacrônico, que foram legadas aos seres humanos por suas famílias nucleares e pelas gerações anteriores e incorporadas em pactos, como dito, inconscientes com as opções ontológicas, epistemológicas, teóricas, metodológicas e vivenciais.

Os quatro primeiros níveis, o ontológico, epistemológico, teórico e metodológico, são muito complexos de abordar e normalmente são descartados ou relegados a segundo ou último plano, porque demandam uma autocrítica em rede tão profunda que o sujeito e sua instituição podem ser ver diante da conclusão de que tudo que fizeram até então estava comprometido, o que pode ser o caso de atividades de pesquisa, ensino e extensão, e o correspondente financiamento delas, alimentados por uma esteira ainda fordista que impede a disponibilidade crítica do pensar, do querer e do julgar a respeito.

Do mesmo modo, o último nível, o vivencial, apesar dele estar presente de forma determinante no relacionamento do sujeito consigo mesmo, na família, no departamento, na faculdade, na equipe do projeto, na administra-

ção universitária, nos movimentos sociais, nas empresas, entre os amigos, enfim, onipresente e onipotente, não é tocado pela teoria social e a filosofia hegemônicas, que o reserva, secundarizando-o, para as disciplinas especializadas na “terapia” do “psicológico”.

Apesar de que, como dito, o sucesso perverso das operações psicopolíticas durante o século XX e início do século XXI tenha dissolvido um pouco esta reação dualista, ainda é comum a dificuldade de compreender que os cinco níveis se instauram e operam como um só conjunto através dos *Aparelhos Psicopolíticos da Cultura* (ver *Capítulo 3*).

Falar sobre a Teoria Psicopolítica ainda desperta reações como “isso é psicologia e não ciências sociais nem filosofia”, quando é psicopoliticamente que o exercício do poder se hegemoniza: quando dominantes e dominados partilham a mesma mentalidade cognitiva e afetiva, ou seja, a mesma cultura de dominação “sobre” um “outro” como exterioridade absoluta que o dualismo cria, este a-fundamento da cultura patriarcal “sobre” a natureza e o feminino⁴, e não a cultura de comunicação, do estar-junto.

A perspectiva não-dualista radical da Teoria Psicopolítica, no sentido próprio de raiz e não de sectarismo, responde à pergunta de Deleuze sobre como pensar a nova face do Estado nas “sociedades de controle”, nas quais a transcendência se torna imanente e molecular e assim a sociedade se identificaria totalmente com a instância que o unificaria, e o indivíduo interiorizaria o Estado e perpetuamente seria monitorado e moldado por ele.

A resposta é que indivíduo e Estado não são alteridades absolutas. Apenas um resíduo metafísico permitiria ver

um Estado “lá” absoluto e, portanto, desencarnado. A realidade é uma rede de sujeitos “concretos”, para utilizar um conceito sentido marxiano. Uma rede de sujeitos, ou seja, de psiquismos, articulados em instituições que eles sustentam ou modificam. Não de sujeitos dominados por um Estado abstrato. Mas dominados, ou não, concretamente, por sua capacidade de pensar, querer e julgar que apenas o dualismo percebe como “abstrata” ou “subjetiva”.

É assim que Paul Virilio, como comenta Rodrigo Browne Sartori, deixou claro que o poder do Estado, em seu sentido mais material, não é poder organizado de uma classe para a opressão de outra, mas é, “polis, policia, red de comunicaciones” (*apud* Sartori, 2013:104), uma multiplicidade de instituições e poderes instituintes que capilarizam, como mostrou Foucault e Hardt e Negri concordam, e retroalimentam, com sua intencionalidade, sublinho eu, o poder como opressão.

O poder não está “no” Estado nem no “mercado”. Mas nos sujeitos em rede que falam em nome “deles”. Este é, para mim, o “sistema oculto” que evita qualquer combate, ao qual se referiram Deleuze e Guattari. É o poder da “tribo”, ainda com eles, o contrário do poder do Estado, digo eu, que sustenta e por isso dissolve as imagens do pensamento, emancipando-se delas.

Mesmo com todas as evidências de interdependência dos fenômenos da vida e do mundo, quando se sabe a permeabilidade existente entre o *eu* e o *outro*, e como o diálogo depende da percepção, em sua própria identificação, que o ser humano tenha do outro, a teoria social e a filosofia que ainda prevalecem continuam a ser metafísicas, pois dualistas quando afirmam a “transcendência so-

brecondicadora do Estado” (Castro, 2011:318), fazendo o que Deleuze alertava: que a filosofia estava impregnada do projeto de converter-se na língua oficial de um Estado puro⁵. O mesmo ocorre com o deslizamento do papel supostamente sobredeterminante do Estado na direção do “mercado”, do “neoliberalismo”.

A Sociedade de Indivíduos é Sobrecondicada pelos Estados Mentais

As operações psicopolíticas são dirigidas à atenção e vontade do sujeito, pois os grupos que dominam sabem que a sociedade de indivíduos é sobrecondicada pelos estados mentais que se legitima, como disse, serem a fonte de referência para a capacidade de pensar, querer e julgar.

É assim que é alimentada, pelo pensamento ainda hegemônico, a visão que instaura e sustenta a existência de um “Estado”, de um “capitalismo” e de um “neoliberalismo” metafísicos, que sequestram a potência de desobediência civil não-violenta ativa por parte dos sujeitos em rede.

Este sequestro é psicopoliticamente construído em rede por eles mesmos, imobilizados pelas teorias que os veem ou como “sujeitos políticos” ou como “sujeitos psíquicos”, e não como “sujeitos psicopolíticos”. O poder emancipatório da intencionalidade da capacidade de julgar, que define o ser humano como tal, em sua relação terapêutica com o inconsciente, é transferido para estes espectros-leviatã.

Entendo que por isso é que Armand Mattelart

(2003:187) afirmou que hoje a liberdade política não pode ser mais unicamente o exercício da vontade mas passa necessariamente pelo domínio do processo de formação da vontade. De maneira a que, como sustento com as investigações sobre a construção de estados mentais não-violentos na mídia⁶ desde 2004, o desejo, hoje mediatizado no reconhecimento pelo estado mental capital (vale dizer, no reconhecimento pelo outro), seja ao mesmo tempo liberdade e vinculação socioambiental; vale dizer, emancipação.

O problema frente à incapacidade de dar conta do mundo é produzido, reitero, pela própria imaginação ontológica e epistemológica dualista, que em relação ao desejo, por exemplo, afirma que basta ser desejo, que basta ser afeto, para que seja legitimado.

Transitar do dualismo ao não-dualismo, esta outra maneira radical de extrair um saber (Foucault), faz superar a tensão clássica entre aquele que “filosofa” e aquele que “age”. Entre “teoria” e “prática”. É assim, como queria Augusto Salazar Bondy ao terminar seu balanço sobre a filosofia na América Latina, que a filosofia é para ajudar a superar no cotidiano a condição de subordinação (Zea, 2005:78). Ou seja, dedicada a fortalecer a capacidade de pensar, querer e julgar do sujeito.

Esta é a única maneira de parar colóquios e assemelhados “sempre inúteis” (Serres, 2005:303), pois movidos pela reprodução da teoria social e da filosofia ainda hegemônicas, pois levantam questões “de maneira a deixar implícito, logo de saída, que existe um abismo intransponível entre o indivíduo e a sociedade” (Elias, 1994:15): “Mas se pensarmos calmamente no assunto, logo se evi-

dencia que as duas coisas só são possíveis juntas: só pode haver uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões se todos os indivíduos dentro dela gozarem de satisfação suficiente; e só pode haver uma existência individual mais satisfatória se a estrutura social pertinente for mais livre de tensão, perturbação e conflito. A dificuldade parece estar em que, nas ordens sociais que se nos apresentam, uma das duas coisas leva sempre a pior. (...) Os projetos que hoje nos são oferecidos para pôr termo a essas dificuldades parecem, ante um exame rigoroso, apenas contados para solucionar uma coisa à custa da outra” (*id.*: 17).

É assim que privilegia-se também o entendimento dual do “arbóreo” e do “rizomático”, de que a liberdade dependeria apenas do abandono do eixo vertical (aquele que estabeleceu as bases para os sistemas filosóficos que veem os sujeitos como pensantes e auto-biografáveis frente a objetos que esperam ser desvelados em sua intimidade), em prol do eixo horizontal, que seria o “eixo conectivo”, que desmontaria o fundamento último das coisas e revelaria o caráter fragmentário, descontínuo e acidental da realidade.

Esta afirmação é anti-comunicacional. Pois o desafio é outro. É a capacidade de tomar decisões rizomatizantes, horizontalizantes, nas posições hierárquicas, verticais, que os seres humanos sempre estão uns em relação aos outros. A emancipação está justamente no exercício de comunicação também entre este par arbóreo-rizomático, na desarticulação deste aparelho de captura ontológica e epistemológica.

Pois o sujeito é, de fato, um modo de interseção de di-

ferentes redes de coordenações de ações ou comportamentos no conversar: “o ato de escolher não diz respeito apenas a nós”, sublinha Serres (Serres, 2005:252).

Ele prossegue, refletindo sobre quem escreveu o livro do qual faço esta citação, e por ela faço a mesma reflexão em relação a este meu livro: “Tenho tendência a creditar que fui eu. Seguramente fomos nós, em virtude das influências que recebi dos subconjuntos de pertencimentos anteriormente evocados, além do conjunto infinito e aberto de minhas ignorâncias”.

E mais: “O amor -você a quem se dirigem estas páginas, sem o qual jamais alguém as teria escrito-, o trabalho, o conhecimento, os diálogos e a relação social fazem intervir a segunda e a terceira pessoas, o tu, ele, vocês e eles; estes últimos encarregam-se da escritura tanto quanto os primeiros. O círculo se amplia em múltiplas dimensões (*id.*:254).

Neste sentido, Marx identificou que o ser humano é ao mesmo tempo “um ser comunal individual” e a “totalidade” (*apud* Iasi, 2014:93), mas, digo eu, precisamos superar sua visão de que o que determina a “consciência individual” é o seu “ser social”, pois retornamos com isso à metafísica. “Ele” domina. Esse é o lugar de Deus.

Nesse sentido, a Teoria Psicopolítica é contribuição para a proposta de Immanuel Wallerstein de des-pensar, de “unthinking” muitos dos pressupostos com quais se pensa, vale dizer, se deseja, dentre eles o que está base, digo eu, o dualismo, um obstáculo para compreender e mudar o mundo; um fantasma ontológico e epistemológico, que opera, usando uma expressão de Deleuze, como “repressor do pensamento”, tão presente quanto ao mes-

mo tempo invisível para quem com ele está impregnado, pensando-sentindo que ele não estaria ali; esta configuração psicopolítica prenante e transversal, fundamento do Ocidente como máquina-de-fazer-dois (Marcio Tavares d’Amaral) e, por isso, mentalidade dura como granito para perfurar, dissolver e superar: “a subjetividade dificilmente abre mão de seu desejo, mesmo que o preço a pagar por isso seja muito alto” (Birman, 2006:92).

Os Estudos de Recepção Precisam Assumir o Não-dualismo

Não é o pensamento que recebe passivamente do Estado, do mercado, do neoliberalismo uma forma de interioridade e entrega a esta forma uma universalidade. Os estudos de recepção precisam assumir o não-dualismo para ajudar a dissolver esta imagem do pensamento desta unidirecionalidade, produzida pelo dualismo que sustenta o axioma hobbesiano: “dita imagem está composta por duas cabeças que permanentemente se estão necessitando mutuamente: um *imperium* do pensar-verdadeiro que funciona por captura mágica, confirmação ou laço, que compõe a eficiência de uma fundação (*mythos*) e uma república dos espíritos livres que funciona por pacto ou contrato, que compõe uma organização legislativa e judicial, que incorpora a sanção de um fundamento (*logos*). Com isto o Estado é um dos que mais ganha. Ganha um consenso que vigoriza e potencia, através do pensamento, a forma-Estado” (Sartori, 2013:109).

É o resgate e o fortalecimento da intencionalidade da condição comunicacional do ser humano que desarma este aparelho de captura: o contrapensamento que dissol-

ve a imagem e suas cópias por apelar a todos, ao povo, ao precariado, à multidão, aos seres humanos, para que observem criticamente suas mentes em rede e suas predisposições à manipulação, de maneira a emancipar-se dos regimes de servidão, do emaranhado de dominação que permanece totalmente oculto: pois “(...) passamos a depender daquilo que começa a depender de nós” (Serres, 2005:253).

Acredita-se por exemplo, está absolutamente impregnado na linguagem, que existiria um “Oriente”, uma “África” (Appiah, 2016). Aqui mesmo tenho tratado todo o tempo do “Ocidente”. Quando o Oriente, como Said demonstrou, é mais uma invenção dualista daquele que se chama Ocidente, que se criou na afirmação primeira contra o outro, o Oriente, o “primitivo”. O dualismo é hábito tão difícil quanto decisivo de superar, “na medida em que origina (...) na “*ratio*” -de hábitos mentais específicos que hoje se acham demasiado arraigados na consciência de cada um de nós” (Elias, 1994:23). No território mental.

Des-operar este fundamento, este diagrama do modelo de funcionamento do poder, este que na sociedade de controle é para Deleuze um movimento de serpente (Deleuze, 2006:4)⁷, é o que permite a constituição ontológica e epistemológica do campo da comunicação, o que, por sua vez, depende da renovação não-dualista da teoria social e da filosofia, uma renovação que permita a deflagração de estados inéditos na consciência/corpo, catalizados a partir de seu subsolo de verdade comunicacional, recalcado sob os escombros da ação do poder dualista que se manifesta como regime de servidão ontológica e epistemológica.

É na investigação das predisposições dos sujeitos e das teorias que movimenta-se a Teoria Psicopolítica, teorizando “sobre os mecanismos psíquicos ou os processos interiores que podem fazer com que as “interpelações” automáticas sejam produzidas ou, de forma mais importante, que podem fazer com que elas fracassem ou encontrem resistência ou sejam negociadas” (Hall, 2000:123). Este fato, foi afirmado como sabemos por Althusser, em 1969, com a referida “autonomia relativa”.

Tal autonomia frente aos regimes de servidão, que inclui claro uma nova relação com as ferramentas e objetos tecnológicos de maneira a sofisticar a mente pública a qual se refere Castells, construída nos *Aparelhos Psicopolíticos da Cultura*, e não contra os *Aparelhos Ideológicos de Estado*, esta também uma luta metafísica, depende da capacidade de julgar do sujeito frente aos seus processos psicopolíticos, às suas predisposições psicopolíticas, singularizadas na história de sua identificação, pois apenas na presença delas é que as normas e limitações são interiorizadas, vale dizer, as manipulações prosperam.

Como vimos, é por isso que é à predisposição fundacional do ser humano, a da segurança e proteção, que o instituiu e constitui como ser de linguagem, que se dirigem as operações psicopolíticas articuladas na produção de ameaças constantes por um outro, inventado milênios atrás, e repercutido sob a forma do “terror”, presente na história psíquica dos sujeitos, produzidas por esta mesma formação cultural dualista no lugar em que cada sujeito emerge.

A produção do terror chega a tal ponto que no filme *Capitão América 2* o terror é exatamente o lugar do não-terror. Ou seja, a instituição a qual ele pertence, entendida

como a “salvadora da pátria”, e por isso como a “salvadora do mundo”, está dominada por uma organização terrorista.

É decisivo lembrar a dificuldade dualista frente ao que os antigos chamam de *thalassa*, o abismo, e do qual eles procuravam se proteger (mais uma vez a segurança e a proteção nas quais o ser humano se constitui como ser de linguagem) através da verdade.

A eliminação pós-moderna da verdade, dado o fracasso do Ocidente hegemônico em lidar com ela, e o consequente pulo no “absurdo” abismo, não é a saída. Pois a fetichização dos objetos não pára de ser exponenciada por servir de ilusório tampão que evitaria tal precipitação.

O fato é que o ser humano não precisa da verdade que o protegeria do abismo, pois o abismo é a verdade. É dele que o ser humano emerge; é nele, uterinamente, que é fecundado, na comunicação óvulo-espermatozóide que também vêm do abismo; é nele que cresce; é dele que recebe o leite que o alimenta; é a ele que se dirige todo ato de comunicação, que quer experimentar ser acolhido; é em torno dele que o ser humano se organiza como “tubo deambulante”; e é nele que os átomos do corpo, dissolvido, mergulharão.

O abismo que se quer evitar, que o Ocidente hegemônico quer evitar, é o abismo da morte, como se houvesse um outro lado do abismo, e a verdade fosse a ponte, o arco-íris que o atravessaria na segurança da suspensão crônica que anseia pela imortalidade⁸, a qual abraçou-se Walt Disney, e que Baudrillard, neste sentido cristalina-mente ocidental hegemônico, diz que todo ser humano almeja.

Mauro Iasi lembra que o medo da morte é o protótipo da questão existencial colocada em 1603 por Shakespeare na voz de seu personagem Hamlet: “o pensamento assim nos acovarda (...) desvia-se do rumo e cessa até mesmo de se chamar ação” (*apud* Iasi, 2002:14). Quando, deixa claro Hegel, “o espírito só alcança sua verdade à medida que se encontra a si mesmo no dilaceramento absoluto. Ele não é essa potência como o positivo que se afasta do negativo -como ao dizer de alguma coisa que é nula ou falsa, liquidamos com ela e passamos a outro assunto. Ao contrário, o espírito só é essa potência enquanto encara diretamente o negativo e se demora junto dele. Esse demorar-se é o poder mágico que converte o negativo em ser” (Hegel, 1992:38), como a teoria social e a filosofia precisam se demorar em relação à superação do dualismo. É importante lembrar que Dante colocou a expressão “eterno amor” exatamente nas portas do inferno.

No entanto esta recusa dualista meta-organiza o pensamento hegemônico. Para Flusser, por exemplo, no mesmo sentido de que a morte seria uma brutal falta de sentido, o objetivo da comunicação humana seria fazer-nos esquecer desse contexto insignificante em que nos encontramos, para ele completamente sozinhos e incomunicáveis; o objetivo da comunicação, ainda com Flusser, seria o de “nos fazer esquecer desse mundo em que ocupamos uma cela solitária e em que somos condenados à morte -o mundo da natureza” (Flusser, 2010:90).

Estamos, portanto, diante de um complexo de estados mentais, diante de uma cultura traumatizada em sua condição comunicacional. Portanto de um complexo de pensamentos e afetos (estes compostos por sentimentos e

emoções, os primeiros mais narrativos e as segundas mais performativas; por isso no caso das operações psicopolíticas de dominação tratam-se de emoções) construídos em rede no território mental por sucessivas e cumulativas opções ontológicas e epistemológicas e, por isso, como dito, teóricas, metodológicas e vivenciais.

Se algum dia colocar-se de frente para o desejo foi o papel do “santo” ou do “homem sábio”, este hoje é o papel de qualquer ser humano comprometido em dissolver os dispositivos de poder (Foucault) e os agenciamentos de desejo (Deleuze e Guattari), pois as operações psicopolíticas apenas conseguem manipular quando encontram no fluxo de estados mentais dos sujeitos, repito, as predisposições para isso.

Superar o *Habitus* de Fabricar Inimigos Internos e Externos

Como sublinhado por Maria Immacollata, existe uma autonomia relativa do “tempo lógico” da ciência em relação ao “tempo histórico”, porém a demanda pela crítica ontológica e epistemológica é decisiva, como mostraram Bourdieu, Chaboredon e Passeron em relação à sociologia, “tratando de atualizar suposições inconscientes⁹ e as afirmações de princípio de uma tradição teórica, mais que questionar os princípios de uma teoria constituída” (Bourdieu *et al.*, 2002).

Assim é com a ontologia e epistemologia dualistas, que geraram um campo histórico, filosófico e científico de forças da dimensão de uma fase longa do processo da ci-

vilização, em cujo interior este fundamento impõe politicamente sua posição e suas estratégias para garantir o que Bourdieu chama de “autoridade científica”, de “competência científica”.

Tal “autoridade” e “competência” são sustentadas pelos agentes comprometidos com as estratégias de conservação e sucessão, que vigoram não apenas na herança recebida da ciência do passado, portanto do “estado objetivado”, ou seja, das instituições, mas também nos hábitos dos cientistas; vale dizer das estruturas mentais interiorizadas as quais se dirigem a manipulação -pois formam o *habitus*-, expresso nos sistemas mais ou menos cristalizados de percepção, de apreciação e de ação, que configuram a dimensão do psiquismo, e que Bourdieu chama de “estado incorporado”.

Immacolata lembra que tais suposições inconscientes e afirmações de princípio “são também uma espécie de ação pedagógica que torna possível a escolha dos objetos, a solução dos problemas e avaliação das soluções, que é a essência do sistema de ensino. Complementando, existem instâncias especificamente encarregadas da consagração (academias, prêmios) e ainda o sistema de circulação constituído pelas revistas científicas, livros e congressos, que operam em função de critérios oficiais de avaliação” (Lopes, 2003:280).

Este é o lugar do dualismo. Por isso, se queremos superar a incessante estratégia de produção de “inimigos internos” e de “inimigos externos”, submetidos à *sujeição criminal* (Misse) com base na *certeza moral* (Del Valle) e na *teoria de domínio do fato* que configuram o estado de exceção do *Direito Penal do Inimigo*, a oportunidade está aberta para a

superação dos regimes de servidão -encarnados nesta fase da história no Império neoliberal, que é, por definição, não-comunicacional- com a passagem gradual e cumulativa para a base ontológica e epistemológica não-dualista.

Esta passagem é gradual e cumulativa, demorada portanto, pois aqui não se está propondo decretar uma reorganização geral e por atacado. Mas sim propondo a colocação em pauta da questão, que é, também por definição, transdisciplinar e transcultural envolvendo a conversa dentro das universidades, desde a organização dos campos de conhecimento e respectivos currículos até a internacionalização orientada pela emancipação.

Pois continua a ser contraditório que se insista em aplicar teorias advindas da Europa e dos Estados Unidos para resolver os problemas criados, nesta longa fase da história da humanidade, por essas mesmas teorias. A operação ontológica e epistemológica que permite inventar um “outro” é exatamente a estratégia das estratégias, e não “táticas”, para o fortalecimento de quem o nomeia como tal.

Falar sobre isso faz emergir novamente o clássico de Edward W. Said em relação à invenção do “Oriente”. O “Ocidente” hegemônico ganhou força e identidade, uma superioridade posicional flexível, exatamente comparando-se com o Oriente e, assim, obliterando-o, como sabemos, até hoje, quando, por sintoma, este mesmo “Oriente” é reduzido culturalmente ao “terrorismo”, ao “inimigo externo”, experienciado como “aberrante”, inclusive sexualmente, como o foi para Flaubert: subdesenvolvido, inferior, perigoso. Neste sentido é impressionante como uma cidade como Istambul está ausente do território mental em termos do que é a urbanidade, completamente

intoxicado pelo padrão Nova Iorque, Paris e São Paulo.

O fortalecimento “de si” no contraste com um outro externalizado acaba por tornar impossível comunicar-se com ele, a condição *sine qua non* para o encontro e a construção do *algo em comum*: da comunicabilidade entre os diferentes, apenas possível quando um se coloca empaticamente no lugar do outro, fazendo um, sem que isso elimine dualisticamente os múltiplos polos da relação.

Caso contrário, interdita ontológica e epistemologicamente esta possibilidade de receptibilidade, só resta endereçar a este “outro absoluto” o mal, e, assim, sujeitá-lo, como se faz no intra-psiquismo, no inter-psiquismo, no intra-institucional e no inter-institucional, o que retro-alimenta a comprometida capacidade de julgar.

Prevalece assim a institucionalização de territórios, ou seja a construção neles de modelos e valores que cristalizam regimes de servidão. E não regimes comunicacionais, que sempre são regimes de argumentação.

Como bem diz Navarro, “ninguém quer negar a origem multidisciplinar dos estudos da comunicação (...) mas cada historiador quer legitimar, no entanto, com sua versão, um projeto disciplinar em algum sentido” (Navarro, 2003:29).

Neste artigo, Navarro detalha as fases da história dos estudos de comunicação, mostrando como os anos 70 foram marcados pelas tensões entre desenvolvimento e dependência, os anos 80 pelas questões epistemológico-políticas e os anos 90 pelo abandono do pensamento crítico e a entrega ao que se supôs ser “a inevitável vigência” da mentalidade mercado; digo eu, reiterando, articulada com

a correspondente devoção à fragmentação, que blindou a possibilidade de encontrar referentes comuns, consolidou uma visão de disciplinarização e desarticulação múltipla, e exponenciou com o perspectivismo ontológico a correlata captura pelo sentido que se queria evitar: o capital.

A interdependência é o sentido da condição do ser humano e da realidade. A perspectiva não-dualista permite lidar de maneira imanente com a simultaneidade do fato da realidade ter em sua uma constituição uma biogênese, uma psicogênese e uma sociogênese.

Pierre Lévy de certa forma talvez tenha se referido a esse fato ao afirmar que não haveria sujeito ou substância pensante, mas uma rede, uma ecologia cognitiva. É neste sentido que Norbert Elias recomendava que os historiadores e os sociólogos não separassem as atividades psicológicas das sociais, desaconselhava as fronteiras disciplinares entre as ciências sociais, e propôs a psicologia sociohistórica em seu clássico *El proceso de la civilización: investigaciones sociogenéticas e psicogenéticas*.

Para ele o processo civilizacional é justamente a história do autocontrole dos indivíduos, do domínio dos seres humanos sobre eles mesmos, “expressado em sua atitude mental” (Elias, 1990:18), que constitui a base do “processo de civilização” e assim as possibilidades grupais de exercer o domínio sobre os três instrumentos de violência: os meios de produção, as formas do conhecimento e os padrões de controle¹⁰. É assim que o orientalismo, os discursos de poder e as facções ideológicas são para Edward Said “algemas forjadas pela mente”, pois a mente, como para Flusser, é a “imaterialidade” que precisamente faz o material aparecer.

O Controle da Tentação do Controle: Ora, Como Estar Vivo sem Estar Morto?

A mente gera as profecias e por isto elas mesmas. É assim que agrupamentos de seres humanos em rede na mídia colocam à disposição fórmulas de auto-observações da sociedade, que a sociedade, quando capturada psicopoliticamente, assume como a própria observação de si mesma.

A radicalidade das consequências deste processo fica ainda mais clara quando constata-se que as “decisões jurídicas são válidas porque se apegam ao procedimento que o mesmo sistema definiu” (Del Valle & Altamirano, 2017:468).

A recusa da morte é a tentação do controle do fluxo vital, este que o dualismo faz o ser humano experimentar como um outro, operação mental que o secciona da vida, pois recusar o desaparecimento é obrigatoriamente recusar ter aparecido, estar presente, recusar estar vivo. Ceder a tentação do controle é encapsular-se, por nomear que a morte seria um absurdo. Ora, como estar vivo sem estar morto?

A *falta* de que Lacan fala nada mais é do que, digamos assim, pequenas mortes, -as pequenas mortes que são as incompletudes: do que não se sabe, do que não se tem, do que não se é, e que não se vai saber, não se vai ter e nem se vai ser. Ao sentir-se expropriado pela vida em relação ao poder de controlá-la, o ser humano experimenta-se como servo da vida, e não como dádiva da vida. Experimenta-se em um suposto regime de servidão, pois o dualismo só lhe permite ver a vida como outra coisa que a morte e, portanto, que ele não consegue controlar o poder vital, a ponto dele não poder lhe causar o desaparecimen-

to. Por isso os seres humanos, traumatizados em sua condição comunicacional pelo dualismo, replicam no psiquismo e nas instituições o regime de servidão ao qual supõem estarem submetidos, quando estão submetidos é a um regime ontológico e epistemológico que os violenta.

É como a expressão contemporânea dos regimes de servidão que o ideal neoliberal é que cada sujeito se auto-realize em seu espaço e sem interferência mútua, como na metáfora do porco-espinho de Schopenhauer, e que Freud utilizou para enunciar que os seres humanos seriam animais de horda, que se repelem quando se aproximam, e não de rebanho, que se aconchegam e protegem, estas afirmações que reificam o axioma hobbesiano.

Frantz Fanon se referia a este processo narcísico, que está potencialmente em toda experiência humana e que ele, por sua vez, identifica apenas na Europa, assim como outros autores o identificam apenas com o princípio da modernidade, como “um narcisismo cada vez mais obsceno [que] nunca deixou de preparar o caminho para um estado meio delirante” (Fanon, 2008:80). Daí a tragédia. Pois a comunicação é a condição vital do florescimento humano, no qual cada um recebe-se como um retorno do outro na medida exata em que seja capaz de controlar a tensão do controle. É assim que a política é o exercício dos relacionamentos. Atualizando este pensamento, posso dizer que a política é o exercício psicopolítico dos relacionamentos. É por isso que as operações psicopolíticas nesta fase da história atacam os políticos e a democracia representativa como se eles fossem o mal, dado o comportamento que eles apresentam.

Mas tal crítica é feita aos sujeitos, e não à mentalidade

que os move. Portanto atacar os “políticos” serve exatamente ao regime de servidão, hoje sob a forma do neoliberalismo, pois, a partir da predisposição dos seres humanos de acabarem com a corrupção, pois ela é incompatível com a segurança e a proteção da voz da mãe, o que esta vontade de mudança acaba por fazer é exatamente o contrário, destrói o exercício dos relacionamentos, o exercício da conversa auto-crítica em rede, o exercício de um processo cultural que amadurece, o que quer dizer, em termos ontológicos e epistemológicos, reifica o dualismo.

A produção emancipatória da consciência é uma questão comunicacional, centrada no controle da tentação do controle e, por isso, jamais pode ser filosoficamente “dura”, como queria Nietzsche, mas sempre amorosa, paciente, generosa, carinhosa, branda, pois a comunicação está na base e na superfície de toda experiência, e não é gerada nem a “partir do céu para atingir a terra” e nem tampouco a “partir da terra para atingir o céu”.

A inclusão do outro em si, da internalização da diferença que é o outro, e de ser internalizado pelo outro, é a experiência não da caridade mas da compaixão, que não seria portanto “covarde e feminina” (Nietzsche, 2000:244). Muito pelo contrário. A compaixão é a suprema coragem e não tem gênero e ao mesmo tempo tem todos os gêneros que se quiser.

O ceticismo de que não haveria um dever, portanto moral, de fazer coisas pelos demais seres humanos é exatamente o que se colheu sob a forma da barbárie neoliberal, após o perspectivismo ter atravessado o século XX com centralidade nas teorias sociais e na filosofia hegemônicas, na forma da distância psicológica, despida de

maneira irreal de qualquer empatia ou simpatia, apenas ao sabor das contingências e das disputas, sintomaticamente o mesmo padrão do descompromisso do capital financeiro.

Neste sentido, a Teoria Psicopolítica está focada em conhecer e compreender como ocorre a obediência a esse, como dito, “sistema oculto” de ceder à tentação do controle, que Deleuze e Guattari identificaram como o sistema de violência que não passa pela guerra, que não tem armas e que não precisa delas (Sartori, 2013:108), pois, como Castells percebeu, “a comunicação se produz ativando as mentes para compartilhar significado” (Castells, 2009:191).

Trata-se, portanto, de uma tarefa noolítica¹¹ encarnada, pois a teoria social e a filosofia, como “instituição espiritual e absoluta” (Sartori, 2013:109), têm sua história induzida ao ponto de transformarem-se “no agente de poder que suporta o mesmo pensamento” (*id.*).

Em geral, o que se constatou, e se constata no final da segunda década do século XXI, é da ordem do que ocorreu nos protestos em Londres em 2012, como constatado por Zygmunt Bauman ao ver os revoltosos marchando e saqueando lojas: “um motim de consumidores excluídos”¹².

Ou, no caso da cultura digital, como tecnofilia acrítica (Sodré, 2012:26), ela se transformar em mais um dos “dispositivos tecno-comunicacionais” da colonialidade do poder (Ouriques, 2008; Rivera, 2014; Rivera, Velásquez & Del Valle Rojas, 2015), tendo em vista que a insistência em invadir o campo da comunicação com o pragmatismo dos estudos da comunicação e do papel dos meios, fortaleci-

dos pela cultura social e política dos Estados Unidos que sobredeterminou as orientações conceituais e metodológicas do campo já denunciadas por Luis Ramiro Beltrán nos anos 70, esvaziou-a dela mesma; matando-a em sua imagem instrumental. Assim se foram décadas de “esperança” transformadas em decepção (Lipovetsky, 2007), amor líquido (Bauman, 2004), cansaço (Han, 2015), etc. Vale dizer, de ausência da comunicação.

Quando fiz parte do grupo-executivo que realizou o 1º *Fórum de Mídia Livre do Brasil*, em 2008, no auge dos resultados da gestão de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura desde 2003, argumentei que tínhamos nele a representação de duas grandes tendências políticas presentes no Brasil no campo da democratização da comunicação: (1) a da “verba livre”, que queria que o Governo do Partido dos Trabalhadores distribuisse parte de suas verbas publicitárias para os meios alternativos, a mídia livre, o que garantiria a liberdade; e (2) a tendência política do “verbo livre”, defendendo que a cultura digital garantiria a liberdade por “si mesma”.

Argumentei então, de maneira solitária, a não ser, registro, pelo apoio manifesto de Gustavo Barreto, que também fez parte daquele grupo-executivo, que faltava justamente a força psicopolítica da “mente livre”, dada a presença da mente colonizada na “cotidianidade mais profunda” (Del Valle, *apud* Ossa, 2016:9) que comprometiam a crença de que a tecnopolítica seria necessariamente o território do “espírito puro”, que minhas investigações vinham constatando desde as redações em que trabalhei no início da década de 70.

A Constituição Epistêmica do Campo da Comunicação

A dificuldade de constituição epistêmica do campo da comunicação é um problema gerado pela própria especificidade do saber comunicacional, que, reitero, demanda a complexa passagem, da ordem de uma quinta etapa¹³ do processo da civilização, que pode parecer fácil de nomear mas é hercúleo de fazer, do dualismo para o não-dualismo nas teorias sociais e na filosofia, este *outro* ao qual se tem a tendência a resistir como que por uma síndrome do pânico ontológico, epistemológico e vivencial, que recusa qualquer diferença como se ela fosse dirigir o sujeito ao abismo no qual o trauma ontológico do dualismo transformou a sua condição comunicacional.

É assim que fala-se do respeito à alteridade, fala-se das epistemologias do Sul, mas resiste-se a esta diferença ontológica e epistemológica como se tal alteridade, para usar as palavras de Viveiros de Castro em relação à época em que se vive no início do século XXI, “preparasse uma intolerável discriminação”. Trata-se portanto de um deslocamento muito difícil, apenas mais fácil do que suportar o horror que a recusa a fazê-lo impõe ao sujeito.

Este deslocamento permite responsabilizar-se em rede pelos estados mentais envolvidos na comunicação, estes complexos de pensamentos e afetos, que são incorporados não apenas ontológica, epistemológica, teórica e metodologicamente, mas vivencialmente, ou seja, produzidos, sustentados e assim, como dito, reificados pela respiração, musculatura, postura esquelética, etc., e assim por todo o comportamento, inclusive claro, também o sexual e alimentar: fisiogonomia, gestualidade, vestuário, arquitetura

de morar, arquitetura de trabalhar, urbanismo, mídia, etc. (Ouriques, 1992).

É muito complexo, pois, colocar-se de frente para o inconsciente do psiquismo e das instituições pois aí é quando a descoberta de que o horror que se via “fora” também está, de uma forma ou de outra, “dentro”, pois “nos damos conta de que, malgrado a nossa tolerância, nossos remorsos, nossa culpa, nós afinal não mudamos tanto assim” (Castro, 2011:313.), pois, como classicamente sintetizado por Belchior, “ainda somos os mesmos e vivemos como os nossos pais”¹⁴.

É aí que o exercício da alteridade radical da ontologia e epistemologia não-dualistas começa: no exercício do amor de si em relação à própria incompletude, como dito, e o amor do outro, em relação à incompletude dele, ao patético de que é frequentemente se ser humano, o que demanda a gratidão e a alegria pela dádiva da vontade de potência que se é; o que demanda o encontro do que é *comum* na multiplicidade da diferença, o comunicar-se, de maneira a que o território do sagrado esteja integrado na vida em sociedade, o que depende de que não haja o colapso no narcisismo secundário, seja ele expresso no neoliberalismo ou em qualquer outro regime de servidão.

É diante do rosto do outro, como mostra Levinas, que o sujeito se descobre responsável. Isto implica em ser responsável em rede pelo território mental, no qual o sujeito exerce sua capacidade de julgar, o que é o oposto do pensamento ocidental que ainda prevalece desde a Grécia como discurso de dominação, que atravessa a Antiguidade e a Idade Média, e que, substituído desde a modernidade pelo “eu”, insiste em recusar a condição comunicacional

do ser humano ao excluir a valorização da abertura para o outro, em prol de uma perversa unidade unificadora e totalizante, como a da fé e a do capital, que eliminam, sumariamente, através de um holocausto contínuo e sistemático, alguns holocaustos mais divulgados que outros, de contingentes imensos de “inimigos” produzidos ao longo da história a partir de todas as diversidades humanas.

De fato, “o espírito humano é suscetível de ser levado a experiências ilusórias quando adequadamente estimulado” (Feyerabend, 1977:390), como fazem as operações psicopolíticas, pois este regime de fechamento em relação ao outro não é exclusivo do Ocidente, e, por isso, “a escolha de um programa de pesquisa é uma aposta (...) paga pelos cidadãos: pode afetar suas vidas e as das gerações futuras (...) [.] Agora, se temos alguma garantia de que há um grupo de pessoas que por sua formação são capazes de escolher alternativas que implicariam em grandes benefícios para todos, então nós os pagaríamos e os deixariam agir sem maior controle durante longos períodos de tempo. Não há essa segurança nem por motivos teóricos nem por outros pessoais. Concluimos que, em uma democracia, a escolha de programas de pesquisa em todas as ciências é uma tarefa na qual devem poder participar todos os cidadãos” (Feyerabend *apud* Zubero, 1999).

Ou seja, compreender o que é de fato a especificidade da comunicação -e o que o saber comunicacional implica para a teoria social e a filosofia e vice-versa- é a questão estratégica central, geopoliticamente central, para o vigor do Estado de Direito.

Pois a mente fascista se articula nas operações psicopolíticas, portanto comunicacionais de uma maneira perver-

sa, pois neutralizando a comunicação (e a escolha correspondente), através da simulação de estar se comunicando e oferecendo ao sujeito possibilidades de escolha, quando está vinculando emoções em estado bruto às narrativas fascistas de produção e consumo insustentáveis, como tão bem demonstrado por Wilhelm Reich em seu texto de 1933, tão clássico quanto sintomaticamente pouco considerado, *Psicologia de Massas do Fascismo*, como os teóricos da comunicação da primeira metade do século XIX nos Estados Unidos.

O mal estar hoje da teoria da comunicação e da cultura, da teoria social e das metodologias de mudança é resultante de um conjunto de sintomas que estimulam um avanço ontológico e epistemológico da ordem da *caesura*, aqui compreendido por exemplo no sentido de Wilfred Bion de mudanças catastróficas -como as que o *Coro* anunciava ao mudar de *estrofe* nas tragédias gregas-, portanto da ordem das descritas por Freud em relação à *caesura de nascimento*, na qual o bebê experimenta sair de um mundo aquático e entrar de uma só vez em um mundo aéreo.

Apenas assim é possível a condensação transdisciplinar que constitui o objeto transversal da comunicação, no lugar da tendência centrífuga que insiste em esterilizar a comunicação ao vê-la como instrumento de persuasão, e não do campo do argumento, que é a base da educação: o maior exemplo disso é as ciências da comunicação terem sido afastadas da filosofia, o que em minha vida nunca ocorreu e na Teoria Psicopolítica não ocorre, muito pelo contrário.

Tal *caesura* ontológica e epistemológica instaurada pela Teoria Psicopolítica elimina a regularidade transcendental,

e por isso essencialista e assim teleológica, do dualismo e de sua manifestação principal, a do axioma hobbesiano, metafísico, como no sentido comentado por Feuerbach, pois ele apresenta-se como essência com poder sobre os seres humanos, quando nada mais é do que a própria “essência” humana projetada para fora. É a eliminação psicopolítica desta regularidade que permite aprofundar as grandes conquistas obtidas, por exemplo, pelas economias políticas e pelos estudos culturais e socioculturais.

Pierre Clastres, ao examinar as sociedades indígenas da América do Sul, constatou que “elas pressentiram, muito cedo, que a transcendência do poder encerra para o grupo um risco mortal, que o princípio de uma autoridade exterior e criadora de sua própria legalidade é uma contestação da própria cultura; foi a intuição dessa ameaça que determinou a profundidade de sua filosofia política. (...) A mesma operação que instaura a esfera política proíbe o seu desdobramento: é assim que a cultura utiliza contra o poder a própria astúcia da natureza (...). Enquanto depositário de riquezas e de mensagens [da fala], o chefe não traduz senão sua dependência com relação ao grupo, e a obrigação que ele tem de manifestar a cada instante a inocência de sua função” (Clastres, 2003:64).

Clastres sabia que o Estado não pode admitir as sociedades “primitivas” porque estas não querem ser “admitidas”, elas querem ser conhecidas e compreendidas como diferença. Mas a diferença delas é insuportável, pois demanda que o diálogo com elas seja um diálogo transcultural, que, por sua vez, também exige o não-dualismo. É este padrão que ocorre, pelo mesmo fundamento ontológico e epistemológico que criou, no psiquismo: o outro não quer

ser “admitido”, “tolerado”, o outro quer ser incorporado, recebido, amado. Porque seu fundamento é a experiência biológica, psíquica e social do útero. Não é à toa que os movimentos sociais têm lutado tanto pela “inclusão”.

“Eu Sou do Tamanho do Que Vejo E não do Tamanho da Minha Altura...”

Trata-se portanto de conhecer, compreender e exercitar o fato de que o Estado, como lugar da mediação, fracassou: pedir a “Ele” é uma vez mais, metafisicamente, pedir ao “Pai”. Pois “ele” depende “concretamente” de que os seres humanos que o integram, sustentam e direcionam em rede, inclusive por meio do voto, tenham não só a coerção “externa” de seus estados mentais (que os faz mais ou os faz menos “civilizados”), através da Lei -das existentes ou das que se criem para estimular a condição comunicacional- mas simultaneamente à coesão comunicacional “interna”, pois caso contrário continuarão no exercício da opressão, na qual a corrupção é angular, pois o dualismo é, como dito, a corrupção ontológica e epistemológica da condição comunicacional do ser humano.

Ambos os movimentos, de coerção externa e de coesão interna, esta através sobretudo da educação e da responsabilidade educacional dos meios de comunicação, precisam ser não-dualisticamente sincrônicas. Ou seja, é necessário que os seres humanos sejam estimulados em seu discernimento para serem capazes de escolher estados mentais que desestabilizem a unidade perversa dos regimes de servidão quando o que se constata é o retorno da violência como privilégio ilegítimo de bandos de “guerreiros rivais livres” (Elias, 2016:77).

Retornamos a este estado pois a teoria social e a filosofia hegemônicas esqueceram da centralidade do controle da tentação do controle, entregando-se ao desejo pelo desejo. Em outras palavras, a questão é o conhecimento e o fortalecimento da “estrutura das emoções humanas e de seu controle” (*id.*:29), a única possibilidade de fazer vigorar o que o melhor da teoria social e a filosofia desejam faz tempo: o do poder sem servidão voluntária.

Isso não tem nada a ver, reitero, com a realização do princípio ideal do sujeito “autônomo”, responsável e capaz de julgar a tudo e a todos. Tal incapacidade já está inscrita na própria vontade de potência, configurada por um saber limitado, por uma incompletude. Mas o fato é que imaginou-se que a democracia, por ela mesma, novamente uma operação metafísica, compensaria tal incapacidade regulando-a através do Direito.

Porém os “golpes brancos” típicos da segunda década do século XXI foram dados justamente através dos poderes constituídos do judiciário, do legislativo e do executivo, em articulação com o poder mediático que espelha a vontade da rede de sujeitos, movida pela mentalidade da ignorância da condição comunicacional do ser humano, do ódio que emerge desta ignorância fatal, e da ganância com a qual o sujeito procura interpor inutilmente objetos e situações entre ele e o *thalassa* que o aterroriza como um pesadelo acordado, que ele tenta aplacar sedando-se com o devorar o mundo, e alimentando tal monstro com o seu sacrifício de sangue, seu sacrifício da própria vida e da vida de tantos outros.

Aguardar que o Direito garanta a regulação das manifestações da incapacidade de julgar é fatal, pois metafísico,

e foi assim que chegou-se à totalização do regime de servidão neoliberal, uma vez que os seres humanos puderam lavar suas mãos, transferindo a responsabilidade sobre o seu território mental para “ela”, a democracia, para “eles”, o Estado e o Mercado.

É preciso fazer o contrário. Pois como disse Hans Jörg Sandkühler em relação à capacidade de julgar, trata-se de “uma missão que os sujeitos podem se dar e que eles têm que se dar por causa de suas pretensões de autonomia” (UNESCO, 2006:43): “Eu sou do tamanho do que vejo/E não do tamanho da minha altura...”¹⁵, explica Fernando Pessoa.

Os movimentos de organização da sociedade civil, assim como a versão de Negri e de Michael Hardt da categoria “multidão”, de Spinoza, tem o mérito de tentar com sinceridade a configuração de novos poderes constituintes, porém o perigo é que também eles são redes de seres humanos impregnados pelo axioma hobbesiano, por exemplo na redução da complexidade comunicacional do ser humano ao regime das disputas.

Por isso o “Império” venceu esta “multidão” que perdeu sua substância de *conatus* dado o trauma ontológico e epistemológico do dualismo, e os movimentos continuam a investir em formas de “resistência”, e não em formas ontológicas, epistemológicas, teóricas, metodológicas e vivenciais de superação, de resiliência. O próprio conceito “resistência” já carrega em si a impotência contra o poder diante do qual só lhe restaria “resistir”...

O Império venceu porque os estados mentais imperiais não foram conhecidos, compreendidos e superados como o que são: o aparelho de captura dos aparelhos de captura.

É claro que o reconhecimento da soberania do “povo” e as formas democráticas que foram criadas efetivaram melhorias muito profundas frente às monarquias e às teocracias. Sem dúvida alguma. Porém elas não impediram no passado, e não estão impedindo no presente, nem a corrupção efetiva, nem o uso mediático da “corrupção” para favorecer a interrupção ou degeneração de processos democráticos por movimentos de ultra-direita e corruptos.

O fato é que aprofunda-se o estado mental de desamparo das sociedades, que imaginam que o mundo seria ingovernável, em uma atitude de suicídio coletivo, afirmando que os culpados por isso seriam “os políticos”, como faz a série *House of Cards*, na qual a dimensão institucional do governo do Império é completamente blindado em relação ao mundo financeiro, econômico e social. Não existe uma fala nesta série, emblemática, a respeito da economia, das finanças e, portanto, da população em geral que compõem ou o 1% ou a parcela que trabalha para este 1%. O único problema que existe na presidência do país-sede do Império é “a corrupção dos políticos”.

O jurista britânico William Blackstone, em seus célebres *Comentários sobre a Leis da Inglaterra*, publicados em 1765-1769, já afirmava que não há nenhum poder capaz de controlar os políticos quando eles querem agir em oposição à razão. Como os políticos são eleitos e permanecem em seus cargos graças aos votos de parte da população, de outra parte da população que não vota e de toda a população que não os controla em seus mandatos, tal irracionalidade dos políticos não é restrita a eles, mas é da ordem da cultura que os produz. A corrupção é um problema cultural. Que é extrojado para um “judas de plantão”.

Já à época de Blackstone, século XVIII, reitero, a esperança até mesmo de que o judiciário fosse capaz de ser um “direito superior” não era consensual. A arbitrariedade dos “*parlements*” durante o Antigo Regime, por exemplo, foi outro fato que já anunciava a falência do judiciário como veio a ser experimentada no século XX e, em especial, nas experiências dos golpes jurídico-mediático-parlamentares do século XXI, que culminam o entendimento dos tribunais como os árbitros últimos, o poder metafísico da ordem de Deus, com a efetividade da Santa Inquisição, dos conflitos sociais.

Este processo se agudiza a partir de 1950 para diante, em especial com os Estados fascistas e socialistas, a partir dos quais proliferaram constituições nas quais os tribunais passaram a ter o poder de controlar a atividade dos políticos e outras autoridades públicas (Beatty, 2014:2-5), através de “uma guerra civil legal que permite a eliminação não só de adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, passam a não ser integráveis ao sistema político” (Agamben, 2004:13).

Quando Pierre Clastres escreveu *A sociedade contra o Estado*, concordo com Viveiros de Castro, ele estava sublinhando o que encontrou de singular na sociabilidade ancestral: a intencionalidade política, dirigida contra a metafísica do “*socius*” na produção, como no marxismo, ou na troca, como no estruturalismo.

Para mim, trata-se, como dito, da intencionalidade psicopolítica dirigida contra o axioma hobbesiano, para fazer vigorar a sociedade de indivíduos, no sentido de Norbert Elias; da intencionalidade psicopolítica dirigida contra os estados mentais dos regimes de servidão que a sociedade

de indivíduos vê espelhados no Estado e no Mercado, retroalimentando-os.

Como Clastres, trata-se do que ele viu nas sociedades ditas “primitivas”: o controle político da economia, que, para mim, precisa ser atualizado para o controle psicopolítico da política e da economia, ou seja, “o controle da tentação do controle” (Castro, 2011:302). “E se o Estado existiu desde sempre, como argumentaram Deleuze & Guattari [1980], então a sociedade primitiva também existirá para sempre: como exterior imanente do Estado, força de antiprodução sempre a ameaçar as forças produtivas, multiplicidade não interiorizável pelas grandes máquinas mundiais. ‘Sociedade primitiva’ é uma das muitas encarnações conceituais da tese da esquerda de que um outro mundo é possível: de que há vida fora do capitalismo, como há sociabilidade fora do Estado. Sempre houve, e -é para isso que lutamos- continuará havendo” (Castro, 2011:304).

Repotencialização Psicopolítica da Representação Coletiva

Trata-se de fato de superar a “despotencialização simbólica e prática [portanto psicopolítica] da representação coletiva, na inibição estrutural da tendência perene à conversão da autoridade, riqueza e prestígio em coerção, desigualdade e exploração” (*id.*:301).

O imperativo estratégico da emancipação é a autonomia política, que se funda no *ethos* local-global da sociedade autônoma no sentido de Castoriadis; ou seja, daquela que se auto-institui através da atitude que instaura um ou-

tro poder, o contrário de sociedades e atitudes heterônomas¹⁶; o contrário das milícias, do livre-mercado, do auto-capitalismo que é o empreendedorismo, etc.. Pois o que estas tendências querem é a vitória completa dos estados mentais que se tornaram a essência humana com a cristalização do axioma hobbesiano.

Minha crítica vai não no sentido da eliminação do Estado, mas no sentido da superação psicopolítica dos estados mentais que os sujeitos no Estado autorizam a ser fonte de referência para a sua capacidade de julgar, o que gera um Estado opressor ou não.

O judiciário tornou-se um Estado dentro do Estado, ou seja, ele só ganhou o poder que tem, pelo reconhecimento acadêmico e social de que o axioma hobbesiano é uma verdade absoluta, que ele seria a condição do ser humano. Mas como os sujeitos da prática do controle judicial da constitucionalidade estariam isentos deste axioma? Como evitar que juízes sejam influenciados por seus próprios estados mentais, uma vez que eles são legitimados pela teoria social e pela filosofia que ainda prevalecem como sendo também hobbesianos, uma vez que são igualmente “seres humanos”?

É assim que a Teoria Psicopolítica está alinhada com a tradição contra a mentalidade condensada em Hobbes, como identificada por Miguel Abensour, que precisa ser estudado. Foi ele quem sucedeu Jean-François Lyotard na presidência do Collège International de Philosophie.

Abensour mostrou como Pierre Clastres, com uma refutação entre guerra e Estado, pois a onipresença da guerra entre os povos “primitivos” não resultava na divisão entre governantes e governados e na emergência de um

poder coercitivo, e como Levinas, por exemplo por seu argumento sintetizado na afirmação de que “antes da guerra eram os altares”, são referências centrais para este caminho, digo eu, da emancipação psicopolítica.

Nenhuma sociedade pode subsistir sem que os impulsos e as emoções individuais tenham uma regulação muito concreta. A teoria social e a filosofia hegemônicas esperaram por quatro séculos que este papel fosse feito metafisicamente pelo Estado, o que não poderia mesmo ter dado certo.

Está na hora de mudar. Eu verifico este fato faz tempo. O sofrimento gerado por esta insistência é indescritível. Cada um que para e reflete sobre o que está sendo falado aqui conhece este sofrimento. Mas, “nosso tecido social não é definitivo e muito menos um ponto culminante de uma civilização, como tampouco o é nossa forma de comportamento, nosso nível de coações, mandatos e medos” (Elias, 2016:629).

Neste sentido, dada a condição comunicacional do ser humano implicar em sua capacidade de julgar continuamente, a antropologia filosófica, sobretudo no sentido de Arnold Gehlen, ou seja, aquela que se baseia nos resultados da ciência e prescinde da teologia e da metafísica, ajuda e muito, pois faz sentido que ela seja uma “*prima philosophia*”, como Kant originalmente a propôs¹⁷.

Marx, em um sentido que vejo semelhante, afirmou que “a cabeça” da “emancipação é a filosofia” (Marx, 2010:157), e que ela ocorrerá “tão logo o relâmpago do pensamento tenha penetrado profundamente nesse ingênuo solo do povo” (*id.*:156), na medida em que ele compreendia, e seguimos Kant na Teoria Psicopolítica neste

ponto, que a máxima da condição humana é a de conseguir o exercício ótimo da razão, entendida, reitero eu, como pós-platônica; ou seja, a máxima da condição humana é exercer o princípio da escolha cognitivo-afetiva pelos estados mentais emancipadores dentre as diversas opções que se apresentam, pois é isso que determina a produção e reprodução da vida real¹⁸.

Esta é a condição que permanece seja qual for o presente e o futuro que se apresentem. Nesse sentido, a história parece ser a história da luta de classes. Mas quando se chega mais perto da história ela se mostra, e o século XXI comprova, a história da luta do ser humano, na posição de classe na qual estiver, contra os estados mentais dos regimes de servidão que emergem em seu território mental, a desafiar-lhe adotá-los ou não como fonte de referência para sua capacidade de julgar, pois o que escolher definirá sua vida e de seis pares sociais, inclusive o destino da estrutura de classes.

A história é, portanto, a história da luta mental (de pensamentos e afetos, de cargas afetivas e discursos) pela capacidade de julgar de maneira emancipatória. É a luta, portanto, pelo exercer a condição comunicacional. Os seres humanos, entendidos da maneira não-dualista, ou seja, como sociedade de indivíduos, seres de linguagem, fazem a história e a fazem como pensam, como querem e como julgam. E fazem isso aqui e agora, na imanência não-dualista, pois não se trata de uma teleologia.

O fato ontológico fundamental, neste sentido, não é o trabalho, é a linguagem. E como a linguagem é o híbrido natureza-cultura, a cultura não pode agir sobre “ela”. Para isso é a Teoria Psicopolítica. Para controlar a reação men-

tal, vale dizer, a qualidade da capacidade de pensar, querer e julgar frente ao fluxo vital, que não controlamos.

Ao longo da história, sempre que a humanidade se encontra sob ameaça profunda retorna a questão se o ser humano seria anjo ou demônio¹⁹. Mais uma vez uma questão equivocada, produzida pelo dualismo. Ele é potencialmente anjo e demônio. Tudo depende de sua capacidade de pensar, querer e julgar ser ou não emancipatória.

Este “trabalho de si sobre si”, no sentido dos antigos filósofos estoicos, epicuristas e cínicos, que de certa maneira Foucault resgatou no século passado, não tem nada de “individual”, como lembra Marcio Tavares d’Amaral. Mas, sim, do sentido socrático de “cuidar de si”, como um propedêutico para a política, e que demanda o rigoroso trabalho que proponho com a Teoria Psicopolítica: o trabalho da revisão contínua, *full & real time*, portanto em estado de conexão quase absoluta, da qualidade emancipatória ou não de cada um dos estados mentais que emergem sem cessar no território mental, como candidatos a serem escolhidos como a fonte de referência para a capacidade de julgar, e, assim, candidato a determinar a qualidade da ação no mundo.

Trata-se, portanto, concordando com Marcio, deste trabalho que é o próprio do humano de fazer a pergunta sobre o “cuidar de si”, frente a qual, como ele diz, “ser tirano ou demagogo é tão mais fácil!”. E que talvez “tenha sido a pergunta politicamente perigosa que levou Sócrates à cicuta. E a ocultação dela pode ter estado na raiz da filosofia como a conhecemos”²⁰, e, por isso, da teoria social e da filosofia que prevalecem.

Marcio continua: “Foi assim. Do ‘conhece-te a ti mes-

mo' decorre a relação de um cidadão, mais tarde chamado 'sujeito', consigo mesmo, na qualidade de objeto de conhecimento. O que ele precisa conhecer é 'si mesmo'. Estão enrolados aí, pertencendo-se reciprocamente, sujeito, objeto e verdade no ato de conhecer. A filosofia veio a andar, assim, pela estrada real do conhecimento. Já do 'cuida de si' decorreu outra relação, que Foucault (não se esperava a palavra na sua boca) chamou de 'espiritualidade'. Acontece assim. O sujeito, a pessoa, não tem nenhum direito originário à verdade. Precisa ralar. Há técnicas para isso. O exame de consciência diário. (...) A abstenção das coisas e ações que afastam o sujeito do cuidado que ele deve ter consigo mesmo. (...) A filosofia não é uma condutora à verdade abstrata dos platônicos, mas à mais simples e pedestre felicidade. Uma enorme diferença. A primeira vertente venceu"²¹.

A Teoria Psicopolítica, integrante da segunda vertente, não caminha, assim, na abstração do ideal desencarnado, mas na lógica encarnada, não-dualista, que des-oculta a pergunta sobre a disposição amorosa que constitui a condição comunicacional do ser humano. Esta lógica encarnada, que emancipa a ciência, a tecnologia e a arte, pois possibilita a superação do "momento cartesiano", como Foucault o chama, no qual se rompeu o vínculo entre o conhecimento de si mesmo e a transformação de si mesmo. É ali que a filosofia, afirma Foucault, perde a espiritualidade e o sujeito. Ao deixar de ser o sujeito da experiência e passar a ser o sujeito do conhecimento, ele deixa, mais uma vez com Marcio Tavares d'Amaral, de estar transformado pela verdade. Mas, que verdade? A verdade da condição comunicacional do ser humano, central na Teoria Psicopolítica, pois é esta condição que permite a

felicidade individual-coletiva. Por isso a Teoria Psicopolítica experimenta a universidade como um jardim, para o qual vão “todas as tardes os procuradores de felicidade (...), homens e mulheres, conversar. Nada de currículo e ensino formal. Conversa serena. Talvez conseguissem bater papo sobre a Lava Jato sem saírem na mão”, como Marcio lembrou em uma de suas profundas reflexões²².

A superação da incomunicabilidade dos regimes de servidão, como em sua manifestação neoliberal nas décadas iniciais do século XXI, é o exercício da arte de conversar. Conversar é a felicidade. É o que que pulsa no ser humano, através dos movimentos sociais, para que ocorra: falar e ser escutado, escutar e falar, construir juntos o julgamento da verdade. A verdade da felicidade que instituiu a condição comunicacional do ser humano em sua conversa constitutiva, intra e pós-uterina com a voz da mãe, a voz do pai e a voz fraterna, na dinâmica de aprender “a dosar alegria e indignação”²³; a harmonizar completude e incompletude, como as plantas, os animais e os minerais o fazem no jardim, no bosque, na floresta, na montanha.

NOTAS

¹ Ortiz, Renato (2008). Octávio Ianni: a ironia apaixonada. in *Sociologias*, Porto Alegre, Ano 10, Nº 20, Jun./Dez.2008, pp. 319-328. p. 328. Cf. <http://www.scielo.br/pdf/soc/n20/a14n20.pdf>

² Cf. <https://theintercept.com/2017/12/08/manuel-castells-e-a-crise-da-democracia-que-vai-de-trump-a-brexit-e-brasil/>

³ Sobre o crescente investimento teórico para constituir a violência como “objeto signo da teoria social”, ver Misse, 2017.

⁴ Nietzsche: “Por último, la mujer. Una mitad de la humanidad es débil, típicamente enferma, variable, inconstante; la mujer tiene necesidad de la fuerza para agarrarse a ella, para inventar una religión de la debilidad que venere como a cosas divinas a los seres débiles, el amar, el ser humildes; o mejor: la mujer hace débiles a los fuertes, y reina, claro está, cuando consigue dominarlos. La mujer se ha aliado siempre con los decadentes, con los sacerdotes, contra los ‘poderosos’, contra los ‘fuertes’, contra los ‘hombres’. La mujer pone de su parte a los niños por el culto de la piedad, de la compasión, del amor: la madre representa el altruismo del modo más convincente” (Nietzsche, 2000b:573).

⁵ Cf. <https://pt.scribd.com/document/40751649/Dialogos-Deleuze>

⁶ Refiro-me também à disciplina *Construção de Estados Mentais Não-violentos na Mídia*, que criei em 2004 no Curso de Jornalismo da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2004/2. De acordo com o Dr. José Marques de Melo, à época Presidente da INTERCOM, esta foi a primeira disciplina a respeito da relação entre comunicação e não-violência criada em uma universidade pública no Brasil. Naquele mesmo ano criei também a disciplina *Economia Psíquica Pós-Moderna e Construção de Utopias*, no Curso de Direção Teatral, também da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O objeto desta era mostrar e investigar com os futuros diretores de teatro como era o território mental das audiências que os esperavam e como criar e dirigir espetáculos que escapassem da *mimesis*, ou seja, de imitarem o desamparo sobre-determinante das artes, estas que são um dos aparelhos psicopolíticos da cultura.

⁷ Nas palavras de Deleuze, “los anillos de las serpientes son aún más complicados que los orificios de una madriguera de topo” (Deleuze, 2006:4). Vale acompanhar o comentário de Byung-Chul Han sobre este assunto: “En el *Post-scriptum* sobre las sociedades de control, Deleuze diagnostica una crisis general de los entornos de reclusión. Su problematización reside en su carácter cerrado y rígido, que no es adecuado a las formas de producción inmateriales y en red. Estas presionan hacia una mayor apertura y des-limitación. El topo no puede soportar esta apertura. En su lugar surge la serpiente. Este es el animal de la sociedad de control neoliberal que sucede a la sociedad disciplinaria. A diferencia del topo, la serpiente no se mueve en espacios cerrados” (*apud* Han, 2014:23).

⁸ Ver <https://goo.gl/BcHnCe>

⁹ Ianni lembra, com Fabio Minazzi, que “o patrimônio cognoscitivo já acumulado vai além dos limites a que o próprio indivíduo está sujeito”. Ianni, Octavio (2003). A sociedade mundial e o retorno da grande teoria. *in* Lopes, Maria Immacolata Vassalo (2003). Epistemologia da comunicação. Edições Loyola: São Paulo.

¹⁰ Gina Zabludovsky os confirma em seu prefácio à terceira edição em espanhol deste livro.

¹¹ No sentido de Pierre Lévy, que faz referência tanto à pedra quanto, com o prefixo “noo”, aponta o caráter, para ele, “abstrato” desta que considera uma revolução.

¹² Cf. <https://oglobo.globo.com/mundo/foi-um-motim-de-consumidores-excluidos-diz-sociologo-zygmunt-bauman-2690805>

¹³ 1ª etapa: os homens controlam a violência em detrimento das mulheres; 2ª: uma elite de guerreiros monopoliza a violência; 3ª: as elites do Estado absorvem a legitimidade do monopólio da violência; 4ª: o Estado torna-se violento e a civilização entra em fragmentação. Esta periodização é de Norbert Elias. Para a Teoria Psicopolítica, a adoção do não-dualismo é a quinta etapa, pois permite a superação tanto da produção de um outro como externalidade absoluta para o qual é enviado o mal quanto do axioma hobbesiano, que está fundado em uma metafísica que submete o ser humano à uma suposta incapacidade de ser autônomo e criativo e, assim, de superar, através da capacidade de pensar, querer e julgar que o define como humano, a tendência à violência irracional.

¹⁴ Cf. <https://www.vagalume.com.br/elis-regina/como-nossos-pais.html>

¹⁵ Cf. <http://multipessoa.net/labirinto/alberto-caeiro/6>

¹⁶ A *autonomia* é a liberdade para autogovernar-se, o que implica de maneira no-dual em que isso somente possa ser feito em rede, com os pares e “ímpares” sociais. Para o Direito, sob o ponto de vista do contrato, é um acordo entre as partes não imposto por outros; já a *heteronomia*, também para o Direito, fala de uma regra imposta coercitivamente ao indivíduo, independente de sua vontade.

¹⁷ A antropologia filosófica só veio a ser concretizada por filósofos como Max Scheler, Helmuth Plessner e o referido Arnold Gehlen.

¹⁸ Mesmo Engels reconhece que o socialismo, “ainda que tenha suas raízes nos fatos econômicos, teve que se ligar, ao nascer, ao material das ideias existentes” (*apud* Iasi, 2014:102).

¹⁹ Ver por exemplo as investigações do *Disaster Research Centre*, da Delaware University, que verificaram que frente aos desastres os seres humanos têm a tendência, em termos gerais, de ajudarem-se mutuamente.

²⁰ Coluna de Marcio Tavares d’Amaral em O Globo de 22 de julho de 2017. Cf. <https://oglobo.globo.com/cultura/marcio-tavares-damaral/>

²¹ *id.*

²² *ibid.*

²³ *ibid.*

Capítulo 3

Os Aparelhos Psicopolíticos da Cultura

*Emancipação,
Economias Psicopolíticas e
Estudos Culturais Psicopolíticos*

*Qual a coisa mais difícil que existe?
A que parece mais fácil
Aos seus olhos ver,
Aquilo que está diante do seu nariz.
Goethe¹*

O mal estar hoje da teoria social, bem como das metodologias de mudança, é resultante de um conjunto de sintomas que estimula um avanço ontológico e epistemológico da ordem da *caesura*, no sentido da pausa que o coral toma fôlego antes de continuar.

A Teoria Psicopolítica faz isso por operar a mudança a nível ontológico e epistemológico, do dualismo para o não-dualismo, o que permite contribuir sob a forma de uma teoria da tradução, no sentido de Boaventura de Sousa Santos, pois torna as intenções, desafios e oportunidades dos múltiplos campos de conhecimento e dos movimentos de transformação social mutuamente inteligíveis.

Isto é possível uma vez que atravessa os campos, permitindo aos agentes conversar a respeito da constituição e superação dos regimes de servidão, por descrever, talvez no sentido da metamodelização que Guattari buscava com a ecosofia, como os sujeitos chegaram aonde estão, como eles se identificam ou não com as formações culturais para as quais são convocados, de que maneira eles “moldam, estilizam, produzem e ‘exercem’ essas posições; (...) por que eles não o fazem completamente, de uma só vez e por todo o tempo, e porque alguns nunca o fazem, ou estão em um processo constante agonístico, de luta com as regras normativas ou regulativas com as quais se defrontam e pelas quais regulam a si mesmos” (Hall, 2000:126).

O avanço que se constrói em rede e se oferece com a Teoria Psicopolítica, ao constituí-la na referida passagem da tradição dualista para a emergência do não-dualismo, é a um só tempo a quebra da regularidade, que permite fazer vigorar a condição comunicacional do ser humano pois supera o axioma hobbesiano (o homem seria o lobo do homem), mas também o convite ao aprofundamento teórico em rede das conquistas obtidas pelas economias políticas e pelos estudos culturais e socioculturais.

Sobre a Economia Psicopolítica e os Estudos Culturais Psicopolíticos

Em relação às primeiras, as economias políticas, a Teoria Psicopolítica as ajuda a superar, através da economia psicopolítica, que propus em 2006 e que apliquei inicialmente à comunicação e cultura, tanto o esgotamento do modelo de crítica ao capitalismo que discute apenas suas bases materiais, quanto ao impasse a que chegaram com seu foco nas políticas de redistribuição, uma vez que não existem recursos naturais para universalizar os bens e serviços vistos como “desenvolvidos”. E que tal padrão de aburguesamento da produção e do consumo demonstrou, por exemplo na experiência neo-desenvolvimentista do Brasil, tornar os “oprimidos” desejosos de serem “opressores”.

Em relação aos estudos culturais e socioculturais, a Teoria Psicopolítica os ajuda, através de seu entendimento como estudos culturais psicopolíticos, a superar o seu foco nas políticas de identificação, que colocou-os no impasse não-resolvido de conseguirem transformar direitos

sociais, políticos e culturais em direitos econômicos, o que acabou também por fortalecer o aburguesamento das sociedades e a captura pelo neoliberalismo, do que o Brasil tornou-se da mesma forma um exemplo clássico.

A questão para ambas as escolas de pensamento, que tantos benefícios trouxeram à humanidade, é que a mudança sistêmica do modelo cultural demanda tornar possível a “sutura” entre o campo psíquico e o campo social para que seja superado o corte, a barra identificada por Hall, feito pelo inconsciente nas intenções de transgressão, liberdade, emancipação e revolução. Pois o inconsciente é hobbesiano e percebido de maneira dualista, portanto, vaza a ignorância da condição comunicacional do ser humano e o ódio e a ganância daí resultantes, que se expressam na captura pela cultura do desenvolvimento, a porta deixada aberta pela qual entraram o neoliberalismo, o fascismo, o ódio.

Em outras palavras, um ajuste psicopolítico da potência destas duas abordagens teóricas é recomendável tendo em vista que elas foram as duas correntes de pensamento predominantes na segunda metade do século XX e pegadas, por exemplo, na contra-mão da onda fascista em todo o mundo, como no golpe de 2016 no Brasil, construído a partir do aburguesamento irracional das políticas públicas sociais que estas correntes promoveram.

Como eu vinha insistindo, trata-se de conhecer a base ontológica, epistemológica, teórica, metodológica e vivencial que permite que as forças emocionais, cognitivas e volitivas sejam capturadas, de maneira inconsciente, também às esquerdas, e, claro, à direita, esta como já era de se esperar, pela mentalidade do “desenvolvimento” (Ouriques,

1975, 1992, 2002a, 2002b, 2006a, 2008b, 2009a, 2009b, 2010a, 2010b, 2011b, 2011c, 2012a, 2012b, 2012c, 2013, 2014, 2015, 2016a; Ouriques & Silva, 2010), há muito criticada por exemplo por Walter Benjamin.

Trata-se portanto do grande problema do conhecimento social: que ele seja capaz de crescer com a história, como identificou Gramsci. “Este é o ponto, e não é um problema teórico, é um problema epistêmico” (Zemelman, s/d).

A potência das economias políticas e dos estudos culturais pode crescer neste sentido, com um ajuste na direção de serem compreendidos, como disse, como economia psicopolítica, neste caso como já o é (Ouriques, 2014)², e como estudos culturais psicopolíticos, uma vez que a partir de seu não-dualismo a Teoria Psicopolítica permite fazer a sutura entre o psíquico e o social, entre o consciente, o subconsciente e o inconsciente, este que passa assim a ser conhecido e compreendido como o arquivo dos traumas provocados pela cultura dualista na condição comunicacional do ser humano.

As ciências sociais, em sua inalienável -porém hoje tão pouco costumeira- relação com a filosofia, precisam exercer o seu avanço, o que depende necessariamente da abertura às ontologias e epistemologias não-hegemônicas, como a do não-dualismo, uma vez que as hegemônicas não têm sido historicamente suficientes para ajudar ao pensamento, às lideranças sociais e às lideranças organizacionais, por exemplo a partir da Alemanha, França, Inglaterra, Itália e Estados Unidos, a impedir o triunfo, que embora sazonal tem terríveis consequências para o pre-

sente e o futuro, da devastação psicopolítica na cultura, e, portanto, da devastação do psiquismo e das instituições, e de sua relação com a natureza, afundados no neo-fascismo.

Como sabemos, a Segunda Grande Guerra, a rigor europeia e não mundial, converteu a Europa no continente mais violento do mundo, quando morreram entre 60 e 85 milhões de pessoas, ao que se soma as centenas de milhões de mortos e deslocados nos processos de colonização e pós-colonização, nos quais também os Estados Unidos estão envolvidos de maneira decisiva desde o pós-guerra, com a guerra-fria, a ameaça atômica e os movimentos pacifistas que colocaram a violência sob uma outra perspectiva para a teoria social (Misse, 2017). E o processo continua a aprofundar-se.

Aqui não tratarei em profundidade da análise de dados empíricos e demais constatações objetivas a respeito das reais condições sociais, econômicas, políticas e ambientais construídas pela cultura hegemônica. Elas são óbvias, e a cada ano confirmam a concentração de renda e a destruição da natureza, bem como os problemas multidimensionais decorrentes destes fatos.

Por exemplo, se tivesse sido abandonado em 2007 de maneira rápida tal padrão de riqueza, seriam necessários 43 anos, ou seja, até 2050, para fazer igualar a quantidade de recursos naturais com o padrão de produção e consumo (Ouriques, 2014). Isso não foi feito, muito pelo contrário, como foi possível constatar mais uma vez na Rio+20 (2012), na Conferência de Varsóvia (2013) e no abandono do Acordo de Paris pelos Estados Unidos (2017). Com as teorias sociais e as metodologias de mu-

dança de que se dispõe, em 2050 os seres humanos estarão consumindo o equivalente a dois planetas e 1/3 em termos de recursos naturais. Se uma pessoa ou uma organização administrasse o orçamento de sua casa ou de seu negócio desta maneira como ela seria chamada?

Quando analisemos as curvas de 1750, 1880, 1850, 1900, 1950 e 2000, bem como importantes projeções entre 2008 e 2015, dos índices de temperatura média do hemisfério norte, população, concentração de CO₂, PIB, perda de florestas tropicais e bosques, extinção de espécies, número de carros, uso de água, consumo de papel, exploração de pescados, perda de ozônio e investimento estrangeiro, o desenho que ela fazem é o retrato das ideologias patriarcais de progresso, normalidade e hiper-masculinidade (*id.*).

Se nos voltamos para os dados do Global Footprint Network para a relação entre a pegada ecológica e biocapacidade de países “centrais”, ou seja, a quantidade de recursos naturais que o país dispõe na relação com a quantidade de recursos naturais que ele consome para manter tal padrão, os países considerados “desenvolvidos” e portanto como “exemplos” a serem seguidos, mantêm tal “desenvolvimento” crescente em uma relação inversa com seus recursos próprios, ou seja, tal padrão só é possível pela retirada das matérias primas, e aqui não estamos tratando da mão de obra “barata”, dos países que desejam ser como eles: os Estados Unidos fazem isso desde cerca de 1966; a França desde antes dos anos 60; a Dinamarca, o mesmo; a Alemanha é que a que apresenta a maior disparidade, praticamente desde o princípio do século passado que consome os recursos naturais dos outros países

para poder ser “desenvolvida”. E o Brasil, uma longa linha descendente de fornecimento de recursos naturais para que os “outros” sejam “desenvolvidos” e ele o tenham como “futuro desejável” (*id.*).

Este é o padrão cultural de pilhagem colonial, pós-colonial e neocolonial sistemática de recursos de outros países e povos que vem, em termos da história humana mais recente, desde o século XVI para a construção de uma estética, e portanto de uma filosofia e de teoria social, que passam a ser psicopoliticamente admiradas como “desejáveis” para todos. Inclusive para aqueles dos quais tais recursos foram e são removidos pela força física e/ou simbólica.

Ao lado destas evidências olhamos, também de frente:

1. A imensa perda de conquistas sociais obtidas no século passado, quando na luta contra o avanço do comunismo a mentalidade capitalista reconheceu importantes direitos trabalhistas, econômicos e sociais, bem como foi levada a aceitar taxas de tributação mais altas para os mais ricos. O que, como sabemos, acabou após a queda do Muro de Berlim na esteira do capitalismo soviético de Estado: o novo “grande inimigo” deixou de ser o comunismo e passou a ser o Estado Social, e os direitos anteriormente reconhecidos foram e continuam a ser suprimidos pela correspondente privatização das políticas de saúde, educação, segurança, energia, água, mobilidade, etc.

É importante ressaltar que quando modelos neo-desenvolvimentistas (baseados no fortalecimento da indústria, comércio, emprego, salários, etc.) incomodam os anseios da mentalidade neoliberal (focado no rentismo das finanças, juros altos, dívida interna e externa, desemprego, cor-

te de salários, etc.), o fantasma do “comunismo” ressurgiu, como no Brasil na reação à reeleição de Dilma Rousseff e em relação a avanços conexos na América Latina. “O neoliberalismo, como ideologia e como prática, é por essência antisociológico. (...) Mas não subestimemos o risco das ciências sociais serem instrumentalizadas pelo poder político (...) em vez de propor visões políticas de longo prazo” (Calhoun & Wieviorka, 2013:17)

2. O crescimento generalizado do fascismo, a que me referi, marcado pela irracionalidade que, ao suspender a possibilidade dialógica, instaura o avanço das forças conservadoras mesmo em seus aspectos modernizadores, e configura o estado de exceção, esta criação da tradição democrática-revolucionária e não como se poderia supor da tradição absolutista (Agamben, 2004:16), que cada vez fortalece mais o papel patriarcal do Estado, que caminha nesta fase para uma índole fascista, mas não o fascismo de um partido, mas um fascismo psicopolítico consubstanciado em uma ditadura constitucional, na qual todos procuram a autoridade para mandar, mesmo aqueles que prometem usar o Estado em nome da liberdade³, um cenário que parece querer configurar seu triunfo total.

Agamben lembra o livro de Clinton Rossiter de 1948, que ele encerra esta afirmação grotesca, para mim alimentada pela teoria social e filosofia que recusam superar o axioma hobbesiano: “Nosso problema é tornar esse poder efetivo e responsável, tornar constitucional qualquer ditadura futura. Nenhum sacrifício é demasiado para a nossa democracia, menos ainda o sacrifício temporário da própria democracia (Rossiter, 1948:314).

Aceitar esta situação, como sublinha Reyès Maté, de que “a lei seja suspensa em qualquer lugar a título excepcional, é reconhecer que todo direito pode ser marcado pela excepcionalidade e, por consequência, que cada um, grupo ou pessoa, é susceptível de ser reduzido ao estado de emergência” (UNESCO, 2006:109).

Neste cenário o campo político e a participação e deliberação democráticas evaporaram, com a ajuda decisiva da mídia centrada na corrupção que seria apenas dos “políticos”, o que horroriza o ser humano dado que ela nega a sua condição comunicacional, na qual o lugar da autoridade é o de prover a possibilidade da felicidade do psiquismo e do agrupamento solidário.

Com base nesta predisposição ressurgem o exorcismo medieval de figuras para as quais se envia o mal, assim como a emergência de “salvadores da pátria”, na forma dos velhos nacionalismos na Europa, que datam do século XV e, que, ao contrapor o Norte ao Sul na dinâmica do jugo do nacionalismo alemão, esteve no centro das duas grandes guerras, e agora dissolve a União Européia⁴ e fortalece os movimentos separatistas e xenófobos de cunho fascista. Por exemplo, no Brasil ressurgiram, também em reação à reeleição da mentalidade Dilma Rouseff, alinhados com preconceitos coloniais contra os “nordestinos”, e lá, na Europa, contra os gregos, portugueses, espanhóis, galegos, etc., vistos como “preguiçosos” e conexos.

3. O fato de que os movimentos nas ruas, como a dos Indignados na Espanha e os de Junho de 2013 no Brasil, foram e são eficazes no protesto mas, por um lado, na maioria das vezes falham na prática política: interrompem-se como surgiram ou, como no caso brasileiro, acabam

capturados, dada à sua indignação difusa, pela violência e mesmo, como a história demonstrou no caso brasileiro, pela decadência fascista, tendo em vista a falta da consciência contra o quê se protesta e a favor de quê se luta.

O que permitiu e permite, dada a condição comunicacional do ser humano, que a segurança e proteção seja atribuída através dos *Aparelhos Psicopolíticos da Cultura* ao fascismo que se deseje, uma vez que “a história do século XX ensina que o risco maior é o que constitui a reação agressiva e covarde da turba atemorizada ao ver-se marginalizada pelo processo de modernização (...) [,] instigada por demagogos inescrupulosos e velhas elites decadentes de todos os tipos, que vêm perigar seus privilégios seculares” (Larraín, 2012:426), como ocorreu no Brasil no golpe de 2016 e seu desdobramento no golpe dentro do golpe de 2017, que a ex-ministra da Justiça da Alemanha classificou como “lamentável” - “um retrocesso cruel com impactos para a população mais pobre”⁵.

E isso ocorreu com facilidade para muitos surpreendente, pois tudo foi facilitado pelas esquerdas, que durante os governos em que estiveram no poder investiram maciçamente no aburguesamento da sociedade brasileira através das políticas públicas sociais neodesenvolvimentistas, o que, como avisei desde 2006, acabou facilitando a implantação da barbárie neoliberal: “a esquerda foi apropriada em grande medida pela direita. A esquerda pensa com categorias da direita. A compreensão do Brasil que a esquerda tem foi construída exatamente pela elite econômica e financeira”⁶, concorda Jessé de Souza.

4. A permanência de um fundo metafísico nas várias versões da modernidade tardia, que insistem em projetar a liberdade para uma “essência”, desta vez a tecnológica, a da comunicação tecnológica, a qual só nos restaria adequar-nos, ao passo que mantêm intocável, este como essência absoluta, o axioma hobbesiano. O que acaba outra vez por fortalecer a mentalidade privatista e desregulamentadora, uma vez que as finanças e a comunicação eletrônica são indissociavelmente associadas, e a potência emancipadora da cultura digital depende do vigor da desobediência civil mental (Ouriques, 2006).

5. A hipertrofia do protagonismo dos tribunais, articulada com o seu recuo para antes do Estado Moderno. Exemplos deste recuo estão amplamente identificados em dois países emblemáticos da América Latina: no caso chileno, por Del Valle desde 1998 (2004, 2012; Del Valle & Ouriques, 2014), em um padrão, reconhecido também pelos juízes da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2014, que chega ao ponto de uma condenação sob a Lei Anti-terrorista ter sido promulgada com base em testemunho anônimo que afirmou ter a “certeza moral” (Del Valle) de que o réu seria o culpado...; e, no caso brasileiro, por Michel Misse⁷ (1997, 2006, 2010a, 2010b) que constata por isso conceitua que o sistema jurídico-judicial deste país está funcionando com base no regime de “sujeição criminal”; ou seja, quando a justiça e a mídia introjetam na identidade do cidadão uma suposta “essência” criminal.

Em ambos os casos, como disse emblemáticos e que apresentam um padrão sistêmico nos dias atuais, estamos diante do recuo para a mentalidade anterior ao Direito Moderno. Que foi criado justamente para que o sujeito,

após seu ato ter sido investigado e julgado como crime, e ele ter cumprido a condenação correspondente, possa retornar à Sociedade, no pleno gozo de seus direitos constitucionais.

6. O fato, como disse em outro lugar, de que indivíduos, grupos, redes, movimentos e organizações apresentem, de maneira muito mais frequente e comum do que gostaríamos, atitudes não-solidárias e antidemocráticas na maneira como conversam internamente, articulam suas ações intersetoriais e procuram mobilizar os segmentos sociais e organizacionais com os quais trabalham em favor da comunicação, transparência, colaboração positiva, cidadania, democracia, políticas públicas sociais, intervenções em comunidades e responsabilidade socioambiental.

Quando verificamos ao longo da História, e do presente, a extensão dos prejuízos causados por essas atitudes mentais para os movimentos de transformação social em todas as áreas, podemos afirmar que se trata de uma alarmante pandemia no território mental. A desconexão entre os saberes das ciências sociais com aqueles sobre a economia psíquica dos indivíduos é que faz tão frequente, na ação pela transformação social nos três setores, o oposto dela: a traição, o cinismo, a vaidade, a violência, o autoritarismo, o roubo de projetos, a concentração de poder, a manipulação de assembleias e reuniões, o nepotismo, o fluxo hierarquizado e cristalizado de informações, a não-escuta, a mentira deslavada, a distorção do que é dito, a supressão de informações decisivas, o uso de “redes” para interesse próprio, a competição antiética por patrocínios, a perseguição e menosprezo dos “derrotados” em geral, etc. (Ouriques, 2009a), como me refiro .

Os dogmatismos das teorias sociais e sua incapacidade de superar o axioma hobbesiano que alimenta tais lutas fratricidas históricas no interior da academia, das organizações e dos movimentos sociais os fragmentaram e traumatizaram e continua a fragmentá-los e traumatizá-los gerando camadas e camadas de decepção e profundas feridas cognitivas, emocionais e volitivas que dificultam a construção de alternativas pós-liberais, de fato emancipadas do neoliberalismo internacional.

7. A incapacidade epistêmica sobretudo da teoria cultural, mas também das economias políticas com sua meta desenvolvimentista, de lidar com as outras epistemes, como as indígenas, com outro fundamento ontológico, na medida em que estas falam frequentemente do lugar da natureza como viva e portanto da verdade, e para o culturalismo a natureza não só é morta e perigosa mas a verdade ou inexistente ou impossível de ser acessada, pois seria o lugar que a episteme ocidental hegemônica só consegue ver como o lugar da captura, o que a faz acabar como assujeitada pela “verdade” do estado mental capital.

Da mesma forma que para o marxismo a “odisséia humana” seria “domar” a natureza, “agir sobre a natureza”, por ela ser “incontrolável e fonte de incerteza e da morte”: “tem sido acanhada [a teoria cultural] com respeito à moralidade e à metafísica, embaraçada quando se trata de amor, biologia, religião e a revolução, grandemente silenciosa sobre o mal, reticente a respeito da morte e do sofrimento, dogmática sobre essenciais, universais e fundamentos, e superficial a respeito da verdade, objetividade e ação desinteressada. Por qualquer estimativa, essa é uma parcela da existência humana demasiado grande para ser

frustrada. Além disso, esse é um momento bastante embaraçoso da história para que nos achemos com pouco ou nada a dizer sobre questões tão fundamentais” (Eagleton, 2005:144).

Esta é uma questão decisiva, que levou-me pelo caminho ao qual cheguei à Teoria Psicopolítica. Calhoun e Wieviorka reconhecem este questão em profundidade e lembram que este relativismo, que me incomodava nos anos 80, incomodava a Irving Horowitz nos anos 1990.

E analisam detalhadamente o impacto nas ciências sociais: “o universalismo da razão não resiste ao impulso da especialização por domínio, que tende a fechar cada um em seu próprio espaço, sem se comunicar com uma disciplina por inteiro e ainda menos com as muitas outras (...) [.] O espetáculo das grandes bibliotecas universitárias oferecem muitas vezes esta impressão: a seção “sociologia”, nos Estados Unidos, é pobre, e empoeirada, enquanto as prateleiras “estudos gays e lésbicos”, “estudos de genocídio”, “estudos afro-americanos”, etc., prosperam, assim como tudo que toca as teses relativas à pós-modernidade, ela mesma frequentemente ante-sala deste relativismo” (Calhoun & Wieviorka, 2013).

Este relativismo reforçou e reforça a lógica de produção de diferenças absolutas, de exotismos, de desigualdades, de expulsão e perseguição dos indígenas e do camponato em todos os continentes para o avanço ainda maior do modelo neo-extrativista. Por isso critiquei fraternamente o neo-desenvolvimentismo latinoamericano, adotado pelas esquerdas, avisando em especial ao Partido dos Trabalhadores e à Lusofonia que era necessário sair desta ar-

madilha⁸. Sair da armadilha do “crescimento econômico”. Como avisei, foi justamente o “crescimento econômico”, que decaiu no Governo Dilma, que foi usado para instaurar o violento golpe no Brasil, com a finalidade de passar a orientar o país pela barbárie neoliberal.

Escapar da armadilha implica em uma outra cultura, que por sua vez depende de uma outra teoria social e filosofia, que garanta o vigor da diferença econômica, no sentido do vigor de múltiplas maneiras econômicas de se viver; e não apenas a da redução ao padrão dito “desenvolvido” -aos *malls* e aos supermercados repletos dos mesmos produtos, dos mesmos serviços, dos mesmos *habitus*- que é o da antiga exploração dos recursos naturais do “outro”, deste “outro” que jamais poderá chegar a tal padrão simplesmente por não existirem recursos naturais para tal.

A sua frustração de não “crescer”, de não se “desenvolver”, de não “enriquecer”, frustração acumulada geração após geração, como no Brasil, e no mundo, pois é o velho esquema colonialista, será usada como predisposição para as operações psicopolíticas que viabilizam os contínuos golpes que mantêm a mesma correlação geopolítica.

A mudança é a partir das camadas ontológicas e epistemológicas da capacidade de pensar, querer e julgar, por isso profundas, em uma dedicação longa, cotidiana, transdisciplinar e transcultural, pois é velha a história da servidão, do oprimido que se identifica com o opressor, legitimando-o ou odiando-o com o objetivo de tomar o seu lugar, e chegando assim ao poder institucionalizado para repetir o mesmo padrão, como diagnostica com clareza Ashis Nandy: “alguém é um torturador bem sucedido so-

mente quando a vítima implora por perdão e grita por misericórdia para satisfazer a sensação de poder, controle ou sadismo do torturador e, assim, endossar o senso de domínio do torturador sobre si mesmo. Mas pense no torturador cujas vítimas riem dele e negam sua capacidade de infligir dor e, assim, reduzem gradualmente o torturador a um ser frustrado, desesperado e mesmo humilhado, lutando para manter sua dignidade” (Nandy, 2013:154-155).

E Nandy continua: “A humilhação pode destruir as pessoas apenas aproximando-as e induzindo-as a compartilhar categorias e a estabelecer critérios comuns. A humilhação não pode sobreviver sem algum grau de validação consensual. A humilhação se dissolve quando a ligação diádica -e a cultura que a suporta- é rejeitada por pelo menos um dos dois lados” (*id.*:155).

Por isso a Teoria Psicopolítica trabalha com a capacidade de rejeitar a opressão. De desconstruir a obediência aos estados mentais dos regimes de servidão. Caso contrário, como ocorre insistentemente com as esquerdas e seus governos que prometem o “desenvolvimento”, o “crescimento”, parece sem perceberem que tal atitude ajuda a continuidade do padrão colonial, pois serve de “garantia” de que o ser humano seria assim mesmo, irresponsável, irracional, que diz estar centrado na “objetividade” do rentismo mas ao mesmo tempo não sabe calcular relação aritmética entre a quantidade de recursos naturais, o padrão de produção e consumo e a população mundial.

É nesse sentido que o direito à diversidade precisa ser de fato um direito à diversidade, o que implica necessariamente à diversidade econômica, e o que obriga à revalo-

rização de todas as economias não-capitalistas existentes, como as economias camponesas, as economias africanas, as economias indígenas e as economias solidárias em geral, construídas na gratidão e na reciprocidade com a natureza, a qual se tenta enganar por meio da tecnologia e da maquinação, na delusão de que “ela” seria mais um “outro”.

Quando é a coleção inteira de processos homeostáticos que governa a vida, de momento a momento, em cada célula do corpo humano. É mesmo um estado de insanidade ontológica e epistemológica. Um caso de corrupção ontológica e epistemológica, pois ofende com seu ataque irracional a condição comunicacional do ser humano: “É claro que a tentativa contínua de conseguir um estado de vida equilibrado é um aspecto profundo e definidor de nossa existência.

É o que nos diz Spinoza, que vai mais longe e chama a essa tentativa a primeira realidade de nossa existência, uma realidade que ele descreve como o esforço implacável da autopreservação presente em qualquer ser. Spinoza designa esse esforço implacável com o termo *conatus*, a palavra latina que pode também se traduzir como tendência, no sentido que aparece nas Proposições VI, VII e VIII da Ética, Parte III” (Damásio, 2003: 43-44).

8. A resistência das ciências sociais em enfrentar os limites da “natureza”, como referido, e aceitar que passamos da contradição entre capital e trabalho para a contradição entre cultura e natureza, e dentro desta da contradição entre “trabalho livre” e liberação do trabalho⁹, uma vez que tal enfrentamento implica necessariamente em reverter o fundamento dualista do Ocidente hegemônico, ba-

seado assim em que a liberdade estaria garantida por uma cultura que não seria “limitada” pela natureza nem por qualquer outro limite, sob forma alguma, como se existisse liberdade sem limite. Isso é um equívoco, que paralisou a cultura ocidental pois paralisa o ser humano, como paralisou a centopéia, na metáfora de Reich: ela começou a pensar que perna moveria em primeiro lugar.

Por isso o problema é sim cultural, na medida exata em que se compreenda como culturalmente se construiu esta visão que se abriu com a experiência do ser humano de perceber que percebe, e que precisa perceber a pulsão, estar em estado de comunicação com a pulsão, com o poder vital, tornar-se consciente “dela/dele”, que é “ele” próprio: “É sempre um sinal de ignorância ou orientação mística colocar o homem e suas emoções fora do âmbito da natureza física. O homem é parte da natureza: ele surgiu das funções naturais. Não é possível ser de outro modo. É decorrência de simples raciocínio sobre a evolução natural. Não há contra-argumento válido para essa afirmação” (Reich, 2003:192).

9. A dinâmica das teorias vigentes insiste na potência de justiça e equanimidade do Estado, quando atualmente ele está em geral nas mãos de antidemocratas, ou então de sujeitos inicialmente democratas que emergem de experiências de subjugação e “ao chegar ao poder” (quando na verdade a captura se dá não quando ele “chega lá” mas pelos estados mentais que moveram e movem o sujeito na direção do poder institucionalizado) revelam-se subjugadores de outros, como referi, o que impede, e, pior, re-traumatiza ontológica e epistemologicamente o sujeito e

as culturas, afastando ainda mais a mudança social proposta porque absolutamente necessária.

Ser emancipado é o efeito de ser posto pela estrutura (poder) na história (lugar determinado) e de emergir em rede como seu contraposto reflexivo (potência). É o que fazemos quando aplicamos a Teoria Psicopolítica à economia política e aos estudos culturais: focamos a capacidade do sujeito, como vontade da potência de agência, de ser exemplo vivo em rede da emancipação (pois “ele” não é uma entidade fechada), de uma nova maneira de pensar, de ser afetado, de afetar, de perceber e, portanto, de direcionar sua volição.

É decisivo voltar a lembrar que os teóricos clássicos da propaganda, da publicidade, do marketing e das relações públicas baseiam-se no princípio verificado no início do século passado, por exemplo por Paul Felix Lazarsfeld e Edward Bernays (este sintomaticamente sobrinho de Sigmund Freud) de que “a despeito das predisposições a manipulação não prospera” (Serpa, 2013:19).

Portanto a emancipação depende estrategicamente do foco do receptor, em rede, no conhecimento, compreensão e contínua auto-desconstrução psicopolítica das predisposições em seu território mental, para que então (de maneira não-linear, mas simultânea e cumulativa) ele se auto-construa, sempre em rede, é uma construção coletiva, cognitiva, afetiva e volitiva como agência.

Isso me faz lembrar Valério Brittos (2003), ao afirmar que a valorização do receptor é relevante elo de encontro entre a economia política da comunicação e os estudos culturais. Sem dúvida. Por isso, digo eu, depois de tantos anos de dedicação e sacrifício de muitos que se orientaram

por estas potentes tradições do pensamento crítico e que colheram o ressurgimento do fascismo, posso afirmar serem recomendáveis ajustes nestas tradições pela perspectiva da Teoria Psicopolítica.

Trabalhamos para que o receptor escape efetivamente das formações culturais hegemônicas e que não sejam capturados pelas manipulações psicopolíticas produzidas, todas elas, pela exposição à violência a qual o ser humano é submetido quando se violenta ontológica e epistemologicamente a sua condição comunicacional. A nossa especificidade é que há que se escapar da formação cultural que está no fundo das formações culturais que vieram ao lago do processo civilizacional exponencial a reprodução dos regimes de servidão a tal ponto que a violência emergiu como uma questão para as ciências sociais no século XX, quando nenhum dos pais fundadores destas ciências considerou necessário enfrentá-la teoricamente “para além da esfera normativa do senso comum” (Misse, 2017:214).

A maneira de criar condições para conter a violência sem ser através da violência monopolizada pelo Estado é o aprofundamento da constituição de uma teoria social e de uma filosofia não-dualistas, que escapem da centralidade no Estado, cuja violência já se demonstrou ser ilegítima pois os seres humanos que “lá” estão são os mesmos que “fora” dele são hobbesianos pois violentados em sua condição comunicacional pelos *Aparelhos Psicopolíticos da Cultura*.

O ocultamento da “vida privada”, da chamada “vida psíquica”, feito pela teoria e a filosofia que ainda prevalecem, resultou no sangramento que é a corrupção, pois o

que ela é senão o resultado da metafísica de que um ser humano poderia ser controlado por algo que estaria fora dele, quando esta experiência, a da religião, mostrou-se incapaz de fazê-lo, como insistem fazer com os perigosos fundamentalismos de conversão?

A formação cultural dualista, instalada a partir do nível ontológico e epistemológico no pensamento, continua a operar no receptor mesmo quando ele pensa que está emancipado, dado o corte feito pelo inconsciente, compreendido por tal teoria social e filosofia como incognoscível. Ou seja, o ser humano entendido como metafisicamente dominado por um “fora” que estaria dentro, o inconsciente, e por um “fora” que estaria fora, o Estado.

É assim que a dominação se consolida efetivamente. Nesta operação de ataque interno e externo à segurança e à proteção, ameaça que o ser humano experimenta vinda ao mesmo tempo de “dentro” e de “fora”, como na destruição da segurança e da proteção do trabalho, da saúde, da moradia, da educação, é que as intenções de dominar encontram eco; o eco da predisposição de multidões de miseráveis, sejam riquíssimos ou ricos, alta, média ou baixa massa média, ou então de pobres, desesperados secularmente, a rigor milenarmente, que o “outro” deixe de ser uma exterioridade absoluta e que, assim, com ele, com ela, possa sentar, conversar, aprender, discordar, descobrir, compartilhar, desfrutar, pois assim é que cada um se constituiu e se constitui na escuta intra-uterina e pós-creria da voz da mãe. No amor da comunicação, no único interesse de expressar o direito de, por um tempo, ser a linda experiência de estar vivo.

É assim que vencem os regimes de servidão, impedindo-os de perpetuarem. Como bem diz Vigotski neste ponto, “o salto do reino da necessidade ao reino da liberdade colocará inevitavelmente a questão do domínio de nosso próprio ser, de subordiná-lo a nós mesmos. (...) Na futura sociedade, a psicologia será, na verdade, a ciência do homem novo. (...) essa ciência do homem novo será também psicologia. Para isso já hoje mantemos suas rédeas em nossas mãos. Não é preciso dizer que essa psicologia se parecerá tão pouco com a atual como, conforme palavras de Spinoza, a Constelação do Cão se parece ao cachorro, animal labrador [...]!” (Vigotski, 2004: 417).

A Teoria Psicopolítica é assim contribuição a esta “psicologia” que ele identificava, como Reich antes também o fez: “o maior enigma da vida, a função de autopercepção e consciência de si, este enigma está envolto em temor e reverência; às vezes resulta em um assustado assombro, ou mesmo até em completa confusão e desintegração do ego investigador, como na esquizofrenia. Toda luta pela perfeição aparece, sob esta luz, como uma luta pela mais completa integração entre as emoções e o intelecto; em outras palavras, é uma luta pela quantidade máxima de fluxo da bioenergia [biopoder], sem bloqueios e cisões impeditivas da autopercepção” (Reich, 2003:304).

Foi Schelling quem disse, no famoso Discurso aos estudantes da Universidade Ludwig-Maximilian, em Munique, por ocasião de intensas agitações estudantis, e proferido na noite de 29 de Dezembro de 1830: “(...) conclamo-vos: que tenhais a ousadia da autosuperação; isso vos custará um momento de auto-negação. No momento seguinte da decisão firmemente tomada por vós, vós vos

sentireis maiores, vós vos sentireis elevados acima de vós mesmos. Não vos despedirei daqui sem que tenhais decidido o que estou pedindo -(...) em nome da ciência, em nome desta universidade- sem que tenhais decidido isso com firmeza, assim como deve ser entre homens” (*apud* Benjamin, 2013:115).

A Emancipação dos *Aparelhos Psicopolíticos da Cultura*

Eis os 13 *Aparelhos Psicopolíticos da Cultura*, todos articulados no e a partir do território mental, em rede, vale dizer, na cultura. O foco na cultura, como o lugar imanente de instauração e emancipação dos regimes de servidão, e não da centralidade metafísica no Estado, distingue estes *Aparelhos*, e o argumento que os sustenta, da proposta de Althusser, feita em 1969, em relação aos Aparelhos Ideológicos de Estado, compostos, como se sabe, pelo religioso, pela escola, pela família, pelo jurídico, pelo político, pelo sindical, pela mídia e pela cultura.

Faço isso agradecido a Althusser, pois o seu entendimento a respeito da autonomia relativa da superestrutura naquele livro confirmou-me a outra percepção do mundo que eu, jovem, intuía, a de que a transformação social não adviria da crítica às bases materiais do capitalismo. Mas do autoritarismo que impedia a comunicação com o outro.

Estes são os *Aparelhos Psicopolíticos da Cultura*, identificados até agora, e nos quais se instalam, de acordo com a qualidade da capacidade de julgar do ser humano, ou a dominação ou a emancipação, pois os *Aparelhos* são a força de execução e de intervenção a serviço da da mente.

1. *APC Família e conexos*. É onde se instauram, ou não, os traumas ontológicos e epistemológicos que atentam contra a condição não-dualista comunicacional do ser humano como ser de linguagem, pois instituído na escuta da voz da mãe (e da função-mãe) intra-uterina e pós-uterina, bem como das vozes da função-pai e da função-fraterna. É aí que se instaura ou a solidariedade fundacional que o protege, e o faz experimentar-se como seguro, e que ele vai buscar, de maneira real ou simulada, durante todo o seu ciclo vital; ou o rompimento da possibilidade da comunicação e, assim da sociedade, o que faz o sujeito ingressar na patologia psicopolítica, dada à insustentável contradição entre a felicidade do viver junto, que institui o sujeito na complementação com a diferença, e o horror de sua impossibilidade, que condena o sujeito ao terror ontológico e epistemológico que o des-espera e, assim, o torna presa fácil para as simulações de segurança e proteção que lhe são oferecidas pelos regimes de servidão;

2. *APC Alimentação*. O exercício do direito à alimentação adequada e saudável está profundamente afetado pelo sistema alimentar hegemônico formado por corporações monopolísticas, dentre as quais dez empresas -entre elas Aventis, Monsanto, Pioneer e Syngenta- controlam 1/3 do mercado de sementes e 80% do mercado de pesticidas. Neste sentido é vital a agroecologia e a mudança na psicopolítica dos alimentos¹⁰, o segundo passo, após a respiração, para des-inscrever a mentalidade que ainda prevalece. Outras dez empresas, entre elas Cargill, controlam 57% das vendas dos trinta primeiros maiores varejistas do mundo e representam 37%

das receitas das cem maiores empresas produtoras de alimentos e bebidas. Em certos setores da transformação e comercialização de produtos agrícolas mais de 80% do comércio do produto agrícola se encontra nas mãos de alguns oligopólios. As 200 maiores empresas agroalimentares monopolizam cerca de 1/4 dos recursos produtivos mundiais, dispondo de recursos superiores a muitos dos países nos estão implantadas. Controlam produção, distribuição, transformação e comercialização. No campo do consumo de massa, encontramos 10 empresas alimentares: Associated British Foods-ABF, Coca-Cola, Danone, General Mills, Kellogg, Mars, Mondelez International (antes Kraft Foods), Nestlé, PepsiCo e Unilever, que controlam quase tudo o que é consumido diariamente¹¹.

3. *APC Escola*. É onde o sujeito, dada à pedagogia da opressão, como Paulo Freire e Foucault, por exemplo, mostraram à exaustão, tende a ser destruído como singularidade, em uma articulação sinistra com o que ocorre em sua família, e é disciplinado e controlado para que se des-identifique, por meio de um pseudo e inútil treinamento, pois raramente chega a ser um conhecimento, que visa por um lado evitar escutá-lo e por outro fazê-lo aprender a sofrer continuamente para “depois” talvez gozar miseravelmente. Isto é feito por meio de monólogos exaustivos que comandam exercícios intermináveis a respeito de assuntos absolutamente desconexos internamente e entre eles, e tratados sem nenhuma relação deles com a vida real, de maneira a que o então assujeitado -pois o sujeito terá incorporado que “a vida” seria o contrário do que ele conhece de forma imanente- opte pelas duas únicas possibilidades que lhe são

oferecidas como a verdade absoluta, claro que não com estas palavras: ou tornarem-se vampiros, e assim “vencedores”, ou zumbis, e assim “perdedores”;

4. *APC Mídia e conexos*. Esta ocupa o lugar de destaque, o lugar no qual efetivamente o sujeito capturado habita, pois é sua “família”, sua “escola” e sua própria “casa”, em uma simulação uterina, e portanto a simulação da voz da mãe, na escuta da qual o ser humano se constitui, aprendendo a fazer o mundo falar de maneira favorável a ele). Por isso o sujeito “a” quer encontrar à mão, na forma do celular. Ao mesmo tempo em que está enfiado nesta bolha mediática, o sujeito supõe “ter” e devorar o mundo, que estaria na “palma de sua mão”, seja na invenção mais recente ou futura, já incrustada na própria pele ou nos olhos, ou sabe-se lá aonde, dizendo-lhe todo o tempo que ele é livre exatamente quando está preso pela conexão a estes cada vez mais poucos e vigilantes filtros dos *big data* que lhe entregam de maneira crescentemente veloz, para impedir-lhe de respirar com calma (a condição de governar), um roteiro do que deve pensar, do que deve querer e do que deve julgar, orientando e confirmando o que o sujeito absorve em suas relações familiares e escolares. Fecha-se assim o ciclo e coloca-se o sujeito dentro da caverna digital, encantado por algumas sombras e aterrorizado por outras, o que é tragicamente danoso, e mesmo letal, para a capacidade que o faz humano: a de pensar, querer e julgar, pois tais filtros têm sua propriedade patrimonial muito e crescentemente concentrada, cruzada e convergente, ao que soma serem completamente desregulados sob o

argumento de que regulá-los seria “censura” e/ataque à “liberdade de expressão comercial”;

5. *APC Esportes*. Os esportes, onde o sujeito sedimenta sua relação amorosa e lúdica com o “corpo” e a “natureza”, estão, no entanto, meta-organizados pelo incentivo à competição contra um “outro” para eliminá-lo, para derrotá-lo nas “arenas”, frequentemente para objetivos rentistas; para humilhá-lo e, não raro, espancá-lo e matá-lo por ele pertencer ao “outro” time, à outra equipe, ao “outro” país, e por aí vai, confirmando assim o ataque ontológico e epistemológico à condição comunicacional do ser humano;

6. *APC Ciência*. A extraordinária ciência, no entanto, salvo excelentes e crescentes exceções em todo o mundo, luta para escapar da redução à sua filha bastarda, a tecnologia, e de ser disciplinada e controlada no lugar onde anteriormente estava para a cultura ocidental hegemônica o Deus patriarca, e neste sentido tornada mensurável pela produtividade privatizada pelas agências de divulgação de seus resultados, manietadas pelas agências de financiamento, e posicionadas assim, reservado um espaço para a “dissidência consentida”, a serviço dos regimes de servidão, atendendo aos interesses financeiros, expressos nas indústrias e no comércio de todas as áreas as áreas, pois comprometidos com a experimentação total que caracteriza a barbárie neoliberal. O esforço é grande e sincero, em muitos centros de excelência, inclusive aqueles dedicados à ciência cidadã, para superar este movimento que ainda prevalece;

7. *APC Religião*. O trauma ontológico e epistemológico feito em relação à condição comunicacional do ser hu-

mano, e que por isso o des-espera, permite a emersão de balcões fundamentalistas da fé, sob todos os seus aspectos, porém, em especial, como dito, daquelas religiões de conversão, cujos participantes, que incorporaram a impossibilidade da comunicação, pois implica que o sujeito verifique ao longo da argumentação com o outro se o que afirma como verdade é de fato verdade ou não, apresentam um conjunto de princípios que não apenas julgam ser capaz de resolver para eles a vida toda e para sempre, mas julgam que todos os “outros”, a humanidade inteira, devem ser convertidos, nesta dinâmica sinistra que a humanidade experimentou por exemplo na Idade Média e que retorna como se não se soubesse as consequências desta fala no julgamento da verdade. Ao invés do sujeito experimentar a “espiritualidade” como contato direto com o entusiasmo que ele é e que a vida é, e, portanto, exercer a gratidão, a alegria, a celebração e a generosidade por experimentar a dádiva de viver expressa para o ser humano em sua condição comunicacional, e fazer isso no encontro com as outras formas culturais de fazer o mesmo, o sujeito fundamentalista ataca o “outro” sob a alegação de querer “salvá-lo”, repetindo o trauma ontológico e epistemológico que recebeu a partir de sua gestação e nascimento;

8. *APC Arte*. A arte é a mais poderosa linguagem de construção de figuras de felicidade, da felicidade que o ser humano conhece em sua instituição como ser de linguagem, a felicidade da disposição amorosa, este outro nome da comunicação, e que ele vai por isto buscar durante toda a sua vida. No entanto, desorientados pelo

perspectivismo ontológico que mergulha o ser humano no relativismo no qual sua capacidade de julgar é suspensa, grade parte dos artistas mimetizam a tragédia da barbárie liberal, servindo de caixa de ressonância da impossibilidade da comunicação e da sociedade e assim ajudam a instaurar a estética da desumanidade. Há casos em que ganham muito dinheiro e/ou prestígio com isso. Adota-se a dramaturgia da *mimesis*, da reprodução do que que se vê, portanto melancolicamente acrítica, ao invés da dramaturgia do êxtase, isto é, da dramaturgia da gratidão de se estar vivo, de se ser comunicação, de se estar aprendendo juntos e desfrutando, compartilhando, celebrando, que é a via psicopolítica da emancipação^{12 13} pois faz vigorar a condição comunicacional do ser humano;

9. *APC Judicialização*. Com a expansão do Judiciário para as tarefas de controle dos outros poderes para fazer funcionar uma sociedade organizada com base no axioma hobbesiano, que contradiz a condição comunicacional do ser humano, o psiquismo e as instituições estão intensamente expostas à captura pela “sujeição criminal” (Michel Misse), pela “certeza moral” (Carlos Del Valle) e pelo “domínio do fato”, expressões das operações psicopolíticas que dão suporte ao estado de exceção (Giorgio Agamben) e ao Direito Penal do Inimigo (Günther Jackobs);

10. *APC Medicalização*. A expansão imensa da indústria farmacêutica articulada com a psiquiatria é tendência crescente. Afetos anteriormente considerados normais, como os do luto, passaram a ser considerados enfermidades a serem eliminadas por medicamentos. Este pa-

drão nos Estados Unidos se espalha pelo mundo: 20% dos norte-americanos tomam medicamentos para doenças psiquiátricas, mais de 10% das crianças das escolas estão medicadas e, nas universidades, 25% dos estudantes tomam remédios, sem que apresentem melhora, como é do caso do “transtorno do déficit de atenção” que vem medicando jovens e adultos há mais de 30 anos, não melhoram e, os jovens medicados, quando adultos, recebem outros diagnósticos, como transtorno bipolar ou esquizofrenia¹⁴;

11. *APC Vigilância*. Com base no rompimento da condição comunicacional do ser humano, as sociedades estão movidas pela persuasão e para isso cada vez mais vigiadas¹⁵ através de uma cópia do mundo na forma de dados que desvelam pela *data mining* informações ocultas que são utilizadas em infinidade de funcionalidades, dado o caráter panóptico da internet (sem dúvida “um palanque, mas também um território de caça”¹⁶), com tecnologias como o sistema GigaPan (Carnegie Mellon University, NASA e Google¹⁷) e os correspondentes *big data* e seus algoritmos¹⁸, alimentados por uma rede de captação, filtragem, avaliação e projeção futura de atitudes a partir do registro contínuo e multidimensional de hábitos e características pessoais, inclusive biométricas, nas operações de navegação, deslocamento geográfico e consumo de produtos e serviços. O Hal 9000 não é mais ficção, temos um Hal, mais potente, um smartphone na palma da mão¹⁹. Efeito deletério dos algoritmos. A internet das coisas personalizadas por radiofrequência-RFID acaba por configurar este quadro de taxonomias e identidades produzidas pelos bancos

de dados, a atuação dos perfis como tecnologias performativo-preditivas de controle e instrumentalização das escolhas individuais a tal ponto que a violação da privacidade torna-se o problema mais imediato²⁰ pois o que está em jogo, diante da ausência da opacidade da manipulação algorítmica e experimental, como algoritmo do Supremo Tribunal Federal do Brasil, é a configuração das identificações dos sujeitos em meio ao delírio na capacidade de julgar provocado tecnologicamente, como reconhecido pelo Google ao afirmar que não pode codificar a neutralidade. Em 2017 o Partido Republicano atacou a era Obama de neutralidade da rede²¹.

12. *APC Tempo.* A aceleração é a principal condição de vida nas sociedades modernas tendo em vista a mudança dos modos de produção. A aceleração social é igual ao encurtamento do tempo e a ausência do futuro. Se o tempo é dinheiro, a velocidade é poder. O poder é relacional mas alimenta-se do tempo. O tempo é elemento essencial para compreender a modernidade e existe como questão desde o Iluminismo. Marx, Engels, Weber ou Simmel, por exemplo, já sentiam e criticavam a ambivalente velocidade. Atualmente desapareceu este sentido crítico, e a velocidade tornou-se um valor positivo e, assim, suas ameaças nunca estiveram maiores pois instaura alienação na medida em que o sujeito desconecta-se cumulativamente das pessoas com as quais interage, com os lugares em que vive e passa e com as ferramentas e recursos que usa, em um regime no qual o que importa não é mais o que se quer mudar mas por que alguém quer manter algo como foi no passado.

13. *APC Guerra Psicológica*. Em sua 4a. geração, a ciência da guerra é a Guerra Psicológica, também conhecida como *PSYWAR*, *Psychological Operations-PSYOP*, *Military Information Support Operations-MISO*, *Psy Ops*, *Political Warfare*, *Hearts and Minds*, e Propaganda. Estas operações disseminam informações para influenciar as emoções, motivações e raciocínio objetivo de maneira a determinar psicopoliticamente o comportamento de sujeitos, redes, movimentos, governos, organizações e agrupamentos. O principal objetivo é gerar insegurança e ameaça em todos os níveis, de maneira a causar decepção no adversário, uma vez que este é o estado mental que permite dominá-lo da maneira mais eficaz e eficiente, como dito, pois configura a predisposição por excelência para a manipulação. Como dizia Michael Radford, o próprio Big Brother, sobre sua doutrina: “a guerra não tem por objetivo ser vencida, seu objetivo é continuar”. É assim que são produzidos tanto os “inimigos”, na direção dos quais o mal -a experiência de rompimento da condição comunicacional do ser humano- é exteriorizado e supostamente exorcizado; quanto os “salvadores”, sujeitos e hábitos “redentores”, como o consumo. A decepção é produzida pelo choque entre esta cultura e a segurança e a proteção no qual o ser humano constitui-se.

Wright Mills estava certo quando disse em 1959 que “nem a vida de um indivíduo nem a história de uma sociedade podem ser entendidas sem que se entenda as duas” (*apud* Calhoun & Wieviorka, 2013:35). É a esta compreensão, e à emancipação que ele permite, que a Teoria Psicopolítica se dedica.

NOTAS

¹ *apud* Reich, 2003.

² A Universidad de La Frontera criou em 2016 o Centro Internacional de Estudios de Epistemologías de Frontera y Economía Psicopolítica de la Cultura, dirigido pelo Dr. Carlos Del Valle Rojas.

³ Moyn *apud* Castro, 2011:326.

⁴ Boaventura de Souza Santos: “Uma das coisas às quais nunca se faz referência é que a Alemanha não pagou a sua dívida à Grécia pela ocupação e destruição na Segunda Guerra Européia, mas atualmente cobrou a dívida da Grécia, o que constitui uma injustiça histórica tremenda.” Cf. <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/537124-o-neoextrativismo-esta-acabando-com-a-america-latina-entrevista-com-boaventura-de-sousa-santos>

⁵ “Para Herta Däubler-Gmelin, que ocupou o cargo de ministra da Justiça na Alemanha entre 1998 e 2002, é inconcebível manter um político [Michel Temer] na liderança do país quando suspeitas de corrupção são apontadas pela Procuradoria-Geral. Mas isso é na Alemanha. O Brasil, segundo ela, ‘é outro mundo’.” Cf. <http://www.dw.com/pt-br/brasil-é-outro-mundo-diz-ex-ministra-da-justiça-alemã/a-40019758?maca=pt-BR-Facebook-sharing>

⁶ Cf. <http://outras-palavras.net/outrasmidias/?p=497089>

⁷ “Neste sentido, representações de ‘periculosidade’, de ‘irrecuperabilidade’, de ‘crueldade’ participam de processos de subjetivação que conduzem, no limite à justificação do sujeito criminal. Trata-se de um processo de inscrição do crime na subjetividade do agente, como uma posse e não apenas como um comportamento criminoso, tornando muitas vezes sua tentativa de “sair do mundo do crime” tão inverossímil para os outros a ponto de exigir um processo de conversão (desposseção) de tipo religioso” (Misse, 2010b: 25-26).

⁸ Ver a insistência deste equívoco na fala de Marcelo Freixo que, em meio à críticas procedentes ao ex-governador Sérgio Cabral deixa emergir a devoção ao “crescimento”. O mesmo faz por exemplo Cristina Kichner: Cf. <https://www.facebook.com/MarceloFreixoPsol/videos/1366944800012439/>

⁹ Esta diferença é do que trata o Manifesto contra o Trabalho, do Grupo Krisis: <http://www.krisis.org/1999/manifiesto-contra-el-trabajo/> Sobre ele comenta Byung-Chul Han: “Un cadáver domina la sociedad, el cadáver del trabajo”, así comienza el Manifiesto contra el trabajo, que redactó el grupo Krisis de Robert Kurz. Según Kurz, después de la revolución microelectrónica la producción de riqueza se ha ido separando cada vez más del trabajo humano. Sin embargo, sigue Kurz, la sociedad no ha sido nunca en tan gran medida una sociedad del trabajo como en nuestro tiempo posfordiano, en el que el trabajo deviene cada vez más superfluo. El manifiesto argumenta que precisamente la izquierda política ha transfigurado el trabajo. No solo lo ha elevado a esencia del hombre, sino que de este modo lo ha mitificado como presunto contraprinipio del capital. A la izquierda política no la escandaliza el trabajo, solo su explotación mediante el capital. De ahí que el programa de todos los partidos de los trabajadores sea el trabajo libre y no la liberación del trabajo. Trabajo y capital, según Kurz, son las caras de la misma moneda” (Han, 2014:55).

¹⁰ Ver Mónica, Chiffoleau (2017). Sembrando en el territorio mental: el carácter psicopolítico de la agroecología. *in* Iachan, Ana Christina; Mendonça, Aureo Guilherme; Ouriques, Evandro Vieira y Chiffoleau, Mónica (Eds.) (2018). Transculturalidad, Estética y Psicopolítica. Volumen IV, Colección Teoría Psicopolítica. Co-edición Universidad de La Frontera, Universidad Federal do Rio de Janeiro, Universidad do Porto, Universidad Nacional de La Plata e Universidad de Groningen: Chile, Brasil, Argentina, Portugal y Holanda.

¹¹ Cf. OAXAM (2013). Por trás das marcas. Informativo da Oxfam. www.oxfam.org

¹² Trabalhei 20 anos no Ministério da Cultura do Brasil, de 1980 a 2000 como curador de fotografia e artes plásticas, editor, gestor cultural, designer de montagens, conservador de obras de arte e coordenador de projetos nacionais nos campos da identidade estética brasileira, da formação de acervos documentais de arte em todo o país e das origens da cultura brasileira. De 1980 a 1982 atuei na Secretaria de Assuntos Culturais do antigo Ministério da Educação e Cultura, embrião do Ministério da Cultura, para onde fui como assessor técnico, para atuar como ponte entre a Academia e o Poder Executivo, graças ao convite de Marcio Tavares d’Amaral, então titular da pasta, durante o tempo em que Eduardo Portela “esteve”, como gostava de dizer, Ministro da Educação e Cultura.

¹³ De 1982 a 1992 atuei na Fundação Nacional de Arte, primeiro em seu Núcleo de Fotografia até a criação do Instituto Nacional da Fotografia e, a seguir, no Instituto Nacional de Artes Plásticas; e de 1992 a 1999 atuei no Museu Nacional de Belas Artes. Entre 1999 e 2000 fui acolhido pelo Museu Raymundo de Castro Maya, tendo em vista a perseguição implacável por parte da gestão do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso da qual fui alvo. Esta perseguição, marcada também por intenso assédio moral, foi iniciada na gestão do presidente Collor de Melo, em 1990. Esta atividade foi portanto sincrônica ao meu vínculo como professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 01 de Março de 1979, lotado no Departamento de Expressão e Linguagens da Escola de Comunicação.

¹⁴ Cf. <https://oglobo.globo.com/sociedade/robert-whitaker-jornalista-escriptor-industria-farmaceutica-capturou-psiQUIATRIA-21604509>

¹⁵ Por exemplo cf. <https://citizenlab.ca/2015/08/ron-deibert-authors-journal-article-titled-authoritarianism-goes-global-cyberspace-under-siege/> ; <http://www.resurgentdictatorship.org/the-authoritarian-surge-into-cyberspace/>

¹⁶ Cf. <http://outraspalavras.net/blog/2017/11/16/15074/>

¹⁷ Sobre a censura realizada pelo Google: <http://www.wsWS.org/en/topics/mediaCategory/google-censorship/>

¹⁸ Domingos, Pedro (2015). *The master algorithm: how the quest for the ultimate learning machine will remake our world*. Basic Books: New York.

¹⁹ Argumento apresentado por Ana Christina Iachan em sua palestra no III Seminário Internacional de Psicopolítica e Consciência, realizado na Universidade do Porto, em 13, 14 e 15 de Setembro de 2017.

²⁰ Ver o trabalho de Fernanda Bruno, já em 2008: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4410/3309>

²¹ Cf. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-09-28/broadband-providers-to-see-high-court-review-on-net-neutrality>

Capítulo 4

O Self, o Interlocutor e o Ambiente

*Renovação Cultural
após o Brasil de 2016*

“Os tempos em que vivemos oferecem uma tremenda oportunidade para expor as falhas da teoria e até mesmo removê-las. Eu estou dizendo simplesmente que se isso vai acontecer não será por conta própria. Vai levar algum tempo e um grande compromisso de esforço. Mais uma razão para começar agora”
Vivek Chibber (2013).

O caso brasileiro do golpe de 2016, seguido do golpe dentro do golpe de 2017¹, que ocorreu de maneira tão escandalosa que o país recebeu do New York Times a *Medalha de Ouro da Corrupção*², é um trágico e emblemático *case* mundial para quem queira conhecer, compreender e utilizar de maneira emancipatória o poder determinante das operações psicopolíticas, vale dizer do poder da cultura, do poder da mente, em seu sentido não platônico e portanto incorporada, para a emancipação ou a subordinação do psiquismo e das instituições frente aos regimes de servidão.

A condição comunicacional do ser humano, na qual ele institui como ser de linguagem, é constituída no exercício da capacidade de julgar, pois dela depende por completo para poder fazer o mundo falar de maneira favorável a ele e, assim, superar o hiato entre seus aparelhos motores e suas necessidades como feto extra-uterino e um ser determinado pela interdependência que caracteriza a vida.

É assim que a qualidade emancipatória ou não do que o ser humano vive é o resultado de sua capacidade de avaliar de maneira crítica e em rede a qualidade do estado mental, dentre o fluxo contínuo de estados mentais que fluem em seu território mental (Ouriques, 2009a), que autoriza a ser fonte de referência para sua capacidade de julgar.

O comprometimento da capacidade de julgar da cultura brasileira evidencia o que venho demonstrando a partir deste país já fazem agora quase 50 anos e, em especial, nos 20 anos mais recentes. Após uma década de mudança muito significativa de sua condição interna e externa em relação ao mundo, o Brasil mergulhou, por decisão de sua própria população, dividida entre uma grande parte ativamente favorável e outra, também significativa mas incapaz de deter o rumo dos acontecimentos, no processo, em trágica síntese, de transformar-se em uma colônia moderna especializada na exportação de produtos básicos com os custos do trabalho reduzido.

É assim que foram aprovados, em meio à corrupção generalizada, o fim dos três grandes pactos sociais brasileiros do século XX: o pacto lulista com seus programas sociais, o pacto da Constituição de 1988, com a soberania do voto e a garantia dos serviços públicos universais e pacto varguista, com sua legislação trabalhista e previdenciária³.

Aqui um pequeno resumo do que foi feito: o congelamento por 20 anos dos gastos públicos a partir de 2016⁴, algo sem precedentes em todo o mundo em termos de ajustes de contas públicas já experimentados; o desmonte dos programas sociais, como o Casa Minha Vida, o Farmácia Popular e o Ciência sem Fronteiras; a abertura do pré-sal aos estrangeiros; a reforma do Ensino Médio, retirando a obrigatoriedade do ensino da Filosofia e da Sociologia, ao mesmo tempo que o Ministério da Educação retirou da Base Nacional Curricular as expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual” e a Câmara Municipal de São Paulo, o maior estado do país aprovou a imposição de publicidade nos uniformes escolares obrigató-

rios⁵; a aceleração da entrega de cargos-chave na gestão pública a representantes do setor privado configurando evidente conflito de interesses; a mudança na política externa brasileira, fazendo-o voltar a gravitar ao redor dos Estados Unidos; o ataque aos direitos dos indígenas; a aprovação da terceirização irrestrita do trabalho para precarizar as relações trabalhistas, rebaixar salários e eliminar os direitos até então protegidos pela Consolidação das Leis do Trabalho; as privatizações e desarticulação dos bancos públicos; a reforma trabalhista, que acabou com toda proteção ao trabalho no Brasil dando a vitória do Brasil colônia sobre o Brasil do desenvolvimento⁶; o sucateamento do ensino superior público e gratuito; a destruição da previdência pública do Brasil; etc.

Antes de prosseguir, é necessário esclarecer dois pontos:

1. O que chamo de “qualificação emancipatória”? O conceito ‘emancipação’ é um dos muitos que, por terem sido apresentados por teorias e escolas filosóficas como sendo o que seria obtido ao usá-las -o que em geral não ocorreu-, acabaram contaminados por essa história. Portanto, de que emancipação falo? Trata-se aqui do processo psicopolítico no qual o sujeito, a rede, o movimento, a organização e a instituição libertam-se gradativa e cumulativamente, com o exercício da força da ‘vontade’ (no sentido usado, por exemplo, pelas forças militares norte-americanas⁷ e pelas agências de inteligência), dos estados mentais (esses conjuntos de pensamentos e afetos; portanto, o fluxo de informações que é a ‘mente’, entendida aqui como incorporada, ou seja, desejo, corpo e razão integrados) que caracterizam

o regime de servidão (Birman, 2006) e a servidão voluntária (La Boétie, 1922), quando um sujeito transfere para outro o seu poder. Como na situação brasileira, quando a população pede e aceita em 2016 o governo Temer, que inclusive opta pela militarização da segurança pública⁸, e, em 2017, assiste à Câmara Federal recusar que o Supremo Tribunal Federal o investigasse por corrupção, o primeiro presidente da República do Brasil denunciado por corrupção, acusação infinitamente mais séria que a das “pedaladas fiscais” que apesar de não serem crime de responsabilidade foram usadas como base do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. A *hashtag* #InvestiguemoTemer ao final da tarde desta recusa histórica, em 02 de junho de 2017, era o segundo assunto mais comentado no mundo e no Brasil pelo Twitter, pois o primeiro no Brasil, mais um sintoma, era a mudança de time do jogador de futebol Neymar⁹... E isso mesmo que o Brasil tenha recebido 14 meses antes deste dia, como me referi há pouco, a *Medalha de Ouro da Corrupção*, conferida pelo New York Times¹⁰ tendo em vista que já o primeiro ministério Temer foi inundado em seu primeiro mês por denúncias de corrupção, que geraram uma queda atrás da outra e desde então as denúncias não pararam, mesmo com o Congresso e o Supremo Tribunal Eleitoral tendo barrado a punição correspondente. Neste contexto é que o governo Temer pretendeu também aumentar a líquida dos servidores públicos de 11% para 14%, o que resultou na Justiça Federal do Distrito Federal repudiar tal intenção afirmando na sentença que o Governo Federal “concomitantemente, editou a Medida Provisória nº 795/2017 (...) concedendo isenções fiscais a petrolíferas estran-

geiras, parcelando dívidas milionárias de 2012 a 2014, e deixando de cobrar multas elevadíssimas, o que configura renúncia fiscal estimada, em média, no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um trilhão de reais) (...)”¹¹. Agregasse a esta mentalidade de auto-destruição de um país que há pouco era um dos mais importantes emergentes do mundo os fatos, por exemplo, de que o mesmo governo já havia perdoado apenas em 2017 R\$27 bilhões de dívidas de não-pagamento de impostos e de contribuição social de bancos privados como o Itaú e o Santander¹²; que tenha distribuído apenas em duas semanas R\$15 bilhões a parlamentares através de programas e emendas de liberações de verbas para evitar que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal aceitasse as denúncias contra ele¹³; e que todas medidas de “austeridade” isentam o Judiciário, o Legislativo e as Forças Armadas¹⁴. Os exemplos de servidão voluntária da cultura brasileira são inesgotáveis. É, portanto, a capacidade cultural de pensar, querer e julgar com clareza a verdade ou não de medidas destrutivas como essas, e tantas outras, é que se considera aqui emancipação.

2. De acordo com a questão propriamente antropológica do *Discurso* de La Boétie, esta vontade de servir de maneira voluntária advém do desejo capturado pela própria predisposição à manipulação, processo que não é exclusivo do “capitalismo de desastre” (Klein, 2008), e dos personagens Cameron e Milton Friedman que ela analisa, mas, reitero, de todos os regimes de servidão. A via psicopolítica não se manifesta, aproximando-me de Clusters, “apenas na contabilidade das vontades conscientemente expressas [pois o] desejo de poder não pode

se realizar sem o desejo inverso e simétrico de submissão (...)” (Clusters, 2011). Como sintetiza Birman em *Arquivos do mal estar e da resistência*, e aqui não me deterei sobre este seu trabalho fundamental, a crítica à autoridade da “tradição”, diante da qual a servidão era involuntária, e a correspondente formulação do critério de existência como fundado cartesianamente no registro autoral, do pensamento, do “*cogito*”, colocou o ser humano frente a frente com o fato de que se é servo por sua própria deliberação. Esta é a questão central da Teoria Psicopolítica: superar a obediência, pois a insistência na crítica aos processos de dominação não resultou na emancipação que se esperava. No caso da barbárie neoliberal, o ser humano opta por ser servo por sua própria deliberação, por sua vontade prometéica de modernidade empreendedora. O que interessa, portanto, é que a emancipação é “o operador da vontade do sujeito” (Birman, 2006:22), pois a liberdade é a “potência do agir” (Negri, 2001:89), a potência expansiva que demanda que o ser humano apoie-se em outros para expressá-la, processo que lhe oferece ou o caminho da força do convencimento e ou da força da comunicação. Trata-se portanto do fato de que estabelecer a justiça e a injustiça das ações depende da capacidade de exercer a vontade individual, o que só é possível de fazer em rede, à qual se dirigem as operações psicopolíticas, e assim de superar os estados mentais do orgulho, da ambição e da vaidade que configuram a “guerra de todos contra todos” da *superbia vitae* hobbesiana; e, assim, de confirmar uma retidão no psiquismo e nas instituições, ou seja, na vida pessoal e na ordem social, pela qual é possível a construção de figuras de felicidade, vale dizer,

da felicidade que instituiu o ser humano em sua condição comunicacional, vale dizer como ser de linguagem na escuta da voz da mãe. É por operar a partir da verdade desta condição de predisposição é que as operações psicopolíticas são capazes de produzir globalmente a mentira.

Choque & Pavor

Quando alguém percebe estar assujeitado à determinada situação indesejada e não prevista pelos quadros cognitivos e afetivos que até então usava como fonte de referência para sua capacidade de pensar, querer e julgar (esse encontro de afeto e razão que define o ser humano), a saída dessa situação em que se foi colocado pela história é emancipar-se das informações equivocadas que geraram tal situação. Isso é difícil, sem dúvida. Mas muito mais fácil do que suportar o insuportável. Se há dificuldade em relação a uma linearidade entre os projetos utópicos dos teóricos sociais e dos filósofos e a efetiva liberdade dos sujeitos no espaço de seus psiquismos e de suas instituições a questão está na teoria social e na filosofia.

Emancipar-se, libertar-se, desassujeitar-se, implica que o sujeito decida assumir, em rede, ou seja, na interlocução com os outros, a crítica contínua dos fundamentos ontológicos, epistemológicos, teóricos e vivenciais que determinam a qualidade emancipatória ou não do acervo de informações que compõem, de maneira incorporada, o seu território mental. Pois é a tal acervo, a este “museu interno” (Ouriques, 2016c), que ele recorre -quase sempre

de maneira inconsciente- para exercer a sua capacidade de julgar.

Tal museu, tal acervo documental, está definido pela persuasão da curadoria e museografia da servidão. Foucault nos mostrou como a retórica da persuasão na discursividade decide os jogos e práticas de poder, o que compromete a democracia, pois esta demanda que cada interlocutor suscite uma pretensão de validade de seu argumento recorrendo a fatos, normas e vivências e que os outros interlocutores possam contestar esta pretensão de validade de uma maneira fundamentada ao longo da conversação, na qual a verdade resulta deste diálogo, que segue a lógica do melhor argumento.

O caso brasileiro se choca frontalmente com a condição comunicacional do ser humano, e assim com as três regras da ética da razão comunicativa proposta por Habermas: (1) Inclusão, pela qual todo e qualquer sujeito capaz de agir e falar pode participar de discursos; (2) Participação, pela qual todo e qualquer participante de um discurso pode problematizar qualquer afirmação, introduzir novas afirmações, exprimir suas necessidades, desejos e convicções; e (3) Comunicação livre de violência e coação, pela qual nenhum interlocutor pode ser impedido por forças internas ou externas ao discurso de fazer uso pleno de seus direitos.

No entanto, a impregnação cultural do dualismo estimula que os sujeitos assumam suas realidades como se fossem as únicas certas e possíveis e negam as dos “outros” “por considerá-las no mínimo fictícias e suspeitas. Portanto, alcançar a compreensão mútua e avançar na direção da construção comum de projetos socioculturais,

que sejam realmente capazes de dar sentido a um futuro hoje incerto, é uma tarefa que sem dúvida está minada por não poucos obstáculos a superar. Se necessita algo mais que a perseverança na igualdade e a tolerância, se requer sobretudo um constante exercício de autocrítica cultural” (Curto, 2005:422-423).

Nesse sentido, minha análise aqui do caso brasileiro parte do trabalho de Naomi Klein a respeito da doutrina do choque e do fato de que, no blog *Viomundo*, Ernesto de Carvalho sublinhou que o “número de medidas absurdas tomadas de imediato pelo governo” interino de Michel Temer¹⁵ que classifica de “golpista” e que também visa à obstrução da Operação Lava Jato¹⁶, é outra aplicação de uma doutrina de guerra, a ‘choque e pavor’, “muito explicitada e comentada na época da invasão americana do Iraque em 2003” (Carvalho, 2016). “Olhe ao seu redor. O que mais se escuta ‘é absurdo demais o que está acontecendo’, ‘meu deus eu não consigo nem mexer direito, é tanta destruição’, ‘como podem tão rápido terem feito tantos absurdos?’, e gente perguntando quando é a próxima manifestação, sem obter resposta. Pois eles sabem exatamente o que estão fazendo. Estão em guerra contra uma boa parte da população. A resposta adequada é não se surpreender (já escrevi sobre isso antes, a importância de não se surpreender) e manter o foco, não desesperar. O objetivo do golpe agora é deixar as pessoas paralisadas durante este período de impeachment para justamente evitar ao máximo as manifestações. Os golpistas planejaram isso por meses, se não anos, por isso o ar de confiança que sempre exibiram. Colocaram todas as peças no tabuleiro: chocar a população mais à esquerda diante de uma verda-

deira hecatombe institucional, blindar os resultados desastrosos do processo com uma mídia completamente e explicitamente investida no golpe [...] e abertamente posicionar os mecanismos de repressão mais eficazes e truculentos para conter qualquer resposta organizada” (*id.*).

A simples leitura do clássico *The propaganda technique in the World War* de Lasswell de 1927 permite saber que a propaganda articulada com objetivos de dominação geopolítica tem como objetivo central exatamente “demolir a vontade do inimigo de lutar, através da intensificação da depressão, desilusão e discórdia” (Lasswell, 1938:214). Ele cita documentos das forças militares norte-americanas daquela época que já afirmavam que “pensamentos são balas”. Desdobrada assim deste objetivo, ante a “situação geopolítica radicalmente alterada, uma sociedade em evolução orientada para a informação, tecnologia em avanço e restrições orçamentárias” (Ullman e Wade, 1996:v), a *Shock & Awe: achieving rapid dominance* foi apresentada no livro com esse título em 1996, de autoria de Harlan K. Ullman, do *Center for Strategic and International Studies-CSIS*¹⁷, e James P. Wade, presidente do *Defense Group Inc.*¹⁸, por encomenda da *The National Defense University/Institute for National Strategic Studies* dos Estados Unidos.

Essa doutrina faz parte das estratégias de *perceptual effects* que tenho investigado, uma vez que o regime de servidão é instaurado através de operações psicológicas com fins políticos, portanto psicopolíticas, de atos de enunciação multidimensionais, imersivos de maneira quase total ou absoluta (como no *branding*, quando as marcas são ‘habitação’), que são articulados e operados, de maneira transdisciplinar e convergente, por especialistas nos campos da

informação e comunicação movidos pela vontade de eliminar aquele que consideram “inimigo”. E para isso utilizam táticas articuladas em estratégias psicopolíticas: “As tecnologias de informação usadas pelas [...] agências de inteligência são de tal complexidade, importância e despesas que são chamadas de “ativos nacionais” e são desenvolvidas e gerenciadas por grandes organizações especializadas. Mesmo aqui, as empresas comerciais estão invadindo rapidamente o que uma vez parecia ser uma posição de mercado inatacável, nos sistemas de observação da Terra” (Ullman e Wade, 1996:68).

Tais especialistas dedicam-se, portanto, a esta ação de “comunicação de verdade com a natureza externa do mundo e com a natureza íntima dos homens [que] é movida e projetada exclusivamente de maneira pragmática” (Poulain, 1991:3). Efetivada, assim, por pragmáticos, teoria e prática criticadas em profundidade por Jacques Poulain desde os anos 1990 por enunciar atos de fala sem que tenham referência alguma à sua verdade, portanto meros efeitos de verdade. E que, por serem assim mera instrumentalização, persuasão, sedução, levam à “morte total do estímulo, à ataraxia e apatia afetivas” (*id.*: 33).

Por isso, a doutrina de *Shock & Awe*, destinada à referida *Rapid Dominance*, é “paralisar, chocar, enervar, privar, destruir” (Ullman e Wade, 1996:xxix). E ela se anuncia como uma nova etapa da teoria da gestão, pois anuncia que supera o “modelo fordista”: “Conseguir choque e pavor é central para a dominação rápida e, portanto, deve servir como o princípio fundamental de organização para qualquer exame rigoroso e exploração de sistemas de con-

ceitos e tecnologias que a querem. Compreender a interação entre tecnologia e doutrina não é somente, ou apenas simplesmente, uma questão de estabelecer requisitos operacionais e, em seguida, obtê-los de maneira direta através da invenção e do design. É um processo complexo e interativo de experimentação e descoberta no qual o intelecto, o trabalho duro, a perseverança e a inovação devem impulsionar o uso da tecnologia. Mais do que fazer mudanças, de qualquer maneira significativas, para modificar capacidades atuais ou construir novas, e similares, a dominação rápida busca identificar sistemas de campo projetados especificamente para produzir choque e pavor –sistemas que podem quebrar o padrão mais do que o modelo Ford ‘T’ o fez há anos” (*id.*:65-66).

Sobre a Capacidade de Julgar dos Profissionais de Informação e Comunicação

É por compreender que é assim que se constrói a dominação é que a Teoria Psicopolítica se constitui como via de emancipação frente aos regimes de servidão, pois a dinâmica da comunicação e da informação está na base de toda experiência. A emancipação, portanto, é construída em rede em operações culturais de resiliência no território mental, efetivadas de maneira congruente com esse ambiente, quando “vivemos em uma época de monstros e de pânico que eles excitam no corpo. A crise econômica global que quebrou o mundo todo em 2008-9 certamente foi marca incisiva dessa provocação, com a revista *Time* declarando o zumbi como ‘o monstro oficial da recessão’, ao mesmo tempo que [o livro] *Pride and Prejudice and Zombies* disparou nas listas de best-sellers e uma lista, aparente-

mente interminável, de filmes de vampiro -e zumbis- e outros romances inundaram o mercado. Como os bancos entraram em colapso e as corporações globais cambalearam, e milhões foram demitidos de seus trabalhos, os especialistas passaram a falar de ‘bancos zumbis’, ‘economia zumbi’, ‘capitalismo zumbi’ e mesmo uma nova ‘política zumbi’, na qual os ricos devoraram os pobres. Mas enquanto os zumbis tomaram o centro do palco, os vampiros também fizeram a sua marca, por assim dizer, em particular na declaração amplamente citada de um jornalista americano de que Goldman Sachs, o mais poderoso banco de investimentos dos Estados Unidos, se assemelhava a ‘um grande calamar-vampiro grudado no rosto da humanidade [“tentacular”, como dizia Dilson Fonseca da Motta], a atolar implacavelmente seu aspirador de sangue em qualquer coisa que cheira a dinheiro’. Tendo colonizado grande parte da cultura de massa, os monstros também se infiltraram no discurso de líderes mundiais. ‘Sabemos muito bem contra quem estamos, monstros reais’, declarou o presidente do Equador no final de 2008 em um ataque veemente aos bancos internacionais e aos *bondholders* que têm a dívida do seu país. Apenas alguns dias antes, o presidente da Alemanha disse a jornalistas que ‘os mercados financeiros globais são um monstro que deve ser domesticado’. Tão convincente quanto tais declarações é o risco de banalizar o que é verdadeiramente monstruoso nas estruturas existenciais da vida moderna. [...] em outras palavras, as formas nas quais a monstruosidade torna-se normalizada e naturalizada através da colonização do tecido essencial da vida cotidiana, começando com a própria textura da experiência corporal no mundo moderno” (McNally, 2011:1-2).

Os especialistas nos campos da comunicação e da informação têm, então, a opção de continuar a contribuir para a concentração de renda, tomando decisões (1) com base em seu referido acervo documental interno (macro-orientado pelo padrão aristocrático insustentável, pois não existem recursos naturais para produzi-los para todos, que sobreviveu à Revolução Francesa graças ao território mental da dos seres humanos articulados na mentalidade “burguesia” desejosa de “progredir” para a mentalidade “aristocracia”); (2) ou, indignados com a irracionalidade social e ambiental de tal argumento, verificar com sinceridade (Ouriques, 2010) o que é necessário para que as teorias e metodologias de gestão da informação sejam capazes de reverter tal tendência, cristalinamente identificável, por exemplo, quando examinamos os relatórios de 2010 a 2015 do *Crédit Suisse*.

Quando somamos o 0,5% da população adulta mundial que ganhou em 2010 mais de \$ 1 milhão e concentrou 35,6% da riqueza mundial aos 7,5% (*upper-middle-class people*) dos quais o 0,5% depende para realizar a concentração-exclusão (e que por isso ganharam entre \$ 100 mil e \$ 1 milhão e concentraram 43,7% da riqueza mundial), encontramos o total de 8% da população que controlou 79,5% da riqueza mundial. E quando somamos os 23,6% que, ao ganharem entre apenas \$ 10 mil anuais (cerca de 833 dólares/mês) e \$ 100 mil (uma vez que destes dependem, pelas mesmas razões e propósitos, os anteriormente citados 0,5% e 7,5%) e que concentraram 43,7% da riqueza mundial, temos o ‘coletivo’ formado por 31,6% da população adulta mundial que controlou, naquele ano, 95,8% da riqueza mundial.

Tais 31,6% formaram um ‘coletivo’ de indivíduos, portanto uma ‘rede social’ formada por todos aqueles que ganharam mais de 833 dólares/mês -no caso, “a” rede social das redes sociais, pois hegemônica (e a qual me dedico a estudar para que redes com outros objetivos, inclusive acadêmicas, possam funcionar)- em pleno exercício da “capacidade coletiva de realização” que gostaríamos que os movimentos de mudança, inclusive organizacional, tivessem.

Agora, se compararmos 2010 com 2015, veremos em síntese que tal ‘coletivo’ tornou-se ainda mais eficaz, pois o topo passou de 0,5% para 0,7% da população, expandindo-se e concentrando não mais “apenas” 35,6% da riqueza, mas sim 45,2%, ao passo que a upper-middle-class -em 2010, formada, como vimos, por 7,5% da população- diminuiu para 7,4% e concentrou não mais 43,7% da riqueza, confirmando, portanto, a eficácia de sua dedicação ao estamento superior (e ao qual pretendem chegar...), mas 39,4%; enquanto o terceiro segmento, que começa pelos que ganham a partir dos referidos 833 dólares/mês igualmente encolheu, apesar da dedicação, neste caso de 23,6% para 21% da população. Porém, reduzindo drasticamente sua capacidade de concentração, que caiu praticamente pela metade: de 43,7% para 12,5% da riqueza mundial (Ouriques, 2015:41-42).

Portanto, se, em 2010, esse ‘coletivo’ de 31,6% da população adulta controlou 95,8% da riqueza mundial, em 2015, tal ‘coletivo’, reduzido de maneira gerencialmente “eficaz” a 29,1% da população, concentrou ainda mais riqueza: 97% da riqueza mundial, restando para 71% da população apenas 3% da riqueza global.

Isso só foi e é possível pela qualidade dos estados mentais que circulam no território mental, este, repito, acervo de informações que se usa como fonte de referência para a capacidade de julgar, desde a mais “íntima” do cotidiano até a mais “pública” atitude. É como um bibliotecário que desconhece o acervo com o qual trabalha e que, assim, não pode dar as respostas congruentes com seus interlocutores e ambiente. “Nesta constelação histórica de industrialização, Iluminismo, cultura protestante de prestar contas, qualificação e competência profissional, economia baseada em crédito, formaram-se as mentalidades e as identidades que marcam profundamente nossa percepção de nós mesmos e do mundo, nossos padrões de interpretação e os objetivos de vida. Ao introjetarmos aquilo que podemos e deveríamos ser, naturalmente, não apenas nos libertamos de obrigações externas, mas nos são impostos novos fardos e novas necessidades de orientação até então desconhecidos: categorias como responsabilidade própria, disciplina e vontade tornam-se significativas para o indivíduo em formação a partir do momento em que ele não apenas pode como também deve “tornar-se alguém” na vida. Assim como o trabalhador está livre para vender sua força de trabalho para além das coerções feudalistas -onde é mais vantajoso, como diz Marx. Ele também está livre para ‘se vender no mercado’, ou seja, foi libertado das seguranças de orientação e de abastecimento da existência não livre. Nessa perspectiva, o processo histórico da individualização significa que o indivíduo não se constitui mais através da posição social que ocupa ou do fato de ser membro de um agregado social, e sim através de um programa de vida autônomo” (Welzer, 2012:16).

Essa é a base do sinistro “sucesso” das teorias hegemônicas de gestão que orientam a referida e mais eficaz rede social do planeta. Pois abduzida em autorizar como fonte de referência para sua capacidade de pensar, querer e julgar a articulação entre o axioma hobbesiano (a crença de que o mundo seria uma guerra de todos contra todos, o que nega o princípio da autonomia e da criatividade que fundou o Ocidente e, por definição, as próprias definições de informação e comunicação) e a vontade de gerar a *accumulation by dispossession* a qual se refere David Harvey. E que resulta em um círculo perverso de pobreza para o qual contribuem, de maneira consciente ou não e mais ou menos profunda, todos aqueles que ganharam, como dito, mais de 833 dólares/mês em 2015: “A evidência indica que a pobreza causa estresse e estados afetivos negativos que, por sua vez, podem levar à percepção deficiente e à aversão ao risco na tomada de decisão, possivelmente limitando a atenção e favorecendo comportamentos habituais em detrimento de comportamentos *goal-directed*. Juntas, essas atitudes podem constituir um ciclo de *feedback* que contribui para a perpetuação da pobreza” (Haushofer e Fehr, 2014:826).

É essa a mentalidade que venceu no Brasil após o segundo turno das eleições presidenciais de 2014 e, em especial, com a referida posse do governo Temer, que assumiu em nome do fim da corrupção, mas que, comprovadamente, está sistemicamente envolvido com ela e a serviço da implantação, no Brasil, da barbárie neoliberal dentro do retorno à geopolítica de interesse do Império. É a estrutura mental autoritária da cultura brasileira articulada

com a cultura mundial que possibilitou o êxito da propaganda pró-golpe.

Como confirma *The Wall Street Journal*, “o sr. Temer foi diretamente implicado na bem-sucedida investigação de corrupção conhecida como Operação Lava Jato, que tem enredado dezenas de figuras empresariais e políticas de alto perfil, incluindo membros líderes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro do sr. Temer, ou PMDB”¹⁹. A BBC mostra como a imprensa brasileira distorce as informações sobre a realidade: “Muitos grupos midiáticos estão se concentrando na escalada de acusações feitas pelo delator Sergio Machado e não no próprio presidente Temer. A manchete do G1 (Globo), de tendência de direita, lê a situação da seguinte maneira: ‘Sergio Machado diz ter dado propinas a mais de 20 políticos’. O nome do sr. Temer não é mencionado até o quinto parágrafo. O jornal de centro-direita Correio Braziliense destaca o fato de que oito partidos políticos estão implicados, mas que o partido PMDB do sr. Temer ‘lidera o ranking de suborno’. O portal de notícias de centro-esquerda Carta Capital é um dos poucos veículos que se concentra no alegado envolvimento do presidente interino. Ele cita a afirmação de J. Machado de que o sr. Temer estava ciente de que as contribuições de campanha eram ‘ilícitas’. [...] Ele [Sérgio Machado] disse que, naquela ocasião, deixou claro para o sr. Temer que os recursos solicitados viriam de ‘recursos ilícitos’. [...] O sr. Temer assumiu o cargo há um mês, depois que seu partido desempenhou um papel de liderança no afastamento da presidente Dilma Rousseff para enfrentar um processo de impeachment. Desde então, perdeu dois ministros por suposta corrupção enco-

berta no escândalo da Petrobras”²⁰. Esta situação, como se sabe, agravou-se com as denúncias e o comprometimento com a JBS.

Qual o papel, então, dos profissionais de comunicação e informação para ajudar a alterar esse estado? Trata-se, portanto, da responsabilidade cidadã e acadêmica em relação a uma outra teoria da gestão, estabelecida a partir de outro fundamento ontológico e epistemológico capaz de eliminar teórica, metodológica e vivencialmente o que está enraizado na ‘mente’ (este ‘órgão biocultural’, ‘consciência incorporada’, como constata parte robusta das neurociências) e que faz com que as intenções de boa vontade dos discursos libertários acabem com frequência -como é o caso emblemático e trágico, reitero, do Brasil de Temer- produzindo o contrário do que anunciam ser capazes.

O fato é que os mundos vividos (*Lebenswelten*) são, claro, intensamente influenciados pelas infraestruturas materiais e institucionais, mas em primeiro lugar são determinados pelas infraestruturas mentais (ontológicas, epistemológicas, teóricas, metodológicas e vivenciais; portanto, informacionais). Sobretudo desde a referida pragmática no final do século XIX, que é articulada com a teoria da comunicação e suas relações com a publicidade, o marketing (inclusive aquele que originou a atual “comunicação política”) e as relações públicas (que muitos creditam a Edward Bernays, sobrinho de Sigmund Freud, ter sido o criador, nos EUA) da primeira metade do século passado, quando os movimentos conservadores exponenciaram o entendimento que já tinham de que o regime de servidão é instaurado através de operações psicopolíticas, pois operações psicológicas com fins políticos, amplo processo

que acaba sendo consolidado pela quarta geração da ciência da guerra, a partir da guerra da Argélia, a guerra psicológica.

Em 2012, a Fundação Heinrich Böll, através de Barbara Unmüßig e Tilman Santarius, reconheceu que há que integrar outro nível, mais profundo, de auto reflexão, para que a grande transformação tenha êxito. “Temos que ser capazes de compreender os mecanismos e os princípios em que se baseiam os nossos ideais e desejos, nossas fantasias e percepções de satisfação” (Welzer, 2012:8).

Ao contrário do que se pensa, o fato é que apenas na presença de predisposições à manipulação é que a manipulação prospera (Bernays, 2010 [1947]; Serpa, 2013). Tudo depende, portanto, de que o sujeito em rede supere suas predisposições.

O quadro de predisposições se organiza basicamente, pois o tema ainda está em investigação, em predisposições sistêmica e conjunturais. A sistêmica é a predisposição à segurança e à proteção, estado mental que instituiu como ser humano como ser de linguagem, na escuta da voz da mãe (ver *Capítulo 1*).

Esta predisposição mantém-se em estado de ferida aberta, uma vez que tornadas ontológica e epistemologicamente impossíveis pelo dualismo de base do Ocidente hegemônico, assim como por sua densificação no axioma hobbesiano, cristalizado em 1651, e que está fundamentado na incorporação, após Platão, das características dos deuses politeístas ao desejo e ao corpo como inimigos da razão, o que fez com que quase todos acreditem que as o desejo e o corpo sejam constituídos pela irracionalidade e

que a razão seja constituída pela insensibilidade: daí a irracionalidade que atravessa o mundo.

Dentre as predisposições conjunturais, no caso brasileiro, por exemplo, temos o fato de deste país ter sido formado e criado na mentalidade do exercício do saque generalizado e não na mentalidade da criação de um país, o que gerou um sentimento profundo de “culpa” que precisa ser exorcizado periodicamente, como foi feito ao lançar às chamas inquisitoriais a presidenta Dilma Roussef. A qual, apesar de minhas profundas divergências em relação a sua maneira de se conduzir e de conduzir o país (Ouriques e Silva, 2010a; Ouriques, 2012a), foi constitucionalmente eleita e não teve nenhum crime de responsabilidade provado. Por outro lado, o brasileiro tem um profundo sentimento de menos-valia, organizando-se a partir da fala do outro europeu e norte-americano, desde que identificado com a mentalidade insustentável do “crescimento ilimitado”.

Como diz Welzer, “se, na era pré-moderna, a vida era em larga medida um caminho de tempo sem grandes variações que antecedia a morte, depois da qual pelo menos existia a perspectiva positiva de uma felicidade no além, com a liberdade da configuração da própria vida veio a obrigatoriedade de ter que ‘deixar uma obra de vida na Terra’. Com isso surge uma demanda permanente por orientação e autoconfiança. A necessidade -real e percebida- de ‘absorver dentro de si o máximo possível do mundo’, como disse Wilhelm Von Humboldt, produz uma crescente pressão de ‘economicizar’ a nós mesmos e nossas vidas. Isso também pode ser feito de forma mais ou menos bem-sucedida. Essa tal condução de vida exige controle,

medida e observação. Em resumo: um alto grau de auto-coerção, de coerção interna” (Welzer, 2012:16).

Ora, se tal coerção serviu com eficácia para destruir um país como o Brasil, serviu à incapacidade de se ter um país que pudesse continuar a resgatar o caminho de seu amadurecimento pela via constitucional, atrasando-o enormemente, esse treinamento é o que usamos no sentido emancipatório na Teoria Psicopolítica de maneira a superar em rede o “inimigo interno” (Nandy, 2011) que surge diante de nós como esfinge a ser decifrada. O fascismo que se vê “externamente”, na escala dos macro-poderes, foi e é sustentado pelo fascismo cotidiano, na escala dos micropoderes. Walter Benjamin, como se sabe, afirmou, faz tempo, que cada ascensão do fascismo é testemunha do fracasso de uma revolução²¹.

A urgência da Teoria Psicopolítica para a comunicação e a informação é assim inequívoca quando sabemos que a doutrina do ‘Choque & Pavor’ tem apenas quatro princípios estratégicos, sendo o primeiro, justamente, construir e sustentar “quase total ou absoluto conhecimento e compreensão do *self*, do adversário e do meio ambiente” (Ullman e Wade, 1996:xii) para eliminar a “vontade” dele (Joint Chiefs of Staff, 2003:ix).

É por isso que a via de emancipação é psicopolítica.

Tratamos, com a vontade, do conhecimento e compreensão quase totais e absolutos do *self*, do (em nosso caso) interlocutor (e não inimigo) e do ambiente. É assim que se constitui a capacidade de julgar.

Capítulo 5

A Cultura que Lembra a Voz da Mãe

*Lusofonia e
Comunicação Transcultural*

*Podem tapar-te os olhos pela força
Podem impedir que vejas o mundo
Mas nunca poderão convencer-te
de que és cega se tu não permites...*
Concha Rousia

Neste capítulo trato de como a Teoria Psicopolítica contribui para a ação emancipatória na Lusofonia e, a partir dela, para o mundo. Para isto, examino a questão estratégica que envolve portanto a Galiza, como integrante da origem galaico-portuguesa da Lusofonia, o Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa frente à experimentação total do mundo cristalizada na barbárie neoliberal, a forma atual de manifestação dos regimes de serviço.

O desafio que a Galiza, como tal, integrante da origem galaico-portuguesa da Lusofonia, enfrenta para ser recebida pela Lusofonia, cuja recusa se encontra devido ao complexo quadro político que tem a Espanha em seu centro imediato, é emblemático da história do Ocidente que ainda prevalece e que precisa ser superada para que haja emancipação transcultural: a recusa da morte faz com que os seres humanos que autorizam referenciar sua capacidade de pensar, querer e julgar pela mentalidade dualista experimentam “viver” na condição natimorta de vampiro ou de zumbi, “falar” a “novalíngua” descrita por George Orwell e tentar inutilmente aplacar a angústia, criada ontológica e epistemologicamente, devorando objetos e situações.

Antes do Começo

Que posso dizer da Galiza, para a Galiza (mãe da minha fala²²) e da Galiza para o mundo que os leitores não saibam melhor do que eu, em minhas circunstâncias²³ de brasileiro pós-Lula, pós-golpe de 2016, pós-golpe dentro do golpe de 2017, e nas da Lusofonia, quando persiste, globalizado, o ataque epistemicida? E o que dizer neste exato momento? Quando a crítica à insustentabilidade do estado mental chamado crescimento ilimitado voltou à pauta com a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris, uma vez que ele continua a se perpetuar neste deslocamento conceitual que é um sintoma ontológico e epistemológico (de “crise ecológica” para “meio ambiente”, de “meio ambiente” para “mudanças climáticas”, de “mudanças climáticas” para “temperatura”...). E assim o ceticismo avança, face ao descrédito do intelectual, cooptado; do político, histriônico; do indivíduo, capturado; e da mídia, a por em cena a mediocridade ambiente (...) “sem subjetividade, nem objetividade”, como observou Lukács (Maffesoli, 2007:10)?

Enfim, qual a principal convergência de ação quando se quer o vigor de atos de respeito à criatividade e à diversidade cultural, à solidariedade, enfim, à felicidade do psiquismo e das instituições?

Sabemos que a Galiza é um caso extremo na história de substituição linguística, como mostra Higinio Martins²⁴, uma “nação desnacionalizada (mais do que os também desnacionalizados Países Cataláns ou do que Euskal-Herria)”, segundo António Gil Hernández (*apud* Bouzon, 2010:146), e que Carvalho Calero definiu como tendo “uma história clínica”²⁵ (Santalha, 2009:7). Tal substituição

linguística, a qual o galeguismo, como se sabe, reage através do justo movimento reintegracionista ao domínio linguístico da Lusofonia, faz parte da substituição sistêmica da multiplicidade das narrativas psicopolíticas, portanto linguístico-culturais, pela devoção fundamentalista ao crescimento ilimitado, com sua destrutiva e monótona narrativa de concentração de renda sincrônica à concentração linguística, que desperdiça modos de ver o mundo sobre temas vitais de hoje, como solidariedade, autogestão, saúde, arte, biodiversidade, sustentabilidade, etc.²⁶.

A história oficial e mediática, para a qual o mundo começou na experiência helênica, tem sido a história desta dupla concentração. Na Península Ibérica, por exemplo, sabemos, a concentração castelhana ataca o galego²⁷, o basco, as falas asturo-leonesas, o aragonês, o catalão, e mesmo o árabe (Barbosa, 2008:106); no Brasil, que se pensa ser monolíngue, mas não o é, cerca de mil línguas se perderam devido à eliminação física dos falantes durante os agora 512 anos desde o nosso achamento, restando outras 180 sob ameaça (Seki, 2000); no Chile, a violência contra o mapuzungun; e, no mundo, segundo a atualização em 08 de fevereiro de 2017 do *UNESCO Atlas of the World's Languages in Danger*²⁸, 2.465 línguas estão em perigo de serem extintas até o final do século (quase metade das atuais línguas e dialetos), sendo o Brasil um dos países com mais línguas ameaçadas (161), juntamente com os Estados Unidos (191) e a Índia (197)²⁹.

É neste quadro, no qual, como atesta a UNESCO, em que a tendência é de que metade das 7.000 línguas e dialetos falados hoje no mundo se extingam ao longo deste século, que surge a questão da língua portuguesa inclusive

como um idioma oficial das Nações Unidas³⁰, na qualidade de uma língua global, pois está entre as cinco mais faladas no mundo, e que é a mais falada no Hemisfério Sul; e isto em curva ascendente ainda acentuada nas próximas décadas por razões demográficas, principalmente no continente africano. Ainda de acordo com o chanceler luso na ONU, as projeções indicam que em meados deste século serão cerca de 400 milhões de falantes de português e que até o ano 3000 500 milhões de pessoas em todo o mundo o falarão como idioma nativo³¹.

Qual a melhor estratégia portanto, o ponto de convergência, para o galego vivo, o Brasil transcultural e a Lusofonia, fortalecida com sua reintegração à língua materna³², frente à esta situação? Dito de outro modo, como Galiza, Brasil e Lusofonia podem escapar da articulação concentração linguística-concentração de renda quando cerca de 8% da população mundial controla 80% de toda a “riqueza”³³? Quando, se há sinais de emergência de novos polos de poder, há também sinais de que a “riqueza” continuará concentrada a médio prazo nos EUA e na Europa³⁴? E mais: quando se sabe que isso só é possível dada à servidão voluntária de grandes setores da sociedade global, capturados pela compreensão hegemônica dos conceitos (ver *Capítulo 6*) de desenvolvimento e riqueza, que também captura aqueles 8%?

A realidade é que foi esta concepção de desenvolvimento e riqueza que capturou as esquerdas e permitiu que os avanços sociais obtidos em gestões de orientação socialista fossem facilmente descartados bastando criar psicopoliticamente quadros internacionais e nacionais de “crise econômica” que estariam ameaçando o “crescimento”.

Foi assim com o Brasil, por exemplo, quando as manifestações de indignação difusa que emergiram em 2013 eram articuladas com as perdas acumuladas até 2015 (ano em que o governo da coalizão foi psicopoliticamente implodido mediática, jurídico e parlamentarmente), por exemplo na exportação de *commodities*³⁵, para compor a ameaça de que não haveria mais “crescimento”, pois a economia brasileira teria sido destruída pelo Partido dos Trabalhadores, especificamente pela gestão da Presidenta Dilma, na qual ocorreu retração do PIB, este índice que desconsidera por exemplo os impactos ambientais, ou seja, desconsidera a insustentabilidade deste modelo de “crescimento” sem limites.

Como fazer então para que avanços importantes no mundo, que superem a tendência do “abismo intransponível entre os representantes e os representados” (Maffesoli, 2007:10) consigam florescer, se manter e não desaparecer sob a onda fascista, que quer o crescimento ilimitado? Portanto a questão é como converter sucessos iniciais, tantas vezes a seguir vencidos pelo retrocesso, em desencadeamento sistêmico de transformação política efetiva e continuada que recusa winnicottianamente a se instalar na desilusão (Winnicott, 1975:201), pois “ainda que exista, em termos econômicos, um abismo claro e crescente (...), a divisão política não segue o mesmo padrão. (...) as forças de centro-direita ainda comandam aproximadamente metade da população mundial, ou pelo menos daqueles que são politicamente ativos de alguma forma” (Wallerstein, 2012).

A pista para a escolha da estratégia para esta renovação cultural está em compreender como tal cultura de dupla

concentração consegue avançar: através da ação psicopolítica, que restaure a capacidade de pensar, querer e julgar. Por isso é que essa capacidade da ação psicopolítica de provocar mudança na agência individual e na multidão é claramente percebida, dentre tantos exemplos, que nomeia em outros momentos deste livro, pelos (1) velhos mediadores do coronelismo midiático (Santos, 2011) -“coronelismo 2.0³⁶- pelo (2) caráter panóptico da internet sublinhado por Marcos Dantas (Pereira & Brito, 2011), pelos (3) estudos avançados de neurociência para fins políticos e mercadológicos e pela (4) história da guerra em sua atual geração: a da guerra psicológica, baseada na “disciplina de gerenciamento da percepção, dirigido, essencialmente, para o uso da informação com o fim de confundir, decepcionar, desestabilizar e desbaratar uma população ou um exército adversário (...). O importante, nessa guerra, é a inserção de falsidades na percepção do adversário, prevenindo-se de que ele possa fazer o mesmo, e a adivinhação de seus segredos, garantindo um domínio na condução da ação pelo poder de decepção adquirido” (Antoun, 2008:13).

A estratégia do genocídio utiliza o mesmo princípio. Seguindo com Antonio Miguez a teoria de G. H. Stanton (1998) (*apud* Sanmartin, 2010:184), verificamos suas oito fases: (1) Classificação, feita em época de paz, quando os genocidas separam-se dos ‘inimigos’; (2) Simbolização, quando faz aderir, através sobretudo da pedagogia e da mídia, símbolos negativos ao “inimigo”; (3) Desumanização, quando logra-se definir o “inimigo” como “não-humano”; (4) Organização, atendendo à demandas de quem o controla; (5) Polarização, com o agravamento, inclusive

legal, da tensão; (6) Construção de listas de morte; 7) Extermínio, sempre organizado e programado pela força; e (8) Negação, quando “os perpetradores de genocídios cavam tumbas coletivas, queimam corpos, tratam de ocultar toda evidência e intimidar testemunhas (...) mesmo muitas décadas depois dos factos” (op. cit.:185).

Portanto, dos oito pontos do genocídio, sete são operações psicopolíticas, pois operações psicológicas para gerarem efeitos políticos, portanto operações mentais no fluxo de pensamentos e afetos, na cultura do psiquismo, e apenas um é o extermínio propriamente dito. É assim que as operações mentais, conscientes de que biogênese, psicogênese, sociogênese são apenas uma, contaminam o território mental (Ouriques, 2009b) dos indivíduos com os estados mentais esquizofrenogênicos do dualismo que move o aburguesamento das políticas públicas e com o pesadelo evolucionista de que “riqueza” e “felicidade” (sempre a promessa da felicidade da segurança e da proteção, pois é ela que institui o ser humano como condição) seria no futuro sentar ao lado do “Pai”, nesta cosmologia um aristocrata tecnologicado, quando já o 1º Relatório do Clube de Roma, Limites ao Crescimento³⁷, de 1972, advertia não existirem recursos naturais para produzir tais produtos e serviços para todos: “se as pessoas (...) alcançassem subitamente o modo de vida dos norte-americanos, o mundo precisaria de mais quatro planetas para fornecer os recursos para seus produtos e absorver os respectivos resíduos. A capacidade de suporte da Terra já está passando dos limites em cerca de 40% -e isso quando ainda metade da população mundial vive em verdadeira pobreza” (The Worldwatch Institute, 2010:187).

Estamos portanto com imensa oportunidade nas mãos, pois “(...) quando os colonizadores nos dizem que os nativos estão florescendo, prosperando, faríamos bem em ser cautelosos. Os problemas aparecem quando os próprios nativos nos dizem que estão prosperando. (...) Não teríamos nós paternalizado os colonizados o bastante, sem informá-los de que são cabeças-duras demais para se darem conta de que são miseráveis?” (Eagleton 2005:179).

A Oportunidade

Trata-se assim da oportunidade de investigarmos com sinceridade (Ouriques, 2010b) o quanto o ser humano lusófono mantém em suas atitudes e estratégias o padrão pós-colonial? E o que fazer então para o ser humano lusófono e global descolonizar-se? Para que o ser humano não faça “mais do mesmo”?

É por isso que trago aqui a Teoria Psicopolítica, como renovação da teoria social e da filosofia, que permite escapar deste fechamento mental pós-colonial: o fechamento psicopolítico que é a unidimensionalização do território mental pela narrativa do crescimento ilimitado, impregnada nos *Aparelhos Psicopolíticos da Cultura* (ver *Capítulo 3*), nos quais os sujeitos, imersos em rede, acreditam de maneira fundamentalista serem seus os estados mentais que esta formação cultural lhe apresenta, exatamente os estados mentais da ignorância, do ódio e pela ganância, e seus conexos, que assim o atravessam e falam por ele: “As forças antigas da ganância humana e da violência, reconhece-se, conseguiram apenas encontrar uma nova legitimidade nas doutrinas antropocêntricas da salvação secular, nas ideo-

logias de progresso, normalidade e hiper-masculinidade, e nas teorias de crescimento cumulativo da ciência e da tecnologia” (Nandy, 2011:X).

Tais forças antigas afastam o território mental da experiência da solidariedade (que constituem a segurança e a proteção), e são legitimadas pela teoria social e a filosofia hegemônicas, para as quais “a solidariedade significa um tépido consenso ou um funesto conformismo” (Eagleton, 2005:233); quando a segurança e a proteção é o estado mental fundacional, portanto a cultura fundacional do ser humano, pois sua condição comunicacional como ser de linguagem, que, como dizem os galegos, agarima (protege, ampara, trata com carinho), e que assume tantos outros nomes, como amor, liberdade, emancipação, respeito à alteridade, justiça social, equidade econômica, políticas públicas sociais, Direitos Humanos, Direitos da Terra.

Sabemos que os organismos surgem, se mantêm e transformam-se no exercício autopoietico de coordenações ontogênicas consensuais, que reafirmam a todo momento o prazer de conviverem na aceitação mútua, em recorrências de interações cooperativas (Maturana & Varela, 2001). Esta mesma condição é o que funda a linguagem, esta prova viva de que não só é possível, não-dualisticamente, a unidade aberta na diversidade, mas que também a cooperação fraterna é o princípio organizador da experiência societal, pois “as palavras são nodos de redes de coordenação de ações” (Maturana, 1997:105-106) e o social o domínio de acoplamento estrutural recíproco; de aderência biológica, do prazer da companhia, do vínculo, que durará tanto quanto dure a alegria de estar junto.

O caminho da emancipação é, assim o de reflexionar e

incorporar psicopoliticamente, passo a passo, respiração a respiração, movimento a movimento, palavra a palavra, pensamento a pensamento e afeto a afeto, o estado mental formado pelo (1) conhecimento e compreensão da solidariedade como condição instituinte do ser humano, em oposição à ignorância do dualismo e da suposta impossibilidade da comunicação e da sociedade; (2) pela gratidão, celebração e compartilhamento da alegria de viver, em oposição ao ódio, que cai na tentação de controlar; e (3) pela ação desinteressada, que move o ser humano maravilhado pela “pura gratuidade germinativa do mundo material” (Eagleton, 2005:287-288), em oposição à ganância.

Quando os sujeitos articulados nas redes que também são as instituições, aqui nelas incluídos os movimentos de mudança “social”, inclusive aqueles que a mudança seria “espiritual”, permitem-se julgar, e assim agir, capturados pelos mesmos valores que querem ver superados no plano supostamente “social” acabam gerando o retorno do fascismo, que é apenas a densificação do fascismo, aparentemente de baixa intensidade, do cotidiano. É constante geral no comportamento das vítimas de genocídio a “atitude de estar passiva, na confiança em que nada grave se passaria e que, em qualquer caso, não se ultrapassaria um determinado grau de repressão” (*apud* Sanmartin, 2010:185).

Continuará o ser humano na Lusofonia e globalmente a agir da mesma maneira em relação as mesmas coisas, com os mesmos resultados, fartamente documentados, que obteve-se até hoje? É necessário repetir o padrão revelado por Sylvia Rivera quando ela foi rejeitada³⁸ na *Christopher Street Liberation Day* de 1973 pelo próprio movimento gay,

apesar de ter sido ela que começou, e Marsha P. Jonhson de imediato a apoiou, a Revolta de Stonewall, que consolidou o movimento pelos direitos gays? Ou o ser humano assumirá a responsabilidade psicopolítica sobre seu território mental, sobre sua contribuição, seu discurso cognitivo e afetivo, em rede, à cultura humana?

Tal repetição já foi longe demais, para quem assim julgar. Indignado com as fraudes sistêmicas nos mercados financeiros, o economista Randall Wray afirmou que “somos controlados por ladrões” (Belluzzo, 2012), pois movidos pela mentalidade que encontrou fortes sistematizadores em John C. Calhoun, Friedrich Hayek, Ludwig von Mises e James McGill Buchanan. Por isso, para outro especialista, estamos diante do “colapso moral definitivo dos grandes bancos (...) os quais estão por trás de uma feroz resistência aos esforços para sua regulação feitos na Europa e nos EUA” (Assis, 2012).

Isto me faz lembrar dos anos 80 e 90 quando eu era dos poucos a discordar da “virtude” da desregulamentação financeira e da crucificação do Estado e do servidor público, época em que os bancos comerciais passaram das operações de empréstimos-depósitos para o terreno da “securitização” de “recebíveis de todos os tipos, em especial os baseados em empréstimos hipotecários, dívidas de cartões de crédito, mensalidades escolares, em suma, todo tipo de *cash flow* com alguma possibilidade de ser pago pelos devedores finais. Os bancos trataram de “empacotar” os créditos, os bons, os ruins, os péssimos e remover a “mercadoria” dos balanços, mediante a criação de *Special Investment Vehicles*. Vislumbraram o novo Eldorado. A festa dos mercados de crédito e seus derivativos ia animada, os

lucros cada vez mais gordos quando vieram à tona os cadáveres dos devedores *NINJA* (*No Income, No Job and no Asset*), vítimas e beneficiários dos empréstimos subprime. (...) Agora curtimos as consequências do colapso financeiro e econômico. Esse desastre global juntou miopia, desmonte dos controles internos das instituições e captura dos reguladores. O resultado dessas proezas não foi outro: a enxurrada de manobras fraudulentas, como a manipulação da Libor, a lavagem de dinheiro, ou seja, a completa “indisciplina dos mercados” (Belluzzo, 2012).

Esta indisciplina intencional passou a ser aplicada no Brasil pós-golpes, após ter sido aplicada na Europa com a penalização, inclusive pelas “leis Hartz”³⁹ alemães (que no Chile se chamam “Leyes Concertación”), de Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha, batizados de Piigs, acrônimo triplamente depreciativo, preconceituoso e sintomático: (1) por atribuir o desastre às supostas imperfeições institucionais que teriam fundado as bases do euro, argumento que tenta ocultar que elas resultam da visão “livre mercadista” (*op. cit.*); (2) por fazer isso em inglês, quando o acrônimo soa e é escrito de maneira muito próxima a “porcos”; e, assim, (3) por atribuir, por projeção, mais uma vez à natureza, um comportamento exclusivamente humano, assim como a da tortura o é; no caso, a tortura feita ao prometer o que sabe que não vai ser entregue: o padrão de consumo dos segmentos ditos “desenvolvidos”, que segue sendo a cenoura à frente do cavalo.

Nas últimas décadas foi fechado o horizonte estatístico do planeta e hoje sabemos o que de fato está acontecendo: a imagem que emerge é trágica, apesar de todos os esforços em contrário, debilitados pelos teor das teorias so-

ciais e da filosofia hegemônicas: “Queremos parar de nos matar de trabalhar para construir coisas inúteis e destruir o planeta. Queremos priorizar radicalmente a melhoria da situação de um bilhão de pessoas que passam fome e de dez milhões de crianças que morrem anualmente de causas ridículas. Queremos a prosaica qualidade de vida, o prazer do cotidiano, em paz, para todos, e de forma sustentável. O sistema hoje vigente produz muitos bilionários, mas não responde aos anseios de uma vida digna e sustentável para todos. Na realidade, agrava todos os problemas, e nos empurra para impasses cada vez mais catastróficos. Temos um deslocamento ético fundamental pela frente: parar de nos admirar com a fortuna dos afortunados, como se fossem símbolos de sucesso. A ética do sucesso deve estar centrada no que cada um de nós, individualmente ou em atividades institucionais, contribui para melhorar o planeta, e não no quanto consegue dele arrancar, ostentando fortunas e escondendo os custos” (Sachs *et alli*, 2010).

Os Desafios de Galiza, Brasil e Lusofonia São os Mesmos Desafios dos Povos na Terra

É assim que é decisivo entender que os desafios de Galiza, Brasil e Lusofonia são os mesmos desafios dos povos sobre a Terra, como lembra Artur Alonso, pois estão todos imergidos nas mesmas lutas globais, na necessidade de guardar e proteger a memória, a identidade, “caminhando todos sobre o mesmo ventre materno” (Barbosa, 2011), desafiados a parar de admirar “a fortuna dos afortunados”, a parar de odiarmo-nos ou de odiar quem quer que seja, pois é o ódio que alimenta tal “fortuna”.

A estratégia da Teoria Psicopolítica como via de emancipação, aproximando-nos do escritor açoriano Cristovão de Aguiar, é “desvencilhar-me dos muitos caudilhos que ainda me amarram a um cais de onde nunca embarquei e nem sequer me lembro se em cima dele fui ficando permanecido”⁴⁰ (*apud* Chrystello, 2010:200). Nicolas Dirks é cirúrgico: “o mundo pós-colonial é aquele em que podemos viver depois do colonialismo, mas nunca sem ele. O colonialismo continua a viver sob maneiras que talvez tenhamos apenas começado a reconhecer. (...) Estamos diante dos deslocamentos extraordinários do colonialismo para os nossos sentidos de *Self* e de sociedade” (Dirks, 1992:23).

Dentre estes deslocamentos estão, e a eles avisei, a esquerda neodesenvolvimentista, que recusa a rever o conceito ‘riqueza’ (Silva & Ouriques, 2010), erro fatídico dos governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil, e a Academia movida pela sua financiada “dissidência consentida”, na qual “a rebelião se torna pouco a pouco uma questão de aprender a prática radical correta de acordo com textos produzidos nas cidadelas globais do conhecimento” (Nandy, 2003:118): “eles produzem não apenas modelos de conformidade, mas também modelos de “dissidência oficial”. É possível hoje ser anti-colonialista de uma forma que é especificada e promovida pela visão de mundo moderna como “boa”, “saúdável” e “racional”. Mesmo quando na oposição, esta dissidência permanece previsível e controlada” (id.:XII).

É assim que a repetição *ad nauseam* pelo *self*, pelo interlocutor e pelo ambiente dos estados mentais da ignorância, ódio e ganância gera nos que se opõem a eles pelo

menos três tipos de reação: (1) os de uma apática ou agitada adesão inconsciente; (2) os da tristeza e desesperança; e (3) os da raiva e desejo de vingança⁴¹. Os dois últimos resultam da decepção propositalmente provocada pelas citadas operações psicopolíticas, como vimos (e que estão alinhadas com a fraqueza apontada por Nietzsche quando diz que o sofredor prescreve o mel da vingança para seu sofrimento); e os três -como se o mal fosse uma exterioridade absoluta, tornam-se *imprints* diários, respiratórios, padrões musculares, constelações históricas, Lebenswelten, que retro-alimentam o status quo. É preciso calar esse monólogo (Domingos, 2012), o do crescimento ilimitado, manifesto na industrialização, Iluminismo, cultura protestante de prestar contas, qualificação e competência profissional e economia baseada em crédito (Welzer, 2012:16). E como calá-lo? Apenas mudando psicopoliticamente a capacidade de pensar, querer e julgar.

Do Controle à Observação

Decepcionado com as meta-narrativas que foi capaz de epistemicidamente criar, o Ocidente consolidou na pós-modernidade a garantia da inexistência de qualquer sentido e colheu a totalização pela “verdade absoluta” do estado mental capital, baseada na incapacidade de controlar os estados mentais referidos da ignorância, ódio e ganância. Assim, os movimentos sociais dispõem basicamente ou da economia política, que os devolve à tríade evolução/progresso/desenvolvimentismo, ou os estudos culturais, que malgrado suas imensas conquistas, se vê envolvido com as ilusões do pós-modernismo, a respeito das quais Terry Eagleton faz “uma observação sinistra”: “O conjunto de

sua obra acerca do racismo e da etnicidade, da paranóia de pensar a identidade, dos perigos da totalidade e do medo da diferença: tudo isso, junto com seus insights aprofundados sobre as artimanhas do poder, sem dúvida revelar-se-ia de considerável valor. Mas seu relativismo cultural e seu convencionalismo moral, seu ceticismo, pragmatismo e bairrismo, seu desagrado com as ideias de solidariedade e organização, sua falta de qualquer teoria adequada de acção política: tudo isso ia depor muito contra ele. No confronto com seus adversários políticos, a esquerda, hoje mais do que nunca, precisa de sólidos fundamentos éticos e mesmo antropológicos: é provável que nada menos do que isso nos possa suprir dos recursos políticos que necessitamos. E, nessa área, o pós-modernismo acaba sendo mais parte do problema do que da solução” (Eagleton, 1998:130).

Portanto, atentos ao fato da economia política lembrar que os direitos sociais e políticos, bem como a *free culture*, não se transformam substancialmente em direitos econômicos, é preciso então superar o ponto cego destas teorias: da primeira, como dito, a captura pelas teorias do progresso; do segundo (ver Capítulo 3), ouçamos novamente Eagleton: “Tem sido acanhada [a teoria cultural] com respeito à moralidade e à metafísica, embaraçada quando se trata de amor, biologia, religião e a revolução, grandemente silenciosa sobre o mal, reticente a respeito da morte e do sofrimento, dogmática sobre essenciais, universais e fundamentos, e superficial a respeito da verdade, objetividade e acção desinteressada. Por qualquer estimativa, essa é uma parcela da existência humana demasiado grande para ser frustrada. Além disso, esse é um momento bas-

tante embaraçoso da história para que nos achemos com pouco ou nada a dizer sobre questões tão fundamentais” (Eagleton, 2005:144).

Sem dúvida: “A vocação da análise, como a da própria letra, é que seu comum espírito nos empurre à ação libertadora” (Casal, 2010:314). Vejamos então os fundamentos da narrativa do crescimento ilimitado para tratarmos de avançar as teorias e metodologias disponíveis. Já na década de 70, Roger Garaudy sublinhava que desde o século XVI o postulado de três primazias moveram o Ocidente (Garaudy, 1978). A partir dele, as comento:

1. A primazia da ação e do trabalho. Primazia que move o “produtivismo”, é a que moveu Fausto: paradigmatisa o pacto com o “inimigo da luz” (“os seres humanos não prestam e por isso eu sou como eu sou”) para suspender a morte (e portanto a vida) e obter a técnica e o “progresso” mesmo que sofra ao final. Gera tanto as revoluções burguesas quanto as socialistas. Apenas os anos 60 vão questioná-la com os valores da contra-cultura, da festa, da dança e da escuta de epistemes na diáspora, que em sua maioria ainda continuam na diáspora, instauradores do ato de viver, da pulsação, da celebração da dádiva (Godbout, 1999) e, portanto dos Direitos Humanos e dos Direitos da Terra;

2. A primazia da razão. É necessário aqui desfazer antiga confusão que jogou o bebê fora junto com a água do banho: confundiu-se a razão instrumental com a razão, em verdade formada também, por exemplo, pela razão cognitiva e pela razão axiológica, além de integrada pós-platonicamente com o desejo e o corpo. Nesse sentido pode-se dizer que o Ocidente não é a morada da razão, mas o exí-

lio da verdade (Jambet, 2005), pois lá se foi a razão pelo ralo. Para a razão instrumental o que importa é o “como” e nunca o “porquê”, opção que resulta na ausência de finalidade, na ausência de sentido. É a tal ausência que se dirige o consumismo com a irresponsabilidade sistêmica de indivíduos e sociedades à beira do colapso psicótico⁴² (Melman, 2003) e assim aditos, em estado de perversão, a um objeto do real ou imaginado que supõem dar tal conta da lacuna sinistra em que a vida se torna quando julgada pelos estados mentais da ignorância, ódio e ganância. Daí também a absolutização da “disputa”, pois o entendimento seria impossível, e diante da qual no qual qualquer outra questão e dimensão, como amor, objetividade, verdade, comunicação, sociedade é descartada como “teológica” ou “metafísica”;

3. A primazia do "mau infinito". Em Garaudy é o do infinito puramente quantitativo, em que tudo que é tecnicamente possível é desejável e necessário. É a experimentação total do mundo, identificada por Humboldt. Agrego: esta primazia surge na operação ontológica e epistemológica da morte da vida, cristalizada pelo perspectivismo ontológico de que o caos seria o sentido que está na origem. O campo vital no qual o ser humano emerge e submerge está assim reduzido a “recursos” em disputa.

Compreendidas estas primazias, vejamos então a cartilha deste resultante “sujeito do autocontrole contínuo e dos balanços anuais” (Vogl, *apud* Welzer, 2012:17), que mostra como tal treinamento psicopolítico é feito na direção da servidão. A seguir, mostro como ele pode ser usado a partir da visão epistêmica, acima referenciada, a favor da emancipação. Este sujeito, ao introjetar aquilo que

pode e deveria ser, liberta-se, sim, de antigas obrigações externas como, por exemplo, as coerções feudalistas, mas passa a assumir tanto “deixar uma obra de vida na Terra”⁴³ quanto, por imposição, novas coerções e necessidades de orientação que até então desconhecia: “categorias como responsabilidade própria, disciplina e vontade tornam-se significativas para o indivíduo em formação a partir do momento em que ele não apenas pode como também deve “tornar-se alguém” na vida” (Welzer, 2012:16).

Prossigamos então, com Harald Welzer, a examinar o essencial dessa cartilha: se na era pré-moderna a vida teria sido um caminho de tempo sem grandes variações que antecedia a morte, depois da qual existiria uma felicidade no “além”, absorver dentro de si o máximo possível do mundo, como disse Wilhelm von Humboldt, o que “produz uma crescente pressão de “economicizar” a si mesmos e à vida. Essa tal condução de vida exige controle, medida e observação. Em resumo: um alto grau de auto-coerção, de coerção interna” (*id.*).

“O máximo possível do mundo”. Nessa expressão enfática de Humboldt, o horizonte do valor burguês-capitalista do “melhor, mais e mais longe” infinito parece estar voltado para dentro. A própria individualidade se torna uma tarefa continuada de desenvolvimento com degraus e metas claras, ou seja, o sucesso biográfico se torna mensurável. O “homem econômico” (*ökonomischer Mensch*, Joseph Vogl) (...) se notabiliza pelo fato de que precisa documentar e justificar para dentro e para fora os seus próprios progressos em um universo exato e cada vez mais consolidado de provas, balanços e prestações de conta. Como já

apontou Max Weber em seu famoso estudo *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, o homem econômico e sua estratégia de auto-observação se formam a partir do tipo de empreendedor burguês e do profissional que capta cada movimento em seus atos de negócio, em uma constante busca pela otimização dos seus processos e sistemas: ‘Com os livros de contabilidade faz-se um tipo de diário de negócios que controla o fluxo comercial a partir do fio condutor de todos os eventos que ingressam, e logo continua como disciplina escrita do autoexame continuado. (...) Cada dia que passa (...) é dia de balanço e de julgamento, e é analisado segundo o seu rendimento’⁴⁴ (*ibid.*:17).

Temos portanto aí quase todas as atitudes mentais que precisamos para fazer, de acordo com a Teoria Psicopolítica a gestão do próprio território mental, a gestão da mente⁴⁵, a gestão da cultura e descolonizarmo-nos em rede⁴⁶. Ei-las:

1. rigorosa auto-observação de si, do horizonte interno, pelo controlar, medir e observar através de um intenso grau de autoc coerção através da responsabilidade própria, disciplina e vontade;
2. trazer para dentro de si o máximo do mundo;
3. paciência e perseverança estoicas (talvez por isso por outro lado hiperhedonista);
4. julgar e justificar para dentro e para fora e prestar contas diárias, de maneira documentada, de seus avanços;
5. otimizar constantemente sua performance;

Porque eu disse quase todas? Porque as quatro últimas

são potencialmente emancipatórias. A que precisa ser ajustada é a primeira, e em dois aspectos.

As tarefas aprendidas nesta atitude precisam ser exercitadas:

1. em ordem inversa -ou seja, observar, medir e controlar; senão o sujeito estará reificando o postulado do controle sobre a vida insistindo no crescimento ilimitado, pelo terror de ser incompleto e de que vai morrer, quando a sua condição comunicacional como ser de linguagem é a de que ele só é completo quando, de maneira não-dualista, se reconhece como incompleto (quando não lhe falta a falta), a condição que o institui na convivialidade do viver junto, pois a verdade, de maneira transdisciplinar e transcultural, está ele e o “outro”, entre as culturas;
2. e passando da auto-coerção para a auto-coesão interna, pois o vigor da diferença, ameaçada pela unidimensionalidade do crescimento ilimitado que recusa a diferença que é a morte, depende do vigor da identificação, do vigor do falante, de sua língua, de sua voz efetivamente própria, de sua cultura; o que só é possível através do “enraizamento dinâmico que, reencontrando os grandes eixos do pensamento de Spinoza, efetivamente frisa que o homem é uma parte da natureza” (Maffesoli, 2007:139-140).

Depois do Fim

Apesar de tanto tempo desde Thomas Hobbes e seu *Leviatã* (1651), sua compreensão negativa do ser humano e da natureza está globalizada. Se os seres humanos são

potencialmente iguais no “narcisismo” da fogueira de vaidades, quando se quer superar este estado ajuda lembrar a dupla existência do narcisismo: o primário (1), positivo, com o qual o sujeito constrói sua identificação (olhando no espelho ele é capaz de reconhecer este sou eu), experimentando-se no encontro com a alteridade; e outro, (2) o secundário, negativo, parasita do aparelho psíquico (olha no espelho e pensa: o que os outros acham de mim?), que faz o sujeito caminhar em direção à morte psíquica, movimento manifesto na tendência de reduzir os investimentos do eu ao nada, a retirada dos seus investimentos objetivos.

O sujeito então se encapsula na não-objetividade da perversão, pois objetividade é “uma abertura solidária para as necessidades de outros, algo que está muito perto do amor. É o oposto do egoísmo, não de interesses e convicções pessoais” (Eagleton, 2005:180); é da ordem de um conceito alvo do escárnio da esquerda: o da ação desinteressada⁴⁷, portanto em sua origem um conceito político radical, que é “essa espécie de simpatia imaginativa (...) [que] se compraz com o bem-estar dos outros com um gosto quase sensual. O desinteresse -que, para a teoria pós-moderna, é a última palavra em matéria de ilusão- é um tapa no individualismo egoísta (...)” (Eagleton, 2005:183-184).

A ação desinteressada, que desmonta o “crescimento ilimitado” que fragmenta a Lusofonia e o diálogo entre as culturas do mundo, é alegria, gratidão, entusiasmo, disposição afetiva em direção a si mesmo e ao outro, em direção à natureza e à cultura, gratidão e celebração orgiástica da vida. Dito de outra forma, o território mental tomado,

dito de uma forma bem sintética, pelo narcisismo secundário é o do desinvestimento pulsional, de um desinvestimento na vida com o qual ingressa-se no regime de servidão, pois é a oscilação, opção e fixação do sujeito entre os polos narcísico e alteritário que determina a qualidade colaboradora e sustentável da atitude política.

A predação do corpo de si (uma vez que o sujeito supõe “ter” um corpo), do corpo do outro humano e do outro natureza “se transformam em formas materializadas de ser e de agir das individualidades. Consequentemente, a perversão se institui como a maneira por excelência do usufruto dos bens e dos valores que circulam no espaço social. (...) Enunciar que a perversão é a forma fundamental para as individualidades se apropriarem dos bens e dos valores, para o usufruto do seu gozo, implica afirmar que não existe mais, neste contexto, a possibilidade de se estabelecer laços intersubjetivos alteritários e de se instituir relações de reciprocidade, isto porque o outro é sempre manipulado como sendo um objeto para as individualidades, reduzindo-se então a um mero fetiche para incrementar o gozo. (...) Nesta cultura não há mais lugar para certas coisas básicas da existência, como o amor, a amizade, o afeto gratuito e até mesmo o desejo” (Birman, 1996:131).

Ora, assumir, então, retirar psicopoliticamente da língua, do território mental, a reafirmação dos estados mentais da tristeza e desesperança, do ódio e vingança é “ser politicamente ativo [o que] nos ajuda a criar as condições sociais para a virtude, [pois a política] (...) é também uma forma de virtude em si mesma. É tanto um meio quanto um fim” (id.). Isto é difícil? Sim, até a Declaração de Independência dos EUA (1776) reconhece: “de facto a ex-

periência mostra-nos que, enquanto lhe for possível suportar as contrariedades, a Humanidade está mais disposta a sofrer do que a reparar os erros abolindo as formas a que se habituaram”⁴⁸. Mas se discordamos desta que seria então uma inexorabilidade a atentar contra o primado da autonomia e da criatividade, o que nos resta fazer? Mais do mesmo? Ou uma tomada ontológica e epistemológica, e assim teria, metodológica e vivencial distinta? “Neste momento é preciso voltar á raiz, a concibir de novo unha vida con sentido (...), e iso dalle unha nova tarefa á literatura, buscar el fondo do humano. É o momento de voltar a intentar a traxedia: a purificación da alma na catarse da dor e do horror, a morte en sacrificio, a morte que ilumina a vida. A morte con sentido e, polo tanto, a vida con sentido” (Toro, 1997:130).

Quando se quer nos opor e resistir, ou então resiliarmos, assim, propor, inventar algo realmente novo que desencadeie sistemicamente transformação, é preciso despir-se das roupagens de vítimas e das de algozes dos algozes, esta relação imbricada do regime de servidão (Birman, 2006). Ao ser assassinado, Gandhi tombou tendo como sua narração final o mantra Rama (um aspecto de Krishna) que resgata Cita, a esposa de Rama, o arquétipo da alma, então roubada pelo demônio. Ou seja, Gandhi narrou-se na morte referenciado na poética do resgate da alma, da “Grande Alma”, portanto da poesia em seu sentido mais pleno.

Como escreveu-me Concha Rousia um dia: “Autonomia mental, descolonização é o que mais falta nos faz... temo-nos sentido demasiado impotentes durante demasiado tempo... a poesia é um curativo, tivemos que beber muita

poesia para resistir e combater esses pensamentos que nos ajudaram a colocarmo-nos no papel de vítimas (...) temos que nos libertar... psicopoliticamente falando (...)”⁴⁹.

O que se quer preservar, portanto, quando se luta pelo vigor de uma língua ameaçada diante do referido “sujeito do autocontrole e dos balanços anuais” que faz crescer o fenômeno cidade em todo o mundo, o que tende a reduzir a diversidade linguística (Conill, 2010)?

O relatório 2012 do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT), *Estado das Cidades da América Latina e Caribe*, mostra que o Brasil (e os países do Cone Sul), com seu reconhecido papel nos destinos da Lusofonia, terá em 2020 90% de sua população vivendo em cidades, o que vai degradar estruturalmente ainda mais os ecossistemas na região mais urbanizada do mundo.

O que fazer então Galiza, Brasil e Lusofonia pela emancipação transcultural? Pois a verdade está entre as culturas, cada uma delas e todas elas incompletas e, por isso, constituídas na condição da comunicação, para o qual é obrigatório reconhecer a verdade do outro -pois não é possível falar sem que se se considere verdade o que se fala, mesmo que seja a verdade de se estar em dúvida ou de que se deve mentir- e com ele, argumentando, vivendo juntos, verificarem, sempre juntos, se tal verdade é verdadeira ou não? O que será que o ritmo da vida quer nos dizer com esse processo generalizado de desaparecimento de línguas? Seria uma inversão da Torre de Babel? Ou seja, caminharíamos para aumentar potencialmente a capacidade de comunicação transcultural?

O que há decerto estrategicamente, sob minha perspectiva, é convergir para o trabalho psicopolítico, de maneira a fazer vigorar a língua comum à cultura e à natureza: a língua da comunicação. Sim, do amor. Do amor de si e pelo outro, do *amor mundi*. Utopia? Ora, o presente é a utopia de ontem, sabemos. E contamos para isso com Manuel Riva, pois se vale para a Galiza vale para toda a periferia, inclusive para o pensamento periférico: “‘ser periférico te situa no centro do mundo’ (...), estabelecendo assim que a condição marginal da Galícia no mapa espanhol e europeu não é um obstáculo que a impeça sair ao mundo e ver o que ocorre em seu centro, muito pelo contrário, pois desde a Fisterra galega se divisa melhor uma realidade plural e múltipla do mundo contemporâneo (...) (.) as coisas desde ali se veem com muita claridade” (*apud* Kobiela-Kwaśniewska, 2005:570).

Transformar o mundo, repito, é editar a narrativa com referência nos valores comuns: “a liberdade separada da fraternidade e da igualdade não vale nada...” (Rousia, 2010:255). Para superar a servidão que historicamente impede pela linguagem a unidade aberta das forças de transformação cabe lembrar que a servil fragmentação “não desaparecerá da língua até que não desapareça da mente de seus usuários” (Nowakowska, 2005:313): “Há profundos desacordos tanto sobre objetivos de longo prazo quanto sobre táticas a curto prazo. Não é que esses problemas não estejam sendo debatidos. Ao contrário, são discutidos acaloradamente, e pouco progresso tem sido feito para superar essas divisões” (Wallerstein, 2012).

Ou seja, se “não conseguiremos governança no andar de cima se não organizamos governança na base da socie-

dade” (Dowbor, 2010b:183), o fato é que a base só se auto-organizará⁵⁰ quando re-vivenciar psicopoliticamente a condição comunicacional do ser humano; quando cada liderança, rede e organização observar, medir e controlar seus estados mentais de maneira a re-descreverem-se e então emanciparem-se em estratégias, táticas e atitudes, em metodologias participativas e apreciativas.

A traumatização continuada⁵¹ ao longo da história demanda a gestão psicopolítica que cada um faça em rede de si, pois a Lusofonia foi construída e continua a ser construída também, como o fez Castela, oprimindo muitas culturas, línguas e povos, como a “traumática história da conquista e colonização da África Lusófona” (Kalewska, s/d:19), da América Latina, do Brasil: o problema não é um ou outro império, mas o estado mental império⁵² e sua inconsequência societal, que faz por exemplo com que o Reino de Espanha oprima, como me referi, tanto a Galiza e as outras comunidades autônomas na Espanha, quanto nações do bloco ibero-americano e que, ao mesmo tempo, ele seja alvo de outros impérios, como o alemão e o norte-americano. José Manuel Barbosa chega mesmo a dizer que se os reis originariamente galaicos Afonso, o Sábio, e Fernando III, não tivessem mudado a língua “oficial” e assim o galego-português ocupasse a maior parte da península ibérica tal poder poderia talvez criar “um projecto imperial unificador tão indesejável como o castelhano” (Barbosa, 2010:162). Como lembra Concha Rousia, citando uma antiga história anônima hindu, um dia, angustiado, o discípulo acudiu ao seu mestre e perguntou-lhe: “Como posso liberar-me, mestre? O mestre contestou: Meu amigo, e quem é que te ata?” (Rousia, 2005).

Tudo o que disse aqui faz parte de minha dedicação à constituição de um novo contrato social, pois se o povo, a multidão, o precariado, os agrupamentos já não acreditam em seus representantes políticos, que “não cumpriram a parte do contrato pela que o cidadão renuncia à sua soberania” (Morell, 2012), é decisivo lembrar que tal renúncia se deu pelos indivíduos se entenderem como incapazes de controlar seus interesses, o que só é reversível desde uma perspectiva psicopolítica.

Terei a oportunidade de voltar ao tema no próximo capítulo. Por hora fico por aqui, com esse poema de Francis Ponge⁵³: “Proponho a todos a abertura dos alçapões internos, uma viagem pela densidade das coisas, uma invasão de qualidades, uma revolução ou uma subversão comparável à promovida pelo arado e a pá, quando, de repente, e pela primeira vez, vêm à luz milhões de pedaços de terra, fragmentos, raízes, vermes e pequenos animais até então enterrados. Ó recursos infinitos da densidade das coisas, oferecidos pelos recursos infinitos da densidade semântica das palavras”.

NOTAS

¹ Cf. <https://www.nytimes.com/2017/08/02/world/americas/brazil-michel-temer-corruption-charges.html>

² https://www.nytimes.com/2016/06/06/opinion/brazils-gold-medal-for-corruption.html?_r=0

³ Cf. <https://www.cartacapital.com.br/politica/12-retrocessos-em-12-meses-de-temer>

⁴ Cf. <https://theintercept.com/2016/10/18/20-anos-de-congelamento-de-gastos-nao-tem-paralelo-no-mundo/>

⁵ Cf. <https://jornalistaslivres.org/2017/12/camara-aprova-imposicao-de-publicidade-nos-uniformes-escolares/>

⁶ Cf. <http://www.ihu.unisinos.br/166-sem-categoria/569853-a-reforma-trabalhista-e-a-vitoria-do-brasil-colonia-sobre-o-brasil-do-desenvolvimento>

⁷ Como destaque em outro capítulo, “as operações psicológicas (PSYOP) são operações planejadas para transmitir informações e indicadores selecionados para audiências estrangeiras com o objetivo de influenciar as emoções, motivações, o raciocínio objetivo, e, em última instância, o comportamento de governos estrangeiros, organizações, grupos e indivíduos. PSYOP são caracteristicamente informações entregues para gerar efeitos, usadas durante tempos de paz e conflito, para informar e influenciar. PSYOP são uma parte vital da ampla gama de atividades diplomáticas, informacionais, militares e econômicas dos Estados Unidos. Quando adequadamente aplicada, as PSYOP podem salvar vidas de forças amigas e/ou adversárias reduzindo a vontade dos adversários de lutar. Ao baixar a moral do adversário e reduzir sua eficiência, PSYOP também podem desencorajar ações agressivas e criar a dissidência e o mal-estar dentro das fileiras do adversário, induzindo, em última análise, à rendição” (Joint Chiefs of Staff, 2003:ix, tradução e grifo do autor).

⁸ “A área da segurança pública no Brasil adquiriu extrema importância no governo de Michel Temer, com a implementação de uma política que tem por trás dela uma nova doutrina de segurança nacional. Essa doutrina vê os grupos ligados ao tráfico de drogas e os movimentos sociais ligados a uma visão de esquerda como os novos inimigos internos e alvos de uma política nacional de segurança que justificaria inclusive a intervenção as forças armadas. Além disso, a polícia militar tem um salvo conduto para atuar de forma violenta e, às vezes, até contra a lei em nome de um “bem maior”. O alerta é do sociólogo Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, professor e pesquisador da PUC-RS e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que vê um preocupante processo de militarização da segurança pública no Brasil.” Cf. <https://www.sul21.com.br/jornal/sociologo-alerta-para-nova-doutrina-de-seguranca-nacional-defendida-pelo-general-etche-goyen/>

⁹ http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2017/08/02/internas_polbraeco,614722/temer-conquista-votos-suficientes-e-se-livra-de-ser-investigado-no-stf.shtml

¹⁰ https://www.nytimes.com/2016/06/06/opinion/brazils-gold-medal-for-corruption.html?_r=0

¹¹ Cf. <http://portal.trf1.jus.br/sjdf/comunicacao-social/imprensa/noticias/justica-federal-do-df-suspende-aumento-da-aliquota-da-contribuicao-previdenciaria-do-servidor-publico-federal.htm>

¹² Cf. <https://www.poder360.com.br/economia/governo-ja-perdoou-mais-de-r-321-bilhoes-de-bancos-privados-em-2017/>

¹³ Cf. <https://oglobo.globo.com/brasil/antes-de-votacao-temer-distribuiu-15-bilhoes-em-programas-emendas-21596676>

¹⁴ Cf. <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/12/reforma-nao-afetara-militares-servidores-com-altos-salarios-no-legislativo-e-judiciario-dizem-tecnicos> ; <https://oglobo.globo.com/brasil/supersalarios-tribunais-estaduais-informam-que-auxilios-nao-podem-ser-contabilizados-no-teto-salarial-22197674>

¹⁵ Na íntegra da delação premiada do ex-presidente da Transpetro José Sérgio de Oliveira Machado, ele afirma “que no cargo de direção administrava com duas diretrizes: extrair o máximo possível de eficiência das empresas contratadas pela estatal, tanto em qualidade quanto em preço, e extrair o máximo possível de recursos ilícitos para repassar aos políticos que o garantiam no cargo”. “Machado afirmou [...] que o então vice-presidente da República Michel Temer pediu a ele que obtivesse doações oficiais para Gabriel Chalita, então candidato a prefeito de São Paulo. Depois, em outra conversa, Temer teria ajustado com Machado que este solicitasse recursos ilícitos das empresas que tinham contratos com a Transpetro na forma de doação oficial para a campanha de Chalita. O valor acertado ficou em R\$ 1,5 milhão, doação feita pela empreiteira Queiroz Galvão”. Disponível em: Cf. <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/politica/noticia/2016/06/lava-jato-leia-a-integra-da-delacao-premiada-de-sergio-machado-que-cita-michel-temer-6003084.html>

¹⁶ Lê-se no termo de colaboração (delação premiada) 10 do referido José Sérgio de Oliveira Machado, ex-presidente da Transpetro, “relativo à obstrução da Operação Lava Jato” (fl. 4), tornado público pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavaski: “Esse termo conjugado com as conversas gravadas mantidas com o colaborador nos dias 23 e 24 de fevereiro e 10 e 11 de março com os senadores Renan Calheiros e Romero Jucá e com o ex-presidente José Sarney, mostra com nitidez que está em execução um plano, com aspectos táticos e estratégicos, para, no plano judicial, articular atuação com viés político junto ao Supremo Tribunal Federal em aspecto específico da Operação Lava Jato e, no plano legislativo, retirar do sistema da justiça criminal os instrumentos que estão na base do êxito do complexo investigatório. Os efeitos desse estratégia estão programados para serem implementados com a assunção da Presidência da República pelo vice-presidente Michel Temer e deverão ser sentidos em breve, caso o Pode[r] Judiciário não intervenha”. Cf. http://publicador.jota.info/wp-content/uploads/2016/06/peca_3_Pet_6138.pdf

¹⁷ Cf. <https://www.csis.org/>

¹⁸ Cf. <https://defensegroupinc.com/>

¹⁹ <http://www.globalresearch.ca/the-real-reason-brazils-democratically-elected-dilma-rousseff-was-impeached-money-and-power/5543470>

²⁰ Cf. <http://www.bbc.com/news/world-latin-america-36545331>

²¹ Lembrado por Žižek (2015).

²² António Gil Hernandez lembra que afirmar que “o galego = português induz à certa confusão na explicação racional, enquanto promove justamente o que parece negar (galego \neq português)”. Ele deixa claro que, “embora um pouco mais longo, teria de se dizer: as falas galegas, portuguesas, brasileiras, luso-angolanas, luso moçambicanas... todas elas se correspondem com a escrita do português, da língua portuguesa”. Em conversa que tivemos em uma rede social, em 25 de agosto de 2012.

²³ De acordo com o professor Adriano Moreira, presidente da Academia das Ciências de Lisboa, “cabe ao Brasil um papel extremamente importante na dinamização destes problemas. Não apenas pela dimensão do Brasil, pela dimensão populacional do Brasil que fala português, mas pela presença e importância que sente o Brasil na organização internacional”.

²⁴ O professor Higino voltou a sublinhar esse fato em conferência no simpósio Do Desenvolvimento ao Envolvimento: o futuro das políticas públicas, das redes e dos empreendimentos sustentáveis na América Latina e no Caribe, que organizei no II Congreso Ciencias, Tecnologías y Culturas: Diálogo entre las disciplinas del conocimiento -Mirando al futuro de América Latina y el Caribe, da Universidade de Santiago do Chile, em 2010. Cf. <http://evouriques.wix.com/dodesenvolvimentoaoenvolvimento>

²⁵ O professor José-Martinho Monteiro Santalha, presidente da Academia Galega da Língua Portuguesa, lembra para dimensionar a tendência desmembradora que tenta separar o galego do português que “os mesmos que negam que o galego seja uma mesma língua que o português admitem normalmente que na época medieval eram a mesma língua, portanto a poesia trovadoresca é um campo comum”. Cf. <http://www.udc.es/dep/lx/cac/vo/20060221L/20060221L.m3u> (a partir de 04m:09s).

²⁶ São muitos os estudos nesse sentido, por exemplo, os realizados na tribo Amuesha, do Alto Amazonas Peruano, concluiu que a iminente perda de falantes está prejudicando a diversidade dos cultivos, pois os ancestrais dos povos guardam precioso conhecimento, como também entre os Maorí, sobre crescimento de plantas, solos e nutrientes, nichos ecológicos e comunidades ecológicas, assim como processos paisagísticos. Cf. <http://www.unesco.org/new/es/culture/themes/endangered-languages/biodiversity-and-linguistic-diversity/>

²⁷ “Google Translate é unha ferramenta moi útil para aqueles que operamos nun entorno plurilingüe. Esta ferramenta do coñecido buscador permite traducir palabras, textos ou sitios web completos cunha certa fiabilidade. Mais como calquera aplicación deste tipo presenta desde imprecisión até erros que fan que non poidas confiar ao 100% nas súas traducións, xa que nalgúns casos poden chegar a ser mesmo ofensivas. Este é o caso da tradución ao español das palabras inglesas ‘freeloader’ e ‘cowardly’. Dentro das distintas posibilidades que ofrece Google, aparece a expresión ‘gallego’ para verbas que significarían ‘aproveitado’ e ‘covardemente’: Cf. <http://galizanouk.com/google-traduce-adxectivos-pexorativos-como-galleg/>

O mesmo acontece no próprio dicionário da Real Academia Española, onde “gallego” tem acepções como “tonto”, que será retirada na edição de 2013; porém nela será incluída a expressão “mesa gallega” ou “mesa de gallegos”, que quer dizer ou “aquella en la que falta el pan de trigo” ou, precedida pelo verbo hacer, significa “llevarse todo el dinero del contrario en el juego”: Cf. http://elpais.com/diario/2009/03/18/galicia/1237375095_850215.html

²⁸ Ver <http://www.unesco.org/languages-atlas/index.php?hl=en&page=atlasmap>

²⁹ Cf. <https://veja.abril.com.br/educacao/segundo-a-unesco-quase-meta-de-dos-idiomias-ira-desaparecer/>

³⁰ Cf. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-09/paises-lusofonos-querem-portugues-como-lingua-oficial-da-onu>

³¹ Cf. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-09/chanceler-luso-diz-que-portugues-ja-e-uma-lingua-global-e-vem>

³² A Lusofonia vinha aumentando muito o seu peso geopolítico mundial, e por isso o Brasil foi atingido pela referida sequência de golpes e Portugal, anteriormente pelas políticas de “austeridade”. No entanto mais cedo ou mais tarde este processos será retomado. Por exemplo, o governo de Windhoek movimentou-se em agosto de 2012 para solicitar a adesão da Namíbia a membro-observador associado da CPLP-Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: 110 mil de seus dois milhões de habitantes são lusófonos. O governo português acenou com sinal positivo. Cf. <http://diarioliberalidade.org/mundo/lingua-educacom/30200-mais-110-mil-galleg%C3%B3fonos-podem-ampliar-a-cplp-com-a-chegada-da-nam%C3%ADbia.html>

³³ “In more recent years, several global financial institutions have been releasing their own annual calculations on worldwide wealth concentration. Among these efforts: the World Wealth Report from Capgemini and Merrill Lynch Wealth Management, the Global Wealth report from the Boston Consulting Group, the Global Wealth Report from the Credit Suisse Research Institute in Zurich, and the World Ultra Wealth Report from the Singapore-based Wealth-X. Taking a longer range perspective: The Next Decade in Global Wealth Among Millionaire Households, an analysis from Deloitte LLP”. Cf. <http://inequality.org/global-inequality/>

³⁴ “According to our analysis, the total wealth of millionaire households in the 25 economies included in this study is forecast to grow from \$92 trillion in 2011 to \$202 trillion in 2020. Our study suggests that the rebalancing of global wealth is expected to accelerate over the next decade. Emerging market (EM) economies are likely to prove to be more dynamic in terms of growth rates, creating significant opportunities for wealth managers seeking to gain a share of these potentially lucrative markets. Among emerging markets, China may continue to be the driving force in the growth of millionaire wealth, followed by Brazil and Russia. Of the 25 economies examined in this study, China and South Korea are likely to join the top10 in terms of the total number of millionaires by 2020. However, there is a paradox at the heart of this story. According to our study, despite of the rapid growth of wealth in the EM economies, U.S. and Europe will remain the global centers of wealth over the next decade, in terms of both the amount of wealth held and the number of millionaire households. Our analysis indicates that aggregate wealth of millionaire households in the U.S. in 2020 will likely reach \$87 trillion, from \$39 trillion in 2011. Our forecasts suggest that, in 2020, 43% of the world’s wealth among millionaire households will be in the U.S. Opportunities for growth potentially exist via greater U.S. state penetration. In the U.S., California will likely have the most number of wealthy households, while New Jersey may continue to have the greatest density. The East Coast is likely to see the highest growth rates — New York and Florida together may add 1.5 million new millionaire households by 2020.” Cf. http://www.deloitte.com/assets/DcomUnitedStates/Local%20Assets/Documents/FSI/US_FSI_Next%20Decade%20in%20Global%20Wealth%20Executive%20Summary%20Fact%20Sheet_050411.pdf

³⁵ Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/08/1673268-brasil-ja-perdeu-us-12-bi-com-efeito-china-sobre-commodities-diz-ministro.shtml>

³⁶ Cf. <https://theintercept.com/2017/12/11/coronelismo-2-0-os-novos-rumos-da-alianca-entre-politica-e-midia-no-brasil/>

³⁷ Cf. <http://www.clubofrome.at/about/limitstogrowth.pdf>

³⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=0lD75vnGc-E> e <https://archive.org/details/SylviaRiveraYallBetterQuietDown1973>

³⁹ Cf. http://www.es.lapluma.net/index.php?option=com_content&view=article&id=3972:ah-los-progresistas&catid=94:mundo&Itemid=427

⁴⁰ Aproprio-me desta frase usando-a em contexto distinto daquele em que ela foi pronunciada, e faço isto por encontrar sincronicidade entre o que nele motivou-a e o que aqui motiva-me. Lá, Cristovão disse-a a propósito dos históricos Colóquios da Lusofonia, na Lagoa em março/abril de 2009, no qual se enfatizou o extraordinário valor da açorianidade contemporânea e o papel deste escritor que “conseguiu provar com a sua prolífica produção literária aquilo que mais se entreteve a negar: a existência de uma literatura açoriana” (Chrystello, 2010:191).

⁴¹ Se “o espírito de vingança: meus amigos, tal foi até hoje a melhor reflexão dos homens” (Nietzsche, 1999:127) está mais que na hora de provar que somos fundados no primado da autonomia e da criatividade.

⁴² Portanto o caso é bem mais grave do certas formas de neurose. Trata-se de formas graves de “desestructuración das personalidades. Personalidades elásticas, cun índice de viscosidade moi baixo, personalidades dúctiles e descentradas” (Lorenzo, 2007:8), vagantes.

⁴³ Brose/Hildenbrand, apud Welzer, 2012:16.

⁴⁴ Welzer cita Vogl, Joseph (2009): *Poetik des ökonomischen Menschen. Metamorphosen des Subjekts in der Moderne*, *Literaturkritik.de*, Nr. 5.

⁴⁵ Apresentada pela primeira vez, sob a forma da Gestão da Mente Sustentável: o Quarto (e último) Bottom Line, na Conferência Internacional do Instituto Ethos, São Paulo, Brasil, 2005. Com ela tive a oportunidade de solucionar o ponto cego do modelo Triple Bottom Line, o modelo com que os três setores tentam obter a sustentabilidade.

⁴⁶ Como em Nietzsche, “não é a altura que aterroriza; o que aterroriza é o declive! O declive, donde o olhar se precipita para o fundo e a mão se estende para o cume” (Nietzsche, 1999:129).

⁴⁷ “O oposto desta auto-centralidade para a qual o mundo é só uma duplicação imaginária do próprio ego é o que a teoria moderna chama de ‘descentramento’ ou o que tem sido conhecido mais tradicionalmente como o estado de desinteresse. Desinteresse, uma noção hoje quase que universalmente sujeita ao escárnio da esquerda cultural, que aponta sua falsa imparcialidade, cresceu no século XVIII não como o oposto de interesses, mas sim do auto-interesse. Era como uma arma a ser manejada contra hobbesianos e individualistas possessivos. Desinteresse não significa olhar o mundo de alguma sublime altura olímpica, mas uma espécie de compaixão ou sentimento de companheirismo” (Eagleton, 2005:183).

⁴⁸ Cf. <https://goo.gl/wUh72K>

⁴⁹ Trecho de conversa entre eu e Concha Rousia, em uma rede social, em 2012. Ocorre-me agora que no estudo de aproximação que Gonzalo Francisco Fernández Suárez fez da vida cotidiana dos condes de Ribadavia, uma família nobre galega do século XVI que chegou à extinção na década dos 80, ele verificou “fuerte conflictividad interfamiliar durante todo el período estudiado” (Suárez, 2005:891), o que lembra o que muitos esquecem, sobretudo quando estão na posição de vítimas: há que se ter cuidado, pois não basta ser “vítima” para estar com a verdade.

⁵⁰ Ver a dificuldade dos partidos na Galiza se reunirem, e quanto mais para se unirem, para agirem relação à legislação que dissolve a representatividade paroquial na Espanha.

⁵¹ “Essa é a geração de muitos de nossos governantes e de muitos dos intelectuais galegos de hoje. É a geração dos nossos avós e pais que não sabem explicar o que lhes aconteceu, que são incapazes de levar uma discussão sobre estes assuntos mantendo a calma, que não concordam com nada do que seus filhos e netos pensam hoje. Porque eles sabem apenas de repressão, de luta, de medo, de fome e frio, de delações, de desconfiança. Sabem das pegadas dos fugidos na geada e das referências, das assinaturas e dos presentes para a Guardia Civil, do olhar de esguelho e da boca calada. E de tentar fazer uma vida no meio de isso tudo” (Sanmartin, 2010:188).

⁵² “(...) es de pensar que há de existir cierto paralelismo entre imperios anteriores, por ejemplo el español, y el imperialismo norteamericano actual. En este primer lustro del siglo XXI e del tercer milenio de nuestra era, pareciera que la aceptada deferencia entre império e imperialismo ya no es tan clara” (Zamora, 2004:119).

⁵³ (*apud* Maffesoli, 2007:78)

Capítulo 6

A Predisposição às Figuras de Felicidade

*Desinsular os conceitos
Desenvolvimento, Riqueza e
Juventude*

A persuasão da pragmática gera a assimetria entre palavra e ato. Trata-se de um des-envolvimento, ou seja, do não-envolvimento do sujeito, como ser de linguagem que o ser humano é, com o que diz e com o que escuta. Neste caso o ato de fala se transforma em efeito de real, destinado a gerar uma reação no outro, com o menor desvio e pelo maior espaço de tempo possíveis. Esta mentalidade é que possibilita julgar como verdade a corrupção, esta experiência contrária a da proteção e segurança na qual o ser humano institui-se na escuta da voz da mãe, na experiência da felicidade de aprender a fazer o mundo falar de maneira favorável a ele, e que, por isso ele vai buscar toda a sua vida figuras de felicidade desta ordem, sendo a arte a mais poderosa criadora de figuras de felicidade.

Como a linguagem é indissolúvel vínculo entre identificação, discurso e poder, instauram-se na cultura do convencimento, na qual desconfia-se do outro, perturbações psicopolíticas dramáticas, que exigem que o sujeito, para não-colapsar, seja capaz de identificar a verdade do que

lhe é dito de forma ensurdecadora pelos fundamentalismos que o querem persuadir e, sincronicamente, identificar a verdade do que pensa, quer, julga e, por isso, diz.

A felicidade do psiquismo e das instituições, que é a segurança e proteção da condição comunicacional do ser humano -expressa nas políticas públicas sociais de alimentação, saúde, moradia, educação, meios de informação, trabalho, previdência, ócio- depende disso. No entanto, a capacidade de pensar, querer e julgar aparece comprometida na forma neoliberal da cultura, um clímax do dualismo ocidental que ainda prevalece, abalada pelo conjunto de operações psicopolíticas dirigidas às predisposições dos sujeitos, em especial à da referida segurança e proteção. O sujeito gravita, por esta operação dos *Aparelhos Psicopolíticos da Cultura*, da pós-verdade do senso comum, com sua teleologia hobbesiana, à garantia teórica, pois o perspectivismo ontológico por sua vez ainda prevalece, de que existe sim uma origem e que ela não teria sentido algum.

É em outro sentido que a Teoria Psicopolítica tem como seu exercício inicial, desde 2004, a arqueologia dos conceitos (Mattelart), para que seja possível o domínio do processo de formação da vontade, de maneira que a vontade seja endereçada ao envolvimento e que, assim, supere a indiferença da ordem do(a) senhor(a) e do(a) servo(a) na forma rentista na qual se expressam nesta fase os regimes de servidão.

O conceito aparece como fenômeno da linguagem, como definição, concepção e caracterização formada na mente, e, portanto, configura a história do psiquismo e das instituições. A afirmação de um conceito é sempre a vitó-

ria de um determinado projeto, de uma maneira determinada de ver as coisas e de estar no mundo. Como concluiu Maturana, o que é falado são nós de redes de coordenações de ações e não representantes abstratos de uma realidade independente do nosso “quehacer” (Maturana, 1997:105-106).

Os conceitos são o modo como a cultura e a história encarnam. Por isso, toda atividade humana necessita de maneira vital da qualidade emancipatória ou não do discurso, pois, como disse Hannah Arendt, “o discurso corresponde ao fato da distinção e é a realização da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais” (Arendt, 2005:191). Tal distinção implica em uma autonomia, a da singularidade do sujeito, integrada de maneira não-dualista, portanto interdependente, com o outro e o ambiente. Como lembra Marilena Chauí, se está, ou se pensa que está, “perdida a autonomia, o que resta se não somente o silêncio?”¹.

Michel Serres dá um exemplo cristalino de como a linguagem determina o que se vive: “as regras gramaticais da minha língua me obrigam (...) a uma hierarquia narcísica: da mesma maneira, aliás, que o masculino predomina sobre o feminino e que nas concordâncias nominais a primeira pessoa predomina sobre a segunda e ambas sobre a terceira (...). Machismo e vaidade caminham juntos” (Serres, 2005:252) na depredação psicopolítica do sujeito por si mesmo e daquele que tal sujeito pensa ser um absoluto “outro”, seja humano ou natural. O sujeito julga verdadeira essa ação porque utiliza como referência conceitos que dispõe culturalmente das figuras de felicidade.

Trago assim quatro figuras de felicidade como a cultura

que ainda prevalece as sustenta, e as articulo com a Teoria Psicopolítica: (1) a *insulação*, ou encapsulamento sujeito, julgada pelo ele de maneira dualista como o lugar da segurança e da proteção; (2) a *juventude*, entendida como o mito do herói do “crescimento ilimitado”, que não seria limitado sequer pelo limite da morte, esta recusa dualista que tá na origem do Ocidente, e que lhe transformou a vida em uma dor permanente dado o medo que ele tem de que aconteça o que ele não pode controlar. E como vai acontecer, inexoravelmente, o sujeito des-espera de maneira contínua; (3) o desenvolvimento, com o qual ele quer garantir a segurança e a proteção, esta predisposição que funda o humano; e (4) a *riqueza*, entendida como a acumulação através da despossessão do “outro”, uma vez que a economia seria de “escassez”, o que lhe permite consumir o mundo para construir a “ilha” que o sujeito supõe garantir-lhe segurança e proteção.

Faço isto, e de maneira sintética, para mostrar a necessidade do aprofundamento do trabalho transdisciplinar em rede sobre como a insulação é resultado da cartilha, que o “jovem” deve incorporar para ser “adulto”, do “sujeito do autocontrole contínuo e dos balanços anuais” (Vogl, *apud* Welzer, 2012:17), dedicado ao “crescimento” que jamais se completa, e que ao gerar uma riqueza nunca rica o suficiente aprofunda a quarta fase do processo civilizatório, a descivilizatória, marcada de maneira esquizofrênica pela incoerência entre a condição comunicacional do ser humano e o dualismo que ainda prevalece no Ocidente, como em todos os regimes de servidão. Des-esperado, este sujeito tem como horizonte

apenas devorar o mundo todo através do tornar-se rico da riqueza que o faz infinitamente pobre, este insustentável horizonte comum tanto ao neo-desenvolvimentismo que é defendido pelas esquerdas assim como pelo neoliberalismo que elas combatem.

Ganância e Insulação

Quando falo em desinsulação, em des-encapsulamento dos psiquismos e das instituições, ou seja, da cultura, é decisivo lembrar que estamos diante de um sintoma, pois o próprio da cultura, como sabemos, é a comunicação e, assim, insular é matar; e, por mais que seja óbvio, des-insular é viver. Como anunciam as primeiras lições das ciências sociais, a cultura é a maneira na qual os humanos fazem vigorar em rede, cada um em acordo com sua diferença, os valores sociais, o que demanda-lhes, e isso elas ainda não ensinam, lidar psicopoliticamente, portanto, de maneira não-dualista, com a semelhança, sem a qual a multiplicidade desintegra-se e encontra o *comum* apenas na maneira perversa do rentismo.

De que então a insulação de culturas é sintoma? Insular culturas é a tarefa central do referido “sujeito do controle contínuo e dos balanços anuais” que controla, mede e observa como fazer do outro devedor e manter-se na posição de credor.

Esta infraestrutura mental, precisa, calculável, mecânica, predeterminada, contabilizável, explícita, objetivada e fria está muito bem instalada, aprendida e incorporada, e daí advém o sucesso neoliberal, pois ela barra a condição comunicacional do ser humano, caracterizada pelo princípio

da dádiva, este outro nome da segurança e da proteção, o constante receber e retribuir da reciprocidade investigada por Marcel Mauss e que caracteriza a condição comunicacional do ser humano como ser de linguagem.

Como bem sintetizam Jacques T. Godbout e Alain Cail-
lé, “o moderno, pseudo-emancipado do dever da reciprocidade, desmorona sob o peso da acumulação do que ele recebe sem retribuir, torna-se um doente, e sua sensibilidade o torna incapaz de suportar as relações humanas². Um ser humano vulnerável, que perdeu seu sistema de defesa imunitária contra as relações negativas, fugindo do ciclo dar-receber-retribuir por medo de se deixar enganar, ‘asseptizando’ o ciclo em relações unilaterais, objetivas, precisas, calculáveis, mecânicas, predeterminadas, contabilizáveis, explícitas, objetivadas, frias... ao passo que (...) retribuir é dar, dar é receber e retribuir, receber é dar; dar, receber, retribuir é estar sempre fazendo existir a sociedade, toda sociedade” (Godbout, 1999:252-253).

O investimento nesta infraestrutura mental é tão bem feito, pois com fundamento ontológico e epistemológico, que consegue evitar com tamanha eficácia, como lhe é próprio, a entrega ao “desprendimento, perdão, renúncia, amor, respeito, dignidade, redenção, salvação, reparação, compaixão, tudo que está no cerne das relações entre os seres e que é alimentado pela dádiva” (*id.*:253), na qual fala o inefável e o qual “nossa civilização helenicamente insiste em temer, com o emblemático caráter temível dos presentes gregos (*id.*:16): “Por medo (frequentemente legítimo, é claro) de se deixar enganar, o moderno não consegue mais abandonar-se à corrente cósmica, ‘prender-se’. Ele reduz

todo o universo a objetos aparentemente não ameaçadores porque não prendem, não comprometem, objetos dos quais ele pode desligar-se instantaneamente [o “amor líquido”, de Bauman]. E ele gera a poluição, sufoca naquilo que ele rejeita e que acaba por rejeitá-lo” (*ibid.*:252).

Há que se perguntar portanto, como Godbout e Caillé o fazem em *O Espírito da Dádiva*, com os quais aqui continuo a conversar, em virtude de qual proeza ontológica e epistemológica as ciências sociais conseguem falar dos vínculos sociais, portanto, digo eu, de culturas desinsuladas, sem designar os estados mentais da dádiva? Disso resulta “a grande ruptura com o cosmo, com o ato de pertencer a um mundo mais vasto (...). É a introversão pela transformação do resto do mundo em objeto suscetível de se tornar uma mercadoria e de obedecer a leis inelutáveis - as da física e as do mercado” (*ibid.*:247). Quando, “originalmente, as próprias coisas tinham frequentemente uma personalidade e uma virtude”. (...) ‘Esse vaivém das almas e das coisas que se confundem entre si’ (...) é essencial à dádiva -moderna e primitiva” (*id.*).

Quem está em situação de insulação precisa saber que é alvo do epistemicídio contra o que os galegos, como tantas culturas que mantêm viva a tradição pré-moderna, como as dos povos originários, chamam de “sentimento da terra”; vale dizer, da paisagem e da terra como vivas, da natureza como viva, como a mãe das mães e dos pais, como dádiva, “pura gratuidade germinativa do mundo material” (Eagleton, 2005:287-288).

A recusa ontológica e epistemológica da natureza como viva, como dádiva, que se apresenta e se ausenta, implica não apenas na recusa da generosidade de sua face-mãe,

como dos limites que ela impõe através de sua face-pai, como o limite da “morte”. Esta recusa está na base da emergência do estado mental *Império*, que é exatamente o retorno perverso da recusada face-do-pai, que dá limite, contra a qual o ser humano quer vingar-se, como no mito fundacional de Freud.

Como sublinhei no livro *Diálogo entre as Civilizações: a experiência brasileira*, que organizei a convite tanto do Centro de Informação da ONU no Brasil quanto da UNESCO em 2002 como resposta ao 11 de Setembro de 2001, “a dificuldade do ser humano em lidar com a ambigüidade da mãe-natureza faz com que ele esteja preso entre uma infância mutilada e uma adolescência que não passa, em um quadro traumatizado de personalidade psíquica e sócio-político-econômica [diria eu agora ‘de personalidade psicopolítica’] que quer tudo a qualquer preço” (Ouriques, 2002:257).

Ou seja, este “querer tudo”, este devorar o mundo todo identificado por Humboldt, é a tentativa de evitar o desaparecer, como se fosse possível aparecer sem desaparecer. Por isto a dor traumática que causa o dualismo. Por isso o consumismo, que demanda insular culturas (insulando psiquismos e instituições) para que elas trabalhem de maneira “austera” como escravas para outras, estas outras mesmas que lhes dizem que elas seriam “sub-desenvolvidas”, “atrasadas”, “primitivas”, “bárbaras”, e que devem desejar ser no futuro como aquelas que as escravizam o são agora. É uma dor civilizatória, um trauma, pois um equívoco ontológico e epistemológico milenar que insula o ser humano em relação à vida.

A fetichização dos objetos, que caracteriza esta cultura, como Marx identificou³ e foi exponenciado, alimenta-se da angústia de produzir e comprar o “objeto eterno”, formado, como na ilusão dos 24 quadros/segundo do cinema analógico, pela superposição contínua de objetos interpostos entre o sujeito e a “lacuna sinistra” na qual ele teme precipitar-se, quando ela é, na verdade, o campo vital, o devir de inspiração e expiração, a referida dádiva, na qual “as coisas aparecem e desaparecem. A dádiva é o aparecimento de alguma coisa, de um talento, de um nada. A dádiva é um nascimento. A dádiva é o que aparece e não estava previsto nem pelo gesto, nem pela lei, nem mesmo a da dádiva. É todo o paradoxo da gratuidade. Essa graça que aparece a mais” (Godbout, 1999:251).

Como a daquele que nasce e cresce diante dos olhos de todos. E que nasce alegre, puro, encantador, inspirador. E que a cultura vigente violenta ontológica e epistemologicamente com o dualismo e assim o transforma em assassino do humano no sentido estrito e no sentido amplo.

Da complexidade do histórico do conceito “juventude” retenho aqui, então, que o primeiro adolescente moderno típico talvez tenha sido Siegfried, de Richard Wagner, que sintetizava o conjunto de características que viriam a fazer do conceito adolescente/jovem⁴ o herói do século XX, o “século da adolescência”, que, vemos, desdobrou-se para o século XXI com as intervenções no corpo no sentido de eliminar radicalmente os sinais naturais do envelhecimento, vale dizer, de retirar dele a marca da dádiva, com seu referido aparecer e desaparecer.

É assim que a desconstrução e resignificação psicopolítica do conceito de *juventude* é decisivo para o exercício da

desinsulação, pois ele é o lugar da consolidação da produção do esquecimento da dádiva. Isto é feito com o treinamento do sujeito nos *Aparelhos Psicopolíticos da Cultura* (ver *Capítulo 3*) - e digo “nos” e não “dos” porque não é possível jamais estar fora destes aparelhos dada à condição comunicacional do ser humano- para que ele se entenda como um projeto de futuro. Por isso a pergunta sistemática àquele que cresce sempre é “O que você vai ser quando você crescer?”; e, quase nunca, “O que você é, quem você é?”.

A complexidade do aprender a conhecer, apontado pela UNESCO como o primeiro fundamento da educação (mesmo sob intenso ataque das forças insuladoras a UNESCO continua a advertir que é preciso voltar à questão do conhecer, portanto à questão ontológica e epistemológica), é reduzida ao, reitero, controlar, medir e observar (Welzer, 2012:16). Através de macabros rituais de esquecimento, de competitividade e de mensuração do desempenho individual através dos sistemas de notação, tornam verdade supostamente absoluta um futuro de autocontrole contínuo para a positivação dos balanços anuais. “Os alunos de hoje em dia mal conseguem imaginar que possam existir conteúdos informativos de alguma função ou associados a algum valor além da competição ou de provas de desempenho. O aprendizado surge como mera acumulação e armazenamento de ‘mais’ conhecimento e informação” (*id.*:21).

É assim que o conceito *juventude*, como se compreende hoje, é o lugar do esquecimento da origem comum na voz da mãe e da imersão, assim, no que se convencionou cha-

mar de natureza, não como essência, mas como campo de imanência, uma vez que juventude é o lugar para onde todos querem faustianamente ir e ficar: o da juventude eterna, que tenta suspender, através da venda da alma e do ganho da *tekné*, a morte, o que faz desaparecer junto, como disse, a origem imanente que, portanto não passa, não está lá “atrás”, mas é a dádiva que consubstancia a condição comunicacional, e, assim, ao mesmo tempo, a possibilidade de chegar-se à idade adulta, quando ser adulto é estar na fase em que o sujeito é capaz de mudar o mundo.

É pela generalização da repulsa a ser adulto que a Oxford University, através de sua editora, dicionarizou na entrada do século XXI a palavra *adultescent* (origem 1990's: mistura de *adult*+*adolescent*). Desta maneira avança o crescimento da tendência brutal de fazer desaparecer as culturas que não sejam movidas ontológica e epistemologicamente pelo “crescimento ilimitado”, como as culturas campesinas, as culturas dos povos originários, as culturas alternativas, as culturas veganas, assim como fazer desaparecer qualquer pensamento e afeto que emergja no psiquismo e nas instituições e que não seja da ordem faustiana.

Como bem mostram Humberto Maturana e Gerda Verden-Zoller (2004) a democracia como uma forma de convivência só pode existir entre adultos que tenham vivido, na infância, relações de total aceitação materna. Ora, quando o projeto nos *Aparelhos Psicopolíticos da Cultura* é que aquele que cresce consolide na adolescência o abandono de sua condição comunicacional em nome da busca futura dos rendimentos, quando o seu momento é “cale-se

agora ou fale para sempre”, como bem analisou Úrsula Mey Oliveira de Amorim Fortes Ouriques⁵, os estados mentais respeitosos, amorosos, bondosos e lúdicos são ameaçadores e, por isso, alvo de todo tipo de ataques terríveis, por fazerem parte da dádiva.

É assim que ocorre a renovação geracional de culturas insuladoras que repetem o modelo do patriarcado europeu que ainda prevalece, que trouxe, nesta fase da história humana, o retorno do fascismo. O heroísmo, a marca do Ocidente hegemônico, precisa voltar a integrar o conceito de juventude mas como o heroísmo de ser crítico ao que está aí.

Da mesma forma, da complexidade do conceito *riqueza* retenho aqui o fato já referido de que os bens e serviços entendidos como riqueza são impossíveis de serem produzidos para todos por absoluta falta de recursos naturais, malgrado a maioria os desejarem e as políticas públicas da direita, do centro e da esquerda igualmente o anunciarem como possíveis, no futuro, desde que se cresça de maneira infinita, apesar dos recursos serem finitos, uma vez que, metafisicamente, a “deusa tecnologia” jamais se cansaria de atender com milagres todas as vontades humanas.

Isto é a morte da comunicação, portanto da sociedade, pois é a morte da política, como disse Hannah Arendt: “a questão de que se a política tem de algum modo um sentido nos remete necessariamente de volta à pergunta sobre o sentido da política; e isso ocorre exatamente quando ela termina em uma crença nos milagres -em que outro lugar ele poderia terminar?” (Arendt, 1993:122).

Como diz Welzer, “o princípio do infinito não domina apenas externamente, mas também dentro de nós. Hegel já caracterizara o trabalho como um deleite constantemente prorrogado e um desejo refreado (...), e Max Weber descrevera o homem correspondente como ‘especialista sem espírito, hedonista sem coração’, resumindo amargamente: ‘Esse ‘nada’ imagina ter galgado um degrau jamais atingido da Humanidade’” (Welzer, 2012:22-23); é por isto que “o drama deste século é romper [o que demanda o verdadeiro heroísmo, como acabei de dizer, não aquele que o é apenas para recusar a morte e ser lembrado] com o modelo de produção de riqueza historicamente construído e ratificado, com a cultura do hiperconsumo que se enraizou com o capitalismo e que desde o século 19 tem a mesma lógica” (Silva & Ouriques, 2010).

Penso ter deixado claro que o “aparecer a mais” da dádiva é o oposto da ganância, parte do complexo de estados mentais que insula, os da ignorância, do ódio e da ganância, pois ao tentar fazer desaparecer a morte a ganância torna escassa a vida, quando a vida é abundância, diversidade natutal-cultural na unidade humana. Daí a generosidade, este “aparecer a mais” sem interesse nem propósito ser a atitude fundamental para a desinsulação de culturas.

É generoso vivenciar que tudo é vivo, que tudo e todos, animados que são, têm direito à vida, pois são um modo de poder vital. Por isto é a generosidade o antídoto das referidas ignorância, ódio e ganância, este princípio insulador: “Na generosidade existe criação, (...) a disposição de dar mais do que se é obrigado a fazer (...). Essa generosidade traz o reconhecimento, um novo nascimento

conjunto, uma nova dádiva não prevista, e assim por diante, infinitamente” (Godbout, 1999:251).

Sabemos faz tempo que os sistemas de pensamento filosofia e história, de natureza cognitiva e afetiva, e os quais o ser humano está acostumado, consciente ou inconscientemente a usar como referência para a capacidade de pensar, querer e julgar, foram duramente abalados ao ponto de terem suas mortes anunciadas no século passado, uma vez que cognição e informação indiferenciaram-se na “cultura” tecno-lógica, aqui com hífen, como o faz Marcio Tavares d’Amaral, para lembrar que no estado mental do sujeito do autocontrole contínuo e dos balanços anuais a *tekné* tornou-se o próprio *logos*.

É assim que os tempos de trabalho pós-fordista é marcado pela subsunção do indivíduo, no sentido de Cornelius Castoriadis (1999), de seu território mental, através do “sensível não-empírico (o outro da linguagem e do pensamento)” (Lazzarato & Negri, 2001:97;105) domesticado, como vimos, pelos aparelhos de captura comunicativo-financeiros, portanto culturais, que avançam sua onipresença e onisciência, pois se “(...) na Sibéria, vai-se morrer na floresta para alimentar os animais (...) [e assim retribuir] aquilo que se recebeu deles (...) com o mercado, ao contrário, mata-se até extinguir a espécie. Visto desse ângulo, o mercado não é, pois, uma generalização da troca. Representa, ao contrário, uma perversão, uma exacerbação até a extinção dos protagonistas, também progressivamente metamorfoseados em objetos” (Godbout, 1999:246).

Ora, assim, desinsular culturas implica em uma revisão complexa, profunda, transdisciplinar e transcultural da

maneira como se pensa-sente hoje. Por exemplo, a ênfase teoricista na incomensurabilidade, incompatibilidade e in-tradutibilidade das culturas, o que nos afasta das delicadas negociações ontológicas, epistemológicas e morais que sucedem, entre culturas, dentro das culturas, entre indivíduos e dentro deles mesmos ao lidar com a discrepância, a ambiguidade, o conflito e a complementariedade de opostos que a comunicação demanda e oferece.

A desinsulação de culturas depende da recuperação do caráter psicopolítico das práticas linguísticas, o que permite re-conhecer a efetiva força objetiva do que é chamado de “subjetividade” e deixar-se de fazer o jogo epistêmico de reforçar a economia da escassez como se ela fosse “objetiva”, e assim desestabilizar conceitos centrais deste estado mental, como os de *juventude* e *riqueza*.

Ora, quando reconhece-se que é o conhecimento, e portanto a consciência, a principal força produtiva do que os franceses chamam de *capitalismo cognitivo* e *sociedade do conhecimento*, os anglo-saxões de *knowledge society*, os alemães de *Wissensgesellschaft* (Gorz, 2005:15), os italianos de *trabalho imaterial* (Lazzarato & Negri, 1991) e determinados autores de *sociedade da sabedoria* (Covey, 2005), é mais que hora de reconhecer que insular e, portanto, des-insular, é uma operação sempre e apenas psicopolítica: “A dádiva é a alternativa à dialética do senhor e do escravo. Não se trata de dominar os outros, nem de ser dominado; nem de domar a natureza, nem de ser esmagado por ela; mas de pertencer a um conjunto mais amplo, de restabelecer a relação (...)” (Godbout, 1999:252).

Para desinsular precisamos, assim, de ontologias e epistemologias não-dualistas, livres da tensão que paralisa o

pensamento na gangorra dualista das ontologias transcendentais e das ontologias constitutivas, tema que venho investigando como constituir um terceiro grupo, no caminho do meio entre estes dois: “Dar é entrar na corrente, no circuito, sair do pensamento linear, conectar-se horizontalmente, mas também verticalmente, no tempo, encontrando os ancestrais. A extensão espacial do mercado encurta o tempo e faz com que os ancestrais se tornem cadáveres transformados em pó. Inversamente, o que une os parceiros da dádiva não é seu status nem seu interesse comercial, e sim sua história, o que se passou anteriormente entre eles (...) É aliás a própria definição da vida. A dádiva é o gesto concreto e cotidiano que nos liga ao cosmo, que rompe com o dualismo e nos conecta com o mundo” (id.). Basta portanto mudar a fonte de referência para a capacidade de julgar para que a infraestrutura mental instalada torne-se emancipadora.

Foi por considerar o pano de fundo de todas estas questões que apresentei em 2005, na Conferência Internacional do Instituto Ethos, a criação do Quarto -e último- Bottom Line, a *Gestão da Mente Sustentável* (Ouriques, 2009), que solucionou o enigma de como obter sustentabilidade e fazer mais palavras éticas sincronizarem com ações éticas, metodologia hoje denominada *Gestão Mental* e aplicada a toda área em que se quer mudança efetiva⁶, uma vez que o vigor operacional do “conceito de *sustentabilidade*, no sentido original do Relatório Brundtland, e o (...) conceito de *responsabilidade social*, no sentido de uma responsabilidade social multi-ator e multi-nível em âmbito territorial, como Patricia Ashley (Ashley, 2011) redefine o

conceito, tem o mesmo desafio-chave: o ator que quer ser sustentável e responsável precisa (1) trabalhar com uma perspectiva psicopolítica (2) para superar, (3) através da *Gestão Mental* a presença da mentalidade do Ocidente moderno em seu território mental.

Esta mentalidade, uma delusão, é “um epistemicídio maciço que está em andamento nos últimos cinco séculos, pelo qual uma imensa riqueza de experiências cognitivas - sustentáveis, responsáveis e colaborativas- foi desperdiçada” (Boaventura, 2006:26). Se o *self* crítico do Ocidente (Nandy, 2011) recomenda um apelo à ação (Brundtland, 1987), uma gestão psicopolítica em rede do território mental é o caminho para a ação, que produz a competência psicopolítica da responsabilidade e, portanto, a não-violenta (Galtung, 2003) redescritção de indivíduos, redes, projetos e organizações diante da dominação econômico-política, impulsos e desejos (Ouriques, 2012).

Como reconhecem Barbara Unmüßig e Tilman Santarius, volto a sublinhar, “há que integrar outro nível, mais profundo, de autorreflexão [Ouriques, 2013], para que a grande transformação tenha êxito. Temos que ser capazes de compreender os mecanismos e os princípios em que se baseiam os nossos ideais e desejos, nossas fantasias e percepções de satisfação” (Welzer, 2012:8). Continuando: “Há total ausência dessas conjecturas e referências teóricas no atual debate sobre o crescimento econômico, assim como nas hipóteses sobre uma terceira Revolução Industrial (...) e uma sociedade pós-carbono. Procuram-se caminhos alternativos ao crescimento e estratégias que conduzam à sociedade pós-carbono principalmente nas tecnologias e nas políticas de ordenamento e de incentivos

econômicos. As esferas mentais e dos “mundos vividos” (*Lebenswelt*) não aparecem enquanto variáveis nesses cenários tecnológicos da “Terceira Revolução Industrial”, muito menos nos estilos políticos da atualidade. Por isso, já estava mais do que na hora de se lançar um olhar sobre a gênese das infraestruturas mentais (...). Este olhar pode fornecer indícios sobre os obstáculos sociológicos e psicológicos e as estruturas emperradas que dificultam tanto a reforma da sociedade do crescimento para uma sociedade pós-crescimento” (Welzer, 2012:11).

O cerne das teorias da gestão neoliberal, que culminam o projeto moderno, é exatamente treinar cada indivíduo como um sujeito do autocontrole contínuo e dos balanços anuais, que cria para si uma trajetória intramundana na qual nenhum tempo pode ser desperdiçado e nenhum ato pode ser “improdutivo”. Como o sucesso financeiro é nesta perspectiva idêntico ao sucesso biográfico, os mesmos parâmetros são assim co-extensivamente válidos tanto para os negócios, portanto para a “vida pública”, vale dizer, a vida na *polis*, a vida política, quanto para a “vida privada” como um todo, inclusive os mais íntimos -ou seja, para a vida psíquica. Trata-se, deste modo, ao contrário do que se poderia pensar, de uma vida ascética, pois de absolutos disciplina, sacrifício e restrição, em rede, frente ao “impuro” que poderia “macular” o mérito de tal devoto impedindo-o de alcançar a “perfeição humana” a qual se dedica: a experimentação total do mundo, na qual ele devora a tudo e todos por devorar-se a si mesmo.

A única diferença portanto do sujeito neoliberal face ao sujeito que pratica em rede a gestão psicopolítica do terri-

tório mental é a fonte de referência que é legitimada para a capacidade de julgar. Inclusive face ao efeito colateral de dispersão do pensamento causado pelos objetos virtuais das novas tecnologias e que obrigam o repensar das noções de movimento, espaço e tempo⁷.

Emancipar-se, portanto, é muito mais fácil do que se imagina, na medida em que a infraestrutura mental necessária já está instalada. Este é o caso por exemplo da rígida disciplina assumida pelo sujeito em relação ao tempo, à concepção e administração do tempo, que são completamente articuladas com a cultura.

Tudo depende, portanto que o sujeito supere suas predisposições [Bernays, (1947) 2010] à manipulação psicopolítica de suas predisposições, de maneira a que supere da mesma maneira, ou seja, psicopoliticamente, a tendência também histórica, e exatamente sincrônica à descrita anteriormente, de ser capturado pelos mesmos valores que diz querer superar no plano dualisticamente imaginado como “social”. É o que se tem visto à direita e em vários casos à esquerda, como no caso do Partido dos Trabalhadores no Brasil (Ouriques, 2012d), o que contribuiu e contribui de maneira decisiva para a nova ascensão do fascismo mundial, cujas manifestações estão em todas as partes e em todos os aspectos da vida humana, por exemplo, neste início do século XXI, repetindo tantas vezes o velho autoritarismo patriarcal, que retorna como esfinge a exigir ser decifrada, como é o caso do estado de exceção, e em progressivo avanço, por exemplo na forma, desde o final dos anos 90, da constituição do Direito Penal do Inimigo⁸.

Trata-se da “ficção que governa o *arcanum imperii* por

excelência (...). O que a ‘arca’ do poder contém em seu centro é o estado de exceção -mas ele é essencialmente um espaço vazio, onde uma ação humana sem relação com o direito está diante de uma norma sem relação com a vida” (Agamben, 2004:131), quando a verdadeira política, como a comunicação entre os poderes vitais de cada ser humano, é justamente a que corta o nexo entre violência e direito.

É por isto que a superação dos índices de concentração de riqueza e poder, e de devastação da natureza, depende apenas, e aí está toda a complexidade e oportunidade, de que a capacidade de julgar, que determina a ação, tenha uma outra fonte de referência ontológica, epistemológica, teórica, metodológica e vivencial: a condição comunicacional do ser humano, que é da mesma ordem do princípio da existência mutuamente dependente dos fenômenos da vida, como compreendeu, no segundo milênio AEC, a doutrina budista de *Pratītyasamutpāda*, que difere da ideia de causalidade como foi elaborada na Europa. Desta conexão tratarei em outra oportunidade.

NOTAS

¹ Cf. <http://www.ciranda.net/spip/article1784.html> Acesso em 10 de Maio de 2008.

² Godbout lembra a incapacidade dos sujeitos em geral de assistirem ao espetáculo do abate dos animais, mas suportarem o tratamento que é dado a eles pelos métodos de criação moderna desde que feito às escondidas e o resultado insulado no plástico da embalagem comercial.

³ “Uma mercadoria, portanto, é algo misterioso simplesmente porque nela o caráter social do trabalho dos homens aparece a eles como uma característica objetiva estampada no produto deste trabalho; porque a relação dos produtores com a soma total de seu próprio trabalho é apresentada a eles como uma relação social que existe não entre eles, mas entre os produtos de seu trabalho...[A] existência das coisas enquanto mercadorias, e a relação de valor entre os produtos de trabalho que os marca como mercadorias, não têm absolutamente conexão alguma com suas propriedades físicas e com as relações materiais que daí se originam... É uma relação social definida entre os homens que assume, a seus olhos, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. A fim de... encontrar uma analogia, devemos recorrer às regiões enevoadas do mundo religioso. Neste mundo, as produções do cérebro humano aparecem como seres independentes dotados de vida, e entrando em relações tanto entre si quanto com a espécie humana. O mesmo acontece no mundo das mercadorias com os produtos das mãos dos homens. A isto dou o nome de fetichismo que adere aos produtos do trabalho, tão logo eles são produzidos como mercadorias, e que é, portanto inseparável da produção de mercadorias.” *apud* Eagleton, Terry. Marx e a liberdade. Cf. <https://comunism0.wordpress.com/marx-e-a-liberdade/>

⁴“(...) embora existam coincidências de sentidos entre adolescência e juventude, na nossa sociedade se trabalha com dois conceitos distintos para cada grupo. A idéia de adolescência está mais associada ao processo de desenvolvimento, e juventude é considerada como uma fase de preparação, do ponto de vista social, para a vida adulta” (ANDI, 2006:16). Para uma boa síntese dos conceitos adolescência e juventude, ver id:14-28.

⁵ Em conversa com minha filha.

⁶ Em 2013, por seleção nacional por edital do PNUD, do PNUMA e do Ministério do Meio Ambiente, tive a oportunidade de criar, com base na metodologia *Gestão Mental*, a Matriz Estratégica de Educação Ambiental do Plano Nacional dos Resíduos Sólidos da República Federativa do Brasil. Nesse processo tive a honra de ter a assistência decisiva de Nícia Mafra.

⁷ Importante investigar sobre este tema a dedicação de Deleuze à uma filosofia da virtualidade do pensamento.

⁸ O *Direito Penal do Inimigo*, teoria sustentada desde 1985 pelo jurista alemão Günther Jakobs, está baseado na penalização de condutas futuras dos considerados “inimigos”. Ou seja, está prevista “legalmente”, a aplicação de penalização preliminar à apuração da conduta criminal, o que retira o “inimigo” da condição precípua de cidadão e do correspondente sistema normativo, o que contradiz frontalmente, como se sabe, as garantias jurídico-penais construídas ao longo da História. Enquanto o “indivíduo-cidadão” é punido através de uma pena pretérita (ou seja, um direito retrospectivo que trata do “ocorrido” e, portanto, “objetivo” e “certo” visando otimizar a liberdade), o “indivíduo-inimigo” é objeto de coação através de medidas de segurança preventiva (ou seja, um direito prospectivo, a respeito do “provável”, e assim da proteção de um “bem jurídico”), com base em sua “personalidade”, “antecedentes”, “condição de vida” e pela pressuposição de uma “periculosidade objetiva e futura” baseada, como dito, nos padrões comportamentais (sejam de hábitos, sejam profissionais) considerados a partir de tais critérios “jurídico-penais” lesivos à sociedade. É assim que o “ataque a personalidades” foi substituído por “ataque a um padrão”, o que quer dizer ataque não a uma suspeita de culpa mas a um padrão de comportamento.

Capítulo 7

A Teoria Psicopolítica *Renovação em Rede da* *Teoria Social e da Filosofia*

“The real target in war is the mind of the enemy command, not the bodies of his troops. If we operate against his troops it is fundamentally for the effect that action will produce on the mind and will of the commander; indeed, the trend of warfare and the development of new weapons...promise to give us increased and more direct opportunities of striking at his psychological target”.

*B.H. Liddell Hart,
in Paris: Or The Future of War¹, 1925.*

“(...) O que aí está a apodrecer a vida, quando muito, é estrume para o futuro. O que aí está não pode durar porque não é nada. Eu, da raça dos navegadores, afirmo que não pode durar! (...) Proclamo isso bem alto, braços erguidos (...)”.

Fernando Pessoa.²

Para que se compreenda a Teoria Psicopolítica, cujo embrião testemunhei nascer em 2004³ como fruto de meu trabalho e longas e transdisciplinares conversações e intervenções, é decisivo ter em conta os estudos de comunicação da primeira metade do século XX nos Estados Unidos, sintomaticamente esquecidos⁴ pela teoria da comunicação, teoria social e filosofia hegemônicas, que identificam que a manipulação só prospera na presença das predisposições, o que explica a efetividade das psicotecnologias no final do século XX e início do século XXI.

Foi assim que os “golpes brancos” na América Latina contra governos populares, golpes articulados com a onda fascista no mundo, como na Europa e nos Estados Unidos, como sedes do Império, ocorreram dado o comprometimento da capacidade de julgar e da prévia e sincrôni-

ca suspensão mediática, jurídica e parlamentar da experiência de comunicação, através da fabricação dos “exorcismos cívicos” de caráter inquisitorial caracterizados pelas já referidas “sujeição criminal” (Misse, 2010; 2018) e “certeza moral” (Del Valle, 2017b, 2017e; Del Valle & Gaete, 2017), que movem, portanto de maneira irracional, o estado de exceção e seu *Direito Penal do Inimigo*, que (a)fundam a barbárie neoliberal, esta expressão contemporânea dos regimes de servidão.

Diante da gota d’água que configuraram estas experiências a psicopolítica, até então praticamente desconhecida, “entrou na moda”, em especial a partir de 2014 com o livro de Byung-Chul Han, tributário⁵ dos trabalhos de Sloterdijk nos anos 70 e 80, e na sequência de suas publicações de diagnóstico sobre o neoliberalismo tratando de temas como cansaço, sociedade do *burnout*, agonia de eros, etc.

No princípio de 2013 recebi uma bolsa de mobilidade acadêmica Erasmus Mundus para levar a Teoria Psicopolítica a um conjunto de universidades da União Européia, a partir da Faculdade de Letras e Artes da Universidade do Porto, Portugal. Tendo vista o intercâmbio absolutamente decisivo já mantido desde 2010 sobre a teoria com a Facultad de Educación, Ciencias Sociales y Humanidades da Universidad de La Frontera, Chile, e a seguir com seu Centro Internacional de Estudios de Epistemologías de Frontera y Economía Psicopolítica de la Cultura/Núcleo de Ciências Sociales y Humanidades, firmamos então um convênio a Universidade Federal do Rio de Janeiro, através do Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Psicopolítica e Consciência/Escola de Comunicação, a Universidad

de La Frontera, através da referida Facultad, e da Universidade do Porto, através da Faculdade de Letras e Artes, em parceria inicialmente com o CETAC-Media e a seguir com o CIC Digital Porto. Como resultado deste processo realizamos no Rio de Janeiro, em setembro de 2014, o *I Seminário Internacional de Psicopolítica e Consciência*, dedicado ao tema de como superar a tendência de setores subjugados emergirem subjugando outros.

Já estava claro para mim desde os anos 70 que os problemas sociais não têm como origem ou solução o “capitalismo” ou o “comunismo”, pois ambos são modelos dualistas que tendem a extrojetar o mal na direção um do outro. Mas sim a qualidade emancipatória ou não dos estados mentais que o psiquismo e as instituições autorizam a ser a fonte de referência para a decisão que tomam, como eu designava naqueles anos, face aos regimes de servidão encontrados em modelos à direita e à esquerda. Vale dizer, de maneira atualizada, o meu interesse era a qualidade da capacidade de julgar dos seres humanos, o que me fez investigar a centralidade que tem neste processo a cultura e não o Estado.

Neste sentido, a proposta de Althusser em relação à autonomia relativa da superestrutura, publicada em 1969, justamente no ano em que entrei como aluno no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Janeiro, foi para mim muito importante pois permitia, e neste caminho segui, investigar a hipótese, dada às evidências que recolhia, que a base material da história é a cultura, na qual se sincronizam as dimensões psíquica e social, psíquica e política, uma vez que esta determina os modos e relações de produção.

Por isso em 1975 escrevi e editei, com Sandra Werner, minha primeira publicação⁶, dedicada ao que eu chamava de *ecologia total*. Nela editamos uma coleção de documentos então de acesso muito difícil naquela era pré-internet e que considerávamos vitais para ajudar as pessoas a compreender o quanto a informação determina o que se vive e o quanto a cotidianidade, por exemplo a da alimentação, é, nos termos atuais, psicopolítica, por completo. Esta foi uma época de grande mudança como sabemos, influenciada fortemente pela contra-cultura, e assim por epistemes na diáspora, que se articularam no que inicialmente se pensou ser a micro-política do cotidiano. Digo inicialmente pois o não-dualismo possibilita compreender a indivisibilidade entre o psíquico e o político. É neste sentido, Agnes Heller, em 1970, de dentro do marxismo, já focava seu trabalho na relação entre a estrutura da personalidade e a estrutura das objetivações (Heller, 1981:7), e, em 1985, Jean Oury, Guatarri e Tosqueles chegaram a utilizar a própria categoria de “psicopolítico” ao afirmarem: “Domínio⁷ psicopolítico da cotidianidade? Eu tenho que me acostumar com o vocabulário...” (Oury, Guattari, Tosqueles, 1985).

Dentre tantos que sinalizavam esta tendência da interrelação causal não linear entre privado e público, Maffesoli a retratava confirmando que “o renovado interesse no estudo da vida cotidiana é hoje claro nas propostas sociológicas. É de bom augúrio, Assim, aquilo que por muito foi o *fundamento opaco* da sociologia, torna-se um dos campos centrais, senão o campo central da pesquisa em ciências sociais. Mas o que é preciso observar é que um tal cotidiano excede, cada vez mais, a esfera do privado, onde o tinham cantonado” (Maffesoli, 1985:342).

Deste modo, o diagnóstico de Han de que a psicopolítica seria um conjunto de “novas técnicas do poder” e que elas seriam características do neoliberalismo não se confirmavam em minhas investigações desde aquela época sobre o papel da mente, em seu sentido não-platônico e portanto como incorporada, na determinação da qualidade emancipatória ou não do território mental frente aos estados mentais do regimes de servidão, uma vez que a história mostra fartamente que tais regimes se metamorfoseiam em soluções propostas, como dito, tanto pela direita quanto pela esquerda.

É assim que ao invés de acompanhar, o sentido do trabalho histórico de Frantz Fanon, e o de Sloterdijk, por exemplo, este nos anos 70 e 80 já também utilizando a categoria psicopolítica, e o do referido Han, no sentido da psicopolítica como um diagnóstico do que ocorreria especificamente no capitalismo eu propus, e aprofundo em rede, a Teoria Psicopolítica como um horizonte de análises que não é tributário de uma moralização do que existe, pois tal moralização apenas inverte o pragmatismo patológico, por negar a condição comunicacional do ser humano, do liberalismo.

Tais “doenças” coletivas reportadas de maneira clara por estes autores, no caso de Fanon então de maneira heróica, tal desconstrutivismo permanece nos limites de um negativismo do qual não consegue sair, haja vista a permanência e retorno da colonialidade sob a forma da pós e neo-colonialidade, e que termina prisioneiro do fracasso, da decepção e do cansaço e acaba por reiterar, assim, uma suposta incapacidade de conhecer e compreender de maneira crítica o psiquismo e as instituições.

Em uma de nossas conversas sobre estes trabalhos com a psicopolítica, Jacques Poulain afirmou que “todo o desafio que afronta a psicopolítica consiste, como você bem percebeu, em desenvolver um horizonte de análises que não seja tributário da moralização e da estética patológica que ainda inspira a crítica ao existente”.

É assim que a Teoria Psicopolítica é uma *teoria da tradução*⁸, construída por isso em chave transdisciplinar, que extrai, no sentido foucaultiano, dos resultados robustos obtidos pelas ciências humanas, filosofia e ciências de bancada ao longo da história, a ecologia de saberes que viabiliza a emancipação.

Se os Estados-nação foram e são construídos para controlar os seres humanos axiomáticamente percebidos como incapazes, pois incapazes de controlar sua agressividade, as teorias contemporâneas da linguagem permitem reconhecer que as dinâmicas de socialização reais estão nas capacidades cognitivas e afetivas, portanto mentais, de solidariedade inscritas na constituição antropológica do ser humano como ser de linguagem, portanto como cultura, entendida no sentido acordado pelos Estados-membros na Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO. Ou seja, “uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz”⁹.

Tais defesas são as da segurança e da proteção, instituintes do ser humano em sua condição comunicacional. O conceito “defesas da paz” tem o perigo de dificultar o seu vigor dado o antagonismo dualista que supõe sua afirmação eliminar o conflito e a guerra. No entanto é

preciso considerar que a paz a qual estou me referindo não é a da “pacificação” mas a do combate, quando necessário, com o que se opõe. Um combate democrático, baseado no julgamento compartilhado da verdade por indivíduos e grupos que os permitam aderir às soluções racionais que lhes sejam propostas.

No caso desta impossibilidade, por exemplo frente às atitudes criminosas que prejudicam a vida em sociedade e cujos responsáveis não recuam de suas posições ameaçadoras, a Teoria Psicopolítica pode ajudar inclusive o exercício do uso democrático da força letal, tema que tratei em 2009 para um grupo de oficiais, a convite do Centro de Estudos de Pessoal do Exército Brasileiro.

Quando ao conceito “racional”, psicopoliticamente, ele diz respeito à experiência de fusão pós-platônica entre desejo, corpo e espírito. Para isso é necessário reconstruir as condições de criatividade das formas de vida que permitiram aos seres humanos viver: os referidos modos de pensar e de agir solidários que os permitiram construir formas de re-harmonização das condições de existência nas formas de vida que se mostraram decididamente deficientes.

Os Quatro Pontos Fundamentais da Psicopolítica como Via de Emancipação

Neste sentido é necessário que fiquem claros, de maneira mais sistemática, alguns dos pontos fundamentais da Teoria Psicopolítica, o que demanda mudanças sistêmicas e complexas nos planos ontológico¹⁰, epistemológico, teórico, metodológico e vivencial.

Trata-se de uma demanda difícil de atender. Muito difí-

cil, claro. Mas verifico ser muito mais difícil, quase insuportável, conviver com as atitudes não-emancipatórias de si mesmo e do outro e, assim, com o cíclico reaparecimento do que, em nome do bem *comum*, é indesejável.

1. *A psicopolítica é a via da emancipação.* A Teoria Psicopolítica, como a sustento, não é apenas o diagnóstico de como é instaurado e sustentado o regime de servidão (Birman, 2006) e a servidão voluntária (La Boétie, 1922). Exatamente por ser a via de de tal regime, a psicopolítica é a única via da emancipação frente a ele, seja com este nome ou com o nome que se queira. Pois é essa perspectiva que possibilita escapar por exemplo das fracassadas (porém ainda reiteradas, como se constata nas reações libertárias frente à onda fascista nestas décadas iniciais do século XXI) tentativas de emancipação através de discursos meta-organizados contra algum tipo de “eles”. Esta perspectiva é equivocada, pois ao mesmo tempo que exterioriza na direção “deles” a responsabilidade em relação aos regimes de servidão -o que reifica os “dominados” no lugar da impotência-, idealiza o “dominador” como se ele estivesse no lugar em que se gostaria de estar e, assim, dispor do que ele “tem”, portanto da mentalidade que ele tem do que seja figura de felicidade, porque isso seria a “justiça”. Como se “eles” (os “capitalistas”, “patrões”, “elite”, “classe política”, “Estado”, “pai”, “família”, “cônjuge”, etc.), fossem a fonte do “apenas mal” e que aquele que instaura e sustenta tal discurso a fonte do “apenas bem”. O que se faz assim é inverter a “sujeição criminal”¹¹ (Misse, 2010), então não na direção do insurgente mas na do opressor. Dito de outra maneira, não existem “golpistas”, mas, sim, “culturas golpistas”; “culturas de

servidão”; “mentalidades de servidão” enraizadas nos comportamentos mais profundos e cotidianos que a Teoria Psicopolítica coloca no centro da pauta, pois é a obediência dos sujeitos a estes estados mentais que geram condensações fascistas cíclicas na forma de lideranças e instituições que espelham as atitudes fascistas acumuladas e encapsuladas como “vida privada” no cotidiano histórico dessa cultura;

2. *Toda experiência humana é a combinação do psíquico com o político.* A psicopolítica nada tem a ver nem com uma “psicologização” do social, do político, do histórico, etc., e nem com uma “politização” do psicológico; e tampouco com a esgotada gangorra entre o ceticismo do relativismo cognitivo e o fundamentalismo ético, de origem racionalista ou religiosa e com pretensões universalistas e essencialistas, que agem assim também de maneira autista, como mostra Jacques Poulain. Mas tem a ver, sim, com a única maneira emancipatória de lidar com o referido regime de servidão. Enquanto “psico” diz respeito à carga vital singular do sujeito, sua identificação psíquica, “político” é o fato de que tal poder vital de estar vivo¹² é experienciado necessariamente com o outro; e, portanto, a experiência de viver é a experiência de fluir entre o aparecimento e o desaparecimento neste complexo campo da capacidade humana de criar, fixar e dissolver realidades através dos estados mentais (pensamentos e afetos) que o sujeito autoriza em rede, como dito, a ser a fonte de referência para sua capacidade de julgar. É neste sentido que Derek Hook considera que o movimento contínuo que Frantz Fanon faz entre o sociopolítico e o psicológico pode ser chamado de psicopolítica¹³, pois ele vê “tanto político

dentro do psicológico e quanto o psicológico dentro do político” (Hook, 2004:115). O que também foi percebido pelo psicólogo Peter Sedgwick -um dos poucos marxistas a interessar-se nos anos 50 do século XX, como Wilhelm Reich o fez a partir daqueles anos 20, por psiquiatria e saúde mental; assim como por Paulo Freire ao investigar a psicologia da opressão ou pela segunda onda do feminismo, etc.: toda experiência humana é sempre a combinação do psíquico e do político que a constituem inseparavelmente (Cresswella & Spandlery, 2009). Stuart Hall identifica que “os problemas conceituais reais” (Hall, 2000:114) se situam exatamente na articulação “sutura” como ele chama, entre o campo psíquico e o campo social, que são diferentes mas mutuamente constitutivos. É isso que a Teoria Psicopolítica faz.

3. *O inimigo são os estados mentais da servidão.* Pensar que o inimigo é o “capitalismo” é um equívoco grave, pois cega os movimentos de mudança, inclusive as esquerdas, desorientadas com o resultado das experiências que tiveram ao longo da história e, em especial, nas primeiras décadas dos anos 2000 uma vez que repetiram o comportamento das direitas, pois o inimigo são os estados mentais dos regimes de servidão. Mas como o Ocidente é uma máquina-epistemicida, e até neste ponto ele é auto-referente, como o regime de servidão do Ocidente é o capitalismo ele o combate como sendo o próprio “mal”, mas o mal é o regime de servidão no sentido específico do regime que suspende o regime comunicacional que é a condição do ser humano. O “inimigo” portanto não é a “propriedade privada”, o “capital”; os “comunistas”, toda sorte de “eles”, como

dito; não são “os brancos”; não são as “elites”; não são os “europeus”; não são os “opressores”; nem são os “primitivos” e os “insurgentes”. Mas os estados mentais que criam e sustentam o regime de servidão, inclusive através da estrutura de classes movidas pela ideologia, o que é o contrário da consciência, como em Marx, mas distinto dele, pois a ideologia oprime tanto os opressores quanto os oprimidos, uma vez que ela contradiz, reitero, a constituição antropológica do ser humano como ser de linguagem.

O Inimigo Não Está “Fora” Porque o “Fora” Não Existe

Esta afirmação não é um dogma com o qual se preenche o enervante vazio da lacuna sinistra, este não-ser que os fundamentalistas temem cima de tudo. Já falei em outro lugar que concordo com Lacan no ponto específico de que a emancipação está na incorporação, diz ele, da falta da “falta”. Porém é exatamente, e de maneira diversa a de Lacan, que o ser humano é fundado no estado mental da segurança e da proteção, vale dizer, da solidariedade com a voz da mãe (e com a voz do pai e a voz fraterna), que lhe ensina a que ser solidário com a falta (no sentido lacaniano) é que lhe faz não-cindido (oposto ao sentido lacaniano), e assim completo, realizado e emancipado da compulsão de um desejo teorizado e experienciado, como em Lacan, como insaciável.

Portanto, o sujeito de que falo aqui não é aquele da filosofia clássica dotado de consciência da qual o poder viria se apropriar mas do sujeito no qual emanam os estados mentais do poder que o captura ou o emancipa através

não de uma adequação a algo que estaria “fora”, mas através de sua capacidade de julgar qual estado mental que flui de maneira não-platônica em seu território mental, que flui em sua singularidade, em sua particularidade mental, é capaz de determinar uma ação mais solidária.

O desconhecimento do fato de que o inimigo são os estados mentais da servidão é a razão pela qual tantos “oprimidos” emergem de processos de subjugação como “opressores” de outros, dizendo-se “libertadores” ou, pós-modernamente, “não-líderes” rizomáticos, em uma cisão entre o que imaginam estarem fazendo e suas atitudes reais¹⁴ (Ouriques, 2009a). Bem sei que este é um ponto tão delicado quanto igualmente decisivo, uma vez que a teoria social e os movimentos sociais estão orientados, também como disse, pela “disputa” contra “eles”.

O sentido da Teoria Psicopolítica é justamente o de ajudar o aprofundamento do conhecer e compreender, e assim superar, a tendência histórica da captura daqueles que se posicionam como “libertários”, “progressistas”, “socialistas”, “comunistas”, “anarquistas”, “alternativos”, “contra-hegemônicos”, etc., etc., etc. (aqui incluídos os “espiritualistas”, os “naturistas”, enfim, os humanos em geral...) pelos mesmos valores que dizem querer superar no plano “social”. Imaginar que se está lutando contra um “inimigo”, e que “ele” estaria localizado “fora”, como disse no ponto anterior, é tão equivocado quanto imaginar que eu estaria defendendo na Teoria Psicopolítica uma mudança “interior”, uma mudança “a partir de dentro”.

Pois ambas as posições recusam a imanência própria da vida e do mundo, em rede. Recusam a “imanência da imanência”, no sentido de Deleuze, da vida não submetida à

nada, nem à subjetivação nem à psicologização, o que, digo eu, aproxima a Teoria Psicopolítica neste ponto da doutrina do *no-self* budista, do que tratarei em outro lugar, e que é oposto à crítica de Foucault ao sacrifício do *self* feito pela cristandade (Foucault, 1993:22-223).

E insistem, como dizia, na permanência do pensamento metafísico ainda nesta altura da história; supondo que o mal seria ou uma “exterioridade absoluta”, ou uma “interioridade absoluta”; ou em um *Um* opressor e em uma *Múltiplo* emancipador; uma “revolução das multidões” contra o “domínio dos padrões”, que estariam portanto “fora”, como em Negri, apesar dele afirmar de maneira deleuziana a consistência imanente da condição em que nos encontramos. Portanto o fato de que “estamos ‘dentro’ e que não há nenhum ‘fora’” (Negri, 2001:92), parece voltar a contradizer-se quando afirma que “as potências cognitivas e passionais se chocam para a definição de um poder sobre a vida” (*id.*:91), pois se é um poder “sobre” é necessariamente um poder sobre “outro”, sobre o que está “fora”.

Como bem disse Pierre Lévy em *A conexão planetária*, “em vez de se considerar vítimas abusadas ou opressores culpados, em vez de representar eternamente os papéis desgastados, os atores em questão teriam todo o interesse em se colocar como seres responsáveis que criam cooperativamente suas situações e também as dos outros” (Lévy, 2001:31).

Por isso é um equívoco afirmar que “o capital penetrou as esferas mais íntimas da subjetividade, desde a sensibilidade até a inteligência, requisitando-as por inteiro. Temos a impressão de que o capital engoliu tudo, até a vida. (...)”

passamos da subsunção formal à subsunção real (...). [e] que quando o capital penetra mais radicalmente na vida e a mobiliza, é justamente aí que a biopolítica deveria ser pensada ‘desde baixo’, positivamente, encarregando-se de reverter um suposto ‘fechamento’ do sistema” (Negri, 2001:87), como o fizeram Peter Pál Pelbart e Rogério da Costa em uma pergunta a Negri.

Esta maneira de pensar, malgrado movida por uma imensa boa-vontade e sacrifício pessoal, é um equívoco, pois o “capital” não “penetra” na “subjetividade”, até por que para penetrar ele precisaria estar “fora” do que é penetrado e, portanto, esta maneira de pensar ainda é metafísica; e metafísica também quando supõe que a redefinição da vida só poderia vir “desde baixo”, projetando portanto na direção deste “fora” pois “em cima” a autoria do que chamam “claustrofobia generalizada” (*id.*). Como se os “vampiros”, categoria que utilizam, não fizessem parte do “dentro” que é a claustrofobia do regime de servidão. Como se os vampiros estivessem em uma posição privilegiada. Quando isso é impossível, pois a condição do ser humano é comunicacional.

Se antes do fim dos essencialismos o ser humano projetava em Deus seu amor próprio -quando “o amor de Deus por mim nada mais é do que meu amor próprio endeusado” (Feuerbach, 2007:128)- a mentalidade “revolucionária” endeusa suas “reservas de ódio” no ódio do “capitalismo” por ela, o que é sistêmico em todas as relações no psiquismo e nas instituições. Dito de outra forma, o que afirmo é que o “capital” é imanente, ou seja, é projeção da mente humana sobre o mundo; integra o “dentro” do ser humano, o dentro do “capitalista”, o “dentro” da

multidão, o “dentro” do operário, o “dentro do precariado”. Apenas assim é possível superar o capitalismo enquanto regime de servidão.

É muito importante lembrar o que Marx escreveu em 1843 na *Crítica da filosofia do direito de Hegel*: “Para que a revolução de um povo e a emancipação de uma classe particular da sociedade civil coincidam, para que um estamento [*Stand*] se afirme como um estamento de toda a sociedade, é necessário que, inversamente, todos os defeitos da sociedade sejam concentrados numa outra classe, que um determinado estamento seja o do escândalo universal, a incorporação das barreiras universais; é necessário que uma esfera social particular se afirme como o crime notório de toda a sociedade, de modo que a libertação dessa esfera apareça como uma auto-libertação universal. Para que um estamento seja *par excellence* o estamento da libertação é necessário, inversamente, que um outro estamento seja o estamento inequívoco da opressão. O significado negativo-universal da nobreza e do clero francês condicionou o significado positivo-universal da classe burguesa, que se situava imediatamente ao lado deles e os confrontava” (Marx, 2010:154).

Bem sabemos a direção da “emancipação” obtida pela “classe burguesa”. Este processo, de idealização de um setor e de “santificação” de outro, é o processo mesmo do fascismo, como o que caracteriza a globalização pela barbárie neoliberal. Este processo é que precisa ser superado, caso contrário vai se repetir “mais do mesmo”, pensando que se está fazendo a “revolução”.

Trata-se portanto neste sentido não de defender o valor da força do trabalho, mas o valor da vida, que é des-medi-

do; e cuja des-medida, dádiva igualitária para todos os que sabem que estão vivos porque vão morrer, é esquecida tanto pelo opressor quanto pelo oprimido, ambos oprimidos pelo regime de servidão.

Como se sabe, o foco no benefício que adviria do controle e da exponenciação de valor de cada unidade de vida altera por completo o valor dado ao que se produz e ao trabalho que o realiza. Enquanto na era pré-industrial o sujeito produzia a encomenda e por seu trabalho, que ali terminava, era remunerado, e o ganho gasto, na produção industrial não se trata mais, pois trabalha-se incessantemente na produção de uma série que visa a mais valia e assim os ganhos são reinvestidos neste horizonte que se quer infinito, ilimitado, o que faz com que nunca nada seja terminado, pois o trabalho e o que se ganha com ele tornaram-se um fim interminável em si mesmo, pela incessante insatisfação do rompimento ontológico e epistemológico da condição comunicacional do ser humano, o que fez Vogl dizer precisamente que trata-se de uma produção “em vão” (*apud* Welzer, 2012:18); pois é vã a tentativa do “homem econômico” de evitar precipitar-se na lacuna que é o fluxo vital e que sua ignorância alucina como “sinistra”, interpondo dualisticamente entre “ele” e “ela” objetos e situações.

É por isso que frequentemente quando os “de baixo” chegam “em cima”, imbuídos da mentalidade de que os de “cima” estavam até então em posição privilegiada, forjam, para si mesmos, os mesmos ou outros privilégios, talvez até na forma de um “empreendedor biopolítico” (Negri, 2001:35); pois se toda transcendência do poder é dominação, supor que o poder estaria naqueles “de cima” é es-

quecer que o poder é imanente; e que, assim, a submissão ao poder também é imanente da mesma forma. A felicidade só é possível junto.

Aprofundando o conhecimento e compreensão do contexto biopolítico encontramos sua origem, que é o contexto psicopolítico. O “inimigo” são os estados mentais:

(1) *Da ignorância*. Da ignorância de que o ser humano, como dito, é ser de linguagem, que portanto é comunicação¹⁵ (este esquecimento é a “alienação” primeira), esta que é a base de toda experiência, e que por isto oferece-se como o desafio e a oportunidade não-dualista da relação, quando o ser humano experimenta a convivência, a complementaridade como a forma estética da ética de viver junto feliz (Fathi Triki, ver Volume IV desta *Coleção*), pois sozinho ninguém pensa direito; e é apenas “incompleto”, quando a sociedade e a comunicação são imaginadas como impossíveis, quando é cindido desta realidade comunicacional, que classicamente seria chamada de “objetiva”. É por isso que cada ciência particular se organiza a partir de uma questão-comunicação (Amaral, 1995:92);

(2) *Do ódio*. Que é a presença da ausência da comunicação (da interrupção da experiência da linguagem), abalada pela eficácia pragmática do cálculo, na qual os atos de fala independem de sua verdade (Poulain, 1991) e o ser humano passa a experimentar o fluxo vital como destituído de sentido, recusando-se a desistir de controlar a incompletude, o que lhe faz experimentar o fluxo vital como um abismo aterrador, uma “lacuna sinistra”.

(3) *Da ganância.* Com a ganância o ser humano tenta interpor poder e capital entre ele e a “lacuna sinistra” na qual a ignorância transformou o fluxo vital. Como esta tentativa é inútil o sujeito se vê obrigado a interpor objetos e situação de maneira contínua, de forma obsolescente, fetichizando-os, o que explica a aceitação generalizada dos conceitos de “cidadão”, pois é na cidade que o ser humano devora o campo e o mundo inteiro; e de “consumidores”, quando ser humano se dessubstancia e desrrealiza por completo como ser de linguagem, e transforma-se em vampiro ou em zumbi, o que ocorre com todos aqueles capturados pela barbárie neoliberal. E isto de maneira flexível, pois quando se é capturado pelo regime de servidão se é vampiro em relação a determinados zumbis mas se é zumbi em relação a outro vampiro, dinâmica que ocorre em uma mesma relação, com os papéis alternando-se. A questão, portanto, não é o afeto, como tem sido defendido insistentemente. Mas a qualidade emancipatória ou não do afeto em sua articulação não-dualista com a razão. Eu procurei demonstrar este fato em 1992, na conclusão de uma pesquisa de oito anos sobre a mutação paradigmática presente na relação verbo-imagem nas páginas dos jornais do século XVII até aquela década: tudo depende da qualidade do “sentimento” que se autoriza como fonte de referência para a capacidade de julgar, este afeto que se articula com uma narrativa, e não da emoção, que emerge em estado bruto dado o comprometimento da capacidade de pensar, querer e julgar que ela traz: “Na década de 1960, as ciências sociais mantiveram relações por vezes intensas relações com campos de conhecimento que lhes escaparam. É

então que estudos numerosos e densos as reaproximaram estreitamente da psicanálise, como em Talcott Parsons, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Norbert Elias, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse e outros. Hoje, essas águas parecem ter se separado, mas os desafios permanecem, ou se renovam instando as ciências sociais a discutir com os parceiros que podem desempenhar o papel desempenhado há meio século pela psicanálise, sem excluir reconectar-se com ela: reconhecer exemplo, a importância do irracional, das emoções, tratar a complexidade da sexualidade, ou as dimensões mais centrais da violência, crueldade, sadismo, violência pela violência chamam muitas parcerias e companheirismo intelectual [“*compagnonnages intellectuels*”, no original] (Calhoun & Wieviorka, 2013:11). O desafio, portanto, é muito maior, mas muito maior do que o apresentado pelo “sistema-mundo capitalista” e pela “economia do desejo” como se o “valor-afeto” por si mesmo abrisse “a via para uma política econômica revolucionária, cuja insurreição é um ingrediente necessário, que impõe o tema da reapropriação do contexto biopolítico pelos sujeitos produtivos” (Negri, 2001:69). A questão, reitero, é muito mais complexa. Como disse Sloterdijk, “se se aceita a metáfora do “palácio de cristal” como emblema das ambições últimas da Modernidade, se reconhece sem esforço algum a simetria entre o programa capitalista e o socialista” (Sloterdijk, s/d), ambos na direção da captura não mais por um modo de produção mas da, digo eu, captura psicopolítica de “todo o contexto vital dos seres humanos que se estejam no raio de ação da imanência do poder” (*id.*). É por isso que supor a existên-

cia de um “fora”¹⁶ opressor e de “fora” libertador (que foi sendo deslocado de Deus para a ciência e a tecnologia, até por exemplo a periferia como a fonte da “revolução”, assim como a devoção digital, que resultou no desastre anunciado da vigilância (cristalizada na dronificação, assim denominada por Boaventura de Souza Santos) e na virulência do ódio nas redes “sociais”, e permanece na forma dos “foras” que seriam, um em relação ao outro, o “capital” e aqueles que estão “em baixo”, assim como os “terroristas”, os “lulapetistas”, os “comunistas”, etc., de “um” lado e, do “outro”, aqueles da “segurança e da proteção”) supõe necessariamente a adoção de um comportamento anti-comunicacional, pois elimina o *Terceiro Incluído*. Ou seja, da suposição de que bastaria dominar a “si mesmo” ou de dominar o domínio do “outro” sobre “si mesmo”. Como se projeta por exemplo para o precariado e a multidão, imaginando que “a multidão cooperativa derruba o ‘Império parasitário’ e constrói uma ordem social comunista” (Han, 2014:12) a partir de um conjunto de princípios determinado, em uma atitude fundamentalista, pois imagina que a vida estaria resolvida de uma vez por todas. Qualquer solução deste tipo fundamentalista se mostrará de novo como uma ilusão, pois a maior parte dos seres humanos está dominado pela ditadura dos estados mentais da ignorância, do ódio e da ganância, por “uma auto-exploração sem classes” (*id.*), pois todos são explorados pelo regime de servidão ontológico, epistemológico, teórico, metodológica e vivencial que os desqualifica como seres humanos por desqualificar sua condição comunicacional. O problema nas teorias sociais e na filosofia hegemônicas passa

assim por um equívoco de onde ocorre a presença tipológica do poder. O regime de servidão e a emancipação são sempre construídos em rede no território mental, de maneira contínua e acumulativa;

(4) *A Teoria Psicopolítica demanda o não-dualismo.* A Teoria Psicopolítica demanda um novo fundamento ontológico e epistemológico, o não-dualismo, tarefa que, extremamente sutil e hercúlea, nada tem de “síntese facilitadora”¹⁷, capaz de superar o trauma epistêmico do dualismo e o ressentimento que ele provoca no “subsolo” (ver *Memórias do Subsolo*, de Fedor Dostoievsky) de nossa civilização (marcando-a por completo), a ponto de Nietzsche e Sloterdijk trabalharem tal estado mental como a constelação cognitiva-afetiva básica do Ocidente, dilacerado que é pelas tensões concreto-abstrato, objetivo-subjetivo, *res cogitans*-encarnação, idealismo-realismo, expressão-epresentação, macro-micro, discurso-materialidade, singularidade-homogeneidade; e, como me referi, capitalismo-socialismo, tensões que dispersam a capacidade de focar o poder vital no sentido emancipatório. Este Ocidente que, como Marcio Tavares d’Amaral insiste desde pelo menos os anos 80, é “uma máquina de fazer dois”; de inventar o “outro”, seja ele o “primitivo”, o “bárbaro”, o “sem alma”, a “mulher”, o “não-cristão”, o “indígena”, o “negro”, o “oriental”, o “pobre”, o “criminoso”, o “louco”, o “homossexual”, o “imigrante”, o “terrorista”. Enfim, o referido “inimigo” ou, também, o “salvador”^{18 19}; a exterioridade absoluta, realidade que o ser humano cria e que pode dissolver ontológica, epistemológica, teórica, metodológica e vivencialmente. Pois o dualismo é o oposto da condição humana de organizar-se na experi-

ência de tornar-se diferente, de tornar-se alteridade na experiência da semelhança com sua mãe, a função-mãe, a função-pai, a função-fraterna; as quais, posso dizer, se refere Cornelius Castoriadis quando trata da unidade original da mônada psíquica²⁰, e que é o fundamento do ser humano, pois este cria-se na escuta da voz da mãe, como mostrou a antropologia filosófica da linguagem de Gehlen (Poulain, 2001). Incluído nesta relação instituinte, como buscam também os movimentos sociais, na qual o ser humano é concebido, gestado e torna-se “outro” do “mesmo”. Mesmo quando, o que é estatisticamente pouco expressivo, “incluído” no útero em que se torna a proveta e o respectivo laboratório, assim como, claro, as pessoas que dele cuidam. É assim que o encontro, o acolhimento, a comunicação, a inclusão é o sentido para o psiquismo e as instituições que ele cria. E o ser humano vai buscá-lo durante toda a sua vida. Para Kant, o horizonte, depois de tudo, é tornar realidade o que a natureza tem como intenção suprema, para mim encarnada: um “ventre em que se desenvolverão todos os talentos originários do gênero humano” (*apud* Benjamin, 2013:92).

Estes quatro pontos são fundamentais para a compreensão e a emancipação psicopolítica frente à reincidência da mentalidade fascista, pois, na atual cultura do narcisismo (Nandy, 2013), “não há mais lugar para certas coisas básicas de existência, como o amor, a amizade, o afeto gratuito e até mesmo o desejo. A única coisa que interessa às individualidades é circunscrever o território medíocre de sua existência ao gozo predatório, à custa dos corpos dos outros, tratando aqueles como sendo anônimos e sem rosto. As individualidades não se afeiçoam mais aos cor-

pos que lhe possibilitam prazer e gozo, meras mediações que são para o incremento das suas imagens narcísicas” (Birman, 1996:131).

Investigar e Superar a Obediência

Sabemos, desde os estudos de comunicação, relações públicas, publicidade e marketing da primeira metade do século XX, esquecidos, como referido, pelas teorias da teoria social e da filosofia hegemônicas, que a manipulação só prospera na presença das predisposições do sujeito à manipulação de sua percepção -o que permite capturar sua atenção-, que ao gerar a quebra ou direcionamento de sua vontade “faz com que ele capitule, embora ele ainda mantenha meios suficientes para resistir” (Gibson, 2001:i). Isso em grande parte foi o que aconteceu no Brasil pós 2016 e 2017, quando muitos se perguntavam porque a população, e inclusive as esquerdas, não reagiam.

A predisposição continuamente presente no ser humano, pois o constitui, é a da segurança e da proteção, por isso simulada em todos os regimes de servidão em consensos imaginários que governam emoções através de diagramas mentais, e que já estava identificada por exemplo por Hegel em 1833: “Dos púlpitos se ouve pregar tanto a respeito da insegurança, vaidade e inconstância das coisas temporais, mas cada qual, por mais tocado que fique, sempre pensa: tudo bem, mas vou garantir o meu” (Benjamin, 2013:93).

Portanto, é assim -como estética, como atos de enunciação, como são os “golpes brandos”, de natureza jurídico-mediático-parlamentar, que a manipulação prospera atra-

vés das estratégias de *perceptual-effects*, “(...) que visam a percepção e a compreensão da liderança inimiga -essas estratégias são reunidas sob a rubrica de efeitos de percepção. Estas estratégias representam um ponto de partida significativo das estratégias de aniquilação ou atrito, cujo alvo é a força de campo do inimigo e que indiretamente visam apenas a percepção do adversário. Choque e pavor, quando efetivamente utilizados, parecem induzir uma sensação de desesperança no adversário. (...) Com efeito, ele gera um curto-circuito na necessidade de ‘fisicamente’ derrotar o inimigo, enganando-o, fazendo-o acreditar que a resistência maior é inútil” (Gibson, 2001:i).

É muito importante observar como as plataformas de governo e os candidatos (Serpa, 2013)²¹, como as “políticas de austeridade”, assim como todos os produtos e os serviços, são atribuídos (pelos profissionais da comunicação, nos campos das relações públicas, da publicidade e do marketing) exatamente com as características das referidas “unidade original” e “voz da mãe”. Por isso as marcas, que marcam todas as intenções comunicacionais, tornaram-se “úteros”, mundos multidimensionalmente concebidos como a “habitação” (talvez em um sentido heideggeriano) do ser humano para neles o sujeito e os grupos de sujeitos renascerem como se pretende que eles nasçam. O “que se busca é diretamente evitar que o sujeito nasça, que se conforme” (Ceceña, 2006:16) -ou seja, que ganhe forma, como o ser humano que ele é.

Tudo depende, portanto, da experiência de comunicação, e a capacidade de pensar, querer e julgar que a constitui pois a instituiu, estar em vigor. Por isso é que a suposta “ingovernabilidade do mundo” é intensamente dissemina-

da pela mídia, pela mentalidade hollywoodiana e pelos *games*, com raríssimas exceções, de maneira a estimular a crença de que apenas “super-heróis”, portanto “super-humanos”, eliminado “super-bandidos”, poderiam instaurar a segurança e proteção uma vez que os seres humanos mesmo seriam incapazes de fazê-lo.

Em um país como o Brasil, por exemplo, criado sob o signo do saque absoluto e da tentativa, quase sempre bem sucedida, de extermínio epistêmico e cultural de quem aqui vivia e vive e não concorda com esta mentalidade, a indignação contra a corrupção foi manipulada tratando-a não como componente estrutural de uma cultura que se imagina como economia de escassez mas como apenas um “desvio” de um modelo idealizado de organização social determinado pelo econômico que seria “perfeito”. O que causou a necessidade de um “exorcismo cívico” continuamente fabricado, no qual escolhe-se uma sucessão de alguns para a fogueira, sem que o problema, ou seja, a cultura que o gera, seja encarado de frente. Os profissionais de mídia, articulados com as estruturas jurídico-parlamentares, neste contexto do fracasso absoluto do dualismo do axioma hobbesiano, fazem isso todos os minutos, todos os dias, todos os segundos, fabricando “inimigos” e correspondentes “justiçamentos”, aprofundando a violação ontológica e epistemológica não-dualista da condição comunicacional do ser humano através da compulsiva construção do “outro” (Castro-Gómez, 2005) como exterioridade absoluta, para que as audiências simbolicamente expurguem o que está e continua impregnado em todos; de maneira a simular a eliminação da ameaça contra a segurança e a proteção que são constituintes da comunicação, contra a inclusão no diálogo que é a vida societal.

Este é o caso do *impeachment* contra a ex-presidenta Dilma Rouseff. Após ser jogada às “chamas inquisitoriais” criadas pelos efeitos mediáticos-jurídico-parlamentares de percepção, apesar de não ter sido provada nenhuma das acusações movidas contra ela e o fato de que as “pedaladas fiscais” foram legalizadas²² pelo governo que a sucedeu apenas dois dias após o impeachment, ela foi sucedida exatamente pela mentalidade, para a qual o New York Time destinou ao Brasil em editorial a *Golden Medal for Corruption*²³, que se anunciava querer eliminar com o que acabou confirmando-se ser uma ruptura institucional (Gentili, 2016).

Ela foi tratada jurídica e mediaticamente, como logo sucedeu-a como alvo o ex-presidente Lula Inácio da Silva, como se tivessem sido previamente julgados como culpados, em uma atitude semelhante à “certeza moral” de uma testemunha anônima que serviu de base para um juiz condenar um réu Mapuche, como encontrado por Carlos Del Valle, em suas históricas investigações (2013, 2014, 2015, 2016; Corte Interamericana de Derechos Humanos, 2014) sobre as “estratégias jurídico-judiciais de caráter psicopolítico; isto é, estratégias de natureza psicológica (raciocínios e persuasões) com fins políticos”²⁴ (Del Valle, 2016:22): Diante da pergunta do juiz de que se viu o Mapuche cometer o ato pelo qual ele seria incriminado tal testemunha, ainda por cima anônima, afirmou que não viu mas que tinha a “certeza moral” de que havia sido ele...

É assim que no Brasil -como no mundo de maneira geral-, o axioma hobbesiano e a irracionalidade que o funda, e que continua desde 1651 a ser naturalizado pela teoria social e a filosofia hegemônicas como a “essência do hu-

mano” ao ter-se cristalizado sobre o desejo e o corpo (a “matéria”) compreendidos como inimigos do pensamento, suspendendo assim a²⁵ capacidade de julgar, marca profundamente o psiquismo e as instituições, que incorporaram como verdade absoluta a impossibilidade de organizar-se na continuidade da escuta da solidária voz da mãe, através da qual o sujeito aprende que é preciso saber pensar para poder se ver, esta exigência reflexiva fundamental não só filósofo quanto do homem de ciência e, ainda, a de cada um e de todos nós, como sublinhou Edgard Morin; portanto, como disse inicialmente, na experiência de comunicação.

Daí as “campanhas para fazer da segurança o principal problema da sociedade e para converter a cada indivíduo em um delator” (Ceceña, 2006:35). Mais uma vez constata-se a condição comunicacional do ser humano, instituído no estado mental da segurança e da proteção que funda a escuta da voz da mãe, que está no lugar da transferência, em um regime não-dualista no que a identificação do sujeito ocorre na relação com o “outro” experimentado como o “mesmo”, daí a estabilidade necessária para a personalidade. Nos regimes de servidão, como na expressão deles nesta fase do processo civilizacional, o neoliberalismo, é o contrário: “Sempre estará a instância superior disciplinadora e emissora do discurso de verdade, diante do qual os indivíduos em sua pequenez recorrem para saber como é sua vida e para pedir proteção. (...) É uma guerra por destruir sujeitos, por despersonalizar. O outro, o externo ao sujeito dominante, pode ser controlado ou destruído através de sua objetivação: ou bem é incorporado como objeto funcional ao qual se designam tarefas ou papéis, suplantando-o em sua subjetividade, ou bem é consi-

derado como objeto de destruição por ser supérfluo ou por ser rebelde, estranho, anormal, inadequado” (*id.*).

A manipulação psicopolítica da percepção brasileira, como exemplo do que tem ocorrido no mundo, criou para ela a “esperança” (o “verde-amarelo” contra o “vermelho”) do simulacro da voz da mãe; ou seja, de que no dia em que “Dilma”, “Lula” e os “petralhas”, que teriam apoiado as “ditaduras da África Negra” e as “ditaduras bolivarianas” da América Latina fossem derrubados entrar-se-ia no momento imediatamente seguinte -e de uma vez por todas, no mesmo padrão da barbárie neoliberal referido- no “Reino da Paz e da Pureza” desejado por exemplo pela indignação difusa das manifestações de 2013, marcada inclusive pela recusa à democracia representativa: “(...) as formas messiânicas de salvação são buscadas ardentemente pelas massas diante do quadro catastrófico do gozo perverso usufruído pelas elites à custa dos corpos das classes populares” (Birman, 1996:133). E destas auto-imolando-se incondicionalmente na insustentável esperança (pois não existem recursos naturais para produzir para todos o padrão aristocrático e burguês) de um dia serem parte da elite, como demonstrei ao identificar a “rede social” pró-desenvolvimento com colonização que emergiu da análise que realizei (Ouriques, 2014) das séries elaboradas pelo Crédit Suisse sobre a concentração de renda da população adulta mundial: “O que muda hoje é o conceito de prevenção, que transcende a necessidade de organizar posições de batalha com antecedência ou de estar sempre preparado para um conflito, substituindo-a pela destruição de qualquer possibilidade de ameaça. (...) Não é uma guerra contra um inimigo específico, é contra todos os sinais de vida independente, reais ou imaginários.

Tudo o que não é incondicional é suspeito, e a guerra, agora, é principalmente contra os suspeitos -suscetíveis de serem presos a qualquer momento- e não contra inimigos reais. A guerra preventiva moderna é uma guerra que está à frente da necessidade de guerra, que antecede a ameaça para dissuadi-la. É uma guerra que fabrica o inimigo para prevenir um conflito futuro e que arranca os direitos humanos e sociais de coletivo universal de suspeitos. A própria sociedade se torna suspeita de ameaçar a segurança e, nesse contexto, ela tem que ser redimida. A sociedade é esvaziada de todo impulso como sujeito ou criminalizada pelo seu exercício, e substituída por um dispositivo que funciona e dita as políticas e regulamentos em seu nome” (Ceceña, 2006:16-17).

Tal operação de perda induzida²⁶ do *self* (Nandy, 2011) - portanto da capacidade de julgar- e da conexa e referida sujeição criminal no âmbito do Direito Penal do Inimigo (como veremos a seguir), é obtida pelas operações psico-políticas, pois psicológicas com fins políticos, operações que de acordo com o *Joint Chiefs of Staff* (1996, 2000, 2003, 2010), que reúne as forças armadas dos Estados Unidos no propósito da dominação de espectro completo²⁷, assim são definidas: “As operações psicológicas (PSYOP) são operações planejadas para transmitir informações e indicadores selecionados para o público estrangeiro de maneira a influenciar as emoções, as motivações, o raciocínio objetivo e, finalmente, o comportamento de governos, organizações, grupos e indivíduos estrangeiros. As PSYOP são uma parte vital da ampla gama de atividades diplomáticas, informativas, militares e econômicas dos EUA. (...) Quando empregadas corretamente, as PSYOP podem salvar vidas de forças amigáveis e/ou adversárias através da

redução da vontade dos adversários de lutar. Ao reduzir a moral do adversário e reduzir sua eficiência, as PSYOP também podem desencorajar ações agressivas e criar dissidências e desamor [*disaffection*, no original] em suas fileiras, induzindo finalmente a rendição” (Joint Chiefs of Staff, 2003:ix).

De imediato este propósito tão abrangente é uma lição para quem não acredita na força da utopia, e na força da vontade que a move, pois tal missão seria considerada utópica por qualquer sonho de um mundo em paz: “O objetivo final da nossa força militar é realizar os objetivos direcionados pelas Autoridades do Comando Nacional. Para a força conjunta do futuro, esse objetivo será alcançado através do domínio completo do espectro -a capacidade das forças dos EUA, operando unilateralmente ou em combinação com parceiros multinacionais e inter-agências, de vencer qualquer adversário e controlar qualquer situação em toda a gama de operações militares. A gama completa de operações inclui manter uma postura de dissuasão estratégica. Isso inclui engajamento e atividades de presença no teatro de operações. Isso inclui conflitos envolvendo o emprego de forças estratégicas e armas de destruição em massa, grandes guerras, conflitos regionais e contingências de menor escala. E também inclui as situações ambíguas que existem entre a paz e a guerra, como as operações de *peacekeeping* e de esforços pela paz, bem como as operações humanitárias de não-combate e apoio às autoridades nacionais” (Joint Chiefs of Staff, 2000:6).

Tudo depende portanto da capacidade psicopolítica da vontade -da coragem, determinação e força que sejam as-

sim direcionadas para a emancipação da capacidade de julgar através da revisão dos estados mentais que emergem no território mental. Pois, como as operações psicológicas com fins políticos sabem, seus objetivos só pode ser alcançados “através do recrutamento, desenvolvimento e retenção de homens e mulheres com coragem, determinação e força para garantir que somos persuasivos na paz, decisivos na guerra e proeminentes em qualquer forma de conflito” (*id.*:36).

A força da mente como determinante da realidade que se experimenta fica ainda mais clara, se restar ainda alguma dúvida, quando se sabe que Harlan Ullman²⁸ e James Wade Jr.²⁹, os criadores da metodologia *Shock & Awe*, parte do conjunto das estratégias de “efeitos-de-percepção”, e destinada a “adquirir rápido domínio” sobre “a vontade do adversário” afirmam: “O objetivo da ‘*Rapid Dominance*’ será destruir ou confundir a vontade de resistir de um adversário que não terá alternativa senão aceitar nossos objetivos estratégicos e objetivos militares. Para atingir esse resultado, a ‘*Rapid Dominance*’ deve controlar o ambiente operacional e, através desse domínio, controlar o que o adversário percebe, entende e conhece, além de controlar ou regular o que não é percebido, compreendido ou conhecido” (Ullman & Wade Jr., 1996:xi).

A Emancipação das Cartografias

Uma contribuição decisiva de Wilhelm Reich foi a de publicar na Dinamarca, em setembro de 1933, seu livro *A psicologia das massas do fascismo*, obra tão preciosa quanto sintomaticamente esquecida pela teoria social e a filosofia. Nela Reich demonstra que o fascismo não é um partido

nem exclusivo de um modelo econômico-político, mas um “fenômeno internacional que permeia todos os corpos da sociedade humana de todas as nações”, sustentado sempre por massas (Reich, 1988:12) formadas por sujeitos que insistem “em apregoar a ‘honra da nação’ (em vez da honra do homem) ou a ‘salvação da sagrada família e da raça’ (em vez da sociedade de trabalhadores)” (Reich, 1988:14).

Foi possível constatar mais uma vez a precisão nesse sentido de Reich na longa e, neste sentido didática, Sessão do Plenário da Câmara dos Deputados do Brasil do dia 17 de Abril³⁰, na qual foi aprovada a abertura do processo de impeachment contra a hoje ex- presidenta Dilma Rousseff: os deputados apoiadores do golpe o fizeram em nome exatamente de “Deus” e da “Família”, e inclusive em nome da tortura, como no caso do deputado federal Jair Bolsonaro³¹, que dedicou seu voto³² à memória de um dos maiores torturadores da ditadura militar-empresarial no Brasil instaurada em 1964, o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.

É importante lembrar que a referida obra de Reich foi proibida pelos fascistas³³ na Alemanha em 1935, e dez anos depois da referida publicação original dinamarquesa, ele explica didaticamente no *Prefácio à 3ª Edição em Língua Inglesa, Corrigida e Aumentada* que os “aplausos demasiado entusiastas e sem embasamento num verdadeiro conhecimento, vindos de todos os setores políticos (...) não levaram a nenhuma ação apropriada”. E que “apenas os partidos socialistas, que viam tudo sob o ângulo da economia, e os funcionários assalariados do partido, que controlavam os órgãos do poder político, não lhe encontraram qual-

quer utilidade,” (*id.*:15). E concluía: “até hoje”. Conclusão que repito aqui e agora, já passados mais de 80 anos, diante da emergência fascista global: até hoje. “(...) é necessário considerar três níveis diferentes da estrutura biopsíquica. Estes níveis da estrutura do caráter são (...) depósitos, com funcionamento próprio, do desenvolvimento social. No nível superficial (...), o homem médio é comedido, atencioso, compassivo, responsável, consciencioso. Não haveria nenhuma tragédia social do “animal humano” se este nível superficial da personalidade estivesse em contato direto com o cerne natural profundo [aquele, digo eu, entendido no sentido das referidas ontologias não-essencialistas, do qual emerge e no qual se dá a referida ‘voz da mãe’]. Mas, infelizmente, não é esse o caso: o nível superficial da cooperação social não se encontra em contato com o cerne biológico profundo do indivíduo; ela se apoia num segundo nível de caráter intermediário, constituído por impulsos cruéis, sádicos, lascivos, sanguinários e invejosos (...)” (*ibid.*:10).

Prossegue Reich: “Tudo o que é autenticamente revolucionário, toda a autêntica arte e ciência, provém do cerne biológico natural do homem. Nem o verdadeiro revolucionário, nem o artista nem o cientista foram até agora capazes de conquistar e liderar as massas, ou, se o fizeram, de mantê-las por muito tempo no domínio dos interesses vitais” (*ibid.*:11). “A revolta fascista tem sempre origem na transformação de uma emoção revolucionária em ilusão, pelo medo da verdade” (*ibid.*:12).

É o que acontece no Brasil pós-governos da coalizão, e no mundo, com os seres humanos decepcionados com o resultado que colheram pelo que pensaram e sentiram e

que não querem enfrentar. O medo auto-complacente da verdade. Sem dúvida Lacan estava apontando algo primordial quando percebeu que o problema do sujeito é quando lhe falta a “falta”, neste caso a “falta” que ele não quer ver, pois é aí que ele se angustia. Mas quando ele aceita a falta da “falta”, digo eu, aceita o que ele não foi, não é, não será e por vezes o outro é -o que não tem a ver com o que Lacan entende como “perda” da unidade-com-a-mãe-, ou seja, quando o sujeito aceita, com Nietzsche, que é um animal ainda não determinado, ainda não concluído, e portanto em processo, ele se torna, sim, e sob minha perspectiva, *completo*; por incorporar-se em sua condição de incompletude.

Mas tal medo da verdade gera um vazio, que se manifesta, como disse, na forma da angústia. E decidir com base na angústia, como muitos no Brasil do final da década de 2010 verificou-se terem feito, assim como em muitos países, é garantir soluções autoritárias, pois quando o sujeito des-espera, ele quer uma “tábua de salvação”, um “salvador da pátria” -de que de uma vez por todas se resolva a vida para sempre. Isso é impossível. O nome disso é fascismo. O contrário do desígnio consciente.

É neste contexto que faz sentido afirmar que o ressurgimento do fascismo é proporcional ao esquecimento pela teoria social e da filosofia de obras como a de Reich e da própria literatura do Império, que comprovam à exaustão e há tanto tempo a indissociabilidade entre o psíquico e o político, gerando tanto o fenômeno de que “certos dirigentes, a vanguarda ou mesmo uma grande parte da massa (...) retomam por sua conta a mitologia burguesa ou retornam às formas de organização e de ação passadas”, quan-

to o do “culto da personalidade” no movimento operário do século XX, que ocorrem em virtude da “fraqueza, (...) imaturidade, (...) baixo nível do movimento (...)” (Löwy, 2002:50).

Engels estava certo quando afirmou em 1895, no prefácio do livro de Karl Marx sobre *Les luttes de classes en France* (1848-1850), que “lá onde se agita uma transformação completa da organização da sociedade, é necessário que as massas cooperem, que elas já tenham entendido o que agitam, para o que elas intervêm (com seus corpos e suas vidas)” (Engels, 1968:11).

Como Birman sintetiza, o sujeito funciona de fato nas ordens da reciprocidade e da lei, que consubstanciam o registro intersubjetivo, apenas quando ele perde e relativiza o estado mental da onipotência, que legitimado como fonte de referência faz o sujeito acreditar que tudo o que considera “bom” seria seu por direito e que o que considera “mal” está sempre no outro e fora de si mesmo. Por isso é que sujeito está convencido de que pode submeter os outros à sua própria lei, daí a corrupção ser sistêmica, sem que os outros sejam reconhecidos como singularidade e diferença.

É neste registro da capacidade de pensar, querer e julgar que o psiquismo, e as instituições nas quais os psiquismos estão articulados em rede, autorizam-se a tirar, a depredar, inclusive pela violência mediática, jurídica e parlamentar, seja o que for dos outros. O sujeito passa a depredar o outro, a partir de ter depredado o que nele mesmo é humano, desafiando, o que a psicanálise chama de desamparo, através do triunfo e do desdém sobre o outro, e assim é depredado pelo outro, em uma tentativa de evi-

tar o mesmo desamparo -que resultaria da descoberta que identificar-se é não ser o outro, esta experiência que o dualismo grava como “perda” do outro, como a “falta” lacanianiana-, em um círculo repetitivo de horror crescente, pois se experimentam ontológica, epistemológica, teórica, metodológica e vivencialmente como se fossem meros objetos, pois são o “outro”, como a “outra”, a “natureza”, que estão ali para usufruto do seu gozo, destituídos que foram pelo dualismo de sua interioridade.

É assim que os seres humanos manipulam-se e instrumentalizam-se mutuamente para “as delícias macabras de seus gozos”, já que o que é percebido como “outro” detém os “bens e os objetos” que atizam a cobiça voluptuosa dos sujeitos, que, movidos pela ignorância de que o ser humano é comunicacional e portanto completo exatamente quando se reconhece incompleto, evitam a perda, evitam a presença inexorável do *thalassa*.

Desta maneira “o sujeito entra no registro da servidão pois não quer perder nada (Birman, 1996:125), e acaba por perder tudo, como ensinou Italo Calvino, em *Cidades Invisíveis*: “É um momento desesperado quando descobrimos que este império, que nos pareceu a soma de todas as maravilhas, é uma ruína infinita e sem forma, que a gangrena da corrupção se espalhou demais para ser curada pelo nosso cetro, que o triunfo sobre os soberanos inimigos nos fizeram herdeiros de sua longa destruição” (*apud* Nandy, 2013:157).

Pode-se compreender portanto a articulação entre a mentalidade predatória intra-cultural e inter-cultural com a mentalidade predatória da cultura em relação à natureza, que caracterizam a ordem da experimentação total do

mundo, como apontada por Jacques Poulain, resultante da recusa do útero e que o comprometimento de sua capacidade de julgar o faz experimentar como abismo, como o referido *thalassa*, do então experimentado desamparo frente à incapacidade de controlar o processo vital.

Apenas a complementariedade dos opostos, que funda a ontologia e epistemologia taoístas por exemplo, permite ao sujeito o acesso ao desejo e à liberdade. O problema para o sujeito, e repito que neste ponto muito específico concordo com Lacan, é quando a “falta” lhe falta, e ele quer devorar o mundo pela angústia que então se instala, a tal ponto que a infraestrutura dos Estados Unidos está sob risco de colapso³⁴. Tal “falta”, em verdade, a do colo da mãe, no sentido lacaniano, não seria portanto, para mim, uma falta absoluta: mas apenas mais uma presença, a presença da ausência, que é saciada na experiência da função-fraterna por exemplo, na experiência de uma sociedade livre da cartografia hobbesiana.

Quando Laclau afirma que a “sociedade não existe” e de que a “comunicação não existe” eu psicopoliticamente compreendo que a incompletude que o leva a tal afirmação é justamente a maneira completa “delas” serem. Portanto não se trata de dizer que elas não existem, mas que existem desta maneira própria que as constitui, a da convivialidade, em sua relação intrínseca com a felicidade, como Fathi Triki mostra de maneira cristalina. E não da outra, a maneira absoluta. É no exercício não-dualista que dilui-se paulatinamente a tensão, experimentada como a referida angústia, entre o desejo intenso de liberdade e o medo à liberdade; é assim que dilui-se o perigo dos fundamentalismos, pois afirmar que a sociedade e a comuni-

cação não existiriam os estimula, pois é um equívoco dualista pender do absolutamente absoluto para o absolutamente relativo.

A emancipação exige a entrega desinteressada ao conhecido-desconhecido. Caso contrário gera-se a angústia, o estado mental, e portanto a cultura, que move a concentração do que se entende como riqueza e do que se entende como poder, o que tem implicado, à direita, ao centro e à esquerda, nesta depredação do corpo do “outro” social e natural que ocorre nos regimes de servidão, estes dois “outros” que de fato são apenas um, pois relacionais, comunicacionais por imanência, que se complementam.

A episteme taoísta precisa ser levada a sério, pois o que o ser humano precisa é de compreender que o conflito é a oportunidade para a complementaridade de opostos, uma vez que “(...) justamente porque o outro é reduzido à dimensão de um mero pedaço de carne [considerar também desdobramentos em termos de psicopolítica dos alimentos, ver o filme *Conspiracy*], o sujeito narcísico se autoriza a tratá-lo como sendo uma lata de lixo (...) instrumentalizado como sendo uma esterqueira, isto é, como um lugar onde o sujeito possa lançar os dejetos que traz dentro de si e que ele detesta. Enfim, tudo aquilo que provoca nele horror, dor e desprazer, tudo o que ela considera sujo e feio, o sujeito lança, então, sem nenhuma parcimônia, no corpo do outro. (...) imerso na economia [psíquica] fetichista [pois o impede de reconhecer qualquer diferença] da perversão e do ego ideal, o indivíduo não é propriamente um sujeito, na medida em que não reconhece os valores da diferença, do desejo e da singularidade” (Birman, 1996:125-126).

Trata-se portanto da impossibilidade de referenciar-se pela Lei como inscrita na linguagem, na medida em que esta faz vigorar a reciprocidade, o reconhecimento e a alteridade; enfim, a solidariedade que é o instituinte da comunicação. Por isso é um equívoco falar em “comunicação não-violenta”, e portanto supor a existência de uma “comunicação violenta”, pois a violência é exatamente a suspensão da experiência de comunicação, que depende da empatia.

Encapsulados assim na suposta essência hobbesiana, o indivíduo e os grupos experimentam uma sociedade que reitera todo o tempo a impossibilidade da convivência solidária, portanto daquilo que a sociedade, o mundo e a vida são, mais uma vez, apenas experiência de comunicação. Campos de comunicação. E insiste, ontológica, epistemológica, teórica, metodológica e vivencialmente na redução da vida e do mundo às disputas que seriam oriundas de uma natureza supostamente “violenta”, exatamente as disputas que referida *Dominação de Espectro Completo* (*Full Spectrum Dominance*), essencial na Segunda Guerra Fria (Bandeira, 2013)³⁵, tem como objetivo promover naquele que considera como “inimigo”: “Nessa situação, o homem conserva integralmente a própria herança cultural, e o valor desta, aliás, se multiplica vertiginosamente: ele perde, porém, a possibilidade de extrair dela o critério da sua ação (...)” (Agamben, 2012:174).

A Superação Psicopolítica da Distorção do Judiciário

Este é o caso da distorção psicopolítica do Judiciário: “O que constitui psicopatologia no contexto de um jul-

gamento? Em geral a psicopatologia se refere a processos mentais que tornam difícil ou impossível para um indivíduo lidar adequadamente com a realidade. Mas como deve ser definida a realidade neste contexto? Assume-se aqui que ela é definida pela lei que governa a conduta dos julgamentos, as normas de procedimento probatório em particular, e a prova que é apresentada no tribunal. Estas são as realidades com as quais os jurados devem lidar no desempenho de seus deveres. Por exemplo, a lei requer que os jurados julguem a pessoa acusada como inocente até que sua culpa tenha sido estabelecida além de dúvida razoável. A falha de um jurado em funcionar desta maneira pode portanto ser consequência de um distúrbio psicopatológico, pois este jurado não teria conseguido agir de acordo com as exigências objetivas da situação. (...) A lei exige que os jurados baseiem suas conclusões sobre as provas apresentadas ao tribunal e sobre mais nada. (...) na medida em que um jurado negligencia ou recusa sistematicamente certa prova importante, ou a rejeita arbitrariamente em favor de outra prova, é razoável supor que sua observação e pensamento foram submetidos à influência de uma perturbação psicológica” (Hanly, 1995:187).

Sabemos que o juiz recomenda ao júri que “removam de suas mentes qualquer coisa que possam ter ouvido ou pensado sobre o crime ou sobre o acusado, de modo que possam basear suas conclusões nas provas apresentadas no tribunal e sobre mais nada” (*id.*:189), o que deriva das concepções de funcionamento mental dos séculos XVII e XVIII, ou seja, de que o sujeito pode, por um ato da vontade, fazer de sua mente uma tabula rasa.

Porém igualmente sabemos por exemplo desde os estu-

dos de ordem psicológica de epistemes na diáspora, como os do Ayurveda, bem como posteriormente com os poetas e filósofos gregos e mais recentemente a partir de Freud, e como mostrei com Reich, que aquele que julga pode reprimir temporariamente atitudes reativas de pré-julgamento mas tende a estar inconsciente da influência delas (*ibid.*), como em vários momentos da Operação Lava-Jato no Brasil (por exemplo em conduções coercitivas³⁶), salvo por uma disciplina bastante complexa, como a que construímos na Teoria Psicopolítica como via de emancipação³⁷: “(...) se se está convencido de que alguém é culpado ou inocente de um crime, as razões apresentadas para chegar a esta conclusão podem disfarçar os pensamentos e os sentimentos que são a causa verdadeira da convicção” (*ibid.*:188).

Ao analisar o famoso processo de Stephen Truscott, em Goderich, Ontario, Canadá, em 1959, quando uma menina de 12 anos foi violentada e estrangulada, e Stephen então com 14 anos foi condenado à forca mas as pressões legais e do público acabaram resultando em sua libertação em regime condicional em 1969, Charles Hanly, ao entrevistar os jurados do caso, encontrou um que, apesar de em um determinado momento ter dito que “eles pegaram a pessoa errada”, posteriormente declarou que “(...) contudo, com base em sua observação de uma jovem testemunha ‘atarracada, desenvolvida’, que ela tinha sido namorada do acusado e que ‘ele a tinha possuído algumas vezes antes’; e que ele tinha fornicado montes delas’ e ‘era um garanhão’ por lá. Nenhuma prova disto havia sido apresentada no julgamento” (*ibid.*:190).

Esta anomalia na capacidade de julgar, em prol da deci-

são a partir de informações anteriores e exteriores ao julgamento, como a identificada por Carlos Del Valle no caso da “certeza moral” a que me referi anteriormente, é da ordem de um judiciário e de uma doutrina legal destinada a “quem se desvia por princípio” (Jakobs & Meliá, 2007:29), como faz Günther Jakobs com o Direito Penal do Inimigo, em sincronia com a referida Dominação de Espectro Completo, apoiando-se em Thomas Hobbes e Kant, que despersonalizam o réu de “alta traição”.

O argumento de Jakobs é que o Direito Penal do Inimigo deve existir como aquele Direito a ser aplicado para evitar para que os cidadãos “não perturbem o Estado em sua auto-organização” (*id.*:27). Citando, claro, Hobbes, Jakobs lembra seu argumento de que a natureza do crime que chama “rebelião” é “a rescisão da submissão, o que significa uma recaída no estado de natureza [sempre a “sujeição criminal” da Natureza, digo eu] (...) E aqueles que incorrem em tal delito não são castigados como súbditos [sic], mas como inimigos”³⁸ (*ibid.*): “o inimigo é excluído” (*ibid.*:49).

No entanto, sabemos, o fato é outro. Como mostra o jurista Manuel Cancio Meliá, os fenômenos frente aos quais reage tal Direito Penal do Inimigo, que poriam em xeque a existência da sociedade, não têm tal substancialidade concreta e tal “periculosidade terminal” “é uma construção social que não está relacionada com as dimensões reais de determinadas ameaças” (...) “ao menos entre os ‘candidatos’ a ‘inimigos’ as sociedades ocidentais, não parece que possa apreciar-se que haja algum -nem a ‘criminalidade organizada’ nem as ‘máfias das drogas’, e tampouco o ETA -que realmente possa por em xeque -nos

termos militares que se afirmam- os parâmetros fundamentais das sociedades correspondentes em um futuro previsível” (*ibid*:76). O que fica absolutamente claro quando “se compara a dimensão meramente numérica das lesões de bens jurídicos pessoais experimentados por tais condutas delitivas com outro tipo de infrações criminais que se comentem de modo massivo e que entram, em troca, plenamente dentro da ‘normalidade’ “(*ibid*:76-77).

Quando perguntamos, então, que função cumpre no plano fático tal Direito Penal do Inimigo, somos obrigados a concluir que os comportamentos delitivos que ele quer eliminar afetam não bens jurídicos pessoais, mas o “plano simbólico”; portanto o plano mental (o território mental com seu fluxo de pensamentos e afetos), aos quais se dirigem, já vimos, as estratégias de *perceptual-effects*.

Sabemos que o Direito Penal do Inimigo vulnera sob vários aspectos o princípio do direito penal do fato, “de acordo com o qual devem ser excluídos da responsabilidade jurídico-penal os meros pensamentos, isto é, rechaçando-se um Direito penal orientado na ‘atitude interna’ do autor” (*ibid*:80). Ao contrário, tal doutrina fez com que o Direito penal espanhol relativo ao terrorismo criasse em 1995 a figura do “terrorista individual”, “uma tipificação que não se encaixa de nenhum modo com a orientação espanhola neste setor, estruturada em torno à especial periculosidade das organizações terroristas” (*ibid*:81).

A “ameaça” está reconhecidamente assim na mente do indivíduo. Em seu território mental, como disse, pois é a qualidade emancipatória ou não dos estados mentais que nele circulam que define, com base em sua capacidade de julgá-los, sua ação nos territórios.

Como sabemos, é atribuído socialmente ao Estado, e mais veementemente ao Estado Moderno, um conjunto de regras jurídicas simultaneamente voltadas à regulação das relações entre os indivíduos, com o objetivo tanto de garantir a vida em sociedade quanto controlar o próprio e tal direito do Estado de punir. Este é o caso do Direito Penal do Cidadão, que visa a observância de princípios e garantias fundamentais dos indivíduos nos casos deles cometerem ilícito penal, e que são voltados para a reeducação e ressocialização do então infrator à sociedade, uma vez que o indivíduo é considerado de maneira expressa como sujeito de Direitos.

É com o agravamento da crise do modelo mental Ocidente, da cultura ocidental, como manifestação hegemônica dos regimes de servidão nesta fase da história, e assim com o aumento, aprofundamento e generalização de ilícitos sistêmicos, que aparece a referida tendência, crescente, e elaborada como doutrina jurídica, em especial na Europa (nos Estados Unidos não houve sequer tal preocupação “jurídica”) de separar o Direito Penal do Cidadão de um Direito Penal do Inimigo, reservando o primeiro para os indivíduos com status de cidadão; e, o segundo -como diz a teoria sustentada por Günther Jakobs a partir do final dos anos 90- para aqueles indivíduos que o Estado define como “inimigos”.

Tais “inimigos” passam a ser submetidos então a julgamentos baseados na chamada “máxima repressão penal”, marcada por restrições de garantias processuais e penais, que incluem a aplicação de penas cruéis e desproporcionais.

O mais sintomático de tudo é o fato de que o Direito

Penal do Inimigo está baseado na penalização de condutas futuras dos considerados "inimigos". Ou seja, está prevista "legalmente", a aplicação de penalização preliminar à apuração da conduta criminal, o que retira o "inimigo" da condição precípua de cidadão e do correspondente sistema normativo, o que contradiz frontalmente, como se sabe, as garantias jurídico-penais construídas ao longo da História.

Enquanto o "indivíduo-cidadão" é punido através de uma pena pretérita (ou seja, um direito retrospectivo que trata do "ocorrido" e portanto "objetivo" e "certo" visando otimizar a liberdade), o "indivíduo-inimigo" é objeto de coação através de medidas de segurança preventiva (ou seja, um direito prospectivo, a respeito do "provável", e assim da proteção de um "bem jurídico"), com base na "certeza moral" (Del Valle), sobre sua "personalidade", "antecedentes", "condição de vida" e -chegando ao máximo de sua "sujeição criminal", no sentido de Michel Misse- pela pressuposição de uma "periculosidade objetiva e futura" baseada, como dito, nos padrões comportamentais (sejam de hábitos sejam profissionais) considerados a partir de tais critérios "jurídico-penais" como lesivos à sociedade.

É assim que neste estado de exceção (Agamben, 2004), instaurado com o Patriot Act, conhecido no Brasil como Lei Patriota³⁹, cerca de um mês após o 11 de Setembro, é abandonado o Estado Democrático de Direito e instaura-se o retorno a um Estado Absoluto em nome da "segurança nacional": o considerado "inimigo", como aqui analisado -exteriorização e essencialização absolutas do Mal, despido de sua humanidade por uma "corte" que legisla

em nome próprio em nome de todos os outros (o mesmo que permite o Artigo 43.9 da Constituição de França ao governo, como foi feito em 2016 para a aprovação da Lei do Trabalho contra a vontade do Parlamento⁴⁰)- é sumariamente retirado da sociedade, e isto com o apoio de parte das sociedades e/ou a incapacidade de reagir de outras partes.

Por isso o Direito Penal do Inimigo, a face jurídica da *Dominação de Espectro Completa*, no conjunto das operações de *perceptual-effects*, ajuda a compreender a razão pela qual sustento que a Teoria Psicopolítica é a via da emancipação.

Ora, se tal “Direito” está focado no que ocorre no território mental do sujeito que ele nomeia como ‘inimigo’, e é a ele que é endereçada “a captura tecnológica, industrial, sistemática e constante da atenção que se chamou de capitalismo cultural [que] foi possível graças ao surgimento de psicotecnologias” (Stiegler, s/d), é no território mental do sujeito que está a fonte de referência para a capacidade de pensar, querer e julgar efetivamente emancipatória.

O Desafio é Tomar Decisões Horizontalizantes nas Posições Hierárquicas nas Quais se Está

Em todas as partes em que o autoritarismo emerge vemos a proliferação de posicionamentos de toda ordem e publicações brandindo “o surgimento de uma nova esquerda”, como por exemplo⁴¹ a partir de uma geração mais “realista e, conseqüentemente mais cética” “inspirada menos na idéia de uma sociedade redentora da humanidade e mais numa luta vinculada às demandas sociais concretas” (*id.*) pois “essa geração vê a democracia aprisiona-

da pelos esquemas do grande capital, percebe a *mise-en-scène* do atual sistema político ocidental e se rebela contra a colonização cultural propagada pela grande mídia e pelo marketing da manipulação” (*ibid.*).

Mais uma vez, num equivocado ato de fé, portanto metafísico, acredita-se que a saída seria, como disse, contra o “grande capital” -que ocuparia com exclusividade o lugar do Mal Absoluto (da mesma maneira que a Dominação de Espectro Completo e o Direito Penal do Inimigo vêm os “insurgentes” como “criminosos” ou “terroristas”)- seria “estar nas ruas e nas periferias, organizando e mobilizando os movimentos sociais” (*ibid.*) e assim ocupando “uma secretaria numa prefeitura, num governo estadual ou um ministério no governo federal” (*ibid.*). Ou seja, que a mudança dependeria apenas da esfera “pública”, como o são as ruas e as instituições, fazendo assim o contrário da mentalidade que gera a dominação ocupando as ruas dos territórios mentais.

Apenas a ocupação contínua e crescente das ruas do território mental, com o objetivo de conhecer e compreender os pensamentos e afetos que estão se manifestando nelas, permite compreender que a receita da saída, por exemplo, de organizar os movimentos “horizontalmente” é um equívoco fatal, pois a hierarquia faz parte da condição comunicacional do ser humano. Por isso as “redes” e “movimentos horizontais” são liderados de maneira fantasmática justamente por aqueles que neles insistem em dizer que não há lideranças. Quando o desafio, e este sim, tremendo, é a capacidade psicopolítica de tomar decisões horizontalizantes nas posições hierárquicas nas quais os seres humanos sempre estão, uns em relação aos outros.

A única via de emancipação efetiva para a ação nos territórios -e não apenas causadora de mais decepção (Lipovetsky), amor líquido (Bauman), cansaço (Han) e desorientação, o que exponencia o ressentimento e assim o ódio, este estado mental que é o alimento dos regimes de servidão- é a intervenção anterior e simultânea no território mental.

O problema do Partido dos Trabalhadores no Brasil não foi o de ocupar o Estado, muito pelo contrario, mas a mentalidade com a qual fez tal ocupação: repetiu na atitude os mesmos valores que dizia querer superar no plano dualisticamente chamado “social”: “Lula caiu vítima de sua postura tecnocrática. Ele mandou o povo para suas casas e, quando os lobos foram atacar Dilma, ela abriu a janela e não tinha ninguém. Confiou e fez alianças com setores do poder que claramente iam traí-los. Até um cego poderia ver”, como afirmou em 2016 Atílio Borón⁴², e como tive a oportunidade de mostrar de maneira sistemática diretamente à Presidência do PT, entre 2010 e 2012, e aos movimentos sociais entre 2007 e 2011, em especial aqueles vinculados ao direito à comunicação, à mídia livre e à cultura das periferias, a estes últimos desde 2005.

Para sair desta roda que traz o psiquismo e as instituições de volta ao mesmo lugar -claro que com mudanças importantes, mas com o regime de servidão de certa maneira ampliado- tenho trabalhado com pesquisadore(a)s da teoria social (aplicadas ou não), da filosofia, das metodologias de mudança e também das ciências de bancada, como neurocientistas. A resiliência, frente ao que é global, necessita da articulação transdisciplinar de muitas pessoas, redes e instituições. Cada um(a) trabalhando a partir da

ressonância em seus próprios campos de trabalho e quadros teóricos, deste argumento. Pois este é o argumento pelo qual a dominação ocorre, como demonstrei.

É sintomático que quando se estuda o papel da mente em epistemes na diáspora, como por exemplo a dos povos da Sierra Nevada de Santa Marta, o *pensamiento-tejido*, o *Buen Vivir*, dos povos andinos, o shaivismo de Cachemira, os cultos da Terra-Mãe e o budismo tibetano (Ouriques, 2002a), os princípios ali presentes para construir a emancipação, ou liberdade, são exatamente os usados, porém com intenção oposta, pelas operações de *perceptual-effects*: “As quatro características são: [1] conhecimento quase total ou absoluto e compreensão de si mesmo, [do] adversário e [do] ambiente; [2] rapidez e rapidez na aplicação; [3] brilho operacional em execução; e [4] controle (quase) total e gerenciamento de todo o ambiente operacional” (Ullman & Wave Jr., 1996:xii).

Com a devida revisão crítica profunda, pois a intenção, claro, é distinta, são estas as características que usamos na resiliência psicopolítica. O exercício delas depende de que a força da vontade (*will*) esteja em processo paulatino, compassivo e incessante de desimpregnação (sem a qual a descolonização não se efetiva) dos traumas ontológicos, epistemológicos, teóricos, metodológicos e vivenciais causados no sujeito em sua relação com um mundo hobbesiano, condensado nas incessantes crises econômico-políticas (Stolorow, 2009).

Esta desimpregnação pode demandar -de maneira mais frequente do que comumente se gostaria- de processo terapêutico clínico, de orientação psicopolítica, e portanto de base analítica, corporal e energética. Eu mesmo mante-

nho uma clínica nesta orientação. Neste sentido sistematizei uma metodologia⁴³, a *Gestão Mental*, com a qual venho trabalhando com indivíduos, casais, equipes, redes, movimentos e instituições, inclusive em escala nacional e internacional⁴⁴, desde 2005, de maneira a contribuir para que eles se ajudem a conhecer e compreender como em suas singularidades se articulam os níveis da identificação, com os impulsos e memória psíquicas, com o nível das formações e práticas discursivas que constituem o campo classicamente conhecido como social. O que fazemos é o que para Stuart Hall era impossível: a equivalência entre estes dois constituintes, pois ele entendia que o próprio inconsciente age como a barra ou como o corte entre eles, o que faz do inconsciente “um local de diferimento ou adiamento perpétuo da equivalência” (Hall, 2000:114). Isso se torna possível quando se conhece e compreende psicopoliticamente o inconsciente não como um “outro” metafisicamente inalcançável, e que portanto o sujeito a este estaria teleologicamente submetido, mas como o complexo das memórias dos traumas produzidos pelo choque entre a condição comunicacional instituinte do ser humano e a cultura dualista vigente. Passo a passo, muito amorosa e gradativamente, respiração a respiração, movimento a movimento, estado mental a estado mental, o sujeito vai se desimpregando em rede deste arquivo.

Somente esta desimpregnação ontológica, epistemológica, teórica, metodológica e vivencial frente ao dualismo pode gerar seres humanos que recusem compactuar com decisões no psiquismo e nas instituições que fortaleçam, através dos eixos de operações psicopolíticas, o código de comportamento que estimula no sujeito as predisposições de destacar sua singularidade não por suas realizações pes-

soais, mas por suas possibilidades de propriedade e prestígio que os diferenciariam de supostos “grupos inferiores”.

É assim que se poderá limitar a regulação das relações interhumanas aos mandatos e prescrições éticos que são necessários para que os seres humanos possam conviver, trabalhar e gozar, agradecer e celebrar, nesta dinâmica do que se abre ao humano e interpela o que é constante nas relações humanas, com o caráter mutante e evolutivo de toda convivência como demonstra Fathi Triki⁴⁵.

Adoçar as tensões e contradições que ocorrem entre os seres humanos e adoçar as tensões e contradições que ocorrem nos seres humanos é o mesmo desafio e oportunidade para os seres humanos, para lembrar aqui de Norbert Elias, deles serem “civilizados”. “Enquanto não chegue este momento eles se encontram no processo civilizatório, obrigados a continuar dizendo: ‘A civilização não terminou. Constitui um processo’” (Elias, 2016:631). A insensatez da impraticabilidade, assim, não é a de continuar a constituir este processo, mas a de afirmar que a história teria acabado.

O princípio fundamental -e não as leis de um pensamento que acabam por esmagá-lo como o castelo criado pela lava antes ardente e fluida, como advertiu Nietzsche (*apud* Iasi, 2014:140)- é, portanto, o de construir, em rede, de maneira cristalina e em *real time*, o conhecimento e e compreensão quase totais:

- (a) do *self* (ou seja, do próprio fluxo de estados mentais, que ocorre no que denomino desde 2009 de território mental);
- (b) do fluxo mental do interlocutor (seja ele no plano

do psiquismo e/ou das instituições);

(c) e do ambiente ontológico, epistemológico, teórico, metodológico e vivencial em que se está colocado pela História (pelo poder portanto).

Como compreendeu Nietzsche em *Ecce Homo*, “isso foi o que entendeu muito bem aquele profundo fisiólogo, Buda. A sua ‘religião’, que antes se deveria denominar higiene, para não a confundir com coisas tão lastimosas como o cristianismo, fez depender a sua eficácia da vitória sobre o ressentimento: libertar dele a alma –eis o primeiro passo para a cura. Não é pela inimizade que se chega ao fim da inimizade, é pela amizade que se põe fim à inimizade...: eis o começo da doutrina de Buda –aqui não fala a moral, mas a fisiologia” (Nietzsche, 2008:20). De fato o posicionamento de Buda é de não aceitar algo porque outro o disse, mas porque a pessoa o verificou por si mesmo, mediante um processo de experimentação de primeira mão, exatamente como procedem as ciências de bancada. Diferencia-se assim a compreensão intelectual (*pariyatti*)⁴⁶ da compreensão prática, experiencial (*paripatti*).

É apenas assim que se torna possível paulatina e acumulativamente, no exercício psicopolítico de construção de uma cultura de comunicação, e portanto de uma estética transcultural, emancipar-se emancipando. Estas duas faces de um mesmo e indissociável processo. O da construção psicopolítica da emancipação, com este nome ou com o que se queira, no exercício de uma atitude deliberada, grata e alegre, muito mais ampla do que a ironia e o cinismo, pois as “reservas de ódio”, acabamos de escutar Nietzsche, apenas geram mais violência, a história está aí para ser escutada.

Quando o ser humano quer realizar a justiça da segurança e da proteção, pois esta é a justiça que o instituiu e assim o constitui como sentido, e movido por esta intencionalidade experimenta o sofrimento de sentir-se impotente ao constatar um mundo a desmoronar sob o signo da verdade absoluta do desconhecimento do outro, e isso legitimado por imensos contingentes populacionais de orientação fascista, talvez ele se sinta fraco diante de tal forma de poder que se manifesta como “invencível”.

É aí que o ser humano tem diante de si o seu primeiro desafio: o de superar o ódio -através de uma hermenêutica do *self*, não-dualista e assim não-perspectivista-, este o de superar este estado mental miserável, a um só tempo contra o outro porque contra si mesmo, que cria e sustenta os regimes de servidão; e que desumaniza por ser anti-comunicacional; foi o ódio como a “verdade revolucionária” que fez as teorias sociais e as filosofias hegemônicas naufragarem na história deste seu erro, e de quererem desfazer-se da verdade da comunicação no psiquismo e nas instituições porque decepcionados, de maneira epistemicida, com as suas narcísicas experiências com ela, que resultaram no arco-íris de mentiras que Nietzsche ataca, pois não é a fonte de referencia para a capacidade de julgar. Apenas o amor da convivência, do viver juntos, do aprender agradecido com o que não somos e do oferecer de maneira generosa o que somos, faz vigorar, dado o vigor da capacidade psicopolítica de pensar, querer e julgar, a felicidade que é a justiça.

NOTAS

¹ *apud* Gibson, 2001:2.

² Agradeço à Ana Esther Ceceña a lembrança deste precioso poema.

³ Quando criei, na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a disciplina Construção de estados mentais não-violentos na mídia, tratando da questão da desobediência civil mental, como apresentei em artigo no ano seguinte no Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, do Brasil, no Grupo de Trabalho Ética e Jornalismo.

⁴ Agradeço a Marcelo Serpa ter-me chamado a atenção sobre este fato decisivo.

⁵ De acordo com Jacques Poulain, o trabalho de Han é tributário do trabalho do Sloterdijk.

⁶ Trata-se de *Edição do Autor*, tão característica daquela época da cultura alternativa. Foi uma pasta confeccionada manualmente com flan de rotativa e desenhada, contendo uma série de cópias xerográficas, à época ainda de certa forma uma novidade, de documentos, entrevistas, livros, etc. Naquela mesmo época tive um trabalho meu, uma série de xerografias do meu rosto, selecionada para o Salão Nacional de Belas Artes.

⁷ *Maîtrise*, no original.

⁸ No sentido de Boaventura de Sousa Santos, pois torna as intenções, desafios e oportunidades dos múltiplos campos de conhecimento e dos movimentos de transformação social mutuamente inteligíveis.

⁹ Cf. <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>

¹⁰ Tratarei em outro lugar da necessidade das ontologias não-essencialistas, as únicas que permitem escapar a um só tempo dos becos sem saída tanto do essencialismo quanto do perspectivismo ontológico.

¹¹ Ou seja, quando a justiça, a mídia e o senso comum endereçam para a identidade do cidadão uma suposta “essência” criminal.

¹² Um sistema de inteligência anti-destrutiva -força vital, inerente. É o que se está verificando também no campo da imunologia: (1) “The immune system is usually seen as a collection of independent (specific) lymphocyte clones. Randomly generated and activated at random, these lymphocytes follow only their individual, clonal history. Thus, in traditional descriptions, immunological activity is neither systemic nor historical and is never “physiological”. However, recent descriptions show an abundant “auto”-reactivity in healthy organisms, an evidence of internal connectivity” (Pordeus *et alli*, 2009); (2) “Later experiments of our team suggest that even acute processes deemed non-immunological such as myocardial infarction are able to modify the lymphocyte reactivity patterns in mice (data awaiting publication). Other groups described increased levels of auto-antibodies in acute myocardial infarction, such as anti-cardiac myosin, and anti-beta 2 glycoprotein I. These data incidentally carry prognostic implications and suggest the interest of an immunological intervention in this process. The foresight of such a huge task as that of reformulating the way of viewing the whole Immunology is certainly frightening. However, this emotion is more desirable than indefinitely postponing the need to face it” (Pordeus & Vaz, 2005).

¹³ Assim define Hook a psicopolítica: “critical awareness of the role that political factors (ie relations of power) 8 play within the domain of the psychological. An understanding of both how politics impacts upon the psychological, and how personal psychology may be the level at which politics is internalised, individually entrenched” (Hook, 2004:115).

¹⁴ Este processo é da ordem do que Althusser define como o que é representado na ideologia, ou seja: não o sistema de relações reais que regem a existência dos indivíduos mas as suas relações imaginárias com as relações reais em que vivem (Althusser, s/d:113); pois imaginando-se “livres” e “libertadores” em verdade aceitam livremente sua submissão à autoridade superior dos estados mentais que os atravessam sem qualquer filtragem, emergindo do inconsciente em estado bruto. E, assim, reproduzindo o enraizamento de tais estados mentais e da narrativa que os articula.

¹⁵ A comunicação, como a arte, está fundada na ação desinteressada (considerada uma “ingenuidade” pela teoria social e filosofia da modernidade tardia, da mesma maneira que pelo “business as usual”: “não existe almoço de graça”). Elas em verdade estão fundadas no dom, no sentido de Marcel Mauss, na pura gratuidade do material, no sentido de Terry Eagleton, pois esta é a base da sociabilidade fundacional, como a socialidade das relações de maternidade, paternidade, família, amizades, agrupamentos, etc. Neste sentido trabalha a corrente não-utilitarista das ciências sociais para superar a doutrina utilitarista de Jeremy Bentham e seus seguidores diretos, em especial John Stuart Mill, que generalizou-se.

¹⁶ Um exemplo disso é o reportado por Jon Ronson, um dos maiores entusiastas do Twitter, que diante desta rede ter se tornado, como ele fala, “uma espiral de humilhações”. chegou ao ponto de afirmar que “o melhor das mídias sociais foi ter dado voz a pessoas sem voz, mas agora estamos criando a sociedade do patrulhamento, em que o melhor jeito de sobreviver é voltar a não ter voz”. Cf. https://www.ted.com/talks/jon_ronson_what_happens_when_online_shaming_spirals_out_of_control/transcript?language=pt-br Ressalto, claro, que na verdade o desafio não é “dar voz ao outro”, mas sim escutar a voz do outro.

¹⁷ Refiro-me à expressão utilizada por Lucia Santaella.

¹⁸ No Brasil existiu na década de 2010 uma “eterna” candidata à “salvadora da pátria”, a Sra. Marina Silva, que aparecia e desaparecia do cenário político na medida das necessidades. Sintomaticamente em determinado momento que interessa ela aparece de maneira central, como se tudo dependesse dela, para no momento seguinte desaparecer como se jamais tivesse existido. Trata-se de um tema muito importante para a investigação.

¹⁹ É sintomático observar a dinâmica dualista, que transforma continuamente “salvadores da pátria”, ou seja, “redutores”, em “inimigos”, e vice-versa. Este é o caso por exemplo de Michel Temer que para ser dado o primeiro golpe contra a Constituição brasileira foi apresentado como “redutor” e em 2017, para o golpe dentro do golpe, foi transformado em “inimigo”. Este é um processo contínuo no psiquismo e nas instituições.

²⁰ Ver por exemplo transtorno de personalidade narcísica.

²¹ Ver neste livro em especial o caso da campanha presidencial de Hugo Chávez organizada pelo conceito *Amor*, dirigida por Cid Pacheco e Marcello Serpa.

²² Cf. <http://www.viomundo.com.br/denuncias/congresso-torna-legitimas-as-pedaladas-que-usou-como-pretexto-para-derrubar-dilma-nao-tiveram-nem-o-pudor-de-disfocar-diz-professor.html>

²³ Cf. http://www.nytimes.com/2016/06/06/opinion/brazils-gold-medal-for-corruption.html?_r=0

²⁴ Sobre o assunto manifestou-se a Corte Interamericana de Derechos Humanos em 2014: “En cuanto al daño 22 inmaterial, la Corte ha constatado el impacto psicológico y moral en las ocho víctimas del presente caso por el procesamiento y condena por delitos de carácter terrorista y por haber tenido que cumplir con una pena privativa de libertad y penas accesorias fundándose en sentencias penales dictadas en aplicación de una ley contraria a la Convención, en violación de garantías del debido proceso y violatoria del principio de igualdad y no discriminación y el derecho a la igual protección de la ley. Este Tribunal ha verificado, a través de las declaraciones de las víctimas y sus familiares y de los peritajes psicológicos elaborados por la señora Vargas Forman, las consecuencias que provocó en las víctimas el haber sido declaradas responsables como autores de delitos de carácter terrorista en violación de la Convención en diferentes dimensiones de su vida personal, comunitaria y familiar, cuyos efectos se extienden aún después de haber cumplido -la mayoría de ellos- con las penas privativas de libertad. En el ámbito personal, las afectaciones se relacionan con la transformación personal, sufrimiento y consecuencias que experimentaron por el procesamiento por delitos de carácter terrorista, así como por el tiempo que permanecieron en reclusión. Asimismo, las medidas arbitrarias de prisión preventiva y las referidas condenas penales tuvieron efectos en la participación comunitaria de las víctimas, especialmente en los casos de los señores Norín Catrimán, Pichún Paillalao y Ancalaf Llaupe en el ejercicio de su rol como líderes indígenas de comunidades mapuche. Adicionalmente, en el ámbito familiar, las declaraciones de las víctimas y sus familiares evidencian la desarticulación de los vínculos familiares como resultado de los procesos judiciales y los años de privación de libertad, aunado a la preocupación y angustia que provocó en las víctimas el no proveer económicamente a su familia ni cumplir con sus funciones parentales durante su tiempo de reclusión” (CIDH, 2014:144-145).

²⁵ Por isso é usual o convencimento de que o pensamento seria constituído de uma insensibilidade de origem e por sua vez o desejo e o corpo constituídos por uma irracionalidade igualmente de origem.

²⁶ Induzida, pois a doutrina do *no-self* budista é completamente distinta.

²⁷ “(...) el Comando Conjunto de las fuerzas de seguridad estadounidenses, como figura representativa del sujeto hegemónico, echó a andar una iniciativa que se ha ido refinando sobre la marcha llamada dominación de espectro completo (...). La pretensión consiste, ni más ni menos, en controlar cielos, mares, tierra y subsuelo en todos los lugares, abarcando en un panóptico total a todos los habitantes del planeta. El espectro es geográfico, espacial, social y cultural simultáneamente, y cuenta para ello con el trabajo combinado de la National Aeronautics Space Administration (NASA) y del Departamento de Defensa con sus laboratorios tecnológicos. El propósito de alcanzar una dominación de espectro completo va acompañado de una estrategia de guerra que combina cuatro dimensiones: prevención, disuasión, persecución y eliminación. Perseguir y eliminar brutalmente al disidente o al insurrecto para que a nadie más se le ocurra desafiar al poder; evitar que los nuevos contingentes de desposeídos, desestructurados o excluidos piensen en rebelarse, encaminándolos hacia válvulas de escape producidas por el propio poder o intimidándolos con la persecución y eliminación de los enemigos” (Ceceña, 2006:16).

²⁸ “Harlan K. Ullman divides his time between the worlds of business and public policy. A former naval person, he is with the Center for Strategic and International Studies and the Center for Naval Analyses” (Ullman & Wade, Jr., 1996:142).

²⁹ “James P. Wade, Jr., a scientist by training, is a West Point graduate and infantry officer. He has held many senior positions in DoD, including head of Policy Planning, Assistant to SECDEF for Atomic Energy, Assistant Secretary for Acquisition, and Acting Head of Defense Research and Engineering. He is Chairman and CEO of DGI which conducted this study” (*id.*).

³⁰ No dia 5 de Maio de 2016 o Ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki concedeu liminar ao 27 pedido do Procurador-Geral da República, Ricardo Janot, para afastar o até então Presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha -tanto da referida Presidência quanto do mandato de Deputado Federal- pelo uso do cargo para "constranger, intimidar parlamentares, réus, colaboradores, advogados e agentes públicos com o objetivo de embaraçar e retardar investigações". Foi sob a Presidência de Cunha que a Câmara aprovou pouco antes, em 17 de Abril, a abertura do pedido de impeachment da Presidenta Dilma Roussef. Na decisão contra Cunha, Zavascki cita o pedido de Janot afirmando que o peemedebista "transformou a Câmara dos Deputados em um balcão de negócios e o seu cargo de deputado federal em mercancia, reiterando as práticas delitivas". Afastado Eduardo Cunha, assumiu no mesmo dia 5, uma quinta-feira, a Presidência da Câmara o deputado Waldir Maranhão. Na segunda-feira seguinte Maranhão, aliado de Cunha, do mesmo prartido, mas que havia votado contra a abertura do processo de impeachment, anulou as Sessões de Plenário da Câmara dos Deputados dos dias 15, 16 e 17, nas quais havia sido deliberado tal abertura. Sob imensa pressão nacional e internacional (Cf. http://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/05/160509_anulacao_impeachment_brasilianistas_rm) ao final daquele mesmo dia Waldir Maranhão anulou as anulações.

³¹ Aqui pode ser conhecida a análise feita por um jornalista durante os 20 dias que fez parte do grupo 28 Direitas Já (provocativa referência à célebre campanha Diretas Já, histórica na superação da ditadura militar no Brasil), no Whatsapp, de apoio a Bolsonaro. Cf. <http://ponte.org/vinte-dias-num-grupo-de-whatsapp-dos-apoiadores-do-bolsonaro/>

³² O texto integral do voto de Jair Bolsonaro, que pode ser assistido em https://www.youtube.com/watch?v=_m4rL2miUtk, foi: "Pela família, e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra -o pavor de Dilma Roussef-, pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é sim!". Sobre o referido "pavor" causado pelo então Capitão Ustra à Dilma Roussef, pode-se ver a reação dela durante a cerimônia de entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, que apurou milhares de casos de tortura e 434 mortos e desaparecidos políticos: <https://www.youtube.com/watch?v=Yu6eB6zjoZc> Aqui pode-se ver Dilma Roussef em 2010 depondo no Senado sobre as torturas no Brasil e em tantos países no mundo: <https://www.youtube.com/watch?v=12P7LtbHdqM>

³³ Na cidade do Rio de Janeiro surgiu neste ambiente um candidato a vereador (do mesmo partido de Jair Bolsonaro) que em dezembro de 2015 foi à Câmara de Vereadores da cidade trajado como se fosse Adolf Hitler: “O que me assusta é a existência de pessoas dispostas a votar em candidatos com este pensamento... um ou dois insanos são facilmente controláveis pela Lei... agora quando a insanidade é coletiva, chegamos a um passo da barbárie...”. Cf. <http://extra.globo.com/noticias/rio/candidatura-de-homem-que-foi-camara-vestido-como-hitler-gera-polemica-nas-redes-20094466.html>

³⁴ Cf. <http://www.dw.com/pt-br/infraestrutura-dos-eua-sob-risco-de-collapso/a-39750416>

³⁵ De acordo com o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que assina o prefácio deste livro, trata-se de importante contribuição da obra de Moniz Bandeira pois revela de maneira documentada que “as revoltas da Primavera Árabe não foram nem espontâneas e ainda muito menos democráticas, mas que nelas tiveram papel fundamental os Estados Unidos, na promoção da agitação e da subversão, por meio do envio de armas e de pessoal, direta ou indiretamente, através do Qatar e da Arábia Saudita”.

³⁶ Para o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil é “‘incabível’ conduzir à força pessoas que em nenhum momento se recusaram a cumprir intimação. O Conselho Federal diz que o artigo 260 do CPP exige ‘comportamento ativo do investigado’ e está ‘em descompasso com os preceitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988’, como os princípios da imparcialidade, do direito ao silêncio, da paridade de armas e ampla defesa”. Cf. <https://www.conjur.com.br/2017-jul-02/conducoes-coercitivas-subiram-304-entre-2013-2016-afirma-jornal>

³⁷ Pois “a mente humana está sempre trabalhando em silêncio independentemente da vontade consciente, embora o indivíduo possa ter, como parte de sua auto-imagem, a crença auto-evidente (para ele) de que sua vontade é o único soberano de seus próprios pensamentos, sentimentos, fantasias, motivos e ações” (Hanly, 1995:192). Cabe lembrar o quando a psicopolítica da maneira como a sustento é tributária da psicanálise, em seu sentido de psicanálise aplicada, inclusive nas humanidades, nas ciências sociais e na ciência de uma forma geral. Ou seja, o quanto é necessária auto-análise “para se tornar consciente das lembranças e das fantasias inconscientes evocadas pelo tema estudado numa tentativa de vê-lo tal qual é e não como desejaríamos que fosse” (*id.*:234).

³⁸ Jakobs recorre também a Kant, e o cita: “aquele ser humano ou povo que se encontra em um mero estado de natureza, priva... [da] segurança [necessária], e lesiona, já por esse estado, aquele que está ao meu lado, embora de maneira não ativa (ato), mas sim pela ausência de legalidade de seu estado (statu iniusto), que ameaça constantemente; por isso, posso obrigar que, ou entre comigo em um estado comunitário-legal ou abandone a minha vizinhança” (*apud* Jakobs & Meliá, 2007:29).

³⁹ Cf. <http://www.conjur.com.br/2013-jun-09/americanos-sentem-perda-garantia-constitucionais-guerra-terror>

⁴⁰ Cf. http://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2016/05/10/qu-est-ce-que-l-article-49-3_4916730_4355770.html

⁴¹ Cf. <http://jornalggn.com.br/noticia/a-crise-e-o-surgimento-de-uma-nova-esque-da-por-aldo-fornazieri>

⁴² Cf. <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/11/atilio-boron-analisa-semelhancas-entre-o-chile-de-1973-e-o-37-brasil-de-2016/>

⁴³ Neste sentido o NETCCON-Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Psicopolítica e Consciência-Escola de Comunicação, do Centro de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Brasil criou o LabMind-Laboratório de Gestão Mental, Psiquismo e Instituições, no conjunto de Laboratórios de Métodos Avançados e Epistemologia.LAMAE-Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais, do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, da UFRJ. Nele trabalhamos, no momento da publicação deste livro, a investigação experimental da capacidade de mudança de estados mentais a partir dos padrões respiratórios, de acordo com a *Terapia Breve Reichiana-TBR*, criada pela Dra. Frinéa de Souza Brandão, assim como a capacidade de mudança de estados mentais da metodologia *Gestão Mental*, que anunciei em 2005 tê-la criado. Foi do aprofundamento dela que emergiu a Teoria Psicopolítica. Nossa equipe é formada pela neurocientista Dra. Maira Frôes, pela referida psicoterapeuta Dra. Frinéa de Souza Brandão, pelo psiquiatra Dr. João Lyra, pela especialista em neuro-imagem Dra. Vanessa Cunha, e pelo especialista em tecnologias de medição neurofísica Sr. Cadú Barcellos.

⁴⁴ Esse é o caso da *Matriz Estratégica de Educação Ambiental do Plano Nacional de Resíduos Sólidos do Brasil* que elaborei em 2013 com base na *Gestão Mental*, a convite do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e do Ministério do Meio Ambiente da República brasileira, e com a assistência decisiva de Nícia Mafra. A demanda era como mudar a cultura brasileira em relação a como relacionar-se com o “outro”, a relacionar-se com os “resíduos”, o “dejeito”.

⁴⁵ Ver Capítulo *Convivialidad y Felicidad*, de Fathi Triki, no Volume IV desta Colección Teoría Psicopolítica.

⁴⁶ No Budismo Theravada, *pariyatti* é o aprendizado intelectual da teoria do *buddhadharma* contida nos *suttas* do Cânone de Pali, a mais antiga coleção que se conhece de escrituras budistas. *Pariyatti* distingue-se tanto do *patipatti*, quando o aprendiz verifica por si mesmo o conhecimento, experimentado-o, e do *pativedha* -quando ele realiza intramundaneamente a verdade do conhecimento.

Bibliografia

- Agamben, G. (2004). Estado de exceção. Boitempo: São Paulo.
- Agamben, G. (2012). O homem sem conteúdo. Autêntica. Belo Horizonte.
- Alonso, A. (2011). Galiza debe aprender a ser vanguarda. Mundo Galiza, 4 de dezembro de 2011. <http://mundogaliza.com/galiza-debe-aprender-a-ser-vanguarda/>
- Althusser, Louis (s/d). Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. Editorial Presença/Martins Fontes: Lisboa.
- Amaral, M. (1995). O homem sem fundamentos: sobre linguagem, sujeito e tempo. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro.
- Anderson, Perry (1999). Más allá del neoliberalismo: lecciones para la izquierda. *in* Sader, Emir y P. Gentili (eds.) La trama del neoliberalismo. CLACSO-Eudeba: Buenos Aires.
- Appiah, Kwame Anthony (2012). A casa de meu pai: a África na filosofia da cultura. Contraponto: Rio de Janeiro.
- Arendt, H. (2005). A condição humana. Forense: Rio de Janeiro.
- Arendt, H. (2000). A vida do espírito. Relume Dumará: Rio de Janeiro.
- Assis, C. (2012). A fraude da Libor, ou o colapso do princípio neoliberal da auto-regulação. Carta Maior, 20 de Agosto de 2012. www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20745&boletim_id=1337&componente_id=22013
- Azevedo, L. & Faulhaber, L. (2015). SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Mórula Editorial: Rio de Janeiro.
- Badiou, A. (2002). Para uma nova teoria do sujeito. Relume Dumará: Rio de Janeiro.
- Bandeira, L. (2013). A Segunda Guerra Fria. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.
- Barbosa, J.M. (2011). Entrevista a Artur Alonso. Mundo Galiza, 12 de dezembro de 2011. <http://mundogaliza.com/entrevista-a-artur-alonso/>

- Barbosa, Marialva & Moraes, Osvando J. (2013). Comunicação em tempos e redes sociais: afetos, emoções, subjetividades. INTERCOM: São Paulo.
- Baudrillard, Jean (2001). A ilusão vital. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.
- Bauman, Z. (1998). Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2000). Em busca da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2003). Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Jorge Zahar: Rio de Janeiro.
- Bauman, Z. (2004). Amor líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos. Jorge Zahar: Rio de Janeiro.
- Beatty, David M. (2014). A essência do estado de direito. WMF Martins Fontes: São Paulo.
- Belluzzo, L. (2012). Geringonças teóricas. Carta Capital, 4 de agosto. in <http://www.cartacapital.com.br/economia/geringoncas-teoricas/>
- Bergós, Joan i Llimargas, Marc (1999). Gaudí: el hombre y la obra. Lunwerg Editores, S.A.: España.
- Benjamin, Walter (2013). O capitalismo como religião. Bomtempo Editorial: São Paulo.
- Benjamin, W. (2000). La dialéctica en suspenso: fragmentos sobre la historia. ARCIS: Santiago de Chile.
- Bentham, Jeremias (1978). El panóptico. Edição con la entrevista El ojo del poder, con Michel Foucault, y el capítulo Bentham en España, de Maria Jesus Miranda. Ediciones de La Piqueta: Madrid.
- Bentes, Ivana (2015). Mídia-multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas. Mauad X: Rio de Janeiro.
- Bernays, E. L. (2010). The engineering of consent. The Annals of the American Academy of Political and Social Science, 250(1), reprinted by permission of SAGE Publications, Inc., USA. pp. 113-120.

- Bernhardt, Boris C. and Singer, Tania (2012). The neural basis of empathy. *Annual Review of Neuroscience* 2012, 35:1–23. doi: 10.1146/annurev-neuro-062111-150536
- Bew, J.(2016). United Kingdom: The best education. in *World Policy Journal: History's Ghosts*, Volume 33, Number 3, Fall 2016. Duke University: USA. pp. 1-5.
- Bhaneja, B. (2012). *Quest for Gandhi: A Nonkilling Journey*. Center for Global Nonkilling, EUA, and International Gandhian Institute for Nonviolence and Peace, India, 2010. Disponível em: http://www.nonkilling.org/pdf/volume_gandhi.pdf
- Bilyk, P. (2015). Totalidades y paradigma indiciario: lecturas desordenadas para pensar nuestros problemas de investigación. *Oficios Terrestres*, N°33, pp. 50-63, julio-diciembre. Disponible en <http://bit.ly/2athrp3>
- Birman, J. (1996). A economia do gozo e os impasses da justiça: uma leitura psicanalítica da Justiça. *in* *Physis Revista Saúde Coletiva*, 6(1/2). Rio de Janeiro. pp. 121-134.
- Birman, J. (2006). *Arquivos do mal estar e da resistência. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.*
- Bobbio, Norberto (2002). *O problema da paz e as vias de paz*. Editora UNESP: São Paulo.
- Bohm, D. (2005). *Diálogo: comunicação e redes de convivência*. Palas Athena: São Paulo.
- Böhme, Jakob (1998). *A sabedoria divina: o caminho da iluminação*. Atuar Editorial: São Paulo.
- Bolaño, C. (2008). Pensamento crítico em comunicação na América latina e o papel da ALAIC em nível mundial. in *Revista Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación / [Publicación de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación]*, Año VI, N° 8-9, Enero-Diciembre. pp. 126-131.
- Bourdieu, Pierre; Chamboredon, Jean-Claude; Passeron & Jean-Claude (2002). *El oficio de sociólogo: presupuestos episte-*

- mológicos. Siglo Veintiuno Editores Argentina S. A.: Argentina.
- Brazil Intervozes. (2010). Contribuições para a construção de indicadores do direito à comunicação. INTERVOZES: São Paulo.
- Brito, W., Pereira, M. (2011). Marcos Dantas: “A mídia reage como fera acuada”. Portal Fundação Perseu Abramo, 15 de fevereiro. <http://www.fpabramo.org.br/artigos-e-boletins/artigos/marcos-dantas-“-midia-reage-como-fera-acuada”>
- Britos, V. (2003). A economia política da comunicação e o papel do receptor. *Conexão - Comunicação e Cultura*, 2 (4), s/p.
- Britos, V. C., Collar, S. (2006). Direito à comunicação e acesso à mídia. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=407ipb002>, recuperado: 15 de julho de 2009.
- Broncano, F. (2013). *Sujetos en la niebla: narrativas sobre la identidad*. Herder Editorial: Barcelona.
- Butler, Judith (2002). *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Paidós: Buenos Aires.
- Calhoun, C.; Wieviorka, M. (2013). *Manifeste pour les sciences sociales*. *Socio* (N.º 1). pp. 3-38.
- Canclini, N. (2003) *A globalização imaginada*. Iluminuras: São Paulo.
- Canclini, N. (2004). *Diferentes, desiguais e desconectados*. Editora da UFRJ: Rio de Janeiro.
- Carvalho, E. (2006). *Capitalismo cognitivo e trabalho imaterial*. Carta Maior, 05/12/2006. http://www.cartamaior.com.br/detalheImprimir.cfm?conteudo_id=12131&flag_destaque=-longo_curto=L
- Carvalho, Bruno Ssciberras de (2008). *A escolha racional como teoria social e política: uma interpretação crítica*. Topbooks: Rio de Janeiro.
- Carvalho, E. (2016). *O golpe e a doutrina do choque*. Viomundo, 2016. <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/temer-adotou-o-choque-e-espanto.html>. Acesso em: 16 maio 2016.

- Casanueva, Fernando (1998). Indios malos en tierras nuevas. *in* Pinto, Jorge (ed.). Modernización, inmigración y mundo indígena. Ediciones Universidad de La Frontera: Chile.
- Castells, M. (2009). Comunicación y poder. Alianza Editorial: Madrid.
- Castoriadis, C. (1999). Figures du pensable. Éditions du Seuil: Paris.
- Castoriadis, C. (2009). L'institution imaginaire de la société. Éditions du Seuil: Paris.
- Conselho Federal de Psicologia. Mídia e psicologia: produção de subjetividade e coletividade. Conselho Federal de Psicologia: Brasília.
- Castro-Gómez (2005). Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. *in* Lander, Edgardo (org.) (2005). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. CLACSO: Argentina. pp. 80-87.
- Castro, Eduardo Viveiros de (2011). Posfácio: O intempestivo, ainda. *in* Clastres, P. (2011). Arqueologia da violência. Cosas Naify: São Paulo.
- Catalá-Carrasco, Jorge L.; Fuente, Manuel de la & Valdivia, Pablo (2017). Culture, crisis, and renewal: Introduction, Part I. Romance Quarterly, Vol. 64, Iss. 3. <http://dx.doi.org/10.1080/08831157.2017.1321315>
- Ceceña, A.E. (2006). Subjetivando el objeto de estudio, o de la subversión epistemológica como emancipación. *in* Ceceña, Ana Esther (comp.) (2006). Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. CLACSO: Buenos Aires.
- Corte Interamericana de Derechos Humanos (2014). Caso, Norín, Catrimán, *et. al.* (2014). (Dirigentes, Miembros y Activista del Pueblo Indígena Mapuche), Sentencia de 29 de Mayo de 2014 (Fondo, Reparaciones y Costas).
- C. Fawcett et al. (2016). Pupillary contagion in infancy: evidence for spontaneous transfer of arousal. Psychological Science, doi:10.1177/0956797616643924, 2016.

- Chibber, V. (2013) *Postcolonial theory and the specter of capital*. Verso: Londres.
- Clastres, P. (2008). *A sociedade contra o Estado*. Cosac Naify: São Paulo.
- Clastres, P. (2011). *Arqueologia da violência*. Cosas Naify: São Paulo.
- Covey, S. (2005). *O oitavo hábito: da eficácia à grandeza*. Editora Campus: São Paulo.
- Crédit Suisse Investment Bank (2010). *Global Wealth Report 2010*. Head of Global Securities, Products and Themes. Recuperado: <https://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/index.cfm?fileid=88DC07AD-83E8-EB92-9D5C3EAA87A97A77>
- Crédit Suisse Investment Bank (2014). *Global Wealth Report 2014*. Head of Global Securities, Products and Themes. Recuperado: http://economics.uwo.ca/people/davies_docs/credit-suisse-global-wealth-report-2014.pdf
- Cresswella, M. & Spandlery, H. (2009). Psychopolitics: Peter Sedgwick's legacy or the politics of mental health. in *Social Theory & Health* Vol. 7, N° 2. pp. 129–147.
- Cruvinel, T. (2016). *A vida depois do golpe*. Brasil 247: São Paulo. <http://www.brasil247.com/pt/blog/terezacruvinel/249098/A-vida-de- pois-do-golpe.htm>
- Curto, J. (2005). *La cultura en el laberinto de la mente: aproximación filosófica a la “psicología cultural” de Jerome Bruner*. Miño y Dávila: Argentina.
- Damásio, A. (2003). *Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos*. Companhia das Letras: São Paulo.
- Debord, Guy (1997). *A sociedade do espetáculo*. Contraponto: Rio de Janeiro.
- Del Valle, Carlos (2004). Los desafíos de la interculturalidad en la transición de la justicia penal en Chile: discursos y prácticas pendientes. in *Lengua y Literatura Mapuche*, N° 10. pp. 217-226.

- Del Valle, Carlos (2012). Interculturalidad, estructuras normativas y exclusión social en la sociedad de la información. *in* Del Valle, Carlos; Moreno, Javier; Sierra, Francisco (Coords.). Políticas de comunicación y ciudadanía cultural iberoamericana. Gedisa: Barcelona. pp. 281-242.
- Del Valle, Carlos (2012). Interculturalidad, estructuras normativas y exclusión social en la sociedad de la información: Crítica a la razón tecnológica e institucionalista del estado nacional neoliberal, en Del Valle, C., Moreno, J. & Sierra, F. (coords.) Políticas de Comunicación y Ciudadanía Cultural Iberoamericana. Gedisa: Barcelona.
- Del Valle, Carlos (2013). Informe: peritaje analítico-discursivo sobre las evidencias de estereotipos, prejuicios y discriminación en los Tribunales de la Región de La Araucanía, Chile. Temuco, 17 de mayo de 2013. Peritaje notariado.
- Del Valle, Carlos (2015). Racismo de Estado y discriminación étnica en el relato de la justicia en Chile. *in* Oficios Terrestres, N.º 33. Julio-Diciembre, 2015. FPYCS | Universidad Nacional de La Plata: Argentina. pp. 18-38.
- Del Valle, Carlos (2016a). Prensa y movimientos de trabajadores: continuidades y cambios en la subversión contra oligarquías y dictaduras. *in* Marrones, Javiera Olivares; Ortiz, Patricio Segura (Orgs.). Voces del periodismo: reflexiones sobre un quehacer en permanente construcción. Los Ediciones: Santiago.
- Del Valle, Carlos (2016b). Genealogía crítica del conflicto entre el Estado de Chile y el Pueblo Mapuche a partir de las producciones discursivas de la prensa, las sentencias penales en los tribunales de la región de La Araucanía y otros relatos. Hacia una historiografía de la exclusión mediática y jurídico social. *in* Pinto, Jorge (ed.). Conflictos étnicos, sociales y económicos en la Araucanía, 1900-2014. Pehuén: Santiago de Chile.
- Del Valle, Carlos (2016c). La concentración económica, política y cognitiva de los medios de comunicación en Chile y la pro-

- ducción histórica de ‘enemigos internos’”. In Colegio de Periodistas de Chile (Ed.). La concentración de los medios de comunicación en Chile y sus efectos en tres casos: estigmatización del pueblo mapuche, violencia de género y conflictos ambientales. Ensamble Impresores y Fundación Heinrich Boll Stiftung, Cono Sur: Santiago de Chile.
- Del Valle, Carlos (2016d). Los grandes desafíos de los derechos interculturales en Chile: ¿podemos transitar juntos desde la producción histórica, política y mediática de un “enemigo interno” a la construcción de un Estado pluricultural o plurinacional?. in Avendaño, Claudio (Coord.), Comunicación y proceso Constituyente. Le Monde Diplomatique/Editorial Aún Creemos en los Sueños: Santiago de Chile. pp. 59-64.
- Del Valle, Carlos (2017a). Producción del enemigo en la industria cultural chilena de los siglos XIX y XX: De la estigmatización a la sujeción criminal. in Marta, Carmen (Ed.). Comunicación periodística: tradicional y digital. Editorial Tecnos: Madrid.
- Del Valle, Carlos (2017b). La crisis de la interculturalidad en la administración de la Justicia en los tribunales del sur de Chile y el rol de la producción del enemigo íntimo-interno en la industria cultural. in Tribunal Constitucional del Perú (Eds.): Justicia e Interculturalidad. Gaceta Jurídica S.A.: Lima.
- Del Valle, Carlos (2017c). La producción del indígena como enemigo del proyecto civilizatorio: Cuando el otro es el campo de lucha. in Sierra, Francisco y Morán, José (Eds.): Comunicación indígena: un campo de lucha en el siglo XXI. Quito: Ediciones CIESPAL.
- Del Valle, Carlos (2017d). La producción del ‘enemigo interno’ en la industria cultural en Chile: de la discriminación a la ‘sujeción criminal’. in Los territorios discursivos de América Latina: interculturalidad, comunicación e identidad. Ediciones CIESPAL: Quito.
- Del Valle, Carlos (2017e). La crisis del relato de la Justicia en Chile. in Browne, Rodrigo; Del Valle, Carlos y Silva, Víctor (Compiladores). Relatos culturales de la crisis: comunicación

- y crítica política. InCom-UAB Publicacions, 13 Bellaterra: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona. pp. 38-50.
- Del Valle, Carlos & Altamarino, Tomás Gaete (2017). *in* Del Valle, Carlos & Echeto, Víctor Silva (Eds.) (2017). *Crisis, comunicación y crítica política*. Centro Internacional de Estudios de Comunicación para América Latina-CIESPAL: Ecuador. pp. 459-485.
- Deleuze, Gilles (1968). *Spinoza et le problème de l'expression*. Minuit: Paris.
- Deleuze, Gilles (2006). Post-scriptum sobre las sociedades de control. *Polis*, N° 13, 2006, Publicado em 14 de agosto de 2012. <http://polis.revues.org/5509>
- Deleuze, G. & Guatarri, F. (1992). *O que é a filosofia*. Editora 34: São Paulo.
- Derrida, J., Vattimo, G., *et alli*. (1997) *A religião*. Relógio D'Água Editores: Lisboa.
- Dirks, N. (1995). (Ed.). *Colonialism and culture*. University of Michigan Press: Michigan.
- Domingos, V. (2012). *É preciso calar o monólogo*. Editora Arco-Online: Portugal.
- Dowbor, L. (2012). *A rede do poder corporativo mundial* <http://goo.gl/GZZR9S>
- Dowbor, L. (2010). Um modelo mundial insustentável. *in* *A nova política econômica, a sustentabilidade ambiental: 2003-2010. Brasil em transformação*, Vol. 1. Fundação Perseu Abramo: São Paulo. pp. 147-156.
- Dowbor, L. (2010). Organizar a base da sociedade. *in* *A nova política econômica, a sustentabilidade ambiental: 2003-2010. Brasil em transformação*, Vol. 1. Fundação Perseu Abramo, São Paulo. pp. 183-199.
- Dufour, D. R. (2005). *A arte de reduzir cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Companhia de Freud: Rio de Janeiro.

- Durand, G. (2002). As estruturas antropológicas do imaginário. Martins Fontes: São Paulo.
- Durand, G. (2001). O imaginário. DIFEL: Rio de Janeiro.
- Engels, F. (1968). Introduction. *in* Marx, Karl. Les luttes de classes en France (1848-1850). Éditions Sociales: France. http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html pp.8-13.
- Eagleton, T. (2005). Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.
- Eliade, M. (1997). Yoga: imortalidade e liberdade. Palas Athena: São Paulo.
- Elias, Norbert (1990). Compromiso y distanciamiento: ensayos de sociología del conocimiento. Ediciones Península: Barcelona.
- Elias, Norbert (2006). Escritos & ensaios: 1 -Estado, processo, opinião pública. Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro.
- Elias, Norbert (2016). El proceso de la civilización: investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas. Fondo de Cultura Económica: México.
- Eisler, R. (2007). O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro. Palas Athena: São Paulo.
- Fanon, F. (2008). Concerning violence. Penguin Books: London.
- Fanon, F (1968). The wretched of the Earth. Grove Press: New York.
- Fanon, F (1983). Los condenados de la tierra. Fondo de Cultura Económica: México.
- Feres Jr., João & Jasmin, Marcelo (orgs.) (2007). História dos conceitos: diálogos transatlânticos. Ed. PUC, Ed. Loyola e IUPERJ: Rio de Janeiro.
- Feyerabend, P. (1977). Contra o método: esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento. Livraria Francisco Alves Editora S. A.: Rio de Janeiro.
- Feuerbach, Ludwig (2007). A essência do cristianismo. Vozes: Petrópolis.

- Flusser, Vilém (2007). O mundo codificado. Cosac Naify: São Paulo.
- Foucault, Michel (1991). Remarks on Marx. Conversations with Duccio Trombadori. Columbia University: USA.
- Foucault, Michel (1993). About the beginning of the hermeneutics of the *self*: two lectures at Dartmouth. in Political Theory, Vol. 21, No. 2 (May, 1993). Sage Publications, Inc. pp. 198-227
- Foucault, Michel (1999). História da sexualidade I: A vontade de saber. Edições Graal: Rio de Janeiro.
- Foucault, Michel (2008). Tecnologías del yo. Paidós: Buenos Aires.
- Foucault, Michel (2010). El coraje de la verdad: el gobierno de sí y de los otros II. Curso en el Collège de France (1983-1984) . Fondo de Cultura Económica: Buenos Aires.
- Freud, Sigmund (1921). Group psychology and the analysis of the Ego. The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud, Volume XVIII. (1920-1922): Beyond the Pleasure Principle, Group Psychology and Other Works, 65-144.
- Freud, S. (1913-1914). Totem e tabu e outros trabalhos. Plano Nacional de Leitura: Ministério da Educação, Brasil. http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/clubedeleituras/upload/e_livros/clle000164.pdf.
- Fuller, J. F. C. (2012). The Foundations of the Science of War. London: Hutchinson & Co. and Ltd. Paternoster Row. E. C., 1926. Disponível em: http://pt.scribd.com/doc/7325435/Foundations-of-the-Science-of-War#outer_page_1 Acesso em: 25/10/2012.
- Galtung, J. (2003). Gandhi hoje: o caminho é a meta. Palas Athena: São Paulo.
- Gandhi, M. (1938). Hind Swaraj or Indian Home Rule. Published by Jitendra T Desai Navajivan Publishing House Ahmedabad: India. Disponível em: http://www.mkgandhi.org/ebks/hind_swaraj.pdf. Acesso em: 25/10/2012.

- Gandhi, M. (1940). *The Story of My Experiments with Truth: an autobiography*. Navajivan Publishing House Ahmedabad: India. Disponível em: <http://www.arvindguptatoys.com/arvindgupta/gandhiexperiments.pdf>. Acesso em: 25/10/2012.
- Gentilli, P. (2016). *Golpe en Brasil: genealogía de una farsa*. Consejo Latinoamericano para las Ciencias Sociales-CLACSO y Octubre Editorial: Argentina.
- Gibson, D.J. (2001). *Shock and awe: a sufficient condition for victory?* Joint Military Operations Department. US Government: USA.
- Glover, J. (2013). *Humanidad y inhumanidad: una historia moral del siglo XX*. Cátedra: España.
- Godbout, J.T. (1999). *O espírito da dádiva*. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro.
- Gómez, A. (2006). El paisaje en las culturas prehispánicas, conocimiento y sabiduría en la observación constante de la naturaleza. en *Revista KEPES*, Año 3, N° 2, Enero y Diciembre. pp. 19-33.
- Gori, Pietro & Stellino, Paolo (2014). O perspectivismo moral nietzschiano. in *Cadernos Nietzsche*, Vol.1 N°34, Jan./Jun. 2014. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo. pp. 101-129.
- Gorz, A. (2005). *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. Anablume Editora, São Paulo.
- Gruner, E. (2004). A tragédia, ou o fundamento perdido do político. in *Vita*, Álvaro de & Boron, Atilio A. (orgs.) *Teoria e filosofia política*. EDUSP e CLACSO: Brasil e Argentina.
- Guattari, Félix (1990). *As três ecologias*. Papirus: Campinas.
- Guattari, Félix (2015). *¿Qué es la ecosofía?* Editorial Cactus: Buenos Aires.
- Gulbenkian (1996). *Relatório da Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais*. Fundação Gulbenkian: Portugal.

- Haldane, A. (2011). The Money Forecast. *New Scientist*, N° 10, December 2011.
- Hall, Stuart (2000). Quem precisa de identidade? *in* Silva, Tomaz Tadeu da (2000). *Identidade e diferença*. Editora Vozes: Petrópolis. pp. 103-133.
- Han, B. Ch. (2014). *Psicopolítica: neoliberalismo y nuevas técnicas de poder*. Herder: Barcelona.
- Han, B.Ch. (2015). *A sociedade do Cansaço*. Brasil: Editora Vozes.
- Hanly, Ch. (1995). O problema da verdade na psicanálise aplicada. *Imago*: Rio de Janeiro.
- Hart, L. & Basil H. (1972). *Paris: or the future of war*. Garland Publishing: New York.
- Haushofer, J & Fehr, E. (2014). On the psychology of poverty. *in Science*. Vol. 344, Issue 6186, 23, May 2014.
- Heede, R. (2013). Tracing anthropogenic carbon dioxide and methane emissions to fossil fuel and cement producers, 1854–2010. *Climatic Change* DOI 10.1007/s10584-013-0986-y. <http://is.gd/ydjnvw>
- Hegel, Friedrich (1992). *Fenomenologia do espírito*. Parte I e Parte II. Editora Vozes: Petrópolis.
- Heller, Agnes (1981). *O cotidiano e a história*. Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- Heller, Agnes (1991). *Sociologia de la vida cotidiana*. Península: Barcelona.
- Hitler, Adolf (s/d) [1920]. *Mi lucha*. Centro Gráfico Ltda.: Santiago.
- Hobbes, Thomas (2002). *Do cidadão*. Martins Fontes: São Paulo.
- Hook, D. (2004). Fanon and the psychoanalysis of racism. *LSE Research Online*: London. Available at: <http://eprints.lse.ac.uk/2567>
- Iasi, Mauro (2002). *O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência*. Viramundo: São Paulo.

- Iasi, Mauro (2012). As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular.
- Ibáñez, T. (2013). La raison gouvernementale et les métamorphoses de l'État. *Réfractions*, 30, 17-32. *Réfractions*: Paris.
- Infogrecia (2015). Habermas: Governo alemão assumiu-se como chefe disciplinador da Europa. 19 de Julho de 2015. <http://www.infogrecia.net/2015/07/habermas-governo-alemao-assumiu-se-como-chefe-disciplinador-da-europa/>
- Infogrecia (2015). Stiglitz na Grécia: programas concebidos com pistola apontada à cabeça nunca funcionam. 22 de Julho de 2015. <http://www.infogrecia.net/2015/07/stiglitz-na-grecia-programas-concebidos-com-pistola-apontada-a-cabeca-nunca-funcionam/>
- Ivic, Ivan (1999). Lev Semionovich Vygotsky (1896-1934). *in* Perspectivas: revista trimestral de educación. Oficina Internacional de Educación de la UNESCO: Paris. pp. 773-799.
- Jakobs, G. & Meliá, M. (2007). Direito Penal do Inimigo: noções e críticas. Organização e tradução André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli. Livraria do Advogado/Editora: São Paulo.
- Jala, Toufic (2017). El futuro de la imagen. *in* Folkerts, Lindner y Margriet Schademaker (2017). Mirando havia delante: el arte y la teoría desde una perspectiva futura. Ediciones Universidad de La Frontera. pp.: 98-109.
- Joint Chiefs of Staff (1996). Joint vision 2010. America's Military: Preparing for Tomorrow. June 2000. US Government Printing Office: Washington.
- Joint Chiefs of Staff (2000). Joint vision 2020. America's Military: Preparing for Tomorrow. US Government Printing Office: Washington.
- Joint Chiefs of Staff (2003). Doctrine for joint psychological operations. Join Publications 3-53. US Government Printing Office: Washington.

- Joint Chiefs of Staff (2010). Psychological operations. Joint Publications 3-13.2. [This publication supersedes JP 3-53, 5 September 2003, Doctrine for Joint Psychological Operations]. US Government Printing Office: Washington.
- La Boétie (1922). *Le discours de la servitude volontaire suivi de Mémoire touchant l'Édit de Janvier 1562 [inédit] et d'une Lettre de M. Le Conseiller de Montaigne*. Editions Bossard: Paris.
- Junqueira, R. (org). (2009). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Ministério da Educação do Brasil e UNESCO: Brasil.
- Klein, Naomi (2008). *La doctrina del shock: el auge del capitalismo del desastre*. Paidós: Argentina.
- Larraín, Manuel Riesco (2012). *Parto de un siglo: una mirada al mundo desde la izquierda de América Latina*. Editorial USACH: Chile.
- Lasswell, Harold (1938). *The propaganda technique in the World War*. Peter Smith: New York.
- Lazzarato, M. & Negri, A. (2001). *Trabalho imaterial*. DP&A Editora: Rio de Janeiro.
- Lebrun, J. (2004). *Um mundo sem limites: ensaio para uma psicanalítica do social*. Companhia de Freud: Rio de Janeiro.
- Lenzi, M. I. R. (2000). *Pereira Passos: notas de viagem*. Sextante Artes: Rio de Janeiro.
- Levinas, Emmanuel (1998). *On thinking-of-the-Other: Entre Nous*. Columbia University Press: New York.
- Lévy, Pierre (2001). *A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência*. Editora 34: Rio de Janeiro.
- Lévy, Pierre (1994). *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Editora 34: Rio de Janeiro.
- Lipovetsky, G. (2005). *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Editora Manole: São Paulo.

- Lipovetsky, Gilles (2005b). A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos. Manole: São Paulo.
- Lipovetsky, G. (2008). La sociedad de la decepción. Entrevista con Bertrand Richard. Anagrama: Barcelona.
- Lopes, C. *et alli*. (2012). Modelos de desenvolvimento, trabalho e sustentabilidade: desafios para o progressismo na América Latina. Fundação Friedrich Ebert: São Paulo. http://www.fes.org.br/escola/pdf/2escola_2011.pdf
- Lorenzo, M. (2007). Galicia en liquidación: feridas no mapa antropológico. Charla impartida no seminario “As feridas do territorio. Xornada de Filosofía e Paisaxe”, organizado polo Ateneo de Pontevedra, en colaboración co Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia. Día 27 de xaneiro de 2007, Centro Social CAIXANOVA. <http://en.calameo.com/read/000609437fcb03eda3a13>
- Löwy, M. (2002). A teoria da revolução no jovem Marx. Editora Vozes: Petrópolis.
- Maffesoli, Michel (1984). Conquista do presente. Rocco: Rio de Janeiro.
- Maffesoli, Michel (1985). A superação do indivíduo. *in* Revista da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Vol. 12, Nº 1/2, Jan./Jun. 1985. pp. 325-353.
- Maffesoli, Michel (2001) Elogio da razão sensível. Editora Vozes: Petrópolis.
- Magro, C., Paredes, V. (orgs.). (2001). Cognição, ciência e vida cotidiana: Humberto Maturana. Editora UFMG: Belo Horizonte.
- Maldonado, J. (2000). La Sierra Nevada de Santa Marta: una reserva filosófica que se proyecta al siglo XXI. *in* El vuelo de la serpiente: desarrollo sostenible en América prehispánica. UNESCO y Siglo del Hombre Editores: Colombia. pp. 66-83.
- Mauss, Marcel (2013). Ensaio sobre a dádiva. Cosac Naify: São Paulo.

- Marx, Karl (2010). *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Boitempo Editorial: São Paulo.
- Martins, A. (2010). Ricos, decadentes e malvados. Crises e oportunidades. <http://criseoportunidade.wordpress.com/2010/08/16/ricos-decadentes-e-malvados-antonio-martins/>
- Maturana, H. (1997). *Emociones y lenguaje en educación y política*. Dolmen Ediciones: Chile.
- Mattelart, A. (2003). *História das teorias da comunicação*. Edições Loyola: São Paulo.
- Maturana, H.; Varela, F. (2001). *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. Palas Athena: São Paulo.
- Maturana, H. e Verden-Zoller (2004). *Brincar e amar: fundamentos esquecidos do humano*. Palas Athena: São Paulo.
- Mello, José Marques de (2001). *Midiologia brasileira: o resgate das fontes paradigmáticas*. in Lopes, Maria Immacolata Vassalo (2003). *Epistemologia da comunicação*. Edições Loyola: São Paulo.
- Mello, J. Marques de (2008). Macbride, a Nomic e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação. in Logos: Globalização e comunicação internacional, Ano 15, Nº 28, Enero y Junio. pp. 42-59.
- Melman, Charles (2003). *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*. Entrevistas a Jean-Pierre Lebrun. Companhia de Freud: Rio de Janeiro.
- Menchú, Rigoberta (2000). El desarrollo sostenible, requisito para la pervivencia de la humanidad. in El vuelo de la serpiente: desarrollo sostenible en América prehispánica. UNESCO y Siglo del Hombre Editores: Colombia. pp. 12-33.
- Mendonça, Ana Waleska, Pollo, Campos *et al.* (2006). Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro dos anos de 1950/1960. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, V. 11, Nº 31, Jan./Abr. 2006.

- Ministério do Meio Ambiente (2013). Estratégia de Educação Ambiental e Comunicação Social para a gestão de resíduos sólidos. Ministério do Meio Ambiente-Secretaria de Articulação e Cidadania Ambiental e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Projeto BRA/61-P7 (PNUMA), Contrato no BRA 10-23902/2013. Brasília.
- Misse, Michel (1997). As ligações perigosas. Mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio de Janeiro. *Contemporaneidade e Educação*, 2 (1). FAEBA/UNEB: Salvador. pp 93-116.
- Misse, Michel (2006). Crime e violência no Brasil contemporâneo. *Lúmen Juris*: Rio de Janeiro.
- Misse, Michel (2010a). Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, N.º 79. pp. 15-38
- Misse, Michel (2010b). Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. *Anuário Antropológico/2009-2010*. pp. 89-107.
- Misse, Michel (2017). Violência e teoria social: uma nova agenda. in Del Valle, Carlos & Echeto, Víctor Silva (Eds.) (2017). *Crisis, comunicación y crítica política*. Centro Internacional de Estudios de Comunicación para América Latina-CIESPAL: Ecuador. pp. 213-234.
- Misse, Michel (2018). *El crimen como ser del sujeto: escritos sobre sujeción criminal*. Prefácio de Carlos del Valle. Colección Teoría Psicopolítica, Volumen 3. Co-edición Universidad de La Frontera/Chile, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Brasil, Universidade do Porto/Portugal, Universidad Nacional de La Plata/Argentina e Universidade de Groningen/Holanda.
- Morell, X. (2012). Políticos em mangas de camisa. *Mundo Galiza*, 25 de agosto de 2012. <http://mundogaliza.com/politicos-em-mangas-de-camisa/>

- Morin, E. (2002). *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro.
- Nancy, Jean-Luc (2000). *La comunidad inoperante*. LOM Editores y Universidad Arcis: Chile.
- Nandy, A. (2011a). *The intimate enemy: loss and recovery of Self under colonialism*. Oxford India Paperbacks: New Delhi.
- Nandy, Ashis (2011b). *Traditions, tyranny and utopias: essays in the politics of awareness*. Oxford University Press: New Delhi.
- Nandy, A. (2013). *Regimes of narcissism, regimes of despair*. Oxford University Press: New Delhi.
- McNally, D. (2011). *Monsters of the market: zombies, vampires and global capitalism*. Haymarket Books: Boston.
- Navarro, Raúl Fuentes (2003). *La producción de sentido sobre la producción social de sentido: hacia la construcción de un marco epistemológico para los estudios de comunicación*. in Lopes, Maria Immacolata Vassalo (2003). *Epistemologia da comunicação*. Edições Loyola: São Paulo.
- Negri, Toni (2001). *Exílio, seguido de Valor e afeto*. Iluminuras: São Paulo.
- Nepomuceno, Eric (2011). *O ano do grande naufrágio da Europa*. Carta Maior, São Paulo, 29 de dezembro. http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19302
- Nietzsche, Friedrich (1998). *Genealogia da moral: uma polêmica*. Companhia das Letras: São Paulo.
- Nietzsche, Friedrich (2000a). *Humano, demasiado humano*. Companhia das Letras: São Paulo.
- Nietzsche, Friedrich (2000b). *La voluntad de poder*. Biblioteca Eclaf: Chile.
- Nietzsche, Friedrich (2008). *Ecce Homo: como se chega a ser o que é*. Universidade da Beira Interior: Portugal.
- Niedenthal, P.; Maringer, M. (2009). *Embodied emotion considered*. *Emotion Review*, 1 (2). Sage Publications: New York. pp. 122-128.

- O Rig Veda. Volume I. Traduzido do inglês por Eleonora Meier. <http://www.shri-yoga-devi.org/textos/Rig-Veda-livro-1-port.pdf>
- Ortiz, R. (2008). Octávio Ianni: a ironia apaixonada. *in* Sociologias, Ano 10, Nº 20, Jun./Dez.2008. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Brasil. pp. 319-328.
- Ossa, Carlos (2016). El ego explotado: capitalismo cognitivo y precarización de la creatividad. Prólogo de Carlos Del Valle Rojas. Ediciones Departamento de Artes Visuales/Facultad de Artes/Universidad do Chile: Chile.
- Ouriques, Evandro Vieira & Werner, Sandra (1975) Ecologia total. Edição do Autor: Rio de Janeiro, Brasil.
- Ouriques, Evandro Vieira (1992). Vida, geometria e sociedade: aberturas para a crise contemporânea de percepção a partir de conexões entre a mutação de paradigmas e o diálogo verbo-imagem nas páginas de jornal. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura. Orientador Prof. Dr. Marcio Tavares d'Amaral. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Ouriques, Evandro Vieira (2002a). A unidade do humano e do ser: um novo modelo de comunicação e cultura com base nas tradições espirituais e da ciência contemporânea. Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura/Escola de Comunicação-UFRJ. Orientador: Paulo Vaz.
- Ouriques, Evandro Vieira (Ed.). (2002b). Diálogo entre as Civilizações: a experiência brasileira. Escritório de Informação das Nações Unidas no Brasil e UNESCO. Apoio Associação Palas Athena, Viva Rio, Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Religião e Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Psicopolítica e Consciência-NETCCON/ECO/UFRJ. Rio de Janeiro: Brasil.
- Ouriques, Evandro Vieira (2006a). A new epistemological perspective for solidarity and sustainability in the essentially pa-

- triarchal and emblematic crisis of Western mindset. *in* Pelican Consulting. Washington: EUA.
- Ouriques, Evandro Vieira (2006b). Comunicação, educação e cidadania: quando diversidade e vinculação social são apenas um. *in* Saúde e Educação para a Cidadania. *in* Revista da Decania do Centro de Ciências da Saúde/UFRJ, Ano 1, Nº 02. UFRJ: Brasil. pp. 33-36.
- Ouriques, Evandro Vieira (2006c). O valor estratégico da não-violência para o vigor da comunicação. *in* Anais XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação e Universidade de Brasília: Brasil (Brasil, 2006).
- Ouriques, Evandro Vieira (2007). Desobediência civil mental: a ação política quando o mundo é construção mental. *in* Anais 10º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo. Fórum Nacional de Professores de Jornalismo. Goiânia: Brasil.
- Ouriques, Evandro Vieira (2008a). Comunicação com o cidadão: qual o rumo a seguir?: o rumo é a mudança de atitude mental. *in* O Futuro da Comunicação. XII Seminário de Comunicação do Banco do Brasil. Brasília: Brasil. pp. 85-93.
- Ouriques, Evandro Vieira (2008b). Gestão da Mente Sustentável, o *Extended Bottom Line*: o desenvolvimento socioambiental como questão da consciência e da comunicação. *in* Rosini, Alessandro; Hoyos, Arnoldo; Silva, José Ultemar da & Rodrigues, Mônica. Editora Campus-Elsevier: São Paulo. pp. 205-226.
- Ouriques, Evandro Vieira. (2008c). A mídia só é livre quando a mente é livre. Entrevista ao I Fórum de Mídia Livre. <http://forumdemidialivre.blogspot.com.br/2008/06/mdia-s-livre-quando-mente-livre.html>
- Ouriques, Evandro Vieira. (2009a). Território mental: o nó górdio da democracia. *in* Revista Democracia Viva, IBASE. Nº 49, maio de 2009. IBASE: Brasil.
- Ouriques, Evandro Vieira (2009b). Comunicação, palavra e políticas públicas: a importância do conceito envolvimento para

- a construção da cidadania sustentável. *in* Revista Z. Programa Avançado de Cultura Contemporânea-PACC.FCC.UFRJ. Junho de 2009. Ano V, Nº 2. Programa Avançado de Cultura Contemporânea-PACC.FCC.UFRJ: Brasil.
- Ouriques, Evandro Vieira (2009c). Política, espiritualidade e dívida: a urgência de refazer o pensamento e a ação social. *in* Revista Comunicações do ISER, Edição especial MIR: Memória, ações e perspectivas do Movimento Inter-religioso do Rio de Janeiro. Nº 63, 2009. Instituto de Estudos da Religião: Brasil. pp. 144-160.
- Ouriques, E. (2010a). O conceito envolvimento e o caráter político das práticas linguísticas. *in* Resende, Viviane de Melo & Pereira, Fábio Henrique. Práticas socioculturais e discurso: debates transdisciplinares. Editora LabCom: Universidade da Beira Interior.
- Ouriques, Evandro Vieira (2010b). Sustentabilidade, democracia e sinceridade: ideias gêmeas, no útero da Mente Sustentável. *in* Revista Fórum de Direito Urbano e Ambiental-FDUA, São Paulo, Ano 9, Nº 49. Janeiro-Fevereiro de 2010.
- Ouriques, Evandro Vieira (2011a). Epistemologías pré-hispánicas de América Latina y cambio psicosocial: el caso de los conceptos Derecho a la Comunicación y Desarrollo Mediático. *in* Revista Folios 24, Abril. Universidad de Antioquia: Colombia.
- Ouriques, Evandro Vieira (2011b). The management of the Sustainable Mind for a new generation of psycho-social changemakers. *in* Windeløv-Lidzélius, Christer & Bauning, Kirstine Marie. The KaosPilots 20/20. The KaosPilots in cooperation with Turbine Scandinavian Publishing. Aarhus, Denmark. Aarhus C., Denmark.
- Ouriques, Evandro Vieira (2011c). O sonhar brasileiro. Plurale. 29.08.2011. Rio de Janeiro: Brasil. <http://www.plurale.com.br/site/noticias-detalhes.php?cod=11243&codSecao=2>
- Ouriques, Evandro Vieira (2012a). Psicopolítica e emancipação intercultural: a questão Galiza, Brasil e Lusofonia. *in* Boletim

- da Academia Galega da Língua Portuguesa, Vol. 5: 43-67. Santiago de Compostela: Galiza.
- Ouriques, Evandro Vieira (2012b). Psychopolitics and Mind Management: the way for responsible decision-making in a multiactor, multilevel and territorial approach. *in* Ashley, Patricia & Crowter, David (ed.). Territory of Social Responsibility: Opening the Research and Policy Agenda. A report of the International Policy and Research Group on Territories of Social Responsibility, The Gateway Leicester Business School, de la University of Monfort Leicester, UK, y la Universidade Federal Fluminense, Brasil. Gower Publications, United Kingdom.
- Ouriques, Evandro Vieira (2012c) Desinsulação de culturas: o caso dos conceitos juventude e riqueza nas tradições lusófona e ibero-americana. *in* Anais XVIII Colóquios da Lusofonia. 05 a 07 de Outubro de 2012. Ourense, Galiza: Espanha.
- Ouriques, Evandro Vieira (2013). Auto-reflexão, valor e fato: o silêncio epistêmico que emancipa Ciência, Cultura, Tecnologia e Arte. *in* Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa, Vol. 6: 117-126. Academia Galega da Língua Portuguesa: Galiza.
- Ouriques, Evandro Vieira (2014). Sobre la economía psicopolítica. *in* Oficios Terrestres, N° 31, Julio/Diciembre 2014 [Informe Especial Modos de Pensar Latinoamericanos]. Universidad Nacional de La Plata, Argentina. pp. 30-48.
- Ouriques, Evandro Vieira (2015). A teoria da gestão e a emancipação psicopolítica do sujeito do auto-controle contínuo e dos balanços anuais. *in* Ágora de Heterodoxias. Revista da Decanato de Ciencias Económicas y Empresariales. Julio 2015. Universidad Centro Occidental Lisandro Alvarado: Barquisimeto, Venezuela.
- Ouriques, Evandro Vieira (2016a). A emancipação psicopolítica frente ao trauma epistêmico e à teoria da comunicação. *in* Maldonado, Claudio (Ed.) (2016). Diálogo de saberes: giro decolonial y comunicología latinoamericana. Edición Mono-

- gráfica de Chasquí, Revista Latino americana de Comunicación, N°131. Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina-CIESPAL: Ecuador.
- Ouriques, Evandro Vieira (2016b). Informação, comunicação e psicopolítica: sobre a estratégia do conhecimento e compreensão quase totais e absolutos do *self*, do interlocutor e do ambiente. *in* Gustavo H. de Araújo; Assis, Juliana de & Barbosa, Maria de Fátima SO. (orgs.). Informação e gestão: teoria e prática. [Livro Comemorativo dos 10 anos do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro]. UFRJ e eBooks: Rio de Janeiro.
- Ouriques, Evandro Vieira (2016c). A transculturalidade como desafio epistêmico. *in* Guimaraens, Dinah (2016). A estética transcultural na universidade latino-americana: novas práticas contemporâneas. Editora da Universidade Federal Fluminense, CAPES e COFECUB: Brasil.
- Ouriques, Evandro Vieira (2017). A Teoria Psicopolítica como renovação da teoria social e da filosofia. *in* Del Valle, Carlos & Echeto, Víctor Silva (Eds.). Crisis, comunicación y crítica política. Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina-CIESPAL: Ecuador.
- Ouriques, Evandro Vieira; Silva, Edinho (2010). Desafios à sustentabilidade. Opinião. Folha de São Paulo. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2112201007.htm>
- Oury, Jean; Guattari, Félix & Tosquelles, François (1985). Pratique de l'institutionnel et politique. Éditions Matrice: Paris.
- Pedrosa, Maria Elisa Pennafirme (2002). Centro Educacional de Niterói: uma história de experimentação pedagógica. 2002. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ: Rio de Janeiro.
- Pérez, M. (2010). Ludwik Fleck: precursor del pensamiento de Thomas Kuhn, *in* Revista Eidos, N° 13, julio-diciembre 2010. Universidad del Norte, Barraquilla: Colombia. pp. 130-149.

- Peruzollo, A. (2006). *A comunicação como encontro*. Editora da Universidade Federal de Santa Maria-EDUSC: Rio Grande do Sul.
- Peters, John Durham (2012). *Speaking on the air: history of the idea of communication*. University of Chicago Press: USA.
- Pim, J. (2012). *Língua e eugenia*. in *Galicia Confidencial*. http://galiciaconfidencial.com/nova/9315.html?&pag_com=3
- Pim, J. (2012). Quando a paróquia morre de morte matada. Portal Galego da Língua. <http://www.pglingua.org/opiniom/5127-quando-a-paroquia-morre-de-morte-matada>
- Pim, J. (2012). Um 15M rural. in *Galicia Confidencial*, 21 de agosto.
- Pordeus, Vitor & Vaz, Nelson M. (2005). Visiting immunology. in *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, Vol. 85, No 5, November 2005. Sociedade Brasileira de Cardiologia: Rio de Janeiro.
- Pordeus, V.; Ramos, G.; Carvalho, C.; Castro Jr., Archimedes, B.; Cunha, A. Pires. D. & Vaz. Nelson M. (2009). Immunopathology and oligoclonal T cell expansions: observations in immunodeficiency, infections, allergy and autoimmune diseases. in *Current Trends in Immunology*, Vol. 1, 2009. Current Trends: India. p. 21
- Poulain, J. (1991). *L'âge pragmatique ou l'expérimentation totale*. Éditions L'Harmattan: Paris.
- Poulain, J. (2001). *La neutralisation du jugement ou la critique pragmatique de la raison politique*. Éditions L'Harmattan: Paris.
- Poulain, J. (2001). *De l'homme: éléments d'anthropobiologie philosophique du langage*. Les Éditions du Cerf: Paris.
- Poulain, J. (2009). *La neutralisation néolibérale de l'université et son alternative: une université critique de la culture*. Colóque Les Universités au Temps de la Mondialisation/Globalisation et de la Compétition pour Excellence, Université Paris 8.
- Poulain, J. (2012). ¿Qué es la justicia? in *Praxis Filosófica*, 34, 189-202. Colombia.

- Poulain, Jacques (2017). La capacidad de juzgar. Prefácio de Evandro Vieira Ouriques. Colección Teoría Psicopolítica, Volumen 2. Co-edición Universidad de La Frontera/Chile, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Brasil, Universidade do Porto/Portugal, Universidad Nacional de La Plata/Argentina e Universidade de Groningen/Holanda.
- Reich, W. (1988). Psicologia de massas do fascismo. Martins Fontes: São Paulo.
- Reich, W. (2003). O éter, Deus e o diabo. Martins Fontes: São Paulo.
- Restrepo, R. (2000). El vuelo de la serpiente: desarrollo sostenible en América prehispánica, UNESCO. Siglo del Hombre Editores: Bogotá, Colombia.
- Ribeiro, E. (2014). La théorie pragmatique de l'action. L'Harmattan: Paris.
- Rivera, D. (2008). Reflexões sobre a “Revolução” Brasileira. Blog O Pensador Selvagem. [http:// opensadorselvagem.org/ciencia-e-humanidades/garrafas-ao-mar/reflexoes-sobre-a-revolicao-brasileira](http://opensadorselvagem.org/ciencia-e-humanidades/garrafas-ao-mar/reflexoes-sobre-a-revolicao-brasileira)
- Rivera, C.A.M., Velásquez, C.R. & Del Valle Rojas, C. (2015). Emergencia indígena, Comunicación-otra y Buen Vivir: pensar el socio-praxis comunicativa de los pueblos indígenas. Chasqui. *in* Revista Latinoamericana de Comunicación. 128, 165-182. CIESPAL: Ecuador.
- Rossiter, Cilton L. (1948). Constitutional dictatorship: crisis government in modern democracies. Princeton University Press: USA.
- Rousia, C. (2005). As sete fontes. Editora Arcosonline, Portugal. <http://www.scribd.com/doc/7088549/Concha-Rousia-As-Sete-Fontes>
- Rubio, Antonio Menéndez (2015). Comunicación, cultura e crisis social. Ediciones Universidad de La Frontera: Chile.
- Sachs, Ignacy; Lopes, Carlos Lopes & Dowbor, Ladislau (2010). Crises e oportunidades em tempos de mudança. Documento de referência para as atividades do Núcleo Crises e Opor-

- tunidades no Fórum Social Mundial Temático, Bahia, Brasil. Janeiro de 2010. <http://www.conselho.saude.gov.br/cm/artigos/ladislau.pdf>
- Sadock, Benjamin; Sadock, Virginia (2009). *Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica*. Artmed: Brasil.
- Said, Edward W. (1990) *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia das Letras: São Paulo.
- Salam, R. (2015). The Upper Middle Class is ruining America. Slate, Jan, 30 2015. http://www.slate.com/articles/news_and_politics/politics/2015/01/the_upper_middle_class_is_ruining_all_that_is_great_about_america.single.html
- Santos, B., et al. (2004). Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. *in* Boaventura de Sousa Santos (org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Afrontamento: Porto. pp. 19-101
- Santos, B. (2009) Para além do pensamento abissal: das linhas globais à uma ecologia de saberes. *in* Santos e Meneses (orgs.), *Epistemologias do Sul*. Editora Almedina Coimbra: Portugal.
- Santos, L. (2008). A fome como cerceamento de direito olítico: *in* eCadernos, Comunicação N° 2. Centro de Estudos Sociais-CES/Universidade de Coimbra: Portugal.
- Santos, S. (2011). No creemos en coronelismo, pero que hay, hay! Observatório da Imprensa, Ano 16, N° 651, 19/07/2011. <http://www.observatoriодаimprensa.com.br/news/view/no-creemos-en-coronelismo-pero-que-hay-hay>
- Sedgwick, P. (1982). *Psychopolitics*. Pluto Press: London.
- Seki, L. (2000). Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI. *in* Revista Impulso, Editora da Universidade Metodista de Piracicaba, N° 27 (Edição especial sobre os 500 anos do Descobrimento do Brasil). pp. 233-256. <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp27art11.pdf>

- Sennet, R. (2005). *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Record: Rio de Janeiro.
- Serpa, Marcelo (2013). *Eleições espetaculares: como Hugo Chávez conquistou a Venezuela*. Contra Capa e Faperj: Rio de Janeiro.
- Serres, Michel (2005). *O incandescente*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro.
- Sharma, S. (Comp.) (1994). *Journalist Gandhi: selected writings of Gandhi*. T. K. Somaiya Gandhi Book Center. Bombay Sarvodaya Mandal: India. <http://www.mkgandhi.org/journalist/index.htm>. Acesso em: 25/10/2012.
- Sharp, Gene (2003). As lições de Gandhi para o século 21. *in* Revista Thot, Nº 79, Outubro de 2003. Palas Athena: São Paulo.
- Sheldrake, R. (1003). *O renascimento da natureza: o reflorescimento da Ciência e de Deus*. Cultrix: São Paulo.
- Sierra, F. (2012). Ciudadanía digital y sociedad de la información en la Unión Europea: un análisis crítico. *in* Andamios, Revista de Investigación Social, 9(19), 259-282. Universidad Autónoma de la Ciudad de México: México.
- Silva, Tomaz Tadeu da (2000). *Identidade e diferença*. Editora Vozes: Petrópolis.
- Singer, Tania *et al.* (2014). Empathy and compassion. *in* Current Biology, Volume 24, Issue 18, 22 September 2014. Elsevier Inc. R875-R878. doi.org/10.1016/j.cub.2014.06.054
- Sloterdijk, P. (s/d). *El Palacio de Cristal*. *in* http://www.cc-cb.org/rcs_gene/petersloterdijk.pdf
- Sodré, M. (2002). *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Editora Vozes: Petrópolis.
- Sodré, M. (2012). *Comunicação: um campo em apuros teóricos*. *in* Matrizes Ano 5, No 2 Jan./Jun. 2012. Universidade de São Paulo: São Paulo. pp. 11-27
- Somé, S. (2003). *O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar*. Odysseus Editora: São Paulo.

- Souza, M. (2008). A descoberta da África. *in* Figueiredo, Luciano (org.) Raízes africanas. Fundação Biblioteca Nacional e Revista de História: Rio de Janeiro.
- Spinoza, B. (2007). Ética. Autêntica Editora: Belo Horizonte.
- Stiegler (2000). Biopower, psychopower and the logic of the scapegoat. *Ars Industrialis*-Association Internationale pour une Politique Industrielle des Technologies de l'Esprit. <http://arsindustrialis.org/node/2924>
- Stiegler, Bernard (1998). *Technics and Time, 1: the fault of Epimetheus*. Stanford University: USA.
- Stolorow, R.D. (2009). The economic crisis as collective trauma. *Huffington Post*, March 24. http://www.huffingtonpost.com/robert-d-stolorow/the-economic-crisis-as-co_b_178461.html
- Strong, M. (2000). *The bright red scam: self-mutilation and the language of pain*. Virago Press: London.
- Swart, Kathy (2017). Challenging authority: the ACRL framework as a stimulus for critical thinking about competing narratives in Latin American history. LXII Annual Conference of the Seminar on the Acquisition of Latin American Library Materials-SALALM Conference, Ann Arbor, Michigan, May 22, 2017. Michigan: USA.
- S. Waters *et al.* (2014). Stress contagion: physiological covariation between mothers and infants. *Psychological Science*, doi: 10.1177/0956797613518352, 2014.
- Trías, Eugênio (1997). *Pensar a religião: o símbolo e o sagrado*. *in* Derrida, Jacques, Vattimo, Gianni *et al.*. *A religião*. Relógio D'Água Editores: Portugal.
- Toro, S. (1997). Dificuldades para as literaturas nacionais. *Boletín Galego de Literatura*, Nº 17, 1º semestre. Universidade de Santiago de Compostela: Galiza. pp.119-130
- Ullman, H. & Wade, J. (1996). Shock and awe: achieving rapid dominance. Defense Group Inc./The Center for Advanced Concepts and Technology for The National Defense Uni-

- versity-Institute for National Strategic Studies: USA. http://www.dodccrp.org/files/Ullman_Shock.pdf
- United States Arms Combined Arms Center (2010). Military Review (edição brasileira), CAC-United States Arms Combined Arms Center/Fort Leavenworth, Kansas, Estados Unidos. Janeiro-Fevereiro 2010.
- Varma, Ravindra (2003). A percepção gandhiana dos fundamentos éticos da sociedade. *in* Revista Thot, nº 79, outubro de 2003. Associação Palas Athena: São Paulo. pp. 20-28
- Varoufakis, Y. (2015). The Euro-Summit 'Agreement' on Greece -annotated. July 15, 2015. <http://yanisvaroufakis.eu/2015/07/15/the-euro-summit-agreement-on-greece-annotated-by-yanis-varoufakis/>
- Veres, Luis (2015). Cine documental y criminalización indígena: terrorismo, cine documental y mundo Mapuche. Colección Espiral Social. Ediciones Universidad de La Frontera: Chile.
- Vita, Ál. de & Boron, A. (orgs.) (2004). Teoria e filosofia política. EDUSP e CLACSO: Brasil e Argentina.
- Vigotski, L. (2004). Teoria e método em psicologia. São Paulo: Martins Fontes.
- Villanueva y Torrico, E. (2008). ALAIC y la investigación comunicacional latinoamericana en tiempos de redefinición utópica. *in* Revista Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, Año 5, Nº 8-9. pp. 78-86. Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación: São Paulo.
- Visacro, A. (2003). Jihad e contrainsurgência: concepções distintas da guerra psicológica. *in* Military Review: the professional journal of the U. S.: USA.
- Vitali, S.; Glattfelder, J.; Battiston, S. (2011). The Network of Global Corporate Control. Chair of Systems Design, ETH: Zurich. <http://arxiv.org/pdf/1107.5728.pdf>
- Vogl, J. (2010). The black swan. New York Magazine of Contemporary Art and Theory, 1(5). New York Magazine of Contemporary Art and Theory: New York.

- Vogl, J. (2014). Poetics of homo economicus. *Continent*, 4(95), 95-104. *Continent*.
- Wallerstein, I. (2011). A esquerda mundial depois de 2011. *in* Esquerda.net, 23.01.2012. <http://www.esquerda.net/opiniao/esquerda-mundial-depois-de-2011>
- Waters, West and Mendes (2014). Stress Contagion: physiological covariation between mothers and infants. *in* *Psychological Science*, 2014 Apr; 25(4): 934–942. doi: 10.1177/0956797613518352
- Watzlawick, P., Bealvin, J., Jackson, D. (1981). *Pragmática da comunicação humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. Editora Cultrix: Rio de Janeiro.
- Welzer, H. (2012). *Infraestruturas mentais: como o crescimento se instalou no mundo e nas nossas almas*. Heinrich Boll Stiftung: Berlim.
- Winnicott, D. W (2005). *Privação e delinquência*. Martins Fontes: São Paulo.
- Wulf, Christoph (1999). *Anthropologie de l'éducation*. L'Harmattan: Paris.
- Wulf, Christoph (dir.) (2002). *Traité d'anthropologie*. L'Harmattan: Paris.
- Wulf, Christoph et al. (2004). *Penser les pratiques sociales comme rituels*. L'Harmattan: Paris.
- WWF International (1998). *La fascinación de los grandes números: de manadas, bandadas, bandos y enjambres*. Plaza & Janés Editores S. A.: Barcelona.
- The Worldwatch Institute (2010). *2010, Estado do mundo: transformando culturas, do consumismo à sustentabilidade*. The Worldwatch Institute: Brasil.
- Tucherman, Ieda (1999). *Breve história do corpo e seus monstros*. Vega, Limitada: Lisboa
- Watzlawick, P., Bealvin, J., Jackson, D. (2002). *Pragmática da comunicação humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. Editora Cultrix: São Paulo.

- UNESCO (2006). L'avenir de être humain. Journée de philosophie a l'UNESCO 2004, N° 7. Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture/Secteur des sciences sociales et humaines. UNESCO: Paris.
- Zea, Leopoldo (2005). Discurso desde a marginalização e a barbárie, Garamond Universitária: Rio de Janeiro.
- Zemelman, H. (s/d). Pensar teórico y pensar epistémico: los retos de las ciencias sociales latinoamericanas. Instituto Pensamiento y Cultura: México.
- Žižek, S. (2003). Bem vindo ao deserto do real! Boitempo Editorial: São Paulo.
- Žižek, S. (2015). Problema no paraíso: do fim da história ao fim do capitalismo. Zahar: Rio de Janeiro.
- Zubero, I. (1999). Participación y democracia ante las nuevas tecnologías: retos políticos de la sociedad de la información. <http://bit.ly/2atjPwf>.

Este libro ha sido impreso en la
Imprenta de la Universidad de La Frontera, Temuco, Chile,
en el tipo Garamond, en Agosto de 2017.